



A DEFESA NACIONAL

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES DA FAB / REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES BRASILEIROS



**A indústria bélica
brasileira: independência,
subserviência ou morte**

Diogo de Oliveira Figueiredo

Nº 764

ABR/JUN-94

Título: A Defesa Nacional : revista de
assuntos militares e estu

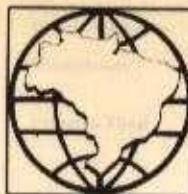


320788

290637

v.76, n.764, abr./jun 1994 BFD

29/8/37/3202788
4.1



EDITORIAL

O Propósito da capa



O emprego das Forças Armadas volta a ser apontado, com insistência, como sendo capaz de dar solução a diversos problemas que hoje aflingem a sociedade brasileira.

Trata-se da repetição de fenômeno conhecido, fruto do desencanto com o jogo político e seus vícios de comportamento.

Ele evidencia o referencial de seriedade que a instituição militar assume, toda vez que se esboça um quadro de desagregação moral e ética das instituições civis. Trata-se da reativação da já chamada "reserva moral da nacionalidade".

Eis um aspecto que não foi levado em conta, abertamente, nos debates que, até bem pouco, se fizeram em torno da necessidade de existência de Forças Armadas. E ele é, por certo, o mais relevante argumento para justificá-las. Perdido esse referencial, perderíamos talvez o que temos de mais valioso.

Daí a importância das escolas de formação das Forças Armadas. São elas que forjam, integro, o caráter militar.

A estampa que ilustra a capa desta edição traz assim, implícitos, todos esses conceitos.

A pretexto de homenagear o cinqüentenário de sua instalação em Resende, ela reverencia a Academia Militar das Agulhas Negras, herdeira e continuadora da obra das Escolas Militares da Praia Vermelha, de Rio Pardo, Porto Alegre e Realengo, suas antecessoras na formação profissional, moral e ética dos oficiais do Exército Brasileiro.

EDITORAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO

Biblioteca do Exército
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - 3º andar
Ala Marcílio Dias
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
20.221-260
Tel.: (021) 253-7535

PRODUÇÃO GRÁFICA E PUBLICIDADE

UNLIKE Sistema de Marketing
Rua Sorocaba, 264 - Botafogo
Rio de Janeiro, RJ - BRASIL
22.271-110
Tel.: (021) 266-7898
FAX: (021) 266-5167

Os conceitos emitidos nas matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião da ECENE e do Exército Brasileiro.

A revista não se responsabiliza pelos dados cujas fontes estejam devidamente citadas.

Salvo expressa disposição em contrário, é permitida a reprodução total ou parcial das matérias publicadas, desde que mencionados o autor e a fonte.

Aceita-se intercâmbio com publicações nacionais ou estrangeiras.

Os originais deverão ser datilografados em laudas com 30 linhas, em espaço duplo e, no máximo, com 72 batidas por linha, acompanhadas de uma síntese do currículo e de uma fotografia 3 x 4 do autor.



Nossa capa

Vista aérea da AMAN em três planos: esplanada diante do Portão Monumental, Avenida do Exército cortando o Campo de Marte e os Conjuntos Principais, antigo e novo. Reverencia o Jubileu de Ouro de sua instalação em Resende.

Revista de Assuntos Militares e Estudo de Problemas Brasileiros
FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Cooperativa Militar Editora e de Cultura Intelectual "A Defesa Nacional"

Diretor-Presidente	Gen Bda Álvaro Henrique Viana de Moraes
Diretor-Secretário	Cel Art e EM (R1) Luiz Paulo Macedo Carvalho
Diretor-Administrativo	Ten Cel Inf Marco Antônio Cunha
Diretor-Tesoureiro	1º Ten QAO Francisco Luiz de Siqueira Bittencourt
Conselheiros	Cel Art e EM (Ref) Luiz de Alencar Araripe Cel Prof (R1) Celso José Pires
Conselho Fiscal	Cel Art QEMA Ronaldo José Figueiredo Cardoso Cel Inf QEMA Alberto de Albuquerque Cordeiro Cel Art QEMA Oscar Augusto Teixeira Neto
Suplentes	Cel Art QEMA José Luís Freitas Ten Cel Eng Paulo de Oliveira Lisboa Ten Cel Art Jair Romão de Souza

Revista A DEFESA NACIONAL

Redator-Chefe	Gen Bda Reinaldo Palma Sampaio
Redator-Executivo	Cel Eng e EM (R1) Virgílio da Veiga
Conselho Editorial	Cel Inf QEMA Clóvis Purger Bandeira Cel Inf e EM (R1) Luiz Henrique Gomes Pires Cel Inf e EM (R1) Hélio Ribeiro Alves Ten Cel Inf QEMA Ângelo Azevedo Costa Ten Cel Com QEMA Ricardo José do Amaral Caldeira Ten Cel Inf QEMA José Luís D'Ávila Fernandes Ten Cel Eng QEMA Ismar Ferreira da Costa Filho Ten Cel Com QEMA Gerson Gomes Novo Maj Art QEMA Geraldo Gomes de Matos Filho

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL

ASSINATURAS E VENDAS DE NÚMEROS AVULSOS

Assinatura anual e venda de números avulsos são feitas na Administração - Tel.: (021) 253-4628; as importâncias correspondentes podem ser enviadas por cheque ou vale postal, em nome de "A Defesa Nacional".

REDAÇÃO

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DO EXÉRCITO
Praça General Tibúrcio, 125 - Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 22290-270
Tel.: (021) 542-5646 - Ramal 204 e 205 - FAX (021) 542-5434

ADMINISTRAÇÃO

Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, 25 - Térreo - Rio de Janeiro, RJ - BRASIL - 20221-260
Tel.: (021) 253-4628

A Defesa Nacional!

REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES

Editora - Diretoria Técnica - Serviços Editoriais, Atividades Editoriais e L. de Imprensa

N.º 1

10 de Janeiro, 10 de Outubro de 1913

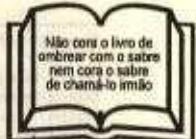
Ano I.

Grupo mantenedor: Bernardo Klug, Euclides Leão de Castro, Joaquim de Souza Reis (tradutor), Presidente de Paula Carvalho, Mario Correia, Luís de Alencar Araripe, Celso José Pires, Celso Carvalho, Euclides Figueiredo, Teodoro Amorim Vaz Braga, Manoel da Cunha.

(Fac-símile da portada do N.º 1, Ano 1 - 10.10.1913 de "A Defesa Nacional".)



SEJA ASSINANTE DA BIBLIECX E RECEBA SEMPRE BONS LIVROS



A BIBLIECX ESTÁ MUDANDO.

A BIBLIECX está lançando para 1994 um editorial selecionado com grande critério e que certamente irá superar as expectativas de seus assinantes.

Caro assinante, participe também dessa mudança, apresentando sugestões à BIBLIECX, por escrito ou telefone.

EDITORIAL 1994

TEMPOS MODERNOS - O Mundo dos Anos 20 aos 80.

Paul Johnson

A obra de Paul Johnson nos mostra que o progressivo abandono da ordem liberal-democrática em nosso século resultou em agressões a direitos individuais que nem ao menos contribuíram para a eliminação de pobreza e suas mazelas e, ainda, que as liberdades individuais são ingredientes fundamentais da paz e da prosperidade.

O PODER PERMANENTE DA HISTÓRIA

Nilton Freixinho

Uma erudita reflexão histórica sobre as relações existentes entre a civilização Ocidental e os mundos árabe e russo-oslavo, alicerçada na pesquisa de suas origens étnicas, religiosas, políticas, sociais e econômicas.

O CAMINHO DA SERVIDÃO

F.A. Hayek

Obra inicialmente editada na Inglaterra em 1944 e reeditada nos Estados Unidos em 1975, em que o Prêmio Nobel de Economia F.A. Hayek nos apresenta um estudo paciente e minucioso das razões do controle centralizado da atividade econômica tender para o totalitarismo e do processo através do qual isso se verifica.

Mais atual que nunca diante da realidade conjuntural brasileira, em que a sociedade debate e busca o modelo adequado à Nação.

NOSSA AMÉRICA - Geopolítica Comparada

Therezinha de Castro

Mais uma obra da renomada Prof°

Therezinha de Castro, desta vez com um enfoque do continente americano como um todo geográfico, analisando a configuração política resultante da organização dos diversos núcleos históricos e conglomerados geopolíticos.

CASTELLO BRANCO E A REVOLUÇÃO

Gen Meira Mattos, coordenador

Testemunhos detalhados e eloquentes a respeito do grande militar e estadista brasileiro que se destacou como expressão máxima do ideário que norteou aquele movimento de renovação política e estrutural do País.

O MORDOMO DO IMPERADOR

Américo L.J. Lacombe

Biografia do Gen. Paulo Barbosa da Silva, baseada em notas e documentos compilados sobre um militar de carreira que, no exercício de cargos públicos e na administração da Casa Imperial, emprestou o brilho de sua inteligência sem, contudo, perder de vista as noções de cumprimento de dever, disciplina e honorabilidade que sempre nortearam sua existência. Contém revelações inéditas sobre os bastidores do 2º Império.

A MISSÃO MILITAR FRANCESA NO BRASIL

Jayme de Araújo Bastos Filho

Criterioso trabalho de pesquisa que vem complementar a obra já editada anteriormente pela BIBLIECX, acrescentando informações inéditas sobre a contratação e o trabalho da equipe de militares franceses que cooperou na reorganização e modernização do Exército Brasileiro entre os anos de 1920 a 1940.

BIBLIOTECA DO EXÉRCITO - Pça Duque de Caxias, 25. Palácio Duque de Caxias, 3º andar - Ala Marcellio Dias, CEP 20221-260

Tels.: (021) 253-4637
253-7535



A DEFESA NACIONAL



EDITORIAL	01
ACONTECEU NA ECEME Palestra do Ministro do Exército	06
COMENTÁRIOS	14
A INDÚSTRIA BÉLICA BRASILEIRA - INDEPENDÊNCIA, SUBSERVIÊNCIA OU MORTE Diogo de Oliveira Figueiredo	20
A PRESENÇA MILITAR BRASILEIRA NA 2ª GUERRA MUNDIAL L. P. Macedo Carvalho	44
LESTE EUROPEU: A CORTINA RASGADA Terezinha de Castro	52
A POLÍTICA DE DEFESA DA FRANÇA Lúcio Mário de Barros Góes	66
A DISSIMULAÇÃO TÁTICA, PODEROSO FATOR DE DESEQUILÍBRIO DAS OPERAÇÕES MILITARES Gerson Menandro Garcia de Freitas	71
AINDA SOBRE A AMAZÔNIA Osmar José de Barros Ribeiro	87
AS GRANDES CRISES NACIONAIS PORTUGUESAS Henrique Manuel Lages Ribeiro	93
O EMPREENDIMENTO HIDRELÉTRICO BRASILEIRO-PARAGUAIO: A ITAIPU Nilton Freixinho	116
MARGINALIZAÇÃO SOCIAL E VIOLENCIA Rafael José Moliterno, Carlos Alberto A. Gomes, Rafael A. Romano, Clárisse Regina L. B. Vieira, Dilene A. C. dos Santos, Alexandre Onofre Gripp, Fernando C. Avelar e Osmar José B. Ribeiro	124
LIVROS	142
INFORMAÇÕES	145
RESUMO DE MONOGRAFIAS	155
DESTAQUES DA IMPRENSA	163



ACONTECEU NA ECEME



Em 23 Fev 94, como parte das atividades realizadas na ECEME, por ocasião da 174ª Reunião do Alto Comando do Exército, o Ministro do Exército, Gen Zenildo Zoroastro Gonzaga de Lucena, proferiu no Auditório Marechal Duque de Caxias uma palestra sobre "O Exército brasileiro na atualidade", a qual compareceram todos os oficiais-generais e comandantes de OM da guarnição do Rio de Janeiro, além dos corpos docente e discente da ECEME. Este artigo apresenta as principais questões abordadas pelo Comandante da Força Terrestre e que traduzem os vetores da ação do Ministério do Exército dentro do atual quadro da vida nacional.

O EXÉRCITO BRASILEIRO NA ATUALIDADE

Palestra do Ministro do Exército

INTRODUÇÃO

O General Zenildo iniciou sua palestra relatando as Diretrizes emitidas ao Alto Comando do Exército, na reunião realizada em novembro de 1992, nas quais fazia uma análise das conjunturas mundial e nacional, registrando, com relação a esta, os fatos que redundaram no afastamento do Presidente da República e na posse do atual chefe do Executivo; os esforços para o controle inflacionário; o interesse popular pelos resultados da chamada "CPI do Orçamento" e o início da revisão constitucional prevista

na carta de 1988. Este quadro, em ambas as conjunturas, pouco se alterou até o dia de hoje.

Após citar as consequências da conjuntura para o Exército e para seus membros, finalizou as Diretrizes arrolando uma série de ações a realizar para que a Instituição pudesse continuar a bem cumprir sua destinação.

Tendo como fios condutores os princípios do *Realismo Simplicidade, Liderança, Manutenção do Moral*, nos últimos quinze meses essas ações têm sido implementadas e algumas merecem ser citadas:

1. fornecimento à tropa dos itens básicos necessários ao bem-estar do soldado e à operacionalidade das unidades;
2. organização de um núcleo de forças bem adestradas, dotadas de equipamento moderno;

3. racionalização da estrutura do Ministério e de suas atividades administrativas;
4. incentivo ao exercício de uma liderança autêntica em todos os níveis de comando;
5. busca de oportunidades para o envio de oficiais e graduados ao exterior;
6. manutenção do funcionamento do Sistema de Ensino nas melhores condições possíveis;
7. aperfeiçoamento do apoio de saúde e de assistência social aos integrantes da Força;
8. prioridade para os investimentos em projetos de pesquisa e desenvolvimento de armas e equipamentos simples, eficientes e pouco dispendiosos.

AÇÃO POLÍTICA

O Ministro do Exército ressaltou a ação sincronizada dos ministros militares no trato das questões que interessam às três Forças: reajustes de soldos; mudanças nas leis que regulam a atividade; aposentadoria e pensões dos servidores fardados; parcela do orçamento destinada à defesa nacional; Serviço Militar e revisão constitucional, entre outras.

Destacou que essa unidade de pensamento e ação tem produzido resultados facilmente observáveis em termos de recursos financeiros, apoio político às pretensões dos ministérios militares e, principalmente, de respeito e prestígio. Citou, ainda, que respeito e prestígio têm sido, na sua avaliação, nossas maiores conquistas nos últimos anos.

Em função de seu efetivo, da presença em todas as unidades da Federação e das atividades complementares que realiza, o Exército sente, ainda mais do que as Forças coirmãs, a necessidade de relacionar-se com outras entidades públicas e privadas.

No âmbito do Exército, enfatizou que o

planejamento e expressiva parcela da execução dessa ação política cabe ao Gabinete do Ministro. Para desempenhar a atividade — essencial nesse escalão de governo — o titular da Pasta conta com suas Assessorias, o Centro de Comunicação Social e a Consultoria Jurídica. A meta permanente desses órgãos é facilitar o cumprimento da destinação da Força Terrestre, difundindo-lhe a imagem, encaminhando seus pleitos e tornando conhecidos seus anseios e objetivos.

A Assessoria Parlamentar, por exemplo, mobiliada por oficiais selecionados pela competência e facilidade de comunicação, há muitos anos é apontada, por políticos e jornalistas, como modelo entre as congêneres.

Ressaltou, o Ministro, que a correta postura mantida pela Instituição facilita — e muito — a ação política do Ministério. "Nossa voz é ouvida em foros relevantes. Nossa opinião é solicitada e acatada em muitas questões que não nos dizem respeito diretamente. Em momentos de crises localizadas, companheiros nossos têm sido indicados para ocupar cargos importantes fora da Força e, normalmente, se destacam pela probidade, eficiência, correção e espírito público".

AÇÃO INTERNA

Nas Áreas Social e Assistencial

O General Zenildo apontou que a ação interna deve começar com o trabalho em proveito dos integrantes da Força.

Em tempos como os atuais, caracterizados por crise nos sistemas públicos escolar e de saúde e pela perda do poder aquisitivo dos assalariados, torna-se ainda mais importante o amplo

proporcionado pela Instituição a seus membros.

Relacionou alguns campos em que essa assistência se manifesta: educação básica, habitação, hotéis de trânsito, círculos militares e apoio médico e hospitalar.

Buscando atingir, com o emprego dos recursos disponíveis, o máximo possível de beneficiários, o Exército tem dirigido para as guarnições com maiores efetivos — considerados os militares da ativa, inativos e respectivos dependentes — uma atenção particular.

Dessa forma, várias cidades foram beneficiadas com a ampliação da rede de colégios militares. Hoje, já funcionam oito desses estabelecimentos, com capacidade total de cerca de dez mil alunos: em 1995, passarão a operar também os de Curitiba, Campo Grande e Juiz de Fora, sedes de Regiões Militares e, possivelmente, Santa Maria.

O modelo adotado para os novos Colégios Militares objetiva oferecer educação básica de qualidade sem onerar muito a Instituição. Em cada localidade, será escolhida uma OM para receber o educandário como anexo e apoiá-lo em termos de comando, administração, instalações, serviços e segurança, evitando-se, dessa forma, a constituição de uma nova unidade administrativa.

Haverão emprego de oficiais e graduados na Reserva nas funções específicas do Colégio — magistério, técnica de ensino, psicotécnica, orientação educacional, comando do Corpo de Alunos — com a dupla finalidade de possibilitar àqueles companheiros o exercício dessas nobres funções e de manter os militares da ativa na atividade-fim da Força.

Empregando o mesmo princípio de privilegiar pólos de atendimento,

determinadas organizações militares de Saúde têm recebido prioridade na concessão de recursos.

O Rio de Janeiro, individualizado por sua condição de possuidor da maior clientela de militares e dependentes do País, foi objeto de cuidado especial. A 1^ª RM foi contemplada com uma reorganização de sua estrutura de atendimento médico. Foi criado um sistema chefiado pelo Comandante Regional de Saúde, que busca racionalizar o trabalho dos hospitais, policlínicas militares e do pessoal de Saúde desta Região.

A recreação e o lazer da Família Militar têm recebido decidido apoio do Fundo do Exército, que vem destinando consideráveis recursos financeiros aos clubes de oficiais e de graduados.

Da mesma forma, o Fundo vem financiando a instalação e reforma de hotéis de trânsito em inúmeras guarnições.

O Ministro deu a conhecer a criação dos Centros General Ayrosa e Sargento Max Wolff. Situados, respectivamente, em Itaipava e Itatiaia são inovações na área de assistência ao pessoal. Foram concebidos para servir como áreas de lazer para as famílias de oficiais e de graduados e de local de repouso para militares idosos, preenchendo uma lacuna há muito tempo percebida.

O esforço para proporcionar melhores condições de vida aos profissionais de carreira não pára aí. Em todo o País, o Ministério busca aumentar a oferta de PNR, seja pela construção e aquisição de novas unidades habitacionais, seja pelo trabalho dos comandos locais voltados para a manutenção dos imóveis existentes.

Abordou o Ministro um tema que, em suas palavras, tem absorvido muito de seu tempo e esforços no campo da ação política e administrativa: a remuneração dos militares.

Acerca desse assunto, assim se

manifestou o Chefe da Força:

"Todos sabemos que não contamos com salários justos, adequados aos encargos e às responsabilidades que nos cabem, nem às habilitações que possuímos.

"Isso eu tenho dito e repetido em todos os foros de que participo e em todas as entrevistas que concedo.

"Essa situação injusta traz a todos nós — particularmente aos jovens oficiais e graduados de carreira — sérias dificuldades para o sustento da família e para manter um padrão condigno em nossa relações sociais, condição exigida pela profissão, e esperada pela comunidade.

"Nenhuma nação civilizada pode pagar com generosidade todos os seus soldados, colocando-os no limiar da riqueza. Por outro lado, não devem os mesmos ser submetidos a uma condição humilhante de sobrevivência. O descumprimento dessa última regra traz, entre outros malefícios, o aviltamento da dignidade pessoal, o desestímulo às reais vocações, o serviço prestado por uma maioria de profissionais medíocres, incapazes de triunfar em outra atividade e, como consequência, em prazo mais ou menos longo, Forças Armadas ineficientes e pouco disciplinadas.

"Motivado por esse entendimento, venho empregando todos os meios ao meu alcance para reverter essa incômoda situação. Pessoalmente — junto ao Presidente da República, membros do Congresso e Ministros da área econômica — ou por intermédio do EME, da SEF e das assessorias de meu Gabinete, procuro agir no sentido de diminuir os desequilíbrios existentes entre nossa remuneração e a de outros integrantes da Administração Federal.

"Em pouco tempo, os ministros militares descobrimos que a chamada isonomia era utópica, muito difícil no âmbito do Executivo

e praticamente impossível entre os funcionários dos três poderes. Assim, abandonamos a idéia de equiparação de vencimentos entre categorias profissionais diferentes. Estamos, no momento, desenvolvendo esforços junto às lideranças do Congresso para, na revisão constitucional, desvincular a figura do militar do servidor público federal para efeitos de remuneração. Concomitantemente, estamos a formular uma proposta concreta de vencimentos condignos, baseada em estimativas de recursos necessários para a manutenção do lar, educação do militar e seus dependentes, lazer, assistência médica e odontológica, representação e, na medida do possível, acumulação de um patrimônio para o final de carreira.

"Algumas vitórias já foram obtidas, entre as quais devo citar a reposição integral das perdas sofridas em 1993 e a não aprovação, em primeira votação, da proposta destinada a congelar, nos níveis do ano passado, os vencimentos dos servidores federais (Artigo 74 da emenda que cria o Fundo Social de Emergência)."

Nas Atividades Complementares

Este é um aspecto da atuação do Exército, segundo o Ministro, que nem sempre é bem compreendido. Certos políticos, articulistas e mesmo uns poucos militares pensam que a Força não deveria se dedicar tanto a atividades voltadas para o desenvolvimento econômico e social.

Enquanto aqueles companheiros desejam apenas — e honestamente — concentrar os esforços da Instituição no preparo para a guerra, os opositores sistemáticos, na Imprensa e na Tribuna, visam a reduzir os efetivos e as dotações orçamentárias, a troca de calor com a

Sociedade e, em última análise, a capacidade de atuação em proveito da Lei e da Ordem.

É preciso entender — e difundir — que as atividades complementares são benéficas e recomendáveis por uma série de razões, dentre as quais avulta a integração do Exército com a Comunidade, necessária na paz e indispensável em momentos de conflito, como têm demonstrado episódios recentes da História de vários países.

O mais elementar senso comum nos indica a conveniência de o Exército persistir no apoio ao desenvolvimento econômico e social da Nação *sem prejuízo do cumprimento de sua missão principal*.

É preciso que fique bem claro que todas as partes envolvidas recebem vantagens quando se executa esse tipo de trabalho: o País lucra com a criação da benfeitoria e com a prestação do serviço, normalmente levados afeito com preço menor do que o do mercado. A Instituição reforça sua imagem de credibilidade e adestra, em operações reais, as organizações militares participantes. Os quadros de oficiais e sargentos crescem em motivação, conhecimento dos problemas nacionais e experiência profissional. Os recrutas educam-se no serviço à Comunidade e no trabalho produtivo.

É interessante lembrar que, ao aumentar o empenho na realização de atividades complementares, o Exército apenas acompanha uma tendência universal, observada nas Forças Armadas tanto das nações desenvolvidas quanto de países mais pobres, e confirmada por depoimentos de várias autoridades estrangeiras, participantes da XX CEA.

A palavra, nesse instante, foi cedida ao Chefe do EME, General-de-Exército Leonel, que mostrou as opiniões de oficiais de outros exércitos acerca das atividades complementares exercidas pelo Exército e as

diferenças existentes nos seus exércitos, com um testemunho marcante para a importância dessas atividades e para o sucesso do seu desenvolvimento dentro do Brasil.

O Ministro destacou que, em sua recente viagem à China, ao visitar a 196ª Divisão de Infantaria daquele país, observou a Missão atribuída àquela GU, que é **combater, produzir, trabalhar**, demonstrando a importância da Força Terrestre chinesa não só na defesa do país, mas também na participação do seu crescimento.

Na Estrutura e Organização da Força

A concepção estratégica de nossa Força deve responder à seguinte indagação: — *Qual o Exército de que necessitamos?*

Sem dúvida, um Exército capaz de atender à missão que, historicamente, a Sociedade lhe tem imposto: *manutenção da unidade, soberania e integridade territorial do Brasil*.

Evidentemente, não se pode manter, nas condições atuais, um exército caro, bem equipado e com atuação muito expressiva no cenário internacional.

Assim, o trabalho do Ministério tem sido voltado para:

- manter a presença do soldado em todos os quadrantes, preservando OM disseminadas pelo País, com nível aceitável de operacionalidade;
- constituir um *Núcleo Central de Forças* — de excelência — capazes de atuarem em todo o território nacional, em razão de sua mobilidade e seu grau de adestramento;
- persistir no apoio ao Sistema de Ensino e nos órgãos de Ciência e Tecnologia, com a finalidade de formar e aperfeiçoar recursos humanos, e produzir conhecimentos e equipamento

necessários à evolução da Força;

- buscar oportunidades que permitam enviar o maior número possível de militares ao exterior, apesar das dificuldades conjunturais que o País enfrenta, aproveitando as vagas oferecidas ao Exército por países estrangeiros e organismos internacionais. As missões de paz e os cursos de interesse militar em muito contribuem para educar os profissionais do Exército e para motivá-los no sentido do aperfeiçoamento pessoal, particularmente elevando seu grau de interoperacionalidade.

Com essa concepção, a Instituição terá condições de, no futuro, aumentar a sua capacidade operacional, acompanhando o desenvolvimento do País e sua estatura geoestratégica.

Particularizando mais essas idéias, demonstrou o Ministro que a Força terá um conjunto de unidades, órgãos de serviço e comandos articulados em todos os Estados com a finalidade de, em uma *Ação de Presença*, formar reservistas; atuar com eficiência em missões de defesa interna, defesa territorial e, com limitações, de defesa externa no TO Continental.

O *Núcleo Central de Forças* será o embrião do Exército do futuro, formado basicamente por profissionais, e voltado para a defesa externa. Deve ter as variadas funções de: força de pronto emprego; núcleo de tropa de manutenção da paz; laboratório para experimentação de novas técnicas e processos de combate e escola prática para atualização dos quadros permanentes.

Ressaltou, também, que nos últimos anos a evolução dos acontecimentos tem determinado uma mudança de prioridade para as diversas áreas estratégicas. A área amazônica assumiu maior importância no quadro dos planejamentos do Exército, exigindo, portanto, um conjunto de medidas

relacionadas à melhoria do dispositivo militar no setorrião brasileiro.

A operacionalização das idéias acima expostas exigiu, preliminarmente, um conjunto de providências, dentre as quais frisou: designação e adaptação das OM destinadas ao pronto emprego; reestruturação de comandos de diversos níveis; transformação e criação de OM de diferentes escalões, em várias partes do País, particularmente na região amazônica; modernização de equipamentos, reformulação doutrinária e racionalização administrativa; priorização do atendimento às necessidades do Sistema de Ensino.

Nesse momento, enfatizou, também, os continuados esforços que vêm sendo empreendidos para obter novos recursos financeiros para complementar as disponibilidades orçamentárias.

A celebração de convênios com várias entidades tem permitido à Força contar com meios não previstos em planejamentos anteriores.

Por decisão presidencial, em 1993, o Exército passou a receber recursos adicionais provenientes das operações de privatização de empresas estatais.

Merece especial destaque a operação de crédito externo que está sendo negociada.

Esses recursos possibilitarão recompletar as unidades com numerosos itens que atualmente inexistem ou são escassos nos estoques de nossos órgãos de suprimento. A Força tem, também, a firme intenção de adquirir equipamentos e armamento que permitam dotá-la de instrumentos de combate modernos e eficientes.

CONCLUSÃO

O General Zenildo trouxe à consideração

da audiência o tema que trata da postura que a Instituição deve adotar no atual momento nacional, manifestando-se da seguinte forma:

"A análise e a interpretação da história de nosso País conduzem à evidência de que o Exército tem sempre desempenhado um papel muito importante no aperfeiçoamento das instituições brasileiras.

"Isso decorre fundamentalmente da capacidade de mantermos nossa identidade e, portanto, sermos fiéis aos nossos valores fundamentais.

"Há muito tempo, somos identificados pela obediência irrestrita às leis, pela honestidade no trato da coisa pública e por nossa disciplina,ativa e consciente.

"Tal comportamento, que é essencial ao processo de construção e de consolidação de uma democracia moderna, baseia-se no entendimento que cada profissional deve ter dos objetivos de sua OM e da FT como um todo.

"Essa mentalidade, resultante de uma longa evolução, tem dois tipos de consequências: a primeira, de natureza político-institucional, foi a que acabei de abordar; a outra se refere à dinâmica interna da Força, em particular ao relacionamento entre os diversos órgãos que a constituem.

"Os resultados dessa evolução cultural evidenciam-se de variadas formas, seja fora da Força, seja internamente.

"Na relação do Exército com outros setores, observamos o aumento de credibilidade da instituição junto à Sociedade, que vem sendo confirmado por vários fatos, como:

- a convocação de militares para o desempenho de importantes cargos públicos civis;
- o acatamento de sugestões dos chefes militares sobre assuntos de governo;
- a insistência do convite à participação ativa

da Força em várias atividades nos campos social e da segurança pública.

"Internamente, constatamos o seguinte:

- progressiva submissão do individualismo e do imediatismo ao trabalho harmônico, resultante de planejamentos de médio e longo prazos;
- crescente facilidade de coordenação entre os órgãos superiores da Força, em proveito da eficiência e da operacionalidade.

"Julgo conveniente falar sobre um assunto, deveras importante. Em ambiente de crise política ou econômica, aparecem vozes que pregam a "virada da mesa". Elas, normalmente, não possuem respostas convincentes para questões importantes, que de certo apareceriam logo após a quebra das regras do jogo democrático: *o que fazer? como fazer? com o apoio de quem?*

"Aqueles que pensam ser possível, na atual conjuntura internacional, administrar um país com estas dimensões e com nossos costumes, fora dos pressupostos democráticos, não estão acompanhando o que ocorre aqui dentro e além de nossas fronteiras. Não entendem a realidade do mundo contemporâneo que, cada vez mais, se constitui de sociedades abertas, democráticas, em que o respeito ao indivíduo e à vontade da maioria são os postulados básicos.

"Ajustemos nosso comportamento e nossas atitudes à conjuntura da última década do século XX. Vivamos a democracia, com seus defeitos e suas virtudes. Sejamos compreensivos, sem esquecer, porém, que *conviver não é concordar* como já nos disse o ex-Ministro Leonidas Pires Gonçalves.

PALAVRAS FINAIS DO MINISTRO

"Finalizarei comentando um tópico recorrente em nossa Imprensa: a alegada

crise existencial por que passa o Exército.

"Dizem e escrevem alguns que nos encontramos em crise, por carecermos, simultaneamente, de um inimigo concreto e de recursos materiais e financeiros. Segundo eles, estamos desnorteados, pois não temos contra quem nos preparar nem os meios necessários para essa preparação.

"Esquecem-se, de propósito ou por ignorância, de que nossa missão permanente tem sido a de costurar a unidade nacional, mantendo, pela presença do soldado em todos os quadrantes, a coesão, a soberania e a integridade territorial do País.

"No futuro, certamente seremos uma grande potência, e esse *status* exigirá um Exército poderoso, que respalde nossas decisões soberanas. Devemos, desde já, tomar as providências para que essa evolução não se processe de forma traumática, como ocorreu em alguns países hoje no centro do palco mundial e mesmo conosco, no passado. Como já disse, é preciso acompanhar o desenvolvimento da arte de guerra, investindo no ensino, e nos trabalhos de ciência e tecnologia, atividades que só produzem frutos a médio e longo prazos.

"É importante concentrar recursos no já citado núcleo de forças, bem como nos vetores demodernização — aviação, guerra eletrônica, informatização, comando e controle, etc — que, simultaneamente, potencializam essas forças e permitem que não nos afastemos, em

capacidade bélica, dos exércitos das grandes potências.

"Até hoje, no entanto, a Força Terrestre tem desempenhado, como já foi dito, essencialmente, a função de fiadora de nossa evolução política e social, defendendo o Brasil contra os separatismos e extremismos de todos os matizes e mantendo os valores básicos da nacionalidade. Essa tem sido a nossa destinação!

"Ao contrário de apontar para uma crise, a história do Exército brasileiro reafirma nossa identidade!

"Quando avaliamos os feitos passados e as possibilidades atuais de nossa Instituição, na verdade constatamos que somos e fazemos muito mais do que permitiriam os meios de que dispomos. A credibilidade perante o nosso povo bem o atesta. Essa superação de obstáculos que a realidade nos tem imposto é o resultado de nosso esforço, de nossa dedicação, de nossa disciplina e dos sonhos que motivam cada um dos soldados brasileiros.

"Por isso, como Ministro do Exército, só posso enaltecer a lealdade e a abnegação que meus comandados têm demonstrado.

"Tenho a certeza de que saberemos superar as dificuldades atuais, que são momentâneas — e prosseguiremos na construção de um Exército cada vez mais operoso, eficiente e integrado à Nação Brasileira".



COMENTÁRIOS

A Vertente do Direito Alternativo e do Uso Alternativo do Direito

R. Reis Friede

Não obstante a quase indiscutível acepção clássica quanto à imperatividade do direito positivo e do poder, sob certo aspecto, amplamente limitado¹ do Juiz na apreciação da medida liminar, subsiste, em nosso seio², a acepção alternativa de um direito paralelo com igual designação³ que se propugna, simplesmente, ao rompimento das amarras da legalidade, quando estas parecerem, aos olhos do Julgador, ser obstáculos à dissolução da lide com "Justiça".

Na realidade, ainda que tenha a Europa como berço, o denominado **Direito Alternativo** — braço da atuação jurídica desta polêmica corrente estendido para a América Latina — ousa muito mais que sua matriz européia.

Ocorre que, os defensores do Direito Alternativo aqui, diferente de seus parceiros

europeus, impõem-se a arriscada, perigosa e irresponsável tarefa de pensar num modelo alternativo que saiba indicar "como agir para romper os limites da legalidade quando esta é entrave ao valor justiça comprometido com a maioria da população",⁴ ou "quando a legalidade em tese é justa, mas na concretização carrega injustiça",⁵ ou ainda, "quando deve ser efetivado um direito democrático não-oficial que conflita com o estatal".⁶

Dessa forma, a corrente alternativa no Brasil, reconhecendo a diversidade de relações sociais ou de relações jurídicas não assimiladas pelo Direito Objetivo Estatal, pretende tornar o Juiz um verdadeiro **modelador de Direitos, um autêntico escultor de uma ordem jurídica não reconhecida oficialmente que, contrastando com o Direito Estabelecido, se construa a partir do Juízo pessoal e isolado do Magistrado.**

A ordem jurídica que está sendo hostilizada pelo Direito Alternativo⁸ sustenta-se em sistemas e princípios que procuram fincar diretrizes firmes para a aplicação de regras materiais e processuais

1. Por condicionado e vinculado à estreita observância das regras legais em vigor.

2. Ainda que de forma praticamente marginal.

3. Ou, de forma mais branda, o que os autores reconhecem como **uso alternativo do direito** — expressão cunhada na Europa onde essa corrente de pensamento jurídico começou a dar os seus primeiros passos.

4. E não vai aqui qualquer toque depreciativo em tratar como matriz o pensamento que, primeiro, insurgiu-se na Europa como a nova forma de fazer atuar o Direito.

5. Amilton Bueno de Carvalho — "Magistratura e Direito Alternativo (ou da Liberdade de Julgar)"

6. Ibidem 5.

7. Ibidem 6.

8. Senão por completo, ao menos em parte, no que entraria em conflito com a valoração silenciosa da norma produzida na consciência do Julgador.

nas situações concretas postas ao conhecimento do Magistrado. Se estas parecerem distantes de veicular a Justiça, as diretrizes, tanto de normas processuais como materiais, procurarão indicar-lhes o caminho, tendo, para tanto, que outorgar certa parcela de liberdade ao Juiz na formação de seu conhecimento.

Esse é o risco maior, sobretudo quando fundado na verdadeira subversão das regras imperativas do Direito Positivo, no que tange à concessão de medidas liminares e, em especial, a apreciação das medidas liminares em matéria tributária, particularmente pelos destrutivos efeitos⁹ que podem dela advir pela ausência de limites efetivos ao amplo poder discricionário, ou mesmo arbitrário, do Julgador direcionado, ainda que não exclusivamente, mas preponderadamente, *in casu*, pelo seu subjetivo senso de "justiça".

Nesse sentido, da ampla vinculação de todos os cidadãos e, em especial, de todos os integrantes do Poder Judiciário à ordem jurídica oficial, pronunciou-se, com mérito propriedade o Ministro Pádua Ribeiro quando do desempenho do cargo de Presidente do Superior Tribunal de Justiça, *verbis*: "No Estado Democrático, é imperioso que os governantes e os cidadãos estejam sempre imbuídos do sentimento jurídico. O desrespeito à ordem jurídica traz graves consequências, pois desmoraliza o princípio da autoridade, encarnado pelo Executivo, avulta o Poder Legislativo, que exprime os anseios de liberdade do povo, desmoraliza o Judiciário, atingindo a sua razão de existir.

9. Possíveis, em face do amplo poder de qualquer Magistrado deferir tais medidas *inaudita altera pars e, até mesmo ex-officio*.

10. Considerando ser esta matéria referente às condicionantes da apreciação e do deferimento das medidas liminares de modo geral.

11. Sem esquecer outros princípios amplos do Direito e, em especial, da Teoria Geral do Direito, como o princípio *In dubio pro libertat*, que simplesmente afasta o rigor da aplicação das normas jurídicas do direito positivo quando, por exemplo, houver qualquer dúvida, no processo penal, quanto ao julgo de reprovabilidade da conduta reputada criminosa.

"No nosso sistema institucional, a garantia jurídica, em última análise, é a concedida pelo Judiciário, Poder independente como os outros dois, com os quais deve atuar harmonicamente.

"No quadro descrito, o Poder Judiciário, no exercício das suas atribuições, não presta vénia aos demais Poderes, nem deles as recebe, mas apenas à Constituição e às leis que com ela se conformem. Cinge-se a fazer justiça sempre que, concretamente, seja invocada a tutela jurisdicional do Estado" (Ministro Antônio de Pádua Ribeiro, em cerimônia comemorativa do primeiro aniversário do STJ).

Não podemos nos esquecer, especialmente no que tange aos Princípios Gerais do Direito Processual Civil¹⁰ que é possível pinçar, sem adentrar em um autêntico direito não-oficial, algumas das diretrizes básicas difundidas pelos apaixonados defensores do chamado "Direito Alternativo"¹¹ e que muito dizem sobre a parcela de liberdade conferida ao Juiz, como as que a seguir mencionamos: princípio da livre investigação das provas, princípio do impulso oficial, princípio da persuasão racional do Juiz. Este último, tendo nascido da crítica ao sistema positivo, ou legal, de apreciação de provas, há muito rechaçou a aplicação fria e puramente formal da lei. Tal sistema, relegado ao arcaísmo pelo moderno Direito, chegou a ser batizado por Lessona e Gusmão como "Sistema de tarifamento de provas". Sobre o Critério Positivo. Aliás, o Processualista brasileiro Mocyr A. Santos (in Primeiras Linhas de Direito Processual

Civil, Saraiva, 1990) fez comentário bastante didático: "No sistema da prova legal, a instrução probatória se destinava a produzir a certeza legal. O Juiz não passava de um mero computador, preso ao formalismo e ao valor tarifado das provas, impedido de observar positivamente os fatos e constrangido a dizer a verdade conforme ordenava a lei que o fosse. No depoimento de uma só testemunha, por mais idônea e verdadeira, haveria apenas a prova semiplena, enquanto que nos de duas testemunhas, concordes e legalmente idôneas, ainda que absurdos os fatos narrados, resultaria prova plena e, pois, certeza legal".

Queremos observar com isso que, ainda que as regras de Direito não sejam capazes, em todos os casos, de veicular a ansiada "justiça", para muitos dos conflitos que batem à porta do Poder Judiciário, há princípios no ordenamento jurídico, do qual se originam, que possibilitam ao Magistrado temperar os seus efeitos na medida mais aproximada da justa composição do litígio.¹²

É imprescindível, por exemplo, para que a função jurisdicional, não se desvie das Ciências Humanas que a informa, que o Princípio Dispositivo privilegiado pela Lei Processual Civil, por exemplo, esteja conciliado com o da livre investigação judicial e, principalmente, com a liberdade de convencimento do Magistrado a cerca dos

fatos e provas que lhe chegam ao conhecimento. Esta é a garantia que as partes têm de que a questão jurídica entregue ao Estado não será resolvida sem a valoração judicial prévia do caso, em cotejo com a norma prevista para regulá-lo.

Há, no entanto, outra segurança que faz-se mais necessária e importante e que diz respeito à **Estabilidade nas Relações Jurídicas**.

Se determinadas normas, ao serem aplicadas, não dissolvem com "justiça" a situação litigiosa, e por isso merecem, dos Defensores do Direito Alternativo, a pecha de anti-sociais, não menos anti-sociais configuram-se as decisões que atropelam os mais expressivos princípios de Direito, sobre os quais ergue-se todo um conjunto normativo pacificador de conflitos da sociedade, principal meio de impedir a arbitrariedade, verdadeiro óbice ao retorno da barbárie nas relações sociais.

Não podemos deixar de ter em mente (e isto se aplica de forma generalizada mas, em particular, no que tange às medidas liminares pelos amplos riscos dela derivados) que o Direito é, antes de tudo, imperativo de **ordem** que se exprime, sobretudo, pela intangibilidade da **ordem jurídica oficial**, geradora de **segurança** no mais amplo sentido, como imperativo último da própria sobrevivência do Estado¹³ e da natural imposição da **segurança nas relações sócio-**

12. Para tanto, contudo, entendemos ser indispensável ao aplicador da lei não só conhecer a mesma, mas fundamentalmente, **compreender** o seu substrato — à luz de todo ordenamento jurídico em vigor —, na medida que **compreender** consiste na soma do **conhecer** com o **internalizar**.

13. É importante ressaltar, — em face da permanente confusão — pela qual a doutrina trata a questão —, que o Estado (entendido em sua acepção clássica como substrato de organização político-jurídica da Nação) jamais pode ser objeto ou mesmo parte de Sentença Condenatória do Poder Judiciário. Sob o ponto-de-vista técnico-jurídico, o Estado, em nenhuma hipótese, pode ser "condenado" por uma parcela do poder que o mesmo, com exclusividade, ostenta. Seria, obviamente, um contra-senso que o Estado-Juiz pudesse condenar a sua acepção maior que reside no próprio Estado. Tecnicamente o que ocorre, em essência, é que as partes descentralizadas do Estado, dotadas do atributo da personalidade jurídica de direito público (União, Estados-Membros, Distrito Federal, Municípios e Autarquias), integrantes da chamada "Fazenda Pública", substituem a parcela executiva do Estado, permitindo a sua própria autolimitação e, por efeito, a eventual condenação através do Poder Judiciário.

jurídicas, dentro do contexto amplo do bináriobásico do Direito que privilegia, além da dimensão do valor da **Justiça**, fundamentalmente a **Segurança das Relações Jurídicas**.

Por efeito, devemos concluir, reiterando e ratificando o que já afirmamos, não ser possível, a título de aplicação do denominado **Direito Alternativo** ou a qualquer outro, produzir-se uma verdadeira subversão à ordem legal, na qualidade de garantidora última da estabilidade social, criando, sem legitimidade e competência para tanto, um verdadeiro direito paralelo, absolutamente divorciado das normas legais vigentes e da técnica-jurídica própria, efetivamente vinculativa e, portanto, restritiva, de sua correta interpretação.

Ainda menos possível é a compatibilidade do Equilíbrio jurídico-social e, em última instância, do próprio Estado de Direito, com a aplicação do *Direito Alternativo* nas relações de quaisquer ramos do Direito e, em especial, do Direito Processual.

O Processo é o instrumento técnico mais apropriado para chegar-se à solução da **questão jurídica** que angustia e traz insegurança aos jurisdicionados. Se o exercício do *Direito Alternativo*, ameaçador das Relações de Direito Material estabelecidas, incidir também sobre as normas de Processo em nome da **Boa Justiça**, certo é que mais distantes estaremos do verdadeiro ideal ético, que, paradoxalmente às idéias que aqui rebatemos, pretende ser a principal bandeira hasteada pelos Defensores do *Direito Alternativo*.

R. Reis Friede é Magistrado Federal, mestre e doutor em Direito, professor titular e coordenador dos programas de mestrado e doutorado em Direito da CED/UNESA.

A Mais Valia da Informação

Francisco Ruas Santos

O mundo está hoje envolvido em sua Quarta Guerra Mundial, quando luta para preservar o meio ambiente e tirar da miséria 1 bilhão e 300 milhões de seus habitantes, ao mesmo tempo em que se procura, sob a égide da ONU, restringir ou controlar os conflitos armados localizados (Oriente Médio, antiga Iugoslávia, etc.)

O outro grande objetivo a conquistar pela Humanidade nesta sua guerra é o domínio das informações que a todos e a cada um são necessárias; evitando-se atingir aquela "Ignorância Total", para a qual já nos alertaram os cientistas da Informação.

Da conquista desse objetivo depende a conquista daqueles outros, muito especial o relacionado com a preservação do meio ambiente.

A grande dificuldade que cerca o domínio das informações necessárias está no fato de apenas muito poucas pessoas, os cientistas da Informação, saberem o que é esta.

Não se sabendo o que é Informação, os respectivos sistemas não serão racionalizados e, assim, não serão gerados os bancos de dados com as informações que nos são necessárias. Vale dizer: continuaremos a caminhar a passos largos para a "ignorância total".

No caso particular da História do Brasil, precisamos ter armazenados os 300 milhões de informações que lhe são pertinentes, nenhuma das quais pode ser omitida ou ignorada, tal como genialmente intuíra Capistrano de Abreu.

Aqui vamos abordar a **mais valia da Informação**, elemento primordial naquela busca de domínio das informações. Ela vem

após a mais valia econômica, que lhe é análoga.

Karl Marx construiu sua doutrina a partir da mais valia econômica, ou do valor que a um produto manufaturado acrescenta o trabalho, ou a criatividade, do operário ou artesão, valor esse que gera o capital apropriado pelo "capitalista", em detrimento daquele que, aos elementos que manipula, acrescenta um valor traduzível em lucro monetário.

Assim, o operário é espoliado pelo seu patrônio; diz Karl Marx, e, pelo seu socialismo, é preciso que a mais valia reverta àquele que a gerou.

A mais valia da Informação está no maior valor que uma informação/mensagem adquire, graças ao gerador dessa informação/mensagem.

Um exemplo vem a propósito.

Passeava eu com a minha esposa num domingo, em Copacabana, quando topamos com uma vila bem ajardinada. Logo nos veio o impulso de nela entrarmos para melhor admirar o jardim. Mas isto não aconteceu, porque uma senhora, ali moradora, plantando-se na alameda, com as mãos na cintura, nos encarou com duríssima expressão.

Voltamos atrás, mas até hoje, relembrando o fato, nos divertimos à custa da "megera".

A informação/mensagem no caso é: "Aqui é proibido entrar". A senhora podia ter dito isto e "c'est fini". Mas, assumindo a postura de "megera", fez com que a informação/mensagem singela adquirisse

sua mais valia de ridículo ou comicidade, no caso, pelos quais foi a "produtora", mas nada recebendo, tal qual o operário espoliado segundo Marx.

As normas jurídicas sobre direitos autorais regularizam já a mais valia da informação em numerosos casos, mas, na maior parte destes, todos nós somos "espoliados" relativamente à mais valia das informações que produzimos.

Um cientista da Informação norte-americano,¹ em entrevista nas páginas amarelas da *Veja*,² pouco tempo atrás, disse que a pessoa que se dedicar a estudar a mais valia da Informação, à semelhança do que fez Karl Marx com relação à econômica, "ganhará o Prêmio Nobel da Paz".

De fato, esse estudo contribuirá, e muito, para aquele domínio das informações que a todos e a cada um são necessários, principalmente porque todos poderemos muito mais nos beneficiar da Informação.

Em tema que andamos debatendo no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, especialmente sobre a racionalização das informações de História do Brasil, a mais valia está expressa nos respectivos tesouros; pois através destes, essas informações poderão ficar logo à disposição de todos.

Porexemplo: quando indexamos a Carta de Caminha, e aí levantamos informações sobre os indígenas de Porto Seguro, os indigenistas já poderão ter essas informações à sua disposição, para associá-las a outras de sua especialidade, sem necessidade de pesquisa seqüencial.

1. John Naisbitt, em entrevista a Flávia Soares.

2. De 25.09.92

A mais valia, no caso deste exemplo, é inerente à ligação com informações análogas, existentes noutras fontes, do mesmo jeito valorizadas.

Caminha não foi "espoliado" porque sua carta caiu no domínio público. Mas aquela senhora, sim. Como bem diz a sabedoria

mineira, "o castigo (da sua incivilidade) anda à cavalo".

Francisco Ruas Santos é coronel da reserva do Exército, fundador e atual diretor do Centro de Informações Culturais.



A Indústria Bélica Brasileira

Independência, subserviência ou morte*

Diogo de Oliveira Figueiredo

O tom dramático do título se justifica. O leitor perceberá facilmente, ao longo do texto do artigo, o qual examina a problemática da indústria bélica nacional em suas múltiplas facetas.

Os incentivos à produção de material de defesa vêm sendo objeto de preocupação, no Brasil, desde os tempos coloniais. Tarefa do Estado, desde os seus primórdios até alguns anos atrás, a indústria bélica orientava-se unicamente para atender às necessidades estratégico-operacionais das forças militares da colônia (inicialmente) do Império e da República (posteriormente), quase sempre de forma complementar ao suprimento alienígena. Não havia preocupação de rendimento econômico, pois todos os investimentos eram bancados pelo Estado a fundo perdido.

Após essa prolongada fase,¹ alguns anos após a Segunda Guerra Mundial, principia a época da produção em empresas públicas, privadas e de economia mista.

O aparato estatal adaptou-se com dificuldades várias às novas circunstâncias, surgidas em decorrência do crescimento

industrial do país após os anos 30, acentuado em 50 e culminando em meados dos 70, quando o fluxo de materiais bélicos provenientes do Acordo Militar Brasil—Estados Unidos.

Além das preocupações estratégico-operacionais, que balisavam as atividades do setor, outras surgiram, complicando a equação: as de caráter político, as de cunho econômico e social e as referentes ao desenvolvimento científico e tecnológico.

A problemática atual reveste-se de fatores condicionantes que, em resumo, ajudam aclarear a questão militar brasileira com perguntas pertinentes. Qual é o projeto estratégico nacional? Quais as ameaças? E os interesses? Qual é a política de defesa? E a política militar? Qual deve ser a política de material bélico? Qual a estratégia de incentivo ao setor? Qual será, considerados os óbices internos e externos, agravados em tempos de economia global, de blocos eco-

*Selecionado pelo PADECEME

1. Fase dos arsenais, fundições, casas de pólvora, laboratórios pirotécnicos, fábricas e estaleiros militares.

nômicos, de restrições ao domínio de tecnologias sensíveis e ao suprimento de insumos e equipamentos críticos, de "pax americana", do estreitamento de mercados, de excesso de ofertas, de crise? Qual será?

Algumas observações e reflexões relacionadas com a problemática da produção de material de defesa pela indústria nacional serão aqui apresentadas sem a pretensão de constituírem uma proposta de política, considerando ser por demais complexa a tarefa. Esta seria apropriada a um grupo de especialistas coordenado por outro de generalistas, todos com alguma visão estratégica e larga vivência no trato das questões de material bélico e com experiência na formulação de políticas públicas de incentivo à produção industrial.

É tarefa pouco estudada e nunca resolvida de maneira satisfatória, consistente e abrangente, ao longo do processo de nossa história militar, apesar de esforços bem intencionados, mas isolados e parciais. São esforços carentes de melhor articulação com a problemática global, sem o respaldo de um aceitável nível de debate em torno dos objetivos a atingir e das ações prioritárias a empreender, com modesta colaboração de estudos em instituições de ensino e pesquisa de nível superior, militares ou civis, e com quase completo alheamento de segmentos importantes da sociedade.

O alcance pretendido por este ensaio será assim limitado a um singelo e modesto repertório de observações colhidas ao longo de carreira militar no Exército.

A moldura da exposição será a da origem, formação, experiência e interesse de um integrante da Força de Terra. A perspectiva será genérica e pouco técnica.

Registre-se a crença de que uma política de estímulo à produção de material de

defesa deve ser um documento de planejamento, indicando, em síntese, objetivos de curto, médio e longo prazos, induzidos de acurada análise da realidade conjuntural, dos quais serão deduzidas as ações estratégicas necessárias à adequação de meios aos fins, isto é, à implementação da política. Tal política e tal estratégia devem resultar da conjugação de esforços de militares e de civis, técnicos e políticos, órgãos do governo e da sociedade civil, universidades e instituições de ensino e de pesquisa, organizações sindicais de operários e de empresários etc. A participação de amplas camadas da sociedade contribuirá para a consistência necessária à sensibilização de parcela expressiva da opinião pública, cuja adesão é importante para a sobrevivência do empreendimento, no médio e no longo prazo, e é desejável, para caracterizar a responsabilidade de todos os segmentos da comunidade nacional na resolução de um problema de capital importância para a garantia de sua sobrevivência, de sua dignidade, de sua independência, de sua liberdade, de sua prosperidade e da integridade do seu patrimônio.

BREVES CONSIDERAÇÕES HISTÓRICAS

A produção de material de defesa no Brasil vem dos tempos coloniais.

De 1762 é a "Casa do Trem", depois "Arsenal de Guerra da Corte", localizada na "Ponta do Calabouço", origem do atual "Arsenal de Guerra no Rio de Janeiro", hoje situado no bairro do Caju.

Em 1763, organizou-se o "Arsenal da Marinha".

Com a vinda da corte portuguesa para o Brasil, em fuga, após a invasão de Portu-

gal pelos exércitos de Napoleão, outro passo importante é dado no setor das indústrias de material bélico: funda-se a "Fábrica de Pólvora da Lagoa Rodrigo de Freitas", nas imediações do "Forte São Clemente" e do então organizado "Jardim Botânico do Rio de Janeiro". Foi a primeira fábrica de pólvora negra do Brasil, sendo seu primeiro diretor o brigadeiro inspetor de artilharia e fundição, Carlos Antonio Napión.²

Anos depois a fábrica de pólvora foi transferida para a Raiz da Serra de Petrópolis, onde funciona com o designativo de "Fábrica da Estrela", integrando o parque fabril da IMBEL.

Durante o final do período colonial e durante o Império, a fabricação de pólvoras, armas e munições foi precipuamente uma iniciativa do governo e era efetivada, principalmente, nos arsenais de guerra, distribuídos pelo território nacional, atendendo as necessidades da época.³ Bahia, Pernambuco, Mato Grosso, Rio Grande do Sul e Rio de Janeiro. Os mais importantes, pela produção, dimensões e localização, foram o do Rio de Janeiro e o de Porto Alegre, até hoje existentes, localizados, respectivamente, no bairro do Caju (Rio-RJ) e na localidade de General Câmara (RS), integrando a estrutura da "Diretoria de Recuperação do Departamento de Material Bélico do Ministério do Exército".

Com as novas técnicas industriais para a produção de aço e com os progressos na

fabricação de armas, a indústria brasileira do setor perdeu o passo e atrasou-se em relação à dos países que enfrentaram com vigor a revolução industrial. A partir dos meados do século passado, as armas brasileiras passaram a ser importadas em esmagadora maioria, permanecendo a fabricação local com as tarefas secundárias e complementares de manutenção, recuperação, produção de pólvoras e de alguns itens de munição e armas leves.

Com a República, já no final do século passado e no princípio do atual, teve início um novo ciclo na política de material bélico no Brasil: o ciclo das fábricas militares. Ele se prolongou até depois da Segunda Guerra Mundial, e vários empreendimentos balisaram os esforços desenvolvidos.⁴

Terminada a Segunda Guerra Mundial e iniciada a Guerra Fria, a indústria bélica brasileira pouco pôde fazer para evoluir, em termos de expansão, ou de atualização, e modernização do seu parque fabril.

As iniciativas do governo na área sofreram as restrições e dificuldades decorrentes da política norte-americana de obstaculizar a transferência de tecnologia e exportação de equipamentos para a indústria bélica dos países do Terceiro Mundo, e da incapacidade de retomar seu intercâmbio com os países da Europa, em fase de reconstrução de suas economias, embora delas adquiríssemos alguns equipamentos e alguma tecnologia de produção.

2. Patrono do atual Quadro de Material Bélico do Exército

3. Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, e Rio de Janeiro

4. Fábrica do Ralengo (munição de pequeno calibre — 1898 — Rio de Janeiro); Fábrica de Pólvora Sem Fumaça (1909 — Piquete — São Paulo); Fábrica do Andaraí (munição de artilharia — 1932 — Rio de Janeiro); Fábrica de Curitiba (material hipomóvel e de engenharia — 1933 — Paraná); Fábrica de Juiz de Fora (munição de artilharia — 1933 — Minas Gerais); Fábrica de Itajubá (armas leves — 1933 — Minas Gerais); Fábrica de Material de Comunicações (1939 — Rio de Janeiro), Fábrica de Bonsucesso (material de guerra química e máscaras contra gases - 1947 - Rio de Janeiro)

A política norte-americana no período privilegiou a exportação de seus excedentes de guerra: munições, armas e equipamentos, muitos deles usados ou recondicionados, os quais chegaram ao Brasil via mecanismos estabelecidos através do Acordo de Assistência Militar — Brasil-EUA (1952 a 1976).

Durante mais de vinte anos viveu-se a ilusão de resolver os problemas de suprimento de materiais de defesa através da importação. Foi uma fase de estagnação e, até, de retrocesso em alguns setores do parque fabril nacional.

Denunciado o "Acordo", a indústria de material de defesa tomou novos rumos.

Tem início, então, a fase de produção através de empresas públicas, de economia mista e privadas, com predomínio destas últimas, particularmente assentadas nos progressos do parque fabril nacional nas áreas da siderurgia, metalúrgica, bens de capital, mecânica, eletroeletrônica, material de transporte, química de base, telecomunicações etc.

As iniciativas visíveis ai estão: IMBEL, EMBRAER, ENGEZA, AVIBRAS, BERNARDINI, MOTO PEÇAS, ENGEZA-QUÍMICA, DF VASCONCELOS, CBV, NOVATRAÇÃO, FI, PROLOGO, SITELTRA, VALPARAÍBA, CONDOR, BRITANITE, HYDROAR, BEMESA, TEREX etc.

O período de expansão e de novas realizações foi curto, embora surpreendente em termos de sucessos quanto à tecnologia e capacitação para a produção.

Ressalte-se, ainda, a exitosa cooperação entre as empresas e suas associações de classe (FIESP-FIRJAN-ABIMDE, etc) e os ministérios militares e seus centros de pesquisa e desenvolvimento científico e

tecnológico.

Alguns fabricantes foram muito bem sucedidos nos seus esforços de conquistar fatias do mercado mundial, pequenas em relação ao volume global, mas significativas em comparação com as demandas internas. Nesse particular, sobressaiiram a EMBRAER, a AVIBRAS e a ENGEZA.

Razoável quantidade das necessidades internas passou, com isso, a ser atendida pelas empresas do setor, com destaque para os veículos blindados sobre-rodas de combate e de transporte, veículos qualquer terreno (QT) para transporte de pessoal e de material e para tração de obuseiros, canhões e outros equipamentos, veículos anfíbios sobre-rodas ou de lagartas, "Kits" para modernização ou repotencialização de viaturas, equipamentos de engenharia, materiais e embarcações para transposição de cursos de água e navegação fluvial, materiais de comunicações, munições e sub-munições, minas, morteiros, armas individuais, lança-chamas, canhões-sem-recuo, canhões anticarro para veículos blindados, canhões automáticos A Ae, diretoras de tiro para canhões A Ae, centrais computadorizadas para artilharia de campanha, lançadores de foguetes e foguetes de saturação de área e suas centrais de direção de tiro etc. A lista não é mais extensa em razão dos cada vez mais exigentes recursos orçamentários alocados às Forças Armadas, repercutindo no volume das encomendas e impossibilitando que projetos prontos e até mesmo já testados e aprovados chegassem à linha de produção. Como exemplos dos mais significativos, citem-se o "Osório" (carro-de-combate principal da ENGEZA) e o "Charrua" (veículo blindado de lagarta, anfíbio, da Moto Peças).

Os "Choques do petróleo", seguidos da "crise cambial" de 1982 e do agravamento do

processo inflacionário, frearam o crescimento da economia brasileira, dando início à dolorosa fase de estagnação com períodos de recessão e graves reflexos na nascente indústria de material de defesa do Brasil, acarretando sobretudo a redução da demanda interna, consequência da cada vez mais drástica diminuição dos orçamentos militares.

A retratação dos mercados mundiais, a partir do término da "Guerra do Golfo", da queda do "Muro de Berlim", do esfacelamento da União Soviética e do término da "Guerra Fria", tornaram ainda mais sombrias as perspectivas da produção nacional de produtos de defesa. Fechou-se a brecha que a duras penas fora aberta para a conquista de pequena fatia do mercado externo, a golpes de criatividade, competência e audácia de nossos empresários e técnicos, e graças à simplicidade, eficiência e adequação dos materiais que ensejam a proeza.

Foi também consequência da debilidade da força política com que os meios oficiais, timidamente e sem o impacto da coesão, apoiaram o esforço exportador, face às pressões contrárias dos tradicionais donos do setor, em particular os norte-americanos, desejosos, como sempre e ainda mais como potência hegemônica, em alijar, da produção e do comércio de armas, os pobres do Terceiro Mundo, não incluídos entre os seus aliados privilegiados por questões de interesses estratégicos.

As pressões contrárias tornaram-se irresistíveis, provocadas pela veleidade e ousadia de se dar início ao domínio das tecnologias sensíveis, produzir e comercializar "carros de batalha" (Main Battle Tank), mísseis, caça-bombardeiros, submarino a propulsão nuclear, VLS, corvetas, fragatas, lançadores de foguetes

de saturação de área. As pressões foram de tal ordem que contaminaram boa parte da mídia, da inteligência, dos políticos da "direita" e da "esquerda", e da burocracia oficial do país, todos participantes da orquestração em desfavor da indústria de material bélico brasileira.

Eis porque a indústria de material de defesa atravessa grave crise. Seus destinos estão a exigir uma nova política. Qual será? Como formulá-la?

A PREPARAÇÃO DA FORÇA

A Força Terrestre assenta a sua preparação e emprego nos pilares da tática, da estratégia e da logística.

Em termos mais esmiuçados, acrescentaríamos que seus suportes são de duas ordens: — a tática, a pequena logística, e seus métodos; e a estratégia, a grande logística e seus métodos.

A tática — forma como a Força combate — necessita de uma logística que lhe é própria, próxima, peculiar: a pequena logística que acende e municia e que se desenrola na linha-de-frente e um pouco mais atrás.

A tática, para sua preparação e condução, bem como a sua logística, necessitam de métodos apropriados, seja para o processo decisório, seja para o acionamento e coordenação das medidas que põem em marcha e sustentam as forças no rumo de seus objetivos, seja até mesmo para o treinamento, realizável nos quadros da ficção.

A estratégia — opção como a Força se organiza e se equipa e como ela se dispõe e se movimenta para travar as batalhas ou para evitá-las com ganhos — necessita de grande logística, a que produz e mobiliza os meios e alimenta os exércitos.

Tática, logística, estratégia e métodos, que alguns estudiosos denominam de doutrina militar, são permeados ou condicionados pelas características peculiares de cada país, em seus aspectos políticos, econômicos, científico-tecnológicos e psicossociais, que conformam os cenários do seu problema militar.

Da análise desses cenários, devem resultar, então, em síntese, as opções relativas a como a Força se organiza, se equipa, searma, se adestra, se apresta, se movimenta, se concentra, manobra, combate e subsiste, hoje e no amanhã visível.

Em particular, para o escopo desse trabalho, o exame do problema militar deve indicar as armas do Exército e onde e como obtê-las, isto é, deve dar solução ao grave e decisivo problema de solucionar a sua logística de material bélico.

Sem material bélico adequado não há Força Armada. "E as principais bases que os Estados têm, sejam novos, velhos ou mistos, são boas leis e boas armas. E como não podem existir boas leis onde não há armas boas, e onde há boas armas convém que existam boas leis, referir-me-ei apenas às armas".⁵

A LOGÍSTICA DE MATERIAL BÉLICO

Os "Sistemas de Armas"

É sempre útil ter presente que, quando se trata de material bélico, considera-se o que o jargão militar moderno denomina de "sistemas de armas".

Vamos, então, delimitar a expressão como abrangendo as armas, suas plataformas ou vetores, suas munições, seus acessórios, seus sistemas de controle, direção de tiro e de busca de alvos, os aparelhos que permitem as comunicações entre os homens que as operam e os que os comandam, os que evitam as interferências, os meios que possibilitam a sua movimentação em terra e a transposição dos cursos de água, os equipamentos e ferramentas que servem à sua manutenção e os que facilitam, por simulação, o treinamento econômico das guarnições, e, até mesmo, as instruções e publicações técnicas que regulam a operação e os reparos de que venham a necessitar.

Os "sistemas de armas" ocupam, assim, um lugar singular na logística militar. Falar em logística militar implica, então, em tratar de logística de "sistemas de armas".

Comporta, a logística, as atividades de obtenção, armazenamento, distribuição, conservação, manutenção, recuperação e as técnicas para a operação de itens de suprimento. A "logística de sistemas de armas", como é fácil verificar, é o ramo decisivo da logística militar. Seu tratamento deve ser especial e prioritário: missão centralizada em departamento especializado da alta administração militar, encarregado da implementação da política setorial estabelecida por decisão do comandante, assessorado pelo seu estado-maior.

A "logística de sistemas de armas" das forças singulares deve ser articulada e coordenada por órgão com atribuições específicas, no nível de assessoramento direto do comandante-em-chefe das Forças Armadas, sob pena de desperdícios de recursos, dobramento de

5. Maquiavel, O Príncipe.

esforços e ausência da desejável padronização de equipamentos, armas, munições e outros itens de uso comum.

Soberania x Dependência

A "logística de sistemas de armas" é uma questão de soberania. Sem material bélico não há soberania ou há a chamada "soberania limitada", a forma moderna de as nações desempenharem-se como bonecos do ventriloquio de plantão, dono hegemônico do poder mundial. Com material bélico expressivamente obtido de fontes alienígenas vem a dependência: a força armada cativa do suprimento externo, pendente dos momentos de crise, a nação sem autonomia estratégica, sem voz e ação para defender seus interesses e seu patrimônio e para repelir ou dissuadir as ameaças.

Ninguém evita guerra sem armas. O desejável, então, é o mínimo de dependência no setor de material de defesa. Os esforços prioritários devem ser dirigidos para o básico: as munições, a mobilidade, o comando, o controle, as comunicações e as informações. É axiomático que, sem ciência e tecnologia, a "logística de sistemas de armas" não demarca, não evolue, não avança, marcha para o obsoletismo. O grito de independência sai dos laboratórios e ecoa nas fábricas. Ciência e Tecnologia são, pois, a prioridade das prioridades. Servem aos projetos e à produção. E nenhuma delas existe sem educação.

O ter x o saber e o poder de fazer — A estratégia da dissuasão

A independência de ter é ilusória. É necessário o ter, mas não é suficiente, quando se trata de material bélico. A prioridade, no

caso, desloca-se para o saber fazer: "quem sabe faz a hora não espera acontecer".

O saber e o poder fazer, isto é, o laboratório, o cientista, o professor, o técnico, o empresário, o operário, a fábrica e os insumos valem por muitos soldados e estão sempre na linha-de-frente, na paz e na guerra, em trajes civis ou uniformizados, estatais, de economia mista ou privados, nas universidades ou nos centros de pesquisas. Ainda é válida a afirmativa de que a força militar é produto dos laboratórios e das chaminés, da massa crítica de cérebros e das mãos hábeis dos operários, em havendo os insumos críticos e as máquinas para o seu trabalho.

A força de dissuasão não é só tropa. É também a fábrica de material de defesa. É também desenvolvimento científico e tecnológico. É também o eficiente e eficaz sistema de educação. Quantas brigadas vale uma ENGESA que produz um "Urutu", um "Cascavel", um "Jararaca", um "Sucuri", um "Osório"? E uma AVIBRÁS que fabrica o "Sistema Astros", foguetes de saturação de área, em várias versões? Quanto vale uma EMBRAER, do "Bandeirante", do "Brasilia", do "Tucano", do "Xavante" e do AMX? Quanto vale o desenvolvimento e produção do submarino nuclear? Quanto valem, como força de dissuasão, outras empresas do setor, as mais visíveis pelo menos: BERNARDINI, MOTOPÇAS, HYDROAR, BRITANITE, IMBEL, VALPARAÍBA, ENGEQUÍMICA, CBC, FI, VEROLME, CBV, HELIBRÁS etc.

A dissuasão não se obtém com palavras ou arreganhos, mas com poder efetivo e potencial. Não basta mostrar as armas. É preciso deixar claro que obtê-las é tarefa que está ao nosso alcance, em nossa casa, e depende de nossa decisão.

Mobilidade x ordem-de-batalha — A estratégia da presença

País de dimensões continentais, com extensa fronteira terrestre e não menor marítima, o Brasil enfrenta o dilema, em termos de estratégia militar, de mobilidade versus pré-posicionamento de parte das Forças.

Nos tempos coloniais, a estratégia portuguesa foi a da fortificação dos portos, cidades, acessos, passagens terrestres, fluviais e marítimas. Durante o Império, a área estratégica bem definida ao sul levou à manutenção de forças ponderáveis naquela região-das Milícias, da Guarda Nacional e do Exército, sendo estas com menores efetivos que aquelas. Advinda a República, a solução manteve-se: tropas pré-posicionadas, com prioridade para as fronteiras ao sul e a oeste; tropas nas capitais e cidades de importância nos estados, para a manutenção da ordem interna e garantia da hegemonia federal.

Com os esforços de integração nacional através da construção de ferrovias e, posteriormente, de rodovias, aproximando o sul, o norte, o nordeste e o centro-oeste do núcleo que concentra os maiores recursos do poder nacional, a região sudeste, a estratégia do pré-posicionamento de forças militares em áreas sensíveis parece ter decrescido em importância.

A "ordem-de-batalha", tão cara nos ensinamentos da "Missão Militar Francesa", nos anos vinte e trinta, está dando lugar, a partir dos anos cinqüenta, acentuando-se a tendência nos sessenta, ao conceito estratégico de "mobilidade". Parece que o entendimento atual da "estratégia da presença" caminha em novos rumos. Ela não é mais apenas a presença física em áreas críticas da fronteira, embora devam ser atendidas as demandas de vigilância. Não é mais o aquartelamento de forças nos

centros populacionais, industriais e de poder político, embora ainda persistam as necessidades do cumprimento eventual da missão de manutenção da ordem interna. Ela é a associação daqueles conceitos a outros enfoques: a manutenção da presença da força junto às populações onde recruta seus recursos humanos e com quem mantém laços tradicionais de convivência, o que economiza meios, seja para a construção de novos aquartelamentos pelo aproveitamento dos já existentes, seja para a montagem de toda uma infra-estrutura para a instrução da tropa, sua vida e apoio a seus familiares, em regiões muitas vezes desassistidas de recursos. A "presença" é ainda a participação das forças militares em atividades que requerem uma colaboração ordenada do Estado e onde o apporte do segmento militar pode se efetivar com economia de meios, com a autoridade do seu prestígio e peso de suas tradições: pesquisa científico-tecnológica, construção de obras públicas, socorro em casos de calamidades, controle de vôo, dos aeroportos, portos e rios navegáveis, cartografia, hidrografia, tarefas educacionais, formação de mão-de-obra, organização de comemorações e manifestações cívicas, assistência social, saneamento, apoio de saúde etc.

A "estratégia da presença", vista segundo essa perspectiva ampla, no caso brasileiro, parece ser mais inteligente e econômica, pois, com pequeno esforço e reduzido dispêndio de meios, sem prejuízo do cumprimento de suas missões principais, aproxima a tropa e a instituição militar do povo a que elas pertencem, abre os quartéis aos cidadãos civis, concilia civis e militares, estreita a coesão nacional, um dos fatores para o atingimento do objetivo permanente da integração nacional, além de ser salutar à eficácia das forças militares e ao seu moral.

A demanda da presença física de tropas

em áreas sensíveis diminui na razão inversa do aumento da mobilidade das Forças.

A mobilidade estratégica requer a providência de meios, orgânicos ou não, das unidades militares, para a pronta utilização no transporte das forças para áreas sensíveis, em caso de previsão ou efetivação de ameaças. Como estas, no caso do problema militar brasileiro, são remotas, débeis e não são agravadas pela urgência, resulta que boa parte deles pode ser obtido através dos mecanismos da mobilização.

A mobilidade tática complementa a estratégia ou lhe dá seguimento na zona-de-combate e deve ser assegurada pelos meios apropriados: veículos qualquer terreno, embarcações, aeronaves, helicópteros, de preferência provenientes da indústria nacional de material de defesa.

Eis aí, então, uma prioridade para a indústria nacional: meios para a mobilidade dos componentes militares da defesa, incluindo, evidentemente, os suprimentos necessários para sua manutenção em estado de prontidão, antes e durante as operações.

Em busca da identidade

Onde está o inimigo? Para que Forças Armadas se o inimigo não está mais lá, a espreita? Qual é a ameaça? De onde virá? Qual a sua natureza? Qual o seu valor? Quais as suas armas? Qual a sua tática? Quando virá? Como virá? Com quem virá? É interno ou é externo? Virão ambos?

Nos tempos de Cabral e no século seguinte, todos sabiam. Era o índio que defendia a sua terra ou o europeu que vinha do mar para disputar a presa descoberta, conquistada e dominada pelo colonizador. Na época

das "entradas e bandeiras" já era o espanhol e ainda os indios que barravam o avanço das penetrações. Nos séculos dezoito e dezenove restou a luta pela posse das terras, nas fronteiras, em particular ao sul e a oeste. O inimigo, bem conhecido, lá estava, visível, palpável, era o "gringo". Nos primórdios do século vinte, até os anos trinta, estabilizadas as fronteiras, o inimigo repelido, contido, continuou o mesmo. Será que tentaria outra vez, ao sul ou a oeste?

Conhecíamos o inimigo. Sabíamos quem, quando, onde, como, com quem, natureza e valor. As estratégias foram formuladas, as forças organizadas e armadas. Expulsamos franceses e holandeses. Repelimos incursões inglesas. Combatemos e preamos os indios. Expandimos as fronteiras. Construímos fortés. Organizamos fundições, casas de pólvora, laboratórios pirotécnicos, arsenais, estaleiros. Conquistamos o sul e o oeste: o Rio Grande de São Pedro, as Missões e Guaira. Perdemos a Banda Oriental. Nos apossamos da Amazônia. Mobilizamos o povo nas Milícias e na Guarda Nacional. Organizamos batalhões de Voluntários da Pátria, o Exército e a Marinha.

A estratégia foi a da penetração, da posse da terra, da fortificação no interior e no litoral. Foi defensiva, mas também teve momentos de ofensiva. Lutamos em casa, nas fronteiras e nossos soldados desfilaram em capitais de nossos vizinhos.

A estratégia no princípio do século⁶ conteve as ameaças com a "política de prestígio" respaldando inteligente e eficaz ação diplomática do Barão do Rio Branco. Compramos, na Europa, uma marinha nova, a segunda ou terceira do mundo, e armas novas para um Exército novo, o Exército do

6. Modernizadas as armas com novas tecnologias — advento da indústria do aço, propulsão a vapor etc. — a produção nacional em crise ancorada em técnicas ultrapassadas.

Marechal Hermes e dos "Jovens Turcos".

A "política de prestígio" foi perdendo a força nos anos vinte e trinta, embora a filosofia fosse a mesma e o mesmo fosse o inimigo. A esquadra envelheceu precocemente sem o apoio de moderna estrutura de manutenção e reparos; o Exército desgastou seus novos meios em lutas internas.

A estratégia não mudou com Calógeras, um civil no Ministério da Guerra, e não mudou com a Missão Militar Francesa, sua doutrina defensiva e suas armas vendidas no mesmo pacote em que vinham as idéias e processos transplantados da Europa para um cenário e um problema militar totalmente diversos.

A estratégia não mudou com Eurico Dutra e Getúlio Vargas, apesar das idéias originais de Góes Monteiro, durante o Estado Novo. As armas vinham da França, Alemanha e umas poucas da Inglaterra. Fez-se um esforço para aumentar e reequipar o parque fabril gerido pelos militares. A doutrina militar era a francesa, mas namorávamos os alemães, até que surgiu um "tertius", "cow-boy", e, com ele, suas armas, seus equipamentos, e sua doutrina. Fomos para a Itália, para o nordeste e patrulhamos o Atlântico-Sul. Também vi-giamos as praias e a fronteira sul, nos pampas gaúchos.

Nas guerras mundiais ajudamos os vencedores, particularmente na Segunda, em troca de pouca coisa: Volta Redonda e materiais usados. Na "Guerra Fria" entramos numa "fria": ganhamos o "Acordo Militar" em troca de moderação e retrocesso no desenvolvimento de nossa tecnologia militar e parque fabril: o ter em lugar do saber e poder fazer.

Ganhamos também o "inimigo interno" e nos desgastamos durante longos anos em

luta de irmãos. Esbanjamos energia. Dividimos esforços, os cérebros, as almas, até os corações. Ao final ganhamos seqüelas, no corpo e no espírito, ódios e revanchismos que nem o perdão e o esquecimento da anistia têm conseguido arrefecer de vez.

Terminada a Guerra Fria esfumaram-se os inimigos interno e externo. Fomos mundialmente repreendidos. Excessos no combate ao inimigo interno, que introduziram nas nossas casas, nas nossas escolas, nas nossas cidades, nas nossas igrejas, e tentaram disseminá-los nos nossos campos e infiltrá-los nos nossos quartéis. Fomos repreendidos. Veleidades de fabricar e vender armas no mercado mundial para aliados de ontem e inimigos de hoje, dos poderosos. Avanços imperdoáveis em setores de tecnologias sensíveis. Pecados ecológicos contra o ar, contra os índios e contra as árvores.

Ganhamos ameaças: soberania limitada. Forças Armadas no combate ao narcotráfico, internacionalização da Amazônia, intocável, pulmão do mundo, santuário de nações indígenas e dos minérios e demais riquezas, reservas da humanidade. E mais ameaças: nada de estradas de integração ou de acesso ao Pacífico, que barateia o preço da soja no comércio exterior, mas agride a ecologia; restrições ao repasse de tecnologias e ao fornecimento de equipamentos para pesquisas ou produção; sobretaxas às exportações; nada de mísseis, nem submarino ou tecnologia nuclear; nem falar em "veículo lançador de satélite" e, até mesmo, em caça-bombardeiro. Enfim, o inimigo interno não tem outra saída a não ser a reconciliação. Não tem mais idéias novas. Não tem mais discurso. Acabou-se a utopia. É o fim da história? A retórica soa falso.

Prega ainda a igualdade, mas aderiu à

liberdade, à democracia, à fraternidade, e depôs as armas. Execra a ditadura de direita, mas abandonou a esquerda. É socialista, condena o capitalismo, mas faz concessões ao mercado. Caiu de cima do "muro de Berlim". Ficou "lelé-da-cuca". Diz-se ainda de "esquerda" e adepto de uma "democracia social". Renega a KGB e o Stalinismo, mas nada contra uma estátua para líder comunista nacional, quando na matriz derrubaram a do inventor do "imbroglio". Não é mais um ardoroso nacionalista. Investe contra a indústria bélica brasileira e pouco protesta contra as restrições ao desenvolvimento tecnológico dos pobres do Terceiro Mundo no setor de defesa. Usa o visual de esquerda, do protesto, progressista, popular, mas por vezes fala a linguagem da CIA.

Onde está o inimigo? Quem é ele? Como organizar, armar, equipar e adestrar a força armada se não há inimigo? Mas há ameaças. Há enorme patrimônio a proteger. Crescemos muito!

"O Brasil é um dos maiores sucessos econômicos deste século. Cresceu à taxa recorde de 6% ao ano, no período de pós-guerra; à taxa campeã mundial de 12% ao ano, no milagre brasileiro entre 68 e 73; à taxa de 3,6% ao ano, depois da crise do petróleo, incluindo os dez últimos anos de estagnação. Esses números fazem inveja à maior parte dos países do mundo contemporâneo".⁷

"No ginásio aprendi que o Brasil era um país de solos pobres... Trinta anos depois, com a Embrapa e Instituto Agronômico de Campinas, os cerrados são grandes produtores de soja, arroz e trigo. A agricultura "feudal" descobre novos produtos nos anos 80 — laranja em São Paulo, maçã para

exportação no Rio Grande do Sul e Santa Catarina, frutas no São Francisco. A indústria brasileira cresceu e se tornou complexa, com proteção adequada, prática e flexível para a maioria dos setores. Em 69, exportamos US\$ 2 bilhões, sendo a metade em café. Hoje exportamos mais ou menos US\$ 35 bilhões, sendo quase a metade em produtos manufaturados".⁸

Há ameaças. Há interesses. O futuro continua incerto. Mas não há inimigos visíveis. Ótimo! É a vitória sem guerras, como queria a estratégia de Sun Tzu, e dizia ser impossível a de Clausewitz. A paz eterna? Ou vamos nos dobrar à "Pax Americana"? O que fazer então?

Vamos rever a organização das Forças. Vamos reformar as estruturas. Vamos reequipar nossos laboratórios e nossas fábricas. Vamos aprimorar nossas escolas e centros de pesquisas. Vamos investir no ensino, na educação, no recrutamento, mantendo o princípio do serviço militar obrigatório que atende à premissa de que o Exército é do povo e o povo é do Exército. Vamos cuidar da mobilização, da ciência e tecnologia, da integração Forças Armadas-população. Vamos ressuscitar o cidadão-soldado de Benjamin Constant e de Olavo Bilac. Vamos trabalhar num "projeto para o Brasil". Vamos estudar, debater e formular, com a participação e responsabilidade de todos, uma política de defesa e seus corolários; uma política militar e uma política de material bélico. Vamos combinar as estratégias da dissuasão e da presença com a do desenvolvimento integrado (inclusive o social), com a do "saber e poder fazer". Vamos priorizar a mobilização para economizar no a prestamento. Vamos providenciar a mobili-

7. João Sayad, "O Avesso do avesso" — Folha de S. Paulo, 27.06.91.
8. João Sayad, ibidem.

dade e parar de gastar na "ordem-de-batalha". Vamos investir na criatividade e também na flexibilidade.

Temos tempo, espaço e recursos. Na América Latina, o Brasil tem posição semelhante à da Rússia, na Europa, ou à da China, na Ásia. Grande, populoso, rico. A solução, enquanto o inimigo não vem, será a força mínima flexível, pronta para o emprego e para ser o núcleo de polarização de outras forças agregadas pela mobilização.

Temos tempo, espaço e recursos. A solução depende de vontade política, de criatividade, de estudo, de análise, de debates que amadureçam a nossa cultura estratégica ainda na infância, e no dê um "projeto para o Brasil", que mobilize a sociedade nacional.

UM PROJETO PARA O BRASIL

"No mundo moderno ou pós-moderno, ninguém duvida que a mais nobre e vital missão do governo federal é o planejamento estratégico, que vem fazendo a glória do modelo japonês e das grandes empresas do mundo inteiro". "O estado está num vôo cego, à noite, e sem instrumentos".⁹

"Toda estratégia militar tem como objetivo apoiar uma política externa cujos fundamentos são os de um projeto político nacional, ou seja, a construção de um tipo de sociedade que corresponde aos anseios da maioria da população".¹⁰

O Brasil necessita de um projeto, reconhecem os cientistas políticos. Um projeto estratégico que defina com clareza os objetivos nacionais, atuais e de médio prazo, e deduza ações para transformá-los na realida-

de de esperança de dias melhores para todos, e não para uns poucos privilegiados. Um projeto que contenha corajosas opções entre os percursos possíveis no mar revolto da conjuntura atual. Opções que resultem da sabedoria e da determinação de administrar os conflitos e não de ignorá-los, acorrendo-os nos descaminhos da demagogia, do populismo ou mesmo nas imprecisões do consenso. "Optar não é preciso. Porque se a trombeta der um som incerto, quem se aprontará para a batalha?".¹¹

Um projeto nacional conterá as decisões e diretrizes relativas à defesa nacional, inclusive a participação do braço militar. Estabelecerá uma estratégia militar, de cujo desdobramento resultarão, entre outras, propostas de soluções dos problemas de obtenção de material de defesa para as Forças Armadas, isto é, uma política de material bélico coerentemente articulada com a prevista para o setor mais amplo de toda a indústria nacional, e com a decidida para a base fundamental de ambas, a relativa ao desenvolvimento científico e tecnológico.

Um projeto para o Brasil — nele inseridas políticas e estratégias de defesa, militar e o planejamento da logística de sistemas de armas — deve resultar da conjugação de esforços e sugestões de toda a sociedade: civis, militares, intelectuais, cineastas políticos, parlamentares, sindicatos, partidos políticos, comunidade científica, universidades, instituições de ensino e de pesquisa das Forças Armadas, organizações não governamentais etc.

As decisões cabem, é evidente, ao go-

9. Professora Aspásia Camargo, Entrevista — *Jornal do Brasil*, 13.06.93.

10. Marcio Moreira Alves, cientista político — *Jornal do Brasil*, 20.11.91.

11. Roberto Campos, citando São Paulo, I *Epístola aos Coríntios*, 14.8 — *O Globo*, 08.09.91.

verno federal, após debatidas no congresso e submetidas ao seu crivo final e decisivo: a aprovação do orçamento da União.

Mesmo nos aspectos de defesa militar, contrariando hábitos de indiferença e omissão acentuados, após a morte da República Velha, com a exagerada centralização das decisões durante o Estado Novo e os governos após 1964, é necessária, e até fundamental, uma intensa interação entre os segmentos civis e militares da sociedade nacional, em particular de suas elites. O preparo dessas elites, para uma participação no diálogo de que resultarão formulações estratégicas, deve ser obtido nas universidades, nos centro de excelência acadêmica, nos centros de estudos especializados, civis e militares.

Alguns estão estudando, participando, formulando: ESG, EGN, ECEMAR, ECEME, IME, ITA, Núcleo de Estudos Estratégicos da Unicamp, Grupo de Estudos Estratégicos do Forum de Ciência e Cultura da UFRJ, Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos, CTA, CTEx etc.

A tradição brasileira é de alheamento quanto aos estudos estratégicos na área da defesa. Mesmo entre os militares, mais inclinados às limitações e à simplicidade das reflexões táticas e estratégico-operacionais, setor em que têm sido bem sucedidos na formação de uma doutrina coerente com a realidade nacional. Basta ver que há um enorme vácuo na literatura brasileira quanto a estudos dos fenômenos estratégicos da defesa.

A carência é antiga, apesar de esforços esporádicos, por vezes brilhantes, de alguns solitários estudiosos. Parece que a herança colonial, legada pelos bem-sucedidos

fatores das estratégias de conquista e de colonização do território e de expansão de seus limites, transferida com algum ímpeto e vigor a estadistas e chefes militares do Império, promotores da consolidação da Independência, preservação da unidade nacional e definitiva estabilização das fronteiras, esgotou-se na República Velha, com os arquitetos da "Política de Prestígio" do inicio do século e não inspirou seguidores e analistas contemporâneos.

Assinale-se, em respeito à justiça, o esforço pioneiro e muitas vezes mal compreendido da Escola Superior de Guerra, após o segundo conflito mundial, elaborando idéias, conceitos, normas e processos, sob a orientação de inteligências lúcidas e criativas, em tentativa de construir método para formular políticas e planejar estratégias, coerentes, realísticas, compondo sistema homogêneo e lógico de objetivos e ações, integração de subsistemas hierarquizados desde o nível mais elevado — a arte de governar — até o cenário do fortalecimento, mobilização, preparação e aplicação da componente militar do poder nacional. Registre-se, também, a saudável repercussão dos estudos da Escola Superior de Guerra nas Escolas Militares de Nível Superior,¹² nelas escorvando processos de libertação da excessiva dependência intelectual e doutrinária a matriz táticas alienigenas, a par de orientá-las e incentivá-las em seus esforços de produção de pensamento estratégico militar autóctone, subordinado às aspirações, interesses e circunstâncias traduzidos pela política e estratégia nacionais.

Não obstante, surpreendentemente, os estudos de estratégia não conseguem emergir de um plano secundário. Até mesmo o meio militar parece continuar a demonstrar

12. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Escola de Guerra Naval e Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica.

preferência pela via mais curta, mais simples, mais segura, mais concreta, porém mais modesta, menos efetiva e decisiva da reflexão tática, muita vez deslocada da moldura da realidade, posta no campo de hipóteses beirando a ficção.

A prática sistematizada da avaliação estratégica com o suporte da pesquisa, da análise e da síntese da situação conjuntural, desenvolvidas com continuidade em instituições militares e civis, inclusive nas acadêmicas, caminha lentamente e já tarda em atingir a densidade e produzir os efeitos reclamados pela importância crescente de um Brasil que se transforma velozmente. Vive, na mesma época, as revoluções industrial e científico-tecnológica, moderniza aceleradamente sua estrutura econômica, integra e ocupa seus imensos território, mar territorial e espaço aéreo, depende, cada vez mais, das vias marítimas para a realização de crescente comércio com o exterior, contempla inquieto a dramática evolução de parâmetros sociais e políticos, e antevê o agravamento de descompassos entre suas possibilidades e suas necessidades militares.

As consequências dos erros de perspectiva estratégica de estadistas e de militares são geralmente funestas e irreversíveis a curto e médio prazos, como a história vem ensinando há séculos em duras e dramáticas lições. Registre-se, como exemplos, pelo menos os episódios mais recentes: a conquista da Indochina pelos comunistas, o equívoco das Malvinas, o fracasso soviético no Afeganistão, a Guerra do Golfo e a debacle da União Soviética.

Ocorre quase sempre que a boa tática não supre as deficiências da má estratégia podendo até mesmo agravá-las, instruindo planejamento de projetos inúteis, animando

empreendimentos equivocados, ou adiando custosamente composições que poderiam antecipar um desfecho adverso, minorando suas consequências. Em contrapartida, uma razoável estratégia multiplica potencialidades econômico-militares e pode criar alternativas de ação, ou mesmo aconselhar a prudência da moderação ou da inação para os mais carentes de recursos de poder.

Das considerações apresentadas julgamos ser possível inferir que o Brasil necessita de um projeto nacional, que contemple uma política de defesa, incluindo a sua face militar e o planejamento da logística de material bélico, mandatária para o setor público, em particular para os ministérios militares. Que a formulação de uma política militar de defesa para os ministérios deve ser coordenada e implementada por um Ministério da Defesa, o melhor caminho para torná-la efetiva, consistente, articulada em diferentes aspectos, setores e áreas com as demais políticas governamentais, tais como a industrial e a de ciência e tecnologia.

A POLÍTICA — Um sistema logístico de material bélico

Missão

O encaminhamento da solução do problema de defesa para as Forças Armadas poderia passar pela melhor estruturação e institucionalização de um Sistema Logístico de Material Bélico (SLMB).

O órgão central do SLMB poderia estar inserido num Ministério da Defesa, onde ganharia mais densidade do que se localizado no EMFA. A missão desse órgão central seria a de formulação de políticas, planejamento, integração e coordenação no mais alto nível das atividades dos integrantes do

Sistema e de outros parceiros na indústria privada. O SLMB seria entendido como a parcela mais importante e complexa do Sistema de Logística Militar, o qual, com as estratégias de organização, de adestramento e de emprego das forças militares, compõe os quatro vetores principais da eficácia da defesa militar. A execução das atividades de logística de material bélico, em princípio, seria da competência de órgãos das forças singulares, efetivando a obtenção dos materiais, preferencialmente em empresas nacionais.

A missão SLMB pode ser assim enunciada, sinteticamente: suprimento, manutenção e centro de Sistemas de Armas, neles incluídos os equipamentos e materiais para o seu transporte, operação, manutenção, controle e proteção nas duras condições peculiares aos ambientes e carências brasileiros.

Das missões do SLMB a mais importante é a de suprimento, basicamente a obtenção dos materiais. Ela condiciona as demais missões. Se realizada na indústria nacional, em empresas públicas ou privadas, se o material for de qualidade compatível às circunstâncias de sua utilização e se a empresa produtora for saudável, técnica e economicamente, com perspectivas de manter-se viável e de poder ampliar suas atividades no caso de emergências, há um bom grau de garantia de suprimento de material bélico na paz e na guerra.

A missão de manutenção visa a economizar meios prolongando a vida útil dos materiais. Ela subordina-se à missão de suprimento.

A missão de controle é acessória e instrumental. Ela possibilita as atividades de formulação de política, de planejamento, de coordenação, de integração, de mobilização,

de colaboração e fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de produtos e de materiais e à sua produção, bem como a preservação dos interesses nacionais.

O controle se estende às atividades das empresas produtoras, públicas ou privadas, inclusive o controle de qualidade, e abrange as ações de fabricação, depósito, tráfego, comercialização, importação e exportação.

O controle permite o conhecimento de toda a indústria nacional: sua capacidade, sua potencialidade, suas dificuldades, problemas e deficiências, seu parque de máquinas, sua tecnologia, seus recursos humanos, sua situação econômica e financeira, seus mercados interno e externo, sua produtividade, as dependências, custos, perspectivas, possibilidades de aumentar aceleradamente a produção em caso de emergência, e os procedimentos, incentivos e recursos necessários para atingir metas de produção previstas, inclusive, nas circunstâncias especiais da mobilização.

A missão de controle, embora acessória, tal como a de manutenção, é de elevada importância. Ela indica os melhores caminhos da obtenção, isto é do suprimento sem dependência, sem humilhação, sem subserviência, sem restrições, sem condicionamentos, sem o risco de interrupções, vale dizer, com economia e segurança.

As premissas

As premissas para o bom desempenho do SLMB situam-se nos aspectos de: operacionalidade, segurança, nacionalização, padronização, economia, mobilização, desenvolvimento e interesse nacional.

A premissa **operacionalidade** de início pondera que, sem material bélico, não há força armada. E prossegue: com material bélico deficiente, não adequado às circuns-

tâncias peculiares de sua destinação, ou proveniente, em parcela ponderável, de fontes alienígenas, a Força Armada não se sustenta em eficiência e eficácia, torna-se inútil ou pesada demais, ou elefante branco, ou emasculada, dependente, inerte, face a determinadas situações.

A gestão dos materiais bélicos requer, de todos os envolvidos no processo, a consciência de que as organizações militares descharacterizam-se, caso não preservem a competência específica em bem guardar, conservar e empregar em combate, as armas, munições, veículos, aeronaves, embarcações, equipamentos de engenharia, de comunicações e de eletrônica que a Nação lhes confia com tanto sacrifício, com vistas a mantê-las equipadas, preparadas e aprestadas para a sua destinação constitucional.

A premissa segurança na sua essência, vem do Conde de Bobadella, Gomes Freire de Andrade, governador e Capitão-General do Rio de Janeiro, fundador da "Casa do Trem", em seguida conhecida como "Arsenal do Calabouço", foi ratificada pelo Príncipe-regente, D. João, que, em 1811, transformou o "Trem" em "Arsenal Real do Exército" e criou a "Real Junta dos Arsenais, Fábricas e Fundições", nomeando, para presidi-la, acumulativamente com a direção do Arsenal, o Brigadeiro Carlos Antonio Napión.

A premissa diz: "É melhor saber fazer e poder fazer do que ter". Ela articula-se estreitamente com a da nacionalização e com aspectos dos planejamentos de mobilização e de desenvolvimento.

A premissa de nacionalização orienta o SLMB para o privilégio concedido ao nacional face ao importado, para a senda da auto-suficiência, do desenvolvimento

tecnológico e de maior capacidade de mobilização industrial, preferível à acumulação de estoques.

Os caminhos da nacionalização dos materiais bélicos, em época de recursos escassos e de custos elevados, requer o exato conhecimento, a clara interpretação e a justa avaliação das realidades, a distinção do possível, do exequível, fora da ficção e do devaneio, longe da transformação, das soluções apressadas, carentes de cuidadosa análise, de madura reflexão e de franco debate, geradores muitas vezes dos projetos descontinuados e das tecnologias esquecidas e incompletas, ou arquivadas, e da frustração da dispersão das equipes técnicas de pesquisa e de produção. A nacionalização é tarefa a ser empreendida em estreita cooperação entre pesquisa e indústria e entre as Forças Armadas e indústria.

As premissas **economia e padronização** estão intimamente entrelaçadas.

A obtenção e gestão de materiais bélicos impõem um dedicado, atento, persistente, incansável e criativo esforço no sentido de que sejam econômica e racionalmente aproveitados os recursos aplicados e a aplicar no setor. A inteligente economia de recursos deve buscar o equilíbrio da equação custo-benefício, incluindo, quanto possível, a substituição de aquisições por modernização, transformação e recuperação, a concessão da troca do ótimo pelo bom, do sofisticado pelo simples, do adequado às nossas circunstâncias pela cópia de materiais que atendem a outras realidades, outros ambientes, outras ameaças, outros problemas militares.

A economia de recursos não pode dispensar a padronização de materiais de todas as três forças singulares em sistemas de

armas comuns, de forma irrecusável, irreductível, mandatória mesmo. A padronização contribui ainda para a simplificação das atividades de suprimento e de manutenção e diminui os custos de produção, pela via de agregação de encomendas e consequente aumento da escala de produção.

A economia passa ainda pela continuidade de linhas de produto, desde que inteligentemente conciliada com a desejada atualização tecnológica.

A premissa **mobilização** indica que o sistema deve preparar-se ordenadamente e integrado ao braço civil, para, em ritmo acelerado, incrementar a produção de materiais bélicos em caso de emergência.

A mobilização industrial na área dos materiais de defesa poupa boa parte dos investimentos necessários à formação de estoques elevados e indica as carências do parque fabril nacional a serem supridas pela importação ou pelo desenvolvimento.

A premissa **desenvolvimento** refere-se à necessidade de o Sistema evoluir com apoio em tecnologias autóctones, conjugadas com as obtidas pela via da absorção das provenientes do exterior, bem como através da modernização dos equipamentos fabris, melhorias nas técnicas de gestão e de aperfeiçoamento da mão-de-obra, não esquecendo os aspectos de elevação do padrão de qualidade, incremento da produtividade, apoio financeiro e ações visando à conquista e manutenção de mercados.

As atividades do SLMB devem guiar-se pela consideração de estrita atenção aos interesses nacionais. Vale dizer que o sistema deve pautar suas ações e procedimentos observando, com rigor, as diretrizes em vigor, para a colimação dos objetivos nacionais, tanto na área interna como na externa.

Os óbices

A complexidade que envolve a obtenção de material bélico na indústria nacional é singular, se comparada com as circunstâncias da obtenção de materiais de outros serviços técnicos, os quais a nossa indústria pode e sabe produzir a qualquer momento, nas quantidades e qualidade requeridas, havendo até mesmo capacidade ociosa para os aumentos acelerados de produção em situações de emergência.

Os sistemas de armas a obter devem emergir de um parque industrial em desenvolvimento, com problemas nas áreas de infra-estrutura de máquinas, equipamentos e ferramentas, e nos setores de tecnologia, pesquisa, concepção, projeto, engenharia, mão-de-obra especializada, insumos, mercados, capitais, financiamentos etc. Os sistemas de armas de que necessitamos devem ser projetados e construídos para operar nas condições críticas dos nossos espaços e circunstâncias, o que pode exigir, para sua fabricação, projetos, tecnologias, equipamentos e materiais adequados, além de procedimentos particulares para a sua manutenção e operação.

Os óbices à produção de material bélico pela indústria nacional são muitos, todos oriundos ou agravados pela ausência de um planejamento centralizado e execução descentralizada com bom grau de eficiência. Entre eles, podemos citar:

- precária e deficiente institucionalização do setor, carente de uma melhor estrutura organizacional e mais eficientes normas legais, que disciplinem e coordene as atribuições e atividades de diferentes setores e agentes, sem lhes tolher iniciativas e criatividade, a par de persistentemente incentivar seu desenvolvimento;

- atraso tecnológico, com reflexos na pesquisa e desenvolvimento de projetos e produtos;
- deficiências em setores do parque fabril, dificultando e onerando a fase de industrialização;
- alto custo dos investimentos para pesquisa, desenvolvimento, produção e comercialização, em particular quando disputada na área externa;
- inexistência de um sistema realmente eficiente para suporte econômico e financeiro às três fases básicas do processo produtivo,¹³ inclusive quanto ao acesso às fontes oficiais de crédito;
- escala reduzida de encomendas e descontinuidade das encomendas de produtos e projetos;
- ausência de medidas realmente impositivas, que obriguem a padronização de produtos, conjuntos e itens de suprimentos;
- impossibilidade, por falta de recursos e de decisão estratégica, da colocação de encomendas que visem ao acúmulo de estoques demobilização, o que também aumentaria a escala dos contratos de compra e facilitaria a participação em concorrências ou fornecimentos na área externa;
- ocorrência, embora em escala reduzida, de casos da competição predatória, deformação da deseável ou comedida que é salutar;
- ausência de um cadastro unificado de empresas e produtos e de um banco de dados que facilitem informações confiáveis e atualizadas para as atividades de planejamento, execução e controle;
- sistemas de fiscalização, controle de qualidade, teste, avaliação e homologação carentes de mais estreita coordenação, clarezza de atribuições, recursos, equipamentos e pessoal habilitado para ser obtido maior grau de eficiência;
- padrão de qualidade de alguns produtos ainda insatisfatório;
- baixo grau de articulação entre a política industrial em geral e a do setor de material bélico;
- fraca coordenação entre as iniciativas e procedimentos das forças singulares e as dos demais órgãos governamentais envolvidos com o setor;
- ausência de consistente planejamento para a mobilização;
- fraco grau de aprestamento da indústria para atender à emergência de uma mobilização;
- mercado externo de elevada competitividade, no momento com excesso de ofertas, requerendo "marketing" agressivo, financiamento, apoio governamental forte e decidido, produtos de qualidade, características e sofisticação adequadas ao problema do cliente;
- restrições e pressões internas e externas à participação brasileira no mercado internacional de armas e de tecnologia para sua fabricação;
- ausência de uma política de divulgação dos objetivos, importância, iniciativas, conquistas e dificuldades do setor que esclareça e motive a sociedade e seus líderes, em particular os parlamentares, para uma participação consciente e responsável no debate e solução dos problemas da área, considerando-os como de relevante interesse nacional.

Os cenários

A indústria de material bélico brasileira, após meados da década de 70, experimentou apreciável desenvolvimento. Várias circunstâncias contribuíram para o auspicioso

13. Pesquisa e desenvolvimento, industrialização e comercialização.

progresso, dentre as quais destacam-se:

- o acelerado desenvolvimento das indústrias mecânicas, elétricas, eletrônicas, metalúrgicas, automotivas, de telecomunicações e de base, ocorrido a partir de meados da década de 50 e acentuado na de 70;
- as oportunidades surgidas no mercado internacional em decorrência de demanda crescente de armas e equipamentos convencionais, simples, rústicos, baratos, de fácil operação e manutenção, provenientes de fontes confiáveis e descompromissadas quanto à aspectos político-ideológicos ou pretensões de hegemonia;
- a disponibilidade de massa crítica de cérebros, engenheiros, pesquisadores, projetistas, técnicos, especialistas, artífices e mestres capazes de conceber projetos e fabricar produtos bélicos que, embora de tecnologia de grau médio, sem sofisticação, distinguem-se por soluções de conteúdo inovador, simples e criativo;
- a "Política de Material Bélico das Forças Armadas" e a "Política Nacional de Exportação de Material de Emprego Militar" (PNEMEM), que disciplinou e incentivou a atividade, afirmando a posição do governo, seu especial interesse na expansão e fortalecimento do setor e os resultados a obter através de seu desempenho.

Hoje, a indústria brasileira de material bélico vive uma etapa singular.

Razoavelmente bem-sucedida nos primeiros passos,¹⁴ depende de claras e firmes decisões políticas para sobreviver, vencendo a crise que a atingiu, acentuada a partir de 1990, e motivada por uma conjugação de

óbices dos quais ressaltam:

- as vulnerabilidade estruturais e institucionais e as debilidades dos seus suportes tecnológicos, industriais, financeiros e políticos;
- o estreitamento do mercado interno, em consequência da crise econômica e de gestão por que passa o País, reduzindo, ano a ano, de forma estranha e escandalosa, os orçamentos militares, hoje limitados a valores que impossibilitam até mesmo os mais modestos investimentos e encomendas;
- o estreitamento do mercado externo em consequência do fim da Guerra Fria, esfacelamento da União Soviética, crise econômica mundial, término do conflito Irã-Iraque, advindo daí, também, o excesso de ofertas provenientes da disponibilidade dos estoques russos e americanos;
- as restrições ao domínio de tecnologias sensíveis impostas aos países do Terceiro Mundo, acentuadas a partir da crise da União Soviética, e da consequente presença hegemônica dos Estados Unidos na arena estratégica mundial;
- as restrições ao repasse de tecnologias correntes e ao suprimento de insumos e equipamentos críticos ou estratégicos, vigente há vários anos, particularmente em relação a países de pequena significação política no cenário mundial;
- a exclusão imposta, à quase totalidade dos países do Terceiro Mundo, dos arranjos decorrentes da organização de blocos econômicos e do domínio de mercados pelas multinacionais, em tempos de economia global;
- as indecisões e fraca coesão do governo

14. Quando conquistou renome internacional, penetrou nos mercados externos, antes cativo das grandes potências, aumentou o prestígio internacional do País e contribuiu para o fortalecimento de sua musculatura militar, fornecendo-lhe boa parte do suprimento básico.

- brasileiro, face às dificuldades das indústrias de material bélico do País, regateando-lhes apoio, recursos, crédito e tratamento diferenciado para a pesquisa e desenvolvimento, produção e comercialização, interna e externa;
- a debilidade do governo brasileiro, face às restrições e pressões que alijaram produtos da nossa indústria bélica do mercado do Oriente Médio, onde aconteceu, a vista de todo o mundo, o triste episódio do "ganhou mas não levou", quando da concorrência e seleção internacionais do vulto de bilhões de dólares, em que duas das nossas maiores empresas do setor sagraram-se tecnicamente as vencedoras;¹⁵
 - o massacre de críticas veiculadas pelas mídias internacional e nacional às posições de nossa indústria bélica na área externa, por ocasião da "Guerra do Golfo", quando foi orquestrada a imagem falsa de que armara as forças militares do Iraque¹⁶ sendo, na verdade, as potências dominantes do cenário mundial as que de fato armaram o Irã e o Iraque.
 - a posição excessivamente prudente do governo brasileiro, quando dos episódios referidos acima, repassando a responsabilidade dos feitos de nossa indústria bélica no Oriente Médio, aos empresários, empresas, seus técnicos e representantes, apontados como culpados de comércio irregular, aético e contrário aos interesses nacionais, quando, na realidade, atuavam com o conhecimento, a autorização, o respaldo, a participação e o aplauso das autoridades governamentais;

• a crise de confiança entre governo e empresários da indústria bélica, instaurada a partir do momento em que desarticulou-se a convivência construtiva que vinha vigindo desde o inicio da década de 70, face às dificuldades surgidas nas áreas interna e externa e a ausência de medidas para restaurar o equilíbrio e o clima de cooperação e apoio.

Louvamo-nos em Domicio Proença Júnior em "Perfil Histórico- Bibliográfico da Indústria Bélica Brasileira",¹⁷ onde, citando Ken Conca, define e analisa diversos cenários para a Indústria Bélica Brasileira (IBB), summarizados abaixo:

- "o da reintegração ao mercado global, que exigiria barganhas políticas tanto em relação ao fornecimento de insumos de países centrais (por exemplo, os EUA) quanto a aceitação de controles de vendas a países periféricos (por exemplo o Iraque);
- "o crescimento controlado pela demanda civil, onde a dinâmica de crescimento e desenvolvimento da IBB passaria a acompanhar e apoiar as prioridades de desenvolvimento da linha civil, na lógica de uma deliberada inversão do *spin off*;
- "o desenho de um tipo de complexo industrial militar, onde as dinâmicas de aquisição de armamentos, interesse locais e políticas do Estado se articulariam num arranjo de mútuo apoio como forma de aproveitar janelas de oportunidades e/ou atravessar a crise, suposta cíclica;
- "a emergência em sua plenitude de um enclave tecnológico militar, radicalizando as tendências identificadas por Dagnino,

15. ENCESA e AVIBRAS.

16. Na realidade, sua participação foi de secundário fornecedor de materiais de pouca expressão quanto ao volume e ao valor estratégico, e de parceiro em pesquisa e projetos de mísseis de pequeno alcance.

17. Publicado em "Avaliação da Indústria Bélica Brasileira — Defesa, Indústria e Tecnologia", edição da Universidade Federal do Rio de Janeiro - 1993, através do Grupo de Estudos Estratégicos que, com apoio do "Fórum de Ciência e Cultura" organizou o "Simpósio Indústria Bélica Brasileira - 1993".

onde um grupamento de firmas/instituições se comportaria com uma dinâmica própria separada e relativamente isolada do restante do país, com respaldo extensivo do Estado buscando, isoladamente ou não, uma nova integração com o global;

- "democratização e desmilitarização, onde a IBB¹⁸ e a C&T militares seriam reduzidas às dimensões das necessidades brasileiras de curto e médio prazo, sem a pretensão de um desenvolvimento de maior fôlego na área bélica".

Dando prosseguimento à citação, Domício sintetiza o pensamento de Conca quanto ao cenário mais favorável: "Argumenta que o mais produtivo para a IBB seria a entrada da presença civil em todas as esferas do setor bélico, como forma de integrar o setor numa lógica mais articulada com os desejos e propósitos brasileiros. Nessa integração, seriam importantes a transparência do setor, formas de controle e participação política civil no planejamento militar e bélico, novas atitudes para o novo ambiente de segurança e a reapreciação das oportunidades de conversão".

Aos cenários de Conca, acrescentemos a certeza da recuperação da economia brasileira a curto prazo, após obtida a imprescindível estabilização e o arrefecimento, ou extinção, do processo inflacionário. Com ela virá, é imperativo, o progressivo aumento dos recursos destinados às Forças Armadas, restabelecendo, em pouco tempo, os percentuais sobre o PIB vigentes no início dos anos 70, pelo menos.

Política e estratégia

A Política em vigor volta-se para o atendimento das necessidades das Forças

Armadas em materiais bélicos, em tempo de paz durante a guerra e guia-se conforme diretrizes, instruções e normas, vocalizadas em documentos que, em última análise, intentam traduzir uma Política e uma Estratégia de Material Bélico (PEMB).

A PEMB, desde meados dos anos 70, centra seus objetivos e suas ações no desenvolvimento da indústria de material bélico brasileiro, privilegiada não só como fornecedora de boa parcela das necessidades das Forças Armadas, como também incentivada em seus esforços de crescimento, de aperfeiçoamento, de exportação e de conquista e manutenção de mercados externos, forma de buscar economia de escala e avanço tecnológico.

É premissa da PEMB que, sem uma base industrial mínima nacional na área de material bélico, não há independência e nem mesmo plena soberania, em situações normais e, sobretudo, quando do advento de emergências. Face a situações adversas, acentuadas a partir de 1990, muito pouco foi realizado no sentido de sua superação ou amenização. Faltou a vontade política para manter posições, superar carências, preencher lacunas, completar ou suplementar projetos em andamento, tudo com prudência, inteligência, emprego judicioso dos poucos recursos, acurada atenção às prioridades e oportunidades e à correta avaliação da relação custo-benefício.

Faltou vontade política para, com alguma ousadia, continuar a perseguir a tecnologia de ponta, se necessário com parceiros confiáveis, e esforços para abrir novas possibilidades nos mercados externos. Também para o oxigênio do crédito, do apoio financeiro para a pesquisa, para o desenvolvi-

18. Indústria bélica brasileira.

mento de projetos, para a produção, para o capital de giro e para a comercialização dos produtos.

Hoje a indústria de material de defesa do Brasil vive grave crise, desamparada. São necessárias, com urgência, novas formulações e novos procedimentos para dar-lhe novo alento, firme apoio, novos rumos, talvez. Caso contrário poderá ocorrer grave retrocesso: voltarmos a depender totalmente de fontes externas de suprimento em área tão sensível; recuarmos ao estágio de soberania limitada; as Forças Armadas equipadas com armas fabricadas no exterior e que apontam e disparam em ocasiões e direções eventualmente ditadas por interesses distintos dos legítimos da sociedade nacional.

Concluindo, apresentamos, como sugestões, o que é exposto a seguir.

- Um projeto político nacional contendo as decisões e diretrizes relativas à defesa nacional, inclusive as referentes à participação do braço militar, isto é, uma estratégia militar, de cujo desdobramento resulte, entre outras, propostas de solução dos problemas de obtenção de material de defesa para as Forças Armadas, vale dizer, uma política de material bélico, coerentemente articulada com a prevista para o setor mais amplo de toda a indústria nacional e com a formulada para a base fundamental de ambas, a relativa ao desenvolvimento científico tecnológico, não esquecendo os alicerces de todas elas, as referentes à educação e formação de mão-de-obra.

Em suma, deve-se buscar um consistente planejamento logístico de sistemas de armas

que resulte da conjugação de esforços dos segmentos civis e militares da sociedade nacional, em particular de suas elites, e daqueles que militam no setor de pesquisa e produção de material de defesa.

- O preparo de elites, para a participação no diálogo de que resultarão as formulações estratégicas, deve ser a preocupação das universidades, dos centros de excelência acadêmica, dos centros de estudos especializados, civis e militares, onde os problemas de defesa militar devem ser estudados e debatidos, construindo-se o acervo de conhecimentos e de sugestões que conformam a cultura estratégica.
- A formulação de uma política militar de defesa, que contemple o apoio às indústrias, deve ser coordenada e implementada por um Ministério da Defesa, melhor forma para criá-la efetiva, consistente, articulada em seus diferentes setores e áreas e com as demais políticas governamentais, tais como a industrial e a de ciência e tecnologia.

- O encaminhamento da solução do problema de apoio às indústrias de material de defesa passa pela melhor estruturação e institucionalização de um SLMB, cujo órgão central poderia estar situado num Ministério da Defesa, onde ganharia maior densidade e autoridade do que se fosse inserido no EMFA.

A missão do SLMB, as atribuições do seu órgão central, as premissas para o seu bom desempenho foram descritas atrás.

- A estratégia para que o SLMB colime seus objetivos compreende um conjunto de ações e de medidas visando a sobrepujar os óbices relatados em tópico anterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- DA COSTA, Fernando M. Batista. *Indústria Bélica Brasileira. Seus Problemas e Perspectivas Futuras.* 1989.
- ABIMBDE — Associação Brasileira da Indústria de Material de Defesa. Mobilização e Desmobilização. Um Enfoque Empresarial — Aprendizado Industrial, palestra na ESCOME, CPEA AEX. 1989.
- Diretrizes Políticas da ABIMDE para o Biênio, 1992/1993. 1991.
- FONSECA, Roberto Piragibe da. *Dois Estudos Militares: O manifesto Destino Geopolítico do Brasil e A Ressurreição do Exército Nacional Através da Reforma de 1908.* 1974.
- ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual Básico 1993.*
- FERREIRA, Oliveira S. *Forças Armadas para quê* — Edições GIRD. São Paulo, 1988.
- HAYES, Robert A. *Nação Armada — A Mística Militar Brasileira.* Bibliex, Rio de Janeiro, 1991.
- MC CANN, Frank D. *A Nação Armada — Ensaios sobre a História do Exército Brasileiro.* Editora Guararapes, Recife, 1982.
- CAMPOS, Roberto. *Além do Cotidiano.* Editora Record, Rio de Janeiro, 1985.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto. ARAÚJO Jr., José Tavares de e ERBER, Fábio — *A Política Científica e Tecnológica.* Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1985.
- PROENÇA JÚNIOR, Domicio (Organizador). *Uma Avaliação da Indústria Bélica Brasileira.* Grupo de Estudos Estratégicos, UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.
- MERINO, Flávio Escosteguy. *A Crise Atual da Indústria Bélica Brasileira: Reflexos sobre as Expressões do Poder Nacional.* São Paulo, 1990.
- CAMARGO, Aspásia. *O Brasil está em voo cego.* entrevista ao Jornal do Brasil. JB, 13.06.93.
- ALVES, Márcio Moreira. *A Política Militar de Collor.* JB, 03.10.90; *A Discussão sobre as Forças Armadas.* JB, 08.05.91; *A Agenda Militar de Collor.* JB, 29.05.91; *O G-7 e as Forças Armadas.* JB, 23.10.91; *Defesa serve para quê?* JB, 20.11.91; *O Papel do Ocidente Profundo.* JB, 12.06.91.
- ARAÚJO Jr., José Tavares de. *Perspectivas da Indústria Nacional.* JB, 24.11.91.
- SANTOS, Murilo. *Quem é o Inimigo?* Jornal do Comércio, 22.08.93.
- PROENÇA JÚNIOR, Domicio. *Manar se Preciso for: Morrer Nunca.* JB, 17.07.91.
- CARVALHO, José Murilo de. *Entre o Quartel e o Museu.* JB, 10.11.91.
- CAMPOS, Roberto. *Optar é Preciso.* Globo, 08.09.91; *Além do Cotidiano.* Editora Record, Rio de Janeiro, 1985.
- VELLOSO, João Paulo dos Reis — *O Último Trem para Paris.* Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1986.
- COELHO, Edmundo Campos. *Em Busca de Identidade: O Exército e a Política na Sociedade Brasileira.* Editora Forense Universitária, 1976.
- STEPAN, Alfred. *Os Militares na Política.* Editora Artenova, Rio de Janeiro, 1971; *Os Militares Da Abertura à Nova República.* Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1986.
- KEITH, Henry Hunt. *Soldados Salvadores: As Revoltas Militares Brasileiras de 1922 e 1924 em Perspectiva Histórica.* Bibliex, Rio de Janeiro, 1989.
- DRUMOND, José Augusto. *Movimento Tenentista: A Intervenção Politicada Oficializadora (1922-1935).* Edições Giral, Rio de Janeiro, 1986.
- FORJAZ, Maria Cecília Spina. *Tenentismo e Forças Armadas na Revolução de 30.* Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1989.
- MORAES, João Quartim de. *A Esquadra Militar no Brasil, da Conspiração Republicana à Guerrilha dos Tenentes.* Edições Siciliano, São Paulo, 1991.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História Militar do Brasil.* Editora Civilização Brasileira, Rio de Janeiro, 3ª Edição, 1979.
- OLIVEIRA, Elicer Rizzo de (Coord.). *Militares: Pensamento e Ação Política.* Papirus Livraria Editora, Campinas, SP, 1987.
- TREVISAN, Leonardo. *O Pensamento Militar Brasileiro.* Global Editora, São Paulo, 1985.
- MATTOS, Carlos de Meira. *Estratégias Militares Dominantes.* Bibliex, Rio de Janeiro, 1986.
- RAPOSO FILHO, Amerino. *Dimensões da Estratégia — Evolução do Pensamento Estratégico.* Bibliex, Rio de Janeiro, 1990.
- HART, B. H. Liddell. *Estratégia: Conceituação e Emprego em 25 Séculos.* Bibliex, Rio de Janeiro, 1986.

- Janeiro, 1966.
- FULLER, John F. C. *A Conduta da Guerra (de 1789 aos nossos dias)*, Bibliex, Rio de Janeiro, 1966.
- CARDOSO, Alberto Mendes. *Os Treze Momentos, Análise da Obra de Sun Tzu*, Bibliex, Rio de Janeiro, 1987.
- MATTOS, Carlos de Meira. *A Missão das Nossas Forças Armadas na Perspectiva da Nova Ordem Internacional*, in Segurança e Desenvolvimento, Revista da ADESCG, nº 213, Rio de Janeiro, 1993.
- SANTORO, Hermano Lomba. *Indústria de Defesa, Tecnologia e Desenvolvimento*, in Segurança e Desenvolvimento, Revista da ADESCG, nº 213, Rio de Janeiro, 1993.
- CAMINHA, Herick Marques. Ministério da Defesa — *Da Conveniência e Oportunidade da sua Instituição na Administração Pública Brasileira*, in Segurança e Desenvolvimento, Revista da ADESCG, nº 213, Rio de Janeiro, 1993.
- FLORES, Mário Cesar. *Bases para uma Política Militar*, Editora Unicamp, Campinas, SP, 1992.
- CONCA, Ken. *O Brasil na Economia Global de*
- Armamentos*, in *Uma Avaliação da Indústria Bélica Brasileira*, Grupo de Estudos Estratégicos, UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- DAGNINO, Renato Peixoto. *A Indústria de Armamentos e os Projetos de P&D Militar*, in *Uma Avaliação da Indústria Bélica Brasileira*, Grupo de Estudos Estratégicos, UFRJ, Rio de Janeiro, 1993.
- CAMINHA, João Carlos Gonçalves. *Delineamentos da Estratégia*, Bibliex, 3 volumes, Rio de Janeiro, 1983.
- CLAVEL, James. *A Arte da Guerra — Sun Tzu*, Editora Record, 2ª Edição, Rio de Janeiro, 1983.
- CALÓGERAS, J. Pandiá. *Formação Histórica do Brasil*, Bibliex, Rio de Janeiro, 1957.
- FIGUEIREDO, Diogo de Oliveira. *Evolução das Concepções Estratégicas*, Palestra na EsCEME, 1984; Política do Departamento de Material Bélico, Palestra na EsCEME, 1988, Política Setorial, palestra na EsCEME, 1991.
- VIDIGAL, Armando Amorim Ferreira. *A Evolução do Pensamento Estratégico Naval Brasileiro*, Bibliex, Rio de Janeiro, 1985.



O General-de-Exército R/1 DIOGO DE OLIVEIRA FIGUEIREDO, oriundo da Arma de Cavalaria, é da Turma de 1945 da Escola Militar de Resende. Além do curso de formação de oficiais, tem a seu crédito os seguintes: Guerra Química, Equitação, Aperfeiçoamento de Oficiais, Comando Estado-Maior, Superior de Guerra. Ex-Comandante do Regimento Andrade Neves, Vila Militar, RJ; da 2ª Brigada de Cavalaria Mecanizada, Uruguaiana, RS; da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, da 3ª Divisão de Exército, Santa Maria, RS; da 1ª Divisão de Exército, Vila Militar, RJ. Foi Vice-Chefe e Chefe do Departamento de Material Bélico.



A Presença Militar Brasileira na 2ª Guerra Mundial

L. P. Macedo Carvalho

Resumo, para exposição em plenário, do trabalho apresentado no XVIII Congresso Internacional de História Militar, como representante do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB). Reprodução de matéria publicada na revista desse Instituto nº 79/93.*

PORQUE O BRASIL FOI À GUERRA

O Brasil foi levado a participar da II Guerra Mundial (1939-1945) por força da cultura cristã-occidental, da sua expressão geopolítica, de razões ideológicas, do espírito de solidariedade pan-americano, e porque se viu agredido.

De índole pacífica, nossa gente tinha fortes motivos para se manter neutra, sobretudo pela contribuição dada à etnia brasileira e ao desenvolvimento sócio-econômico do País por grandes contingentes de imigrantes italianos e alemães, estabelecidos particularmente no sudeste e no sul do Brasil.

A expressão geopolítica de nosso território subcontinental (5º maior do mundo), com 8.000 km de costa debruçada sobre o Atlântico Sul, dotado de ponderável efetivo demográfico e de recursos naturais estratégicos, também não nos permitiu ficar

neutros no conflito mundial.

Ainda que vivêssemos sob regime ditatorial civil, que nutria simpatia pelos governos de Berlim e Roma, o povo brasileiro, amante da liberdade, repudiava a ideologia nazi-facista.

Membro da comunidade americana, o Brasil participou da I Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas, realizada na cidade do Panamá, em outubro de 1940, para traçar um estratégia de defesa no Hemisfério Ocidental, ficando deliberada a neutralidade dos países desse lado do Atlântico, ao longo de uma faixa de segurança de 300 milhas em torno do continente. Tal medida visava, principalmente, a garantir o suprimento das indispensáveis matérias-primas aos EUA.

Em 1940, com a queda da França, teve lugar outra Reunião de consulta de Chanceleres, em Havana, da qual resultou

*Ver, na seção Informações, detalhes sobre o Congresso.

a declaração conjunta que todo atentado de um Estado não americano contra a integridade de um Estado americano seria considerado ato de agressão contra todos os Estados do continente, princípio consagrado da doutrina pan-americana.

A 28 de janeiro de 1942, no encerramento da III Reunião de Consulta de Chanceleres das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, diante do ataque japonês aos EUA em Pearl Harbour, o Brasil rompeu relações diplomáticas com as potências do "Eixo" — Alemanha, Itália e Japão.

A partir de 9 de dezembro de 1941, Hitler dera liberdade ao Comando Geral dos Submarinos para atuar no interior das águas da Zona de Segurança Pan-Americanas e, logo em seguida, começaram os torpedeamentos de navios mercantes brasileiros nas costas dos EUA e no Caribe.

A 15 de junho de 1942, Hitler, em reunião com o Almirante Raeder, decidiu lançar uma ofensiva submarina contra a navegação marítima no litoral brasileiro e destruir os portos do Rio de Janeiro, Recife, Salvador e Santos. Essa missão foi confiada a uma flotilha de submarinos baseada na França ocupada e constituída de 8 "U-Boats" de 500 ton e 2 de 700 ton, que era reabastecida pelo submarino-tanque U-604, ao largo de nossa costa. A essa flotilha juntaram-se depois submarinos italianos. Em dois dias, cinco navios mercantes brasileiros foram torpedeados e postos a pique a poucas milhas de nossa costa, causando a perda de mais de quinhentas vidas, e de um Grupo de Artilharia de Dorso que era transportado para guarnecer o Nordeste brasileiro.

Era a guerra não declarada, a pretexto de revidar a ação diplomática legítima de rompimento de relação com o "Eixo". A

opinião pública brasileira exigiu e o governo do Brasil, então, reconheceu o estado de beligerância com a Alemanha, a Itália e o Japão, a 22 de agosto de 1942.

PARTICIPAÇÃO MILITAR DO BRASIL

Firmando um acordo bilateral entre o Brasil e os EUA, ficou acertado, inicialmente, que a participação do Brasil no conflito mundial dar-se-ia da seguinte forma:

Marinha — patrulhamento do litoral, escolta de comboios marítimos e cessão de bases a forças navais e aeronaves norte-americanas.

Exército — organização de 1 (um) corpo-de-exército, a 3 (três) divisões de infantaria e 1 (uma) divisão blindada, para atuar no Norte da África e na Europa, a fim de liberar tropas aliadas destinadas à invasão da França, bem como defender o saliente nordestino, em face da ameaça representada pela eventual presença de alemães nas colônias francesas da costa atlântica da África (Dakar, Senegal);

Força Aérea — organização e envio, ao Teatro-de-Operações do Mediterrâneo, de 1 (um) grupo de caça, 1 (uma) esquadrilha de ligação e observação e, mais tarde, de 1 (um) grupo de bombardeiros médios.

A Força Expedicionária Brasileira

Os atrasos no fornecimento do material bélico necessário, resultantes dos preparativos para a invasão da Europa pelos aliados, limitariam a contribuição de maiores efetivos do Exército Brasileiro para dar prosseguimento à guerra no Teatro do Mediterrâneo. Assim, ficamos restritos ao

envio apenas da Força Expedicionária Brasileira (FEB), integrada por 1 (uma) Divisão de Infantaria e elementos da Justiça Militar, do Banco do Brasil, do Serviço Postal e Especial, do Serviço de Saúde, do Corpo de Enfermeiras e de equipes de ligação, reforçados por um Depósito de Pessoal, para garantir o recompletamento dos claros abertos em ação. A tropa combatente era composta de unidades de infantaria, cavalaria mecanizada, artilharia, engenharia, aviação de ligação e observação, órgãos de apoio administrativo e de apoio ao combate.

A FEB, comandada pelo General-de-Divisão João Batista Mascarenhas de Moraes, tomou parte nas operações da campanha da Itália de julho de 1944 a maio de 1945, com o efetivo global de 25.334 homens, incorporada ao V Exército norte-americano, do General Mark Clark, e enquadrada pelo IV Corpo-de-Exército, sob as ordens do General Willis Crittenton.

Para se ter uma visão sintética do desempenho operacional da FEB, transcrevemos a mensagem do seu comandante, ao anunciar a vitória aliada na Europa:

"A Força Expedicionária que representou o Brasil nesta sanguinolenta guerra cumpriu galhardamente a missão que lhe foi confiada, mercê de Deus e a despeito de condições e circunstâncias adversas. Num terreno montanhoso, a cujos pincaros o homem chega com dificuldade, um inverno rigoroso, que a totalidade da tropa veio enfrentar pela primeira vez, e contra um inimigo audacioso, combativo e muito bem instruído, podemos dizer assim mesmo, e por isso mesmo, que os nossos bravos soldados não desmereceram a confiança que neles depositavam os seus

chefes e a própria Nação brasileira.

"Após oito meses de combates constantes em que, como todos os exércitos, sofremos pesados revéses e obtivemos brilhantes vitórias, o balanço de uns e outros é ainda favorável às nossas armas. Desde o dia 16 de setembro de 1944, a FEB percorreu, conquistando ao inimigo, às vezes palmo a palmo, cerca de 400 quilômetros, de Lucca a Alessandria, pelos vales dos Rios Sercchio, Reno e Panaro, e pela planície do Pô; libertou quase meia centena de vilas e cidades; sofreu mais de 2.000 baixas, entre mortos, feridos e desaparecidos; fez o considerável número de mais de 20.000 prisioneiros, vencendo pelas armas e impondo a rendição incondicional a duas divisões inimigas. É um registro deveras honroso e de vulto para uma divisão de infantaria. Um dia se reconhecerá que o seu esforço foi superior às suas possibilidades materiais, porém plenamente consentâneo com a noção de dever e amor à responsabilidade revelados pelos nossos homens em todos os degraus e escalões da hierarquia, e em todas as crises e circunstâncias da campanha que neste instante acabamos de encerrar.

Regressamos com feridos ainda sangrando dos últimos encontros, mas nunca, pela nossa atuação, o prestígio e o nome do Brasil periclitaram ou foram comprometidos. É bem verdade, e vale a pena afirmar, que preço bem alto pagamos por esse resultado. O sangue dos nossos bravos camaradas tingiu de vermelho essas belas verde-escuras montanhas dos Apeninos e algumas centenas de nossos companheiros já não retornarão à Pátria conosco, porque dormem o sono eterno sob as terras úmidas e verdejantes das planícies da Toscana.

Não foram muitos os meses que aqui

passamos; muitos foram, entretanto, os triunfos que incorporamos ao rico patrimônio e às nossas tradições militares: Camaiore, Monte Prano e Barga — no vale do Rio Sercchio; Monte Castelo, La Serra e Castelnuovo — no vale do Rio Reno; Montese, Zocca, Marano su Panaro — no vale do Rio Panaro; Callechio e Fomovo di Taro — na rica planície do Pô.

Esses nomes se inscreverão, por certo, dentre aqueles que recebem o culto das gerações patriciais, porque na Itália, como nos campos-de-batalha sul-americanos, o Exército Brasileiro mostrou-se digno do seu passado..."

A Força Aérea Brasileira

A Força Aérea Brasileira (FAB), criada a 20 de janeiro de 1941, por agrupamento da antiga Aviação Militar do Exército com a Naval, também esteve presente nos céus da Itália durante a II Guerra Mundial, representada pelo 1º Grupo de Aviação de Caça — o "Senta a Pua" — e a 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação — a "Olho Nele".

O 1º Grupo de Aviação de Caça, equipado com os aviões P-47 — *Thunderbolt*, de fabricação norte-americana, operou integrado ao 350º *Fighter Group*, a 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação, dotada de aeronaves L4-h, *Piper Club*, atuou adida à Artilharia Divisionária da FEB.

O 1º Grupo de Aviação de Caça entrou em ação no espaço aéreo do Teatro-de-Operações do Mediterrâneo, voando sobre território italiano e alemão. Nos primeiros quatro meses de operação, os caças brasileiros efetuaram 1.728 surtidas e foram atingidos pelo fogo antiaéreo inimigo 103 vezes, o que representa, em média, um avião

atingido em cada 17 missões. Nos dias em que havia vôo, os brasileiros cumpriram da ordem de 20 missões diárias, conseguindo retornar à base mesmo avariados, na maioria das vezes. Em todas as missões os caças brasileiros enfrentaram caças inimigos e cerrado fogo de canhões antiaéreos de 20 a 40 mm, por voarem a média e baixa alturas.

Dos 48 pilotos do 1º Grupo de Caça que realizaram missões de combate, registraram-se 22 baixas, sendo cinco mortos, abatidos pela artilharia antiaérea; oito saltaram de pára-quedas sobre território inimigo, em consequência de seus aviões terem sido atingidos; três faleceram em acidentes de aviação e seis foram afastados do vôo por prescrição médica.

O desempenho dos "caçadores" brasileiros, no último mês da guerra, pode ser melhor avaliado pelo seguinte trecho do relatório oficial do 350º *Fighter Group*:

"Durante o período de 6 a 29 de abril de 1945, o grupo de caça brasileiro voou 5% das surtidas executadas pelo XXII Comando Aerotático e, no entanto, dos resultados obtidos por esse comando, foram oficialmente atribuídos aos brasileiros 15% dos veículos inimigos destruídos, 28% das pontes destruídas, 36% dos depósitos de combustíveis danificados e 85% dos depósitos de munição atingidos".

A 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação voou 1.282 horas sobre as linhas inimigas, cumprindo missões de observação em proveito da artilharia da FEB.

A participação da FAB durante a II Guerra Mundial não deve ser avaliada pelo efetivo reduzido presente na Itália, mas pelo desempenho revelado, se comparado ao de outras unidades similares de diversas nacionalidades que constituíram o poder aéreo aliado empregado no Teatro-de-Operações do Mediterrâneo.

A atuação da FAB não se limitou ao Teatro do Mediterrâneo. Significativa também foi sua ação no Atlântico Sul, dando cobertura a comboios marítimos, patrulhando o litoral, atacando e afundando submarinos inimigos.

A Marinha brasileira na Batalha do Atlântico Sul

A II Guerra Mundial surpreendeu a Marinha do Brasil com quase a mesma estrutura de 1918, quando operou na costa ocidental da África, de Serra Leoa para o norte, em apoio aos aliados. Não dispúnhamos, sequer, de aviação embarcada.

Limitada pela falta de meios para atender às necessidades, deu-se prioridade a operações predominantemente defensivas na faixa litorânea leste e nordeste, complementadas por ações do Exército e da Força Aérea.

O desenvolvimento da Marinha do Brasil no conflito iniciou-se com a criação da Divisão de Cruzadores, reforçada por navios mineiros, cuja missão era realizar a **patrulha da neutralidade** contra submarinos do "Eixo".

A nossa entrada na guerra fez os EUA reforçar a defesa no litoral brasileiro com a 4ª Esquadra, sob o comando do Contralmirante Jonas H. Ingram. Para garantia do sucesso na área de responsabilidade estratégica adjacente à costa do Brasil, impunha-se unidade de comando das unidades aéreas e navais empenhadas de ambos os países. Dessa forma, o Brasil e os EUA acordaram em organizar o Comando da Força do Atlântico Sul, ficando o controle operacional das forças brasileiras e norte-americanas nas mãos do Almirante Ingram. Em consequência disso, a Divisão de Cruzadores foi extinta e criada a Força Naval

do Nordeste, sob o comando do Vice-Almirante Alfredo Carlos Soares Dutra. Transformada posteriormente na Força-Tarefa 46 do Comando do Atlântico Sul chegou a ter 141 unidades navais norte-americanas e 37 brasileiras. O quartel-general do Comando da Força do Atlântico Sul foi instalado no Recife e cedemos bases aos norte-americanos em Belém, Fortaleza, Natal e Salvador.

A maior parte das atividades desenvolvidas pela Marinha do Brasil foram de patrulhamento das nossas águas territoriais e proteção dos comboios que iam e vinham de Trinidad, nas Antilhas. Aspecto importante da campanha marítima no Atlântico Sul foi o patrulhamento oceânico, para bloqueio do transporte de suprimentos essenciais às potências do "Eixo", realizado por submarinos alemães e italianos entre a França e o Japão, via Cabo da Boa Esperança.

Além da escolta dos comboios regulares, a Marinha realizou cerca de 248 especiais, para abastecimento da Ilha de Fernando de Noronha e transporte de tropas, de armamento, de suprimentos diversos e outros fins.

A Marinha do Brasil escoltou 575 comboios, num total de 3.164 navios de 16 nacionalidades e de 16.486.062 toneladas brutas de arqueação, percorrendo 600.000 milhas marítimas — o que equivale a 28 voltas à Terra, no Equador — e perdendo apenas três dos cargueiros escoltados, ou seja, 0,09% dos barcos protegidos e 0,08% da tonelagem comboiada. Treze navios tripulados da nossa frota mercante e três petroleiros, sem tripulação, foram arrendados aos EUA nessa ocasião, ao preço simbólico de US\$ 1.00 (um dólar) mensal por unidade, comprometendo-nos, ao mesmo tempo, destinar 23 outros à navegação entre o Brasil

e portos norte-americanos.

No litoral brasileiro foram destruídos 10 submarinos alemães e um italiano, além de um outro alemão afundado pela própria tripulação — o U-604, submarino abastecedor, vulgarmente chamado de "vaca leiteira". As forças navais brasileiras estabeleceram 66 contatos seguidos de ataques a submarinos inimigos, confirmados pelos alemães.

Afora essas missões, a Marinha incumbiu-se também da proteção do cabo submarino que garantiu comunicações seguras com os Estados Unidos e a Europa, da destruição de minas submarinas, do salvamento de naufragos no mar, do socorro exclusivamente a aviões da Força Aérea dos EUA entre Dakar e Natal.

Em face da ameaça de Hitler contra os principais portos brasileiros e ilhas estratégicas, os couraçados "Minas Gerais" e "São Paulo", inadequados para a guerra anti-submarina, fundaram em Salvador e no Recife, respectivamente, para reforçar a defesa terrestre desses importantes ancoradouros, enquanto um destacamento de fuzileiros navais ocupou a Ilha de Trindade.

A Marinha do Brasil perdeu, ao todo, durante a II Guerra Mundial, três belonaves: o navio-transporte "Vital de Oliveira", a corveta "Camaquã" e o cruzador "Bahia", sofrendo 486 baixas de pessoal. Os ataques dos submarinos do "Eixo" resultaram no afundamento de 35 navios mercantes brasileiros, num total de 150.029 toneladas, o correspondente a mais de um terço de nossa frota comercial, e na perda de 972 vidas.

Estes dados expressam o tremendo esforço feito pelas forças navais brasileiras com os poucos recursos disponíveis para bem cumprir as múltiplas e inúmeras missões

que exigiram permanência contínua no mar até depois do fim da guerra.

CONSEQUÊNCIAS DA GUERRA

No balanço final do tributo pago a Marte na II Guerra Mundial, o Brasil colheu bônus e ônus, que chegam a questionar, às vezes, se saímos realmente vencedores do conflito.

Geopoliticamente pesamos e tivemos expressão estratégica mundial. Ficou comprovada a importância das ilhas oceânicas e do saliente nordestino do Brasil — cognominado o "Trampolim da Vitória" — na guerra anti-submarina e para a campanha da África e, posteriormente, a invasão da Itália.

No campo político, a maioria do povo brasileiro assimilou os ideais democráticos, a despeito das crises internas vividas pelo País até hoje. O sacrifício exigido dos brasileiros na luta contra o totalitarismo nazi-fascista acabou por derrubar a ditadura de Vargas.

O impacto da guerra sobre nossa frágil economia se mostra contraditório. Antes da guerra, o nosso comércio exterior se fazia em grande parte com sete países europeus dentre os dez com quem mantínhamos relações de trocas expressivas. A Alemanha detinha o 2º lugar em 1/4 de nossas exportações, logo atrás dos EUA na balança comercial. O conflito, se por um lado forçou a diversificação de nossa pauta de exportação, por outro privou-nos internamente de alguns produtos, tais como arroz, algodão, borracha e carne, para não citar minerais estratégicos nem sempre explorados racionalmente. Terminada a

guerra, o Brasil perdera os antigos mercados e não conseguiria manter os novos, voltando a ser tradicional exportador de café, cacau e algodão. Cabendo aos EUA 61% de nosso intercâmbio externo, tornou-se esse país nosso principal importador e exportador. O déficit orçamentário do tremendo esforço de guerra do Brasil, aliado à necessidade de emissão para financiamento dos estoques não exportados e adiantamento aos exportadores, às divisas congeladas nos EUA e no Reino Unido, respectivamente de 2 bilhões de dólares e de 250 milhões de libras esterlinas, provocaram inflação. Sem considerar as perdas experimentadas pela nossa Marinha Mercante, o pagamento de quase 2 bilhões de marcos referentes à compra de material bélico não entregue, as despesas operacionais com as Forças Armadas num total de 361 milhões de dólares — cuja última prestação foi paga em 1º de julho de 1954 — o arrendamento de cargueiros e petroleiros aos EUA por preço meramente simbólico, o Brasil foi o único país a participar efetivamente das operações de guerra que se viu excluído da Conferência de Reparações de Guerra de Paris, deixando assim de receber qualquer indenização pelos prejuízos sofridos, conforme ficara estabelecido pelos acordos de Ialta e Potsdam.

Dos saldos congelados em dólares, o acordo de Bretton Woods levou o Brasil a contribuir com quase 1 bilhão de dólares para o Banco Internacional de Reconstrução, que possibilitou a recuperação da Europa destruída pela guerra. O saldo em libras esterlinas, congelado em Londres, proveniente de exportações feitas durante e após a guerra, foi utilizado para aquisição de equipamento e regularização da situação financeira das empresas britânicas no Brasil.

A famosa "Lei de Empréstimos e Arrendamentos", firmada com os EUA, incluiu todos os artigos fornecidos para combater o inimigo no Atlântico e na Itália, assim como as despesas de transporte da FEB e com hospitalização de combatentes brasileiros no exterior. Assim, apesar de vencedores da guerra, na realidade ficamos economicamente pior do que os vencidos.

A Guerra revelou o despreparo das Forças Armadas Brasileiras para a II Guerra Mundial. A despeito de nosso vasto litoral, não possuímos mentalidade de país marítimo. A criação do Ministério da Aeronáutica, centralizando o emprego dos meios aéreos, pouco antes de entrarmos em ação, verificou-se acertada e oportunamente. Mais tarde, a criação da aviação embarcada, em decorrência da aquisição de um navio-aeródromo para a guerra anti-submarina, veio sanar uma lacuna constatada durante as operações no Atlântico. Evidenciada a necessidade de um órgão militar de cúpula para coordenação do emprego das Forças Armadas em operações, impôs também, a posteriori, a criação do Estado-Maior das Forças Armadas. A "Lei de Empréstimos e Arrendamentos", que tanto sangrou nossa debilitada economia, teve um lado positivo, permitindo a modernização e revitalização material de nossas Forças Armadas. A profissionalização do militar, exigida pela doutrina norte-americana incorporada com a guerra, ensejou-nos tomar consciência de nossas potencialidades e vulnerabilidades, abrindo caminho para a nacionalização do material bélico necessário, com o desenvolvimento da indústria aeroespacial, naval e de armamentos, e a elaboração de uma doutrina militar brasileira.

Na área social, verificou-se o fortalecimento da vontade nacional e o

reconhecimento da necessidade da valorização do homem, bem como de eliminação das chagas sociais do analfabetismo, das doenças endêmicas, da fome e da miséria. Cicatrizadas as feridas da guerra, o povo brasileiro não alimentou ódio nem discriminação contra os antigos inimigos, devolvendo os bens de imigrantes italianos postos em custódia ou seqüestrados durante o conflito mundial e recebendo, de braços abertos, levas de europeus e japoneses em seu território.

Decorridos 50 anos do reconhecimento

do estado de guerra, que tantos sacrifícios e padecimentos nos trouxe, cumpre neste retrospecto histórico lembrar à comunidade internacional, particularmente aos aliados de ontem, a necessidade de reparar as injustiças cometidas na Conferência de Paris, emprestando cooperação ao Brasil para vencer a batalha contra o subdesenvolvimento e por melhor qualidade de vida. Neste mundo egoísta de blocos competitivos e desumanos, a falta de visão perspectiva histórica poderá transformar a nova ordem mundial em desordem internacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MASCARENHAS DE MORAIS, João Batista, Marechal. *A FEB pelo seu Comandante - Estabelecimento General Gustavo de Faria, 1951*, Rio de Janeiro, Brasil.
- SALDANHA DA GAMA, Artur Oscar, Almirante - *A Marinha do Brasil*, Capemi Editora, 1982, Rio de Janeiro, Brasil.
- LAVANÉRE - Wanderley, Nelson Freire, Tenente-Brigadeiro - *História da Força Aérea Brasileira*, Ministério da Aeronáutica, 1967, Rio de Janeiro, Brasil.
- MINISTÉRIO DA MARINHA - *História Naval Brasileira, 5º Volume, Tomo II, Serviço de Documentação da Marinha*, 1985, Rio de Janeiro, Brasil.
- CASTELO BRANCO, Manoel Tomaz - *O Brasil na 2ª Guerra Mundial*, Biblioteca do Exército, 1952, Rio de Janeiro, Brasil.
- MEIRA MATTOS, Carlos de, General - *O General Mascarenhas de Moraes e sua Época*, Biblioteca do Exército 1983, Rio de Janeiro.
- As Forças Armadas do Brasil na Segunda Guerra Mundial, Revista do Clube Militar, nº 294, 1990, Rio de Janeiro, Brasil.
- MCCANN JR. FRANK D. - *The Brazilian American Alliance, 1937-1945*, Princeton University Press, 1973, New Jersey, EUA.
- WALTERS, Venon A., General - *Silent Missions*, Doubleday and Co., 1978, Garden City, New York, EUA.
- ROHWER, Jürgen - *Operações Navais da Alemanha no Litoral do Brasil Durante a Segunda Guerra Mundial*, Navigator, nº 18, 1982, Rio de Janeiro, Brasil.
- ARAGÃO, José Campos de, General - *O Brasil na Segunda Guerra Mundial*, Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, Volume LV, 1984, Rio de Janeiro, Brasil.
- VIDAL, Germano Seidi, Coronel - *Quanto Custou ao Brasil a II Guerra Mundial?*, Revista da Escola Superior de Guerra, nº 15, 1990 - Rio de Janeiro, Brasil.



LUIZ PAULO MACEDO CARVALHO - É Coronel de Artilharia da reserva do Exército pelo Staff College, Camberley e pelo Centro do Real Corpo de Educação do Exército Britânico (Beaconsfield) Barechalem Ciências Políticas e Econômicas, do antigo membro do Corpo Permanente da ESG, é Secretário Geral do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil e Diretor da Bibliex.



Leste Europeu: A Cortina Rasgada*

Terezinha de Castro

Apresentando aspectos geopolíticos e geoestatístico de países até a pouco incluídos entre os chamados "satélites de Moscou", o artigo mostra a realidade do Leste Europeu surgida dos escombros da "Cortina de Ferro"

"Sem o fundamento geográfico, a História pouco se diferencia dos contos de fada"

Emmanuel Kant (1724-1804)

AURSS começaria a se desintegrar na periferia mais avançada da "Cortina de Ferro" — termo criado pelo estadista inglês Winston Churchill para caracterizar a área-escudo de conotação geopolítica e geoestratégica do vasto império comandado por Moscou. Essa fronteira foi, durante quase meio século, a **marca protetora do espaço soviético, desde o Báltico até o Mar Negro**, dentro do enfoque militar-ideológico. Região caracterizada como **isóbara política** que fixou "durante certo tempo, o equilíbrio entre duas pressões: o equilíbrio das massas e o equilíbrio das forças".¹ (Mapa 1).

É que, após a Segunda Guerra Mundial, as duas superpotências, no confronto do eixo Leste/Oeste, requeriam muito mais do que uma simples fronteira, mas sim autênticas marcas medievais, formando

extensas faixas protetoras, "profundos glacis de segurança afastando o núcleo geohistórico e o ecúmeno estatal da ameaça das incursões aéreas e das possíveis e rápidas invasões dos tanques inimigos".²

Em se tratando da URSS, para a defensiva de seu poder terrestre, além da "Cortina de Ferro", foi incluída, em sua **área-escudo**, quer por Tratados ou mesmo ocupação direta, cerca de 495.000 km² do continente europeu (pouco menor que o nosso Estado da Bahia), onde vivia uma população de 24 milhões de pessoas. Essa isóbara política incluiu territórios: desde Petsamo, o único porto da Finlândia no Báltico, à Prússia Oriental, onde Koenigsberg passava a se chamar Kaliningrado e, deslocando sua fronteira para cerca de 250 km de Varsóvia, Bucarest e Budapest, atingia o Mar Negro em sua parte ocidental, integrando a Bulgária e a Rumânia na "Cortina de Ferro".

* Selecionado pelo PADECCEME

1. *Géopolitique* — Jaques Ancel — Librairie Delagrave- Paris, 1936.

2. *Geografía Universal — Generalidades (Europa)* — Tomo I — Instituto Gallach de Librería y Ediciones — Barcelona, 1952. —



Mapa 1

retirando, porém, a Bucovina e a Bessarábia desta última. (Mapa 2).

Finda a "Guerra Fria", impunha-se o **movimento desagregador** nessa área hoje denominada de Leste Europeu, conhecido como o "**Outono do Povo**" ou "**Outono do Descontentamento**", caracterizado por movimentos políticos que, derrubando governos comunistas, transformaram o conjunto numa autêntica "**Cortina Rasgada**".

•

Desse complexo faz parte a **Polônia**, cujo nome "Polska", significa país das planícies (211.730 km^2), e que é menor que o nosso Estado do Maranhão. Inserida numa zona de passagem entre a **Europa Perifé-**

rica e a Rússia Continental, transformou-se num "país aberto" de área geopoliticamente imatura. Instalada no âmbito geográfico onde se justapõem duas zonas — as **Europas Ocidental e Oriental**, iria sofrer o fenômeno das fronteiras críticas no geoestratégico eixo **entre os mundos germânico e eslavo**.³ Zona de passagem, sofreria as consequências da instabilidade étnica e, mesmo depois das invasões terem cessado na Europa Ocidental, continuou submetida às incursões do leste e oeste.

Sua instabilidade como Estado de direito através dos séculos prendeu-se à condição de "país aberto", cujas fronteiras jamais formaram obstáculos, e sim elos de comunicação. Se suas planícies serviram como elemento de ligação entre o leste e o oeste, os Carpathos, a despeito de complexo montanhoso, jamais constituiram obstáculo, já que seus passos de Dukla, Luknov e Jablonkow levavam para o sul, via Bacia do Danúbio.⁴ Conseqüentemente, o núcleo geohistórico da Grande Polônia como impeto propulsor da cultura eslava evoluiria, como nacionalidade, além-fronteiras nacionais.

Na Polônia, pois, onde, sob o ponto de vista fisiopolítico, não se impuseram estruturas estáveis e perduráveis, defrontaram-se, através dos tempos, as forças internas e externas. As forças externas representadas, inicialmente, pelas grandes potências (**Prússia, Áustria e Rússia**) que acabaram, após três partihas sucessivas, por fazê-la desaparecer do mapa por algum tempo, juntando-se às forças internas, que ora tendem para o germanofilismo, ora para o eslavofilismo.

3. *Histoire de la Pologne* — Ambroise Jobert — Presses Universitaires de France — Paris, 1953.
 4. *Le Monde Slave* — Albert Mousset — Société D' Éditions Françaises et Internationales — Paris, 1946.
 5. *Les Nouveaux Destins du Danube — Ou va L'Europe?* — Graham Hutton — Payot — Paris, 1939.



Mapa 2

"País aberto", que em setembro de 1939 era invadido no leste e oeste. Nele os alemães e russos acordaram numa partilha por pacto secreto de 21 de agosto de 1938, e nele também divergiram enfrentando-se a partir de 1941. Terminada a guerra, a Polônia, na "Cortina de Ferro", era incorporada na esfera de defesa russa, da qual se libertaria em 1980.

País de fronteiras artificiais, sua situação atual é bem delicada, tanto no leste (onde tem territórios ainda dentro da CEI), quanto no oeste, onde conta com descendentes de alemães na **crítica linha do Orde-Nisse**, estabelecida como expediente histórico em 1945. (Mapas 2 e 3). Ressalte-se que, para poder se reunificar,

em 1991, o governo de Bonn tenha aceito ficar despojado de sua Silésia e Pomerânia. Aí, Gdańsk, a Dantzig alemã é topônimo de ressonância geopolítica, no famoso "Corredor" para o Báltico, e que, por ser a chave do norte da Europa e conservar a Prússia afastada da Alemanha, manterá destino instável e perigoso.

Dentro do enfoque geopolítico o espaço territorial dos tchecos e eslovacos (127.810 km^2), menor que o nosso Estado do Amapá, se localiza no âmbito geoestratégico das "Grandes Portas" intercontinentais da Europa. A primeira corresponde ao Vale do Morava, intercomunicando as bacias do Vístula-Danúbio, congregando toda a Europa Oriental com a Mediterrânea entre o Quadrilátero da Boêmia, cujo maciço definido como cidadela do continente guarda no seu centro a cidade de Praga, até os Carpathos, cordilheira balcânica dos Alpes Dináricos. Nos Carpathos está a segunda entrada natural, o Passo de Dukla, entre a Galícia polonesa e a Eslováquia, passagem utilizada pelos eslavos e mongóis para chearem até a Planície da Panônia, já na Hungria. Em consequência, dentro do enfoque geopolítico, a existência do país Tcheco está associada à geografia do desfiladeiro do Elba, em Spandau, demarcando a fronteira entre a Saxônia e a Boêmia.⁶

Zona de passagem, como a Polônia, esse espaço da Europa Central, desde o século II ocupado por tchecos e eslovacos, nações eslavas afins, seria invadido pelos húngaros (século IX), integrando-se, em 1620, ao Império Austro-Húngaro. Isso até 1918, quando o Tratado de Versalhes cria-

6. *Histoire de la Tchécoslovaquie* — Pierre Bounnoure — Presses Universitaires de France - Paris, 1968.

va, como mero expediente da História, o país que tomaria o nome de Tchecoslováquia. País no centro geográfico da Europa, sem saída para o mar, tem, no norte, uma elipse aberta de montanhas e, no sul, a fronteira do Danúbio e seus afluentes. Daí o transporte fluvial ser-lhe imprescindível, quer pelo Elba, para atingir o Mar do Norte, quer pelo Danúbio, para acesso ao Mar Negro.

Seu existir, dentro do contexto geoestratégico, seria representar uma "espécie de lança cravada no coração da Alemanha", segundo definição de Clemenceau e que Neville Chamberlain descrevia como o país remoto acerca do qual ele pouco sabia. No entanto, no conjunto europeu, esse país, onde predominava o elemento tcheco, incluía, na Boêmia, 3.600 alemães e, completava-lhe o mosaico étnico os eslovacos, húngaros-magiáres e rutêniros. Como zona de passagem, transformava-se na "porta de saída do Império Austro-Húngaro para a Alemanha e Mar do Norte, pela rota do Elba".⁷

Observe-se que, nesse período, a formação de unidades nacionais era imposta dentro da temática de que populações com características comuns no setor lingüístico, porém sujeitas a soberanias diferentes, como no caso dos tchecos e eslovacos, teriam que conviver num mesmo Estado. Assim, para se formar a Tchecoslováquia, os tchecos invocariam a Geografia e a História, a fim de conservar fronteiras com a Áustria e Alemanha, muito embora o traçado dessas fronteiras correspondessem a um critério puramente convencional, tendendo para o conflituoso, por separar a Alemanha da Áustria, países de populações germânicas,

que, para completar o caos, eram ainda englobadas no país tcheco. Já os eslovacos destacariam o fator lingüístico para se isolarem dos húngaros e o econômico para atingir o Danúbio, onde Presburgo passava a se chamar Bratislava.

A Tchecoslováquia surgia no jogo de forças políticas, onde não se conseguia distinguir cidadania ("prislusnost"), de nacionalidade ("narodnost"), refletindo o fenômeno nas áreas circunvizinhas, visto que 100.000 tchecos ficavam dentro da Áustria e 140.000 eslovacos passariam a viver na Hungria, concluindo-se que a Diplomacia fizera e desfizera as fronteiras da Tchecoslováquia para atender à política beligerante de grupos necessitados de um **nódulo geoestratégico com ligação obrogatória Oriente/Ocidente na Depressão do Morava**, sem que se lhe descartasse o valor geohistórico, por se manter como vínculo de união entre eslavos do leste e os do sul, premiados com a formação da Iugoslávia.

Criada a Tchecoslováquia sem grandes critérios, 30% de sua população de origem alemã, sem ser tcheca, eslovaca ou rutênia, conseguia, a partir de 1930, formar o Partido dos Sudetos, sob a liderança de Konrad Henlein, que se aproximaria do Partido Nacional Socialista de Adolf Hitler. Assim, em 1938, partia-se a "lança cravada no coração da Alemanha", com a anexação dos Sudetos,⁸ por Hitler; a Polônia, por sua vez, obtinha o Ducado de Teschen na Porta da Morávia, enquanto a Hungria ocupava a parte meridional da Eslováquia.

Caberia à História, mais uma vez, programar novos expedientes, já que, em 1940,

7. *Geografia Política* — Artur Dix — Editorial Labot — Barcelona, 1929.

8. A Perda dos Sudetos privava a Tchecoslováquia de suas fortificações; a Alemanha aumentava o seu potencial armamentista através do Complexo Industrial Skoda, com sede em Pilsen.

deixava de existir a Tchecoslováquia — a Boêmia e a Morávia, transformadas em protetorados, eram integradas ao III Reich, a Rutênia passava a pertencer à Rússia, enquanto a Eslováquia, declarada independente, transformava-se em um Estado-satélite alemão.

O Cheskoslovensko ou República da Tchecoslováquia ressurgiria depois da Segunda Guerra Mundial, bem menor que a do Tratado de Versalhes — sem a Rutênia que continuava com a URSS, para dela poder fazer fronteira com a Hungria incorporada a "Cortina de Ferro", e sem o Ducado de Teschen, mantido pela Polônia.

A aproximação entre tchecos e eslovacos foi sempre artificial. O país nasceu sempre destinado ao secessionismo, visto que "na medida que um Estado inclui diversas nacionalidades, cada qual a buscar finalidades específicas e inamônicas, terão proporcionalmente debilitadas sua força e coesão"; sobretudo se esses grupos distintos revelam "diferentes níveis de cultura material e ocupam frações do país fisicamente separadas umas das outras".⁹

A união entre tchecos e eslovacos jamais foi completa, acentuando-se o fenômeno a partir de 1968, durante a "Primavera de Praga", por terem os autores da repressão comandada por Moscou saído de Bratislava. Ressentimento acentuado, quando por ocasião da "Carta 77", movimento de oposição à "doutrina Brejnev", os tchecos não obtiveram apoio dos eslovacos. No entanto, chegava a Tchecoslováquia à "Revolução de Veludo" em dezembro de 1989, pondo fim, pacificamente, aos 40 anos de regime comunista. Daí ao "Divórcio de

Veludo" (1992) seria mais um passo. Transformava-se a Tchecoslováquia em dois países, pois 64% de tchecos não poderiam mais continuar dominando 31% dos eslovacos.

Nesse país que se desagregou, o contraste etnopolítico sempre se estendeu ao econômico. No setor tcheco, onde a agricultura é intensiva, desenvolveu-se logo a atividade industrial, atividade que só atingiu a Eslováquia quando Stalin se decidiu a nela instalar indústrias pesadas, notadamente de armas, que o fim da "Guerra Fria" iria desestruturar. Na Eslováquia, a atividade agrícola é predominantemente rural, baseando-se numa estrutura quase feudal, muito embora a instauração da "democracia popular", de regime comunista, em 1948, tenha tentado fazer desaparecer o dualismo econômico, ao desapropriar latifúndios eslovacos, coletivizando-os.

Quer pela posição geográfica, quer pelo nível estrutural, a aproximação da Eslováquia é maior com a Hungria; já os tchecos, cuja elite sempre falou o alemão, estão mais voltados para o eixo Berlim/Viena, acompanhando, na medida do possível, o desenvolvimento industrial dos vizinhos. Assim, consumidores e produtores da cerveja em Pilsen, desde 1930 os tchecos já produziam automóveis Skoda, copiados do alemão Porsche.

Sob o ponto de vista geopolítico, a região central plana, ocupada pela Hungria¹⁰ (93.011 km^2), pouco menor que o nosso Estado de Santa Catarina, envolvida pelos Alpes e o semicírculo dos Carpatos, com o

9. *Espírito e Propósito da Geografia* — S. W. Wooldridge e W. Gordon East — Zahar Editores — Rio, 1967.

10. *Histoire de l'Hongrie* - Émile Tersen - Presses Universitaires de France - Paris, 1955; *Histoire de l'Autriche* - Jacques Droz - Presses Universitaires de France - Paris, 1946

vale do Danúbio comunicando-a com o Mar Negro, dá ao território importância, por se constituir na **linha de soldadura norte-sul do continente**. O posicionamento transformou o país, **um dos principais núcleos não eslavos da Europa Central**, em zona de fronteiras críticas, para lá convergindo populações centrais e orientais com objetivo idêntico — a ocupação dessa **zona geoestratégica de passagem danúbio-balcânica**. Conseqüentemente, pode-se afirmar que o Danúbio é o principal rio da Hungria, vindo da Áustria com destino à Iugoslávia.

A região foi alvo de cobiça de eslavos, búlgaros, ávaros e, finalmente, magiares, guerreiros temíveis provenientes das estepes russas (século IX), também conhecidos como “on ogurs”, significando povo das dez flechas, cuja corruptela daria origem a palavra húngaro.

No entanto, o Estado húngaro propriamente dito só nasceria com a adoção do Cristianismo, no momento em que Estêvão (997-1038) recebia no ano 1000, a coroa real das mãos do Papa Silvestre II, no dia de Natal. Com a garantia cristã estava consolidada a independência dos magiares e constituído o Estado medieval Húngaro. Mas, no momento em que a Europa Central começava a se firmar, através de consciências nacionais, iniciava-se o conflito entre católicos e protestantes. A Guerra dos Trinta Anos deixaria a região não só devastada como enfraquecida e, sobretudo, presa fácil para os turcos otomanos que expandiam o islamismo. Com a luta, pois, entre cristãos, facilitada a invasão turca nos Bálcans, os magiares são derrotados na **Batalha de Mohacs** (1526).

O Estado húngaro ficaria então dividido em três regiões distintas: a parte central sob domínio muçulmano; o setor leste

(Transilvânia) com regentes locais protestantes, que nunca se furtaram em auxiliar os turcos contra os católicos; e a faixa ocidental — a chamada Hungria-Real, dominada pelos Habsburgos católicos. Esse último núcleo daria origem a uma Hungria governada por Viena, dependente da Áustria, e que só nos lares podia perpetuar a cultura magiar, já que o alemão passava a ser a língua dominante. É esta, pois a **origem do Império Austro-Húngaro** que, a partir do século XVII, estava formado e sacramentado.

O Império Austro-Húngaro fez parte da Confederação Germânica até a dissolução desta, em 1866, quando a Prússia, pensando na unificação do Santo Império Romano Germânico em seu proveito, afastava do grupo o governo de Viena, após a **Batalha de Sadowa**. No ano de 1867, impunha-se nova dinâmica geopolítica, através do dualismo austro-húngaro — os dois países, embora independentes, mantinham a diplomacia, finanças e exército comuns.

Com a derrota da Áustria, na Primeira Guerra Mundial, a 16 de novembro de 1918 era proclamada a república na Hungria. E, como a separação fora obra do comunismo instalado na Rússia, o país seria convulsionado por lutas entre vermelhos e brancos, estes últimos, não comunistas. O dualismo político levaria a Hungria, na esperança de reaver 2/3 de seus territórios que perdera pelo Tratado de Trianon (1920), a aliar-se aos regimes totalitários de Mussolini e Hitler.

A derrocada do Eixo incluiria a Hungria, gradativamente, na “Cortina de Ferro” (1949), quando, exterminados os chamados “Partidos Burgueses”, as eleições se realizaram com chapa única. Em seguida, para pôr fim aos denominados

totalitaristas, ocidentalistas e titoistas, era criada a AVH, polícia repressiva contra a qual, em 1956, os húngaros se rebelaram. O movimento é sufocado com a invasão do país pelas tropas russas.¹¹ A AVH é substituída por outra organização bem mais poderosa a BKH e a coletivização é implantada.

O alinhamento incondicional com a URSS foi substituído, em 1990, via independência e subsequente acordo com Moscou, para a retirada gradual dos soldados soviéticos estacionados em território húngaro. Mas foi, no entanto, a decisão de desmantelar a cerca eletrificada e os alarmes eletrônicos, que isolavam as fronteiras entre a Hungria e a neutra Áustria, que acabaria colaborando com o êxodo dos alemães orientais para a parte ocidental e a subsequente **reunificação da Alemanha**.

Aos alemães que ainda se abrigam na Hungria, juntam-se refugiados croatas, ao lado de minorias sérvias, eslovenas, eslovacas e rumenas. Ao lado dessa diversidade étnica o governo de Budapest tem problemas com países vizinhos, dentre esses, com a recente República da Eslováquia, por causa da barragem Gabčíkovo-Nagymaros, no Danúbio, que, segundo a Hungria, concorre para pôr em risco o equilíbrio ecológico. Por outro lado, há o "punctum dolens" com a Rumênia, já que, na Transilvânia, a ela integrada, vivem cerca de 2 milhões de húngaros que se consideram marginalizados.

Já na Península Balcânica, no sudoeste da Europa, a **Rumênia** (237.500 km^2), com área pouco maior que a do nosso Estado de Roraima, constitui uma nação insatisfeita geopoliticamente, por haver perdido, na Segunda Guerra Mundial, a Bessarábia para a Rússia, além da Moldávia e parte da Dobrudja para a Bulgária. Conseguiu, no entanto, manter a **embocadura do Danúbio**, delta com 2.500 km^2 de três braços principais: o Chilia, o Sulina e o Sfintul George.¹²

Danúbio, em português, deriva do latim "Danuvius", topônimo que os romanos lhe deram. Curiosamente, nenhum dos oito países que se distribuem ao longo desse rio que nasce na Alemanha, guardou esse nome. Os tchecos chamam-no Dunaj, na Hungria é Dona, é Dunai na Iugoslávia, na Bulgária e Rússia recebe o nome de Dunau, enquanto a Rumênia o registra como Donarea. Nasce entre penhascos e montanhas, banha a capital de vários países: Viena, Bratislava, Budapest e Belgrado. Na altura de Budapest (esta cidade banhada pelo Danúbio) está a 15 metros de altitude e a 300 km do Mar Negro. Nas montanhas dos Balcãs é aprisionado numa garganta, "Portas de Ferro", chegando tranquilo à monótona região estepária da Rumênia, país danubiano submetido, geopoliticamente, às alternativas militares em seu vale inferior.¹³

Segundo rio em extensão da Europa, depois do Volga, o **Danúbio, um dos pomos**

11. Antes da Segunda Guerra Mundial a URSS não possuía fronteira com a Hungria, para tal, terminado o conflito conseguiu anexar a Ruténia, retirada da Tchecoslováquia; graças a esse território conseguiu sufocar com rapidez a rebelião Húngara de 1956.

12. *L'importance Economic du Danube - Caractéristiques du Fleuve dans le Secteur Roumain* - Trajan Colțescu - Librairie Générale de Droit et Jurisprudence - Paris, 1942.

13. *Histoire des Peuples Balkaniques* — René Ristelhueber - Librairie Arthème Fayard - Paris, 1950.

de discórdia nos Bálcans, foi, no seu vale inferior, colonizado pelos gregos (século VI a.C.) e incorporado ao Império Romano (101 d.C.). A romanização da Dobrudja Moldávia e Valáquia, planícies que facilitam contactos, foi bem mais fácil, e, mesmo após a invasão eslava, manteve a cultura latina. Em contrapartida, a cadeia montanhosa Carpática separou as áreas planas da planáltina Transilvânia, onde os magiáres e saxões não foram envolvidos pelo latinismo. Em consequência, o passado remoto se reflete no presente das duas Rumâniás¹⁴ — a externa, bem mais latina, e a interna, transformada num mosaico étnico.

O avanço turco englobaria os Bálcans, e seria justamente essa área que tornaria débil o Império Otomano, pois suas populações cristãs — gregos, sérvios, búlgaros, albaneses e rumenos, submetidas desde o século XV, continuaram mantendo sua religião, línguas e tradições.

Partiria da unitária planície rumena o movimento de rebeldia contra a ocupação turca. Eram a Moldávia e a Valáquia, uniculturais, que se uniam num Estado, a Rumânia (1859). Seus habitantes guardavam o nome "rhumaioi", bem como o topônimo original, "Rhumania" que dos gregos passara para o Império Romano. Caberia aos eslavos quebrar essa unidade étnica nos Bálcans, antes dos muçulmanos, eslavizando as províncias romanizadas no sul e oeste do Danúbio. Porém, como elemento que isola, os Carpathos e florestas concorreram para a continuidade do povo rumeno em ilha de latinidade no meio

eslavo.¹⁵

A Rumânia que, pelo posicionamento esteve sempre na mira da URSS, transformou-se, após a Segunda Guerra Mundial, em unidade integrante da "Cortina de Ferro", embora desde 1965 haja demonstrado sua política nacionalista. Por isso reconheceu a Alemanha Ocidental, pronunciou-se contra o isolacionismo econômico do COMECON, criticou a invasão da Tchecoslováquia em 1968 por tropas russas e condenou, em 1972, o marxismo-leninismo como "princípio demasiadamente vago", por não permitir uma convivência sem subserviência através da política exterior independente. Curiosamente, a Rumânia foi o último bastião comunista a ser derrubado no leste europeu. O regime fortemente autoritário de Ceausescu começou a ser contestado em dezembro de 1989 e o estopim seria a prisão de um pastor de origem húngara, que protestava contra a discriminação feita à minoria de irmãos, seus nacionais, na cidade de Timisoara.

14. Os Rumanos, Latinos do Oriente - Mircea Eliade - Livraria Clássica Editora - Lisboa, 1943; La Roumanie Contemporaine - André Bellesort - Librairie Académique Didier - Paris, 1905

15. Linguisticamente a Rumânia está mais próxima do baixo latim que a própria Itália. Do Dicionário Português-Rumeno, de William Agel de Melo, Editora do Oriente — Goiânia, 1979, colhemos ao acaso alguns termos: acadêmico = academician; brutal = brutal; salvamento = salvar; tapete = tapet; usual = usual.

16. L Histoire de l'Europe Centrale - J. Aulneau - Payot - Paris, 1930

búlgara e, pelo Tratado de San Stefano (1878), conseguiam a autonomia do Estado Búlgaro englobando parte da Grécia, para atingir o Egeu, mar formado pelo Mediterrâneo.

Para conter o expansionismo russo, as potências europeias se reúnem no mesmo ano no Congresso de Berlim, retirando o acesso da Bulgária ao Egeu. Essa saída marítima iria, a partir de então, passar por avanços e recuos, e foi sem o Egeu que, em 1845, a Bulgária entrava para a esfera de influência soviética, como peça fundamental da estratégia do Kremlin no sudeste europeu — valor fundamentado no fato de a URSS sentir-se insegura na Iugoslávia e não contar com a Grécia e Turquia integradas ao Bloco Ocidental da OTAN.

Em 1989, esse país tão identificado com a URSS, passa a exigir o pluripartidarismo político, e os analistas viram grande influência de Gorbaciov entre os oposicionistas ao governo forte. Para corroborar, basta dizer que a dita oposição se reunia na Ecglasnost ou no Clube para o desenvolvimento da Glasnost e da Perestroika.

Como a maioria dos países do Leste Europeu, a instabilidade étnica se atém ao fato de coexistirem no território minorias armênias, gregas e turcas. A antiga rivalidade com o governo de Atenas levou o governo de Sófia, a despeito da vizinhança com a Sérvia, a reconhecer a recém-criada República da Macedônia, retirada da federação iugoslava. No entanto, a 27 de junho de 1992, de acordo com o posicionamento grego, com interesses na Macedônia, o Con-

-selho Europeu, realizado em Lisboa, levou a CEE a vincular o reconhecimento desta república à mudança de nome.

Contrastando com o alinhamento automático da Bulgária para com a URSS, a Iugoslávia seria o primeiro país a ter o mais convincente partido eurocomunista.¹⁷ Daí haver sido o primeiro país a romper oficialmente com Moscou (1948) e, como autêntico enigma geopolítico, se manteve comunista, afastado da "Cortina de Ferro", escapando da asfixia imposta à Hungria, Tchecoslováquia e Polônia. Escapou à própria "Doutrina Berjnev" só anunciada oficialmente em 1968, afirmado ser direito do Kremlin intervir em qualquer área, onde a causa do comunismo enfrentasse a ameaça de uma derrocada política. Assim, no "Cinturão do Diabo", denominação que Haushofer dava à área da "Cortina de Ferro", a Iugoslávia¹⁸ se manteve como o "ventre macio" da Europa; representou, pois, dentro do enfoque geoestratégico, o papel de Estado-tampão de um lado e região de topo, ou amortecedora, do outro, entre a OTAN e o Pacto de Varsóvia.

Livre das tenazes russas, o que sempre iria preocupar o governo comunista da Iugoslávia, seria a vulnerabilidade marcada por sua artificial formação geopolítica. Apresentava, no caso, muita semelhança com a URSS, no contexto de nacionalismos de etnias variadas no interior de suas fronteiras políticas.

País que jamais foi nação, a Iugoslávia surgiu como entidade geopolítica, durante a

17. Em março de 1975 eram grandes as divergências entre os delegados estrangeiros reunidos no XIVº Congresso do Partido Comunista Italiano. Daí haver sido criada a expressão polêmica - eurocomunismo, dentro do conceito ideológico-geográfico (comunismo europeu), pelo iugoslavo Frane Barbieri.

18. *Histoire de la Yougoslavie* — Marcel de Vos — Presses Universitaires de France - Paris, 1955; *La Formation de la Yougoslavie (XVth - XXth siècles)* - Émile Haumont - Éditions Bossard - Paris, 1930.

Primeira Guerra Mundial, como conglomerado administrativo, sem laços de solidariedade e marcada por antagonismos históricos. Mero expediente da História. A Iugoslávia surgiu para premiar a Sérvia,¹⁹ líder do movimento de unificação pan-eslavo, e dar destino à Eslovênia, Bósnia-Herzegovina, desmembradas do Império Austro-Húngaro.

Dentro do contexto geopolítico, esse país voltado para o Adriático se envolve numa área que, através dos séculos, vem sendo palco de lutas entre o Oriente e o Ocidente. Passaram por ai legiões romanas, o conquistador Alexandre da Macedônia, os Cruzados, ficando bastante tensa a situação quando começam a aparecer os finos minaretes das mesquitas instaladas pelos turcos otomanos — tudo vindo a confirmar o expediente histórico de uma Iugoslávia (255.804 km²), pouco maior que o nosso Estado de São Paulo, formada por seis repúblicas e duas províncias, reunindo multiplicidade de etnias assim distribuídas:

Diante do quadro abaixo seria inevitável que a "Primavera de Praga" corresponesse

ao "Inverno de Belgrado", e que o "Divórcio de Veludo" da Tchecoslováquia equivalesse ao "Desquite Litigioso" que o ano de 1994 vem assistindo na Iugoslávia. (Mapa 4).

O desmoronamento do Império Soviético permitiria a liberalização de ajustes de contas nacionais no "crescente muçulmano de turbulências" que se estende nos Balcãs, atinge a África do Norte e chega a Caucásia. No caso específico da Iugoslávia, contrasta com a Comunidade Européia e reunificação da Alemanha. Os 70 anos de federação começou a se desfazer em 25 de junho de 1991, com a independência unilateral da Croácia e Eslovênia, as duas repúblicas mais desenvolvidas, demonstrando que, ao lado das divergências étnicas, se alinha também o fator econômico como elemento de peso, influindo na vontade de separar-se de um regime de esquerda já ultrapassado. O reconhecimento prévio por parte da Alemanha e a presença de políticos austriacos nos festejos de independência da Eslovênia, precipitariam a questão com o

REPÚBLICAS	NACIONALIDADES
Croácia	croatas (79%) — sérvios (12%)
Eslovênia	eslovenos (90,5%)
Bósnia-Herzegovina	muçulmanos (43%) — sérvios (31,3%) — croatas (17,3%)
Macedônia	macedônios (64,6%) — albaneses (21%)
Sérvia	sérvios (66,4%) — albaneses (19,6%)
Montenegro	montenegrinos (61,5%) — muçulmanos (17,4%)
PROVÍNCIAS	
Kosovo	albaneses (90%)
Vojvodina	magiáres (21,7%)

Fonte: "O mundo de Hoje/1993" — Anuário Econômico e Geopolítico Mundial

19. La Yougoslavie - La France et les Serbes - Pierre de Lanux - Librairie Payot - Paris, 1916.

governo sérvio instalado em Belgrado.

Alie-se tudo, também, à importância do posicionamento geopolítico e geoestratégico das duas Repúblicas separatistas; por levar a Europa Oriental para o Ocidente, pela porta Liubliana, capital da Eslovênia, e, no caso da Croácia, pelos portos do Adriático, a entrada do Mediterrâneo na pinça Ístria-Dalmácia, que envolve a interiorizada Bósnia-Herzegovina. (Mapa 4). Por outro lado, acentue-se o fato de o caminho mais curto da Áustria e da Hungria para o mar passar, respectivamente, pela Eslovênia e a Croácia.

Desse reduto católico e de alfabeto romano, a onda nacionalista iria atingir a Bósnia-Herzegovina, onde muçulmanos ou eslavos islamicados durante a ocupação otomana representam 43% da população. Incluindo-se a separação da Macedônia e o perigo que correm o Kosovo e Voivodina,²⁰ neste conflito secessionista de caráter centrifugista, a Iugoslávia fica restrita ao território que vai do Danúbio ao Adriático, constituído pela Sérvia e Montenegro, os ortodoxos orientais de alfabeto cirílico.

Grécia, Turquia Européia, Rumânia, Bulgária, Iugoslávia e Albânia²¹ são países balcânicos. Muito embora, dentro do aspecto geográfico a Península Balcanica tenha limites mais reduzidos, já que a Rumânia e a Iugoslávia se incluem entre os estados danubianos.

No Mediterrâneo Oriental, a Península dos Balcãs se constitui numa ponte para a Ásia, escalonada por numerosas ilhas que

povoam o Egeu. "Rota das Cicladas e, ainda mais, a rota dos Estreitos converteram o Mar Egeu num "mare nostrum" do Helenismo. Estabelecido isso como princípio, foi logo aplicado reiteradamente pelos bizantinos e turcos".²²

No norte, entre os Mares Adriático e Negro, a península é larga e contínua, separando-se do continente europeu pelos cursos dos Rios Sava e Danúbio; para o sul se estreita e, na Grécia, se torna digitada.

Aberta a toda classe de pressões e influências, os Balcãs tornaram-se, por muito tempo, zona de constantes incursões, transformando-se em paleo de continuadas lutas, notadamente entre cristãos e muçulmanos. Dentre os povos que ali se estabeleceram, seis têm destaque: os gregos descendentes dos antigos, porém bastante misturados; os valacos; os rumenos; os sérvios autênticos, eslavos ali chegados no século VI; os búlgaros, de origem mongólica porém fortemente eslavizados; os turcos, no século XV, e os albaneses, descendentes dos ilírios. Aos poucos esses povos foram se acomodando em suas fronteiras políticas, mas, segundo o teórico inglês Fred Singleton, os países ali formados se constituem de um "grupo de pessoas unidas por um erro comum nas suas origens e pelo desgosto também comum, de serem vizinhos". Eis, pois, a justificativa para que a "Cortina de Ferro" viesse, ainda em nosso século XX, a se transformar numa autêntica "Cortina Rasgada".

20. Devemos levar em conta que a Hungria não se encontra desatenta ao prolongamento de sua planície, e dos magiáres na contígua Voivodina católica; já o Kosovo se envolve com o problema da maioria albanesa, população que considera esse território como o próprio núcleo geohistórico da Albânia; e ainda dentro dos mesmos propósitos centripetistas, a Macedônia não é indiferente à Grécia.

21. Chave no Adriático e porta para o Oriente, a Albânia integrou, como a Iugoslávia, por pouco tempo, a "Cortina de Ferro", rompendo em 1961 com o Kremlin.

22. *Tratado General de Geopolítica* — Dr. J. Vicens Vives — Editorial Teide — Barcelona, 1950.



Fronteiras Críticas Alemanha / Polônia

Territórios Germânicos
Englobados na Polônia

Limites entre a RDA e
RFA até a Reunificação
em 1990.

Mapa 3

O esfacelamento político da Europa no período de entre-guerras levaria a Escola Geopolítica Alemã de Munique e Heidelberg, dirigida por Haushofer, a suscitar as ambições expansionistas do III Reich. Criaria assim, um período de "petrificação de fronteiras", concentrando canhões e obras de engenharia geoestratégicas (Linha Maginot, Weswall, Linha Stalin) que formando muros, foram criando compartimentos estanques — ideológicos, políticos e econômicos — que dividiram o continente europeu.

Posteriormente, a "Cortina de Ferro" dividiria a Europa em duas: a do Ocidente e a do Oriente — a capitalista e a comunista. Em nossos dias, desacoplada do Kremlin, transformada no Leste Europeu, a Europa Oriental marcaria o triunfo da "Teoria do Domínio" de

Kissinger. Só que este não previu para que lado vão desabar as pedras do jogo. Jogo que põe frente a frente uma Europa procurando se integrar numa Comunidade Econômica e outra se desintegrando assumindo formas típicas de um "capitalismo pobre".

O fato é que, a partir de 1988 a "Teoria do Domínio" implantaria, em confronto geopolítico e geoeconômico, a "Europa das Duas Velocidades".

Mesmo em se tratando de **reunificação da Alemanha** em 1990, também episódio do "Outono do Povo", no momento em que se punha abaixo o "Muro de Berlim", surgia uma autêntica "trincheira" entre os setores Oriental e Ocidental. A vivência dos orientais ao choque do capitalismo-puro, não conseguiu mascarar o quase meio século que traçara as diferenças históricas em



Mapa 4



tensão internos ou fronteiriços, cuidadosamente alimentados por propagandas nacionalistas. Dentre eles, alguns merecem destaque: o da Bessarábia, entre a CE e Rumânia; o da Dibrudja, entre a Rumânia e Bulgária; o da Transilvânia, entre a Rumânia e a Hungria; o do Banato,²³ entre a Hungria, Rumânia e Iugoslávia; e da Macedônia, entre a Iugoslávia, Bulgária e Grécia, incluindo-se no "rastilho de pólvora" a Istria-Dalmácia, pertencente à Iugoslávia que se esfacela, porém benvinda à Itália. (Mapa 4).

Conclui-se verificando que a Comunidade Européia, procurando se unir economicamente, já com

pretensões políticas via Tratado de Maastricht, embora enfrentando também problemas separatistas, tenta abrir suas portas na categoria de membros associados, para o Leste Europeu, onde autênticas incógnitas geopolíticas se escondem na faixa da "Cortina Rasgada". Conseqüentemente, torna-se prematuro, em se falando de uma Comunidade, já extrapolar para uma "Casa

relação aos ocidentais. A identidade precária dos orientais, que antes protestavam contra o regime comunista através do slogan "nós somos o povo", se dirigia depois contra o governo da Alemanha reunida dentro da variante "nós somos um povo".

A "Cortina Rasgada" surgida dos escombros da "Cortina de Ferro", mantém-se caracterizada por multiplicidade de focos de

23. Região da Europa Central na Bacia Pântônica, obtida pelos Habsburgos em 1718 e repovoada por Alemães. Em 1919 foi dividida entre a Hungria, Rumânia e Iugoslávia, recebendo esses dois últimos países a maior parte - O Banato iugoslavo é planície rica em loess, o rumeno é planície fértil na Bacia média do Timis. Pertencendo aos Carpathos as montanhas do Banato.

"Cortina Rasgada" que o governo de Berlim procura atrair para a Comunidade Européia, mas que, a semelhança de seus componentes, a Alemanha também se ressente de espaços vitais de origem germânica dela subtraídos. (Mapa 3). Estes, além dos Sudetos, dentro da recém-criada República Tcheca, envolve na fronteira crítica de Oder-Neisse, as germânicas Silésia e Pomerânia. A conflituosa diplomacia se estende para o "Corredor Polonês", a atual Gdańsk e antiga Dantzig, e, ainda, a Prússia Oriental dividida com a CEI, ficando como apêndice isolado por causa da Lituânia. Com

a retirada da Lituânia, Letônia e Estônia da isóbara política que protegia a URSS, resta, na área de fronteiras críticas, ainda dentro da CEI, territórios que pertenceram a Polônia (Brest-Litovsk e Lyow), a Tchecoslováquia (Rutênia) e a Rumânia (Bukovina e Bessarábia). (Mapa 2).

No aspecto global, observado o mapa desta "área expediente" que chegou aos nossos dias, nota-se logo o intrincado foco de fronteiras críticas, um "rastilho de pólvora", no Leste Europeu se estendendo desde o Báltico até os Mares Negro e Adriático.



TEREZINHA DE CASTRO - Bacharel e Licenciada em Geografia e História pela Faculdade Nacional da Universidade do Brasil (Atual UFRJ). Conferencista de Geopolítica na ECEMAR. Professora do Colégio Pedro II. Entre suas obras destacam-se: *Rumo à Antártica*; *Atlas-Texto de Geopolítica do Brasil*; *Geopolítica: Princípios, Meios e Fins* e outras. Atualmente é membro do corpo permanente da Escola Superior de Guerra.



A Política de Defesa da França*

Lúcio Mário de Barros Góes

O artigo informa sobre ajustamentos da Política de Defesa da França, em função das novas ameaças surgidas da fragmentação do império soviético.

O período 1990/1992 foi marcado por grandes acontecimentos que modificaram, profundamente, a geopolítica na Europa. Primeiro a unificação da Alemanha, depois a Guerra do Golfo e finalmente a destruição do império soviético. O Exército vermelho, temido até bem pouco tempo, desagregou-se sem combate. O Ocidente obteve, sem guerra, uma grande vitória.

Se, por um lado, a ameaça soviética diminuiu bastante, por outro os franceses avaliam novas ameaças por eles consideradas mais inquietantes e que são:

— os riscos de desordem e anarquia no interior das repúblicas da Europa Oriental (vide Iugoslávia), susceptível de se estender aos países vizinhos — e porque não, como em 1914 e como em 1938? É de tocar fogo no continente, podendo degenerar talvez, num conflito mundial;

— o que os franceses chamam de triplo risco nuclear e que envolve: a disseminação de armas nucleares no território das ex-repúblicas soviéticas, a exportação possível de técnicas de produção para o 3º

mundo, através de cientistas mal pagos, e a utilização de ultrapassadas usinas nucleares, com condições de segurança, no mínimo duvidosas, e que poderão provocar um novo "Tchernobyl".

Além desses riscos, finalmente, começam a falar numa nova ameaça que pode suceder à ameaça L—W. Trata-se da ameaça S—N, alimentada pelo fanatismo religioso islâmico. Imaginam os riscos múltiplos que correriam, se, por exemplo, as Forças Islâmicas do Salut (FIS) assumissem o poder na Argélia, no flanco sul da França.

Partindo desses dados é que pretendemos abordar as opções adotadas pela França, em matéria de defesa.

Uma defesa que inspire credibilidade continua a ser um conceito intocável para a soberania e a independência da França. Com efeito, a preocupação com a independência política, em relação a quem quer que seja, constitui-se no pilar mais forte da política de defesa do país. Esta independência decorre da capacidade da dissuasão nuclear, constituída a partir dos anos 60, durante a gestão do General De Gaulle.

* Selecionado pelo PADECIME

PRIORIDADES ESTABELECIDAS

A nova fisionomia da defesa francesa, adaptada a um novo contexto estratégico, obedece às seguintes prioridades: manutenção da capacidade nuclear; obtenção de credibilidade em matéria espacial; reforço da capacidade logística; diminuição de efetivos; redução do tempo do serviço militar; e profissionalização de certas unidades.

MISSÃO DAS FFAA

Em palestra proferida no dia 11 de abril de 1991, na Escola Superior de Guerra, o Presidente da República Francesa recordou os objetivos e as missões das Forças Armadas apresentando-os da seguinte maneira:

- manter a credibilidade da estratégia autônoma de dissuasão nuclear;
- defender o território nacional e participar da defesa da Europa Ocidental;
- proteger os franceses residentes no exterior e os interesses da França no mundo;
- assumir as obrigações resultantes dos acordos de defesa; e
- assegurar as missões de paz, de respeito ao direito de assistência humanitária, decididas no quadro das Nações Unidas.

RESTRICOES ORÇAMENTÁRIAS

Aproveitando a atmosfera de diminuição da ameaça soviética (os famosos dividendos da paz) e sob a pressão da crise econômica, alguns países vizinhos e aliados da França estabeleceram metas, visando à redução das suas Forças Armadas e dos gastos com a defesa.

Nesse contexto, a Alemanha, em função de tratados que assinou, está obrigada

a reduzir o efetivo de suas forças, de 495.000 homens a 370.000, até o final de 1995. Na Inglaterra, o governo anunciou um plano que reduz os efetivos em 18% e o orçamento em 6%, no período 1993/94. Nos EUA, a planificação prevê a redução das despesas de defesa a 3,6% do PIB até o final de 1996, bem menor que a participação de 6,5%, em 1986. A França não poderia partir na direção oposta, pois, segundo análises do seu Ministério da Defesa, o crescimento das despesas com defesa não corresponderia nem ao quadro estratégico atual, nem à capacidade econômica do país.

As despesas com defesa, que nos anos 1985/86 ultrapassaram os 4% do PIB, tendem a se estabilizar em patamar inferior a 3%. Para 1993, o orçamento da defesa prevê despesas da ordem de 200 bilhões de francos, o que corresponde a cerca de 33 bilhões de dólares.

O Exército, em particular, terá seu efetivo reduzido de, 280.000 homens, em 1991, a 225.000, em 1997 (aproximadamente 20%).

Os programas prioritários, já em andamento, deverão ser mantidos. São eles: o carro de combate *Leclerc*, do Exército; o avião de combate polivalente *Rafale*; e o porta-aviões a propulsão nuclear *Charles de Gaulle* (previsão para 1998).

De qualquer forma, convém ressaltar que o orçamento do Ministério da Defesa, até o ano passado, era o segundo do país, vindo logo após o orçamento do Ministério da Educação Nacional.

O SERVIÇO MILITAR OBRIGATÓRIO

Tem sido muito discutida a validade do

sistema do serviço militar obrigatório. Essa discussão foi suscitada, particularmente, em função da Guerra do Golfo. É que foi decidido, pelo Presidente da República, que os soldados conscritos (recrutas) não deveriam ser empregados no Oriente Médio, pois se tratava de um conflito em defesa do respeito ao Direito Internacional, atendendo à uma resolução das Nações Unidas. Houve mesmo dificuldade para a França organizar a **Divisão DAGUET**, com cerca de 20.000 homens (o equivalente a uma brigada reforçada, mais meios logísticos, comunicação social, etc), sem empregar os soldados recrutas. No Exército e, particularmente, na Marinha, foram empregados muitos soldados recrutas que assinaram, voluntariamente, um engajamento de longa duração (2 anos) que poderia ser rescindido ao final da guerra. Essa foi a solução encontrada para contornar o problema.

Embora pareça lógico que uma força armada de profissionais atenda melhor às necessidades de defesa — particularmente, em termos de capacidade de projeção de forças no exterior — ela apresentaria dois grandes problemas: sem qualquer ganho financeiro, o volume de forças teria que ser muito limitado e há dúvida se seria atingido o número de engajamentos anuais necessários, mantendo um bom nível de qualidade.

A profissionalização das Forças Armadas implicaria numa redução drástica dos efetivos, muito além do programado, ou num grande aumento das despesas com a defesa, nos dias de hoje, insuportável para a economia do país. Além dessa questão de ordem prática, os franceses argumentam que há todo o interesse em conservar o Serviço Nacional como fundamento durável do sistema de defesa, uma tradição de mais de 200 anos.

Pelo menos duas modificações resultaram desse debate: o aumento do número de soldados engajados, particularmente nas unidades com previsão de emprego no exterior, e a redução do tempo de serviço militar, de 12 para 10 meses, ainda em 1992.

O Ministério da Defesa continua estudando a possibilidade de, no futuro, modular o tempo de serviço e o soldo, de acordo com a natureza do serviço a ser realizado pelos recrutas.

OS MEIOS DE DEFESA

Adaptada, por décadas, ao contexto estratégico do pós-guerra e coerente com as necessidades do período da Guerra Fria, a organização dos meios de defesa da França passa, na atualidade, por profunda transformação.

Essa transformação, para superar três contradições, obriga a: primeiro, conciliar uma defesa independente com uma política estrangeira adaptada às tendências do novo quadro de unificação da Europa; segundo, encontrar equilíbrio entre uma força armada de conscrição (recrutas), principalmente, dedicada à defesa do solo nacional com os meios humanos necessários a deslocamentos rápidos, para emprego fora das fronteiras; e, terceiro, assegurar a modernização dos equipamentos e armamentos, com prioridade para as informações espaciais, sob a pressão de recursos econômicos compatíveis com as possibilidades de uma potência média.

Nesse quadro, mesmo a dissuasão nuclear — coroação do sistema de defesa francês — vem passando por modificações que pretendem adaptá-la à nova realidade estratégica. Sua potência deverá ser suficiente em termos quantitativos, mas ela

deverá ser também eficaz no plano qualitativo; quer dizer: ser capaz de atingir os objetivos designados, quaisquer que sejam as defesas existentes ou previsíveis. Ao lado dos submarinos lança-mísseis, considerados operacionais ainda por longo período, e para se contrapor à obsolescência a curto prazo dos outros sistemas, o Ministério da Defesa imagina a necessidade de viabilizar a colocação em funcionamento, até o ano dois mil, de outro componente com credibilidade incontestável.

Com relação à primeira contradição, a França acredita que a sua superação passa pela participação ativa do país nos organismos internacionais de cooperação.

O governo francês parece admitir — e isso ficou claro com o episódio da Guerra do Golfo — que não pode ainda prescindir da participação dos americanos e da OTAN, na garantia da segurança da Europa. Trabalha, entretanto, pela consolidação de uma política externa e de um sistema de defesa europeus que deverão ter como pilares a UEO — União da Europa Ocidental e o Corpo Europeu, até o presente representado pelo corpo Franco-Alemão.

Além da defesa da comunidade europeia, a vocação essencial da UEO será a de poder agir, por conta própria, nas operações humanitárias e de manutenção ou restabelecimento da paz. O Eurocorps, como é conhecida a força de coalizão de forças europeias, subordinadas diretamente à UEO, poderá também ser empregado sob controle operacional da OTAN. "A França será mais forte com seus aliados, do que sozinha", afirmou o Ministro da Defesa, Pierre Joxe, acrescentando: "Não é verdade que o Tratado de Maastrich coloque em discussão a soberania dos estados-membros".

A França ocupa uma posição particular em relação à OTAN, pois não fazendo parte do "Comando Integrado", participa da aliança por meio de numerosos acordos (mais de 50). O governo francês afirma que não houve a idéia de criar um Corpo Franco-Alemão em contraposição à OTAN, mas, simplesmente, desenvolver um sistema especialmente europeu. A OTAN, a UEO e o Corpo Franco-Alemão (embrião de um corpo europeu) são complementares e não antinônicos.

Para superar a contradição caracterizada pela opção entre uma força armada de conscrição ou uma força armada profissional e para dar uma maior flexibilidade ao emprego dos meios de defesa de que dispõem, os franceses planejaram e estão colocando em execução dois grupamentos orgânicos de forças e dois estados-maiores combinados, com vocação operacional adaptável às necessidades, em função da natureza das operações.

O primeiro estado-maior permanente terá uma vocação européia e caberá a ele participar da planificação interaliada.

O segundo se dedicará, com prioridade, aos teatros extra-Europa.

O Exército se organizará em dois grupamentos de forças: um originário do atual Corpo Blindado-Mecanizado, de vocação centro-europeia, e o outro terá como base a Força de Ação Rápida (FAR). Elementos blindados pesados deverão poder ser empregados fora da Europa, no valor mínimo de uma Divisão, e os meios de transporte aéreos deverão ser dimensionados para atender a essa hipótese.

Algumas unidades e equipamentos da organização anterior farão parte do Corpo Europeu, como os da iniciativa franco-alemã de outubro de 1991.

Para fazer face à terceira contradição (assegurar a modernização sob pressão de recursos econômicos compatíveis), a França investe na cooperação europeia e sua indústria bélica deverá se internacionalizar. Isso já vem sendo feito, como bem demonstram os projetos do helicóptero *Tigre*, franco-alemão, e do satélite *Helios*, franco-espanhol; o desenvolvimento de uma fragata franco-britânica e um helicóptero pesado NH90, em cooperação com a Alemanha, Holanda e Itália.

As imagens dos SCUD iraquianos caindo sobre Tel-Aviv e Darhan suscitaron a questão do desenvolvimento de um sistema antimísseis balístico (tipo "Patriota", americano). Os franceses chegaram à conclusão de que o desenvolvimento de um tal sistema de proteção global estava fora das possibilidades financeiras da França, não ofereceria uma garantia absoluta e não seria compatível com o conceito de dissuasão, base da sua defesa. Entretanto, um futuro sistema antimíssil tático está sendo estudado pelas indústrias bélicas francesas, mas, tendo em vista o seu alto custo de desenvolvimento, deverá ser executado dentro do quadro de cooperação européia.

Outro grande ensinamento colhido na Guerra do Golfo diz respeito às informações militares e ao uso do espaço para fins de observação. Segundo o Ministro da Defesa francês, o que mais o impressionou durante a Guerra do Golfo foi que, além dos americanos, somente os franceses possuíam alguma

coisa em matéria de informações por satélite.

Por proposição da França, a UEO terá um centro de observação utilizando satélite e coordenará a cooperação nesse setor.

Cooperação é, portanto, a palavra de ordem para diminuir os custos de investimentos, os riscos e fazer face às restrições econômicas, permitindo a modernização dos sistemas de armas.

Pretendendo contribuir para um novo ordenamento internacional, baseado no respeito ao direito e à solução negociada das crises, a França optou por orientar a sua política de defesa mantendo os princípios básicos da dissuasão nuclear e das Forças Armadas de conscrição e participar do fortalecimento dos organismos internacionais (europeus, em especial).

Estabeleceu, como objetivo, estar em condições de intervir para a manutenção ou restabelecimento da paz, seja para defender os seus interesses ou para ajudar os países com os quais mantém acordos de defesa, seja ao lado dos aliados para defender interesses comuns, ou por decisão do Conselho de Segurança da ONU.

A política de defesa da França está definida, portanto, em consonância com declaração recente, do Sr. Pierre Joxe, Ministro da Defesa:

"Somos um dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU e entendemos que devemos assumir as responsabilidades que esta função nos impõe".



Tenente-Coronel LÚCIO MÁRIO DE BARROS GÓES, oficial de Gabinete do Ministro do Exército, foi estagiário da 104ª Promoção da Escola Superior de Guerra da França, em Paris, no período de 15 Mar a 15 Jun 92.



A Dissimulação Tática, Poderoso Fator de Desequilíbrio nas Operações Militares*

Gerson Menandro Garcia de Freitas

Síntese de monografia elaborada como exigência curricular para obtenção de diploma do Curso de Altos Estudos Militares da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército.

"Toda a arte da guerra baseia-se na dissimulação. Portanto, quando capazes de atacar, devemos parecer incapazes. Quando ativos, devemos permanecer inativos. Quando estivermos perto, devemos fazer o inimigo acreditar que estamos longe; quando longe, que estamos perto.

Ofereça iscas para atrair o inimigo. Simule desordem e o derrote."

Com as palavras acima, proferidas há vinte e quatro séculos, o célebre tratadista chinês Sun Tzu introduziu, na história militar, o conceito genérico de dissimulação, destacando o seu papel proeminente nas operações militares.

A dissimulação tática pode ser definida como o "conjunto de medidas e ações que procuram iludir o inimigo a respeito de determinada situação e/ou planos táticos, com o propósito de induzi-lo a reagir de modo vantajoso para nossa manobra". Seus princípios são tão válidos hoje, como o foram quando os gregos colocaram o gigantesco cavalo de madeira diante dos muros de Tróia.¹

Após Sun Tzu, consagrados pensadores militares exaltaram a importância da dissimulação. A Teoria do Desvio, do mestre

chinês, serviu de inspiração, no século XIX, ao prussiano Clausewitz e ao francês Jomini. No presente século, deu origem às teorias da *Aproximação Indireta*, do inglês Liddell Hart, e da *Estratégia Indireta*, do francês André Beaufre, dentre outros.

Líderes militares também notabilizaram-se no emprego da dissimulação. No século XIX, citam-se, dentre outros, o francês Napoleão Bonaparte, em Ulm e Austerlitz, o norte-americano Grant, em Vicksburg, e o brasileiro Caxias, em Humaitá e no Piquiciri. Neste século, o alemão Rommel, nas 1^a e 2^a Guerras Mundiais, o chinês Mao Tsé-tung, na guerra de guerrilhas contra Chiang Kai-shek, e o israelense Moshe Dayan, na Guerra dos Seis Dias, em 1967, destacaram-se na arte de dissimular suas reais intenções.

Dos três grupos étnicos formadores da

* Selecionado pelo PADECEME

1. O episódio ocorreu em 1200 a.C. O ardil empregado pelos gregos, fingiram retirar-se, surtiu efeito desejado: os troianos, curiosos, introduziram o cavalo na cidade. No decorrer da noite, os melhores guerreiros helênicos, que estavam encerrados no colosso de madeira, saíram deles mesmos, abriram os portões da cidade a seus camaradas e conquistaram Tróia.

nacionalidade brasileira, extraem-se, dentre outras, as seguintes características básicas: sagacidade — capacidade de improvisação e senso de orientação do índio; mobilidade — espírito aventureiro e visão geopolítica do branco; e adaptabilidade — rusticidade e aguçada intuição do negro.

Do amálgama dessas etnias surgiu o brasileiro, cujos traços evidenciam, portanto, de forma inequívoca, sua vocação inata para as atividades de dissimulação.

Com efeito, os estudos da história militar do Brasil revelam inúmeras páginas de genialidade através da aplicação da dissimulação ainda que, por vezes, de forma empírica.

O Exército Brasileiro tem procurado manter-se atualizado com a dinâmica evolução da arte da guerra, em consonância com as palavras de um de seus mais ilustres vultos do presente século, o Marechal Humberto de Alencar Castello Branco: "Uma tropa é derrotada quando seus chefes, em todos os escalões, estão desbordados por sua época, pelo espírito do tempo".

A inexistência, em nosso Exército, de publicações específicas sobre o assunto, o inegável potencial criativo dos quadros da Instituição e a consciência de sua atualidade e importância, servem de inspiração e estímulo à redação deste artigo.

OS FUNDAMENTOS DA DISSIMULAÇÃO

O objetivo e o alvo da dissimulação

O objetivo da dissimulação é o resultado desejado, em termos de "o que o inimigo

deverá fazer ou não, no momento e/ou local desejado".

As atividades de dissimulação orientam-se para um *alvo*, que é o *comandante inimigo que detém a autoridade para adotar a decisão que nos permitirá atingir o objetivo de dissimulação*.

O exemplo apresentado a seguir auxilia a estabelecer a distinção e o inter-relacionamento entre os dois conceitos, e denota o vulto que assumem as atividades.

Se o *objetivo* da dissimulação é atrair a reserva das forças inimigas para uma determinada região, o *alvo* da dissimulação não será o comandante dessa tropa em reserva, mas o comandante da força que controla o seu emprego no campo-de-batalha.

A estória de dissimulação

A estória de dissimulação é a falsa informação entregue ao inimigo, contendo uma intenção ou possibilidades perfeitamente críveis, a fim de conduzi-lo a uma avaliação incorreta.

Um valioso auxílio à credibilidade de uma estória e à operação de dissimulação, como um todo, é a guerra psicológica.

Vejamos um exemplo histórico desse auxílio: Gengis Khan, chefe dos mongóis e tátaros no século XIII, e, talvez, o maior conquistador da história da humanidade, utilizou-se tão eficazmente da Guerra Psicológica, que os seus resultados ainda perduram.² Algumas técnicas empregadas:

- utilizar os boatos, deliberadamente, para difundir informações sobre a intrepidez, a ferocidade e o efetivo de seus exércitos,

2. Pesquisas recentes evidenciam que os escassamente povoados campos da Ásia Interior não poderiam ter gerado efetivos suficientemente grandes para subjugar as áreas tão populosas da vasta periferia mongol.

descritos como "hordas de incontáveis cavaleiros";

- infiltrar agentes no meio das populações inimigas e atemorizá-las, induzindo-as à rendição;
- capturar espiões inimigos e impressioná-los com demonstrações de valentia e agressividade, aproveitando para deixar falsos planos serem furtados, antes de liberá-los.

O papel desempenhado pelas informações de combate

A decisão de empregar a dissimulação, a estória selecionada, as ações e os meios para projetá-la, são baseadas no conhecimento que se tem do inimigo, fornecido pelo sistema de informações.

Esse sistema, ao inicio das operações, deverá estar ciente dos seguintes aspectos:

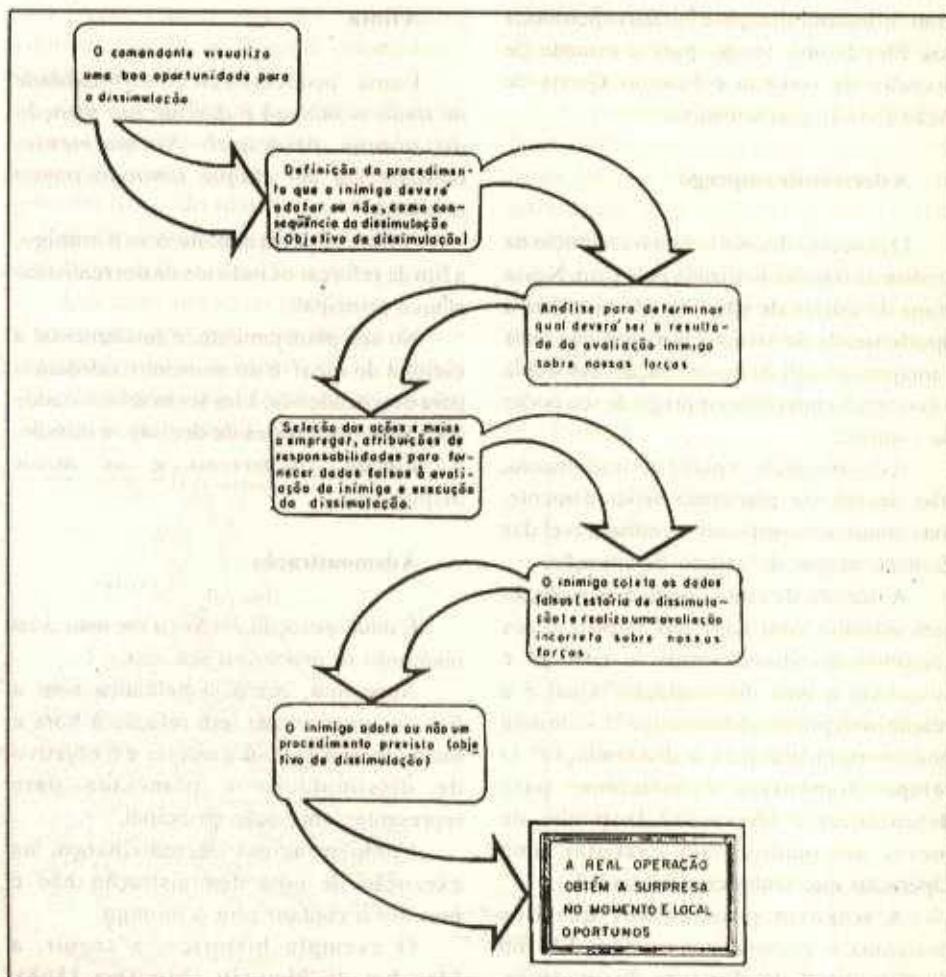


Figura 1 - Fluxograma da dissimulação

características, possibilidades e forma de emprego dos órgãos de busca do inimigo; funcionamento do ciclo de produção de informações do inimigo; processo de recebimento de informes e informações, pelo alvo de dissimulação; provável conhecimento da nossa situação, pelo inimigo, no momento em que desencadearmos as atividades de dissimulação; mais provável reação do inimigo às atividades de dissimulação; e características do Cmt oponente, tais como: grau de descentralização e iniciativa permitida aos Elm Subrd, tempo para a tomada de decisões de conduta e Normas Gerais de Ação (NGA) operacionais.

A decisão de emprego

O processo decisório tem o seu inicio na análise da missão, realizada pelo Cmt. Nessa etapa do estudo de situação, ele visualiza a oportunidade de assumir uma posição mais vantajosa através da dissimulação, associada à concepção inicial de emprego de seu poder de combate.

A dissimulação, a partir deste momento, não deverá ser planejada separadamente, mas como um componente indissolúvel das diversas etapas do estudo de situação.

A decisão de emprego da dissimulação será adotada com base nas respostas aos seguintes questionamentos: o inimigo é suscetível a uma dissimulação? Qual é a reação mais provável do inimigo? Existe uma boa oportunidade para a dissimulação? O tempo disponível é suficiente para desencadear a Operação? Disponho de meios adequados para executar uma Operação que tenha credibilidade?

A resposta positiva aos quesitos posiciona o comandante e o seu EM no quadro inicial do fluxo da dissimulação, apresentado na figura 1.

Tipos de ações

Quando uma força participa diretamente das atividades, seu comandante atribui missões específicas a seus elementos subordinados.

As missões são chamadas de *ações de dissimulação*, podendo ser agrupadas em quatro tipos: *finta, demonstração, ardil e outras ações*.

A finta

É uma "ação em força, com a finalidade de iludir o inimigo e desviar sua atenção do ataque principal. Normalmente, consiste em um ataque limitado pouco profundo".

A finta impõe o contato com o inimigo, a fim de reforçar os indícios de um realístico ataque principal.

No seu planejamento, é fundamental a escolha do *local* e do *momento adequado* para desencadear-la. Eles serão selecionados com base nos fatores de decisão: a *missão*, o *inimigo*, o *terreno* e os *meios disponíveis*.

A demonstração

É uma operação em força em uma área onde não se procura a decisão.

Apresenta, como semelhança com a finta, ser programada, em relação à hora e local, de acordo com a estória e o objetivo de dissimulação e planejada para representar uma ação principal.

Como principal dessemelhança, na execução de uma demonstração não é previsto o contato com o inimigo.

O exemplo histórico, a seguir, a Manobra do Piquiciri (Nov/Dez 1868), permite caracterizar as ações apresentadas.

Caxias assumiu o comando-em-chefe do Exército Brasileiro e, em seguida, o das forças da Tríplice Aliança em momento crítico da campanha.

A campanha, iniciada com alguns êxitos, arrefecera, margara o desastre de Curupaiti, esbarrara no impasse de Humaitá e carecia, no momento, de manobra e mobilidade. A ociosidade e a estagnação exerciam efeitos maléficos sobre as forças.

Após uma profunda reorganização de suas forças, Caxias concebeu e conduziu a vitoriosa marcha de flanco e conquistou a fortaleza de Humaitá.

Aberta a via fluvial, Esquadra e Exército deslocaram-se para o norte. O objetivo estratégico era Assunção; o tático, as restantes forças do adversário, estacionadas no Piquiciri, flancos apoiados no Rio Paraguai e na Lagoa Ipoá.

A decisão de Caxias previa:

- ação principal por oeste, realizando um desdobramento (número 2). O Grande Capitão, mais uma vez, preferiu às ações diretas a mais difícil das indiretas: pelo

flanco oeste, através do Chaco, tido por invadível.

- Uma ação secundária ao centro, através de uma finta, empregando o Destacamento Palmas em toda a frente, para fixar o inimigo, iludindo-o quanto à localização da ação principal.
- Uma demonstração mais ao norte, nos arredores de Assunção, onde Caxias mandou que alguns navios fundeassem, a fim de iludir os oponentes quanto ao real local de desembarque — Santo Antônio (nímeros 3 e 4 da figura) — e fixar as forças adversárias naquela área.

A execução da manobra foi perfeita. Seus efeitos ensejaram ataques decisivos e finais: Itororó, Avaí e Lomas Valentinas, que golpearam os oponentes pelas costas, destruindo seu exército.

As ações de dissimulação muito contribuíram para a obtenção da surpresa e para o desequilíbrio do dispositivo paraguaio.

O ardil

É um estratagema empregado em situação de combate, a fim de iludir o inimigo. Pode constituir-se de uma ou mais ações, planejadas ou improvisadas. As falsas informações são, deliberadamente, fornecidas ao inimigo.

Seu emprego é muito vasto, variando de simples artimanhas utilizadas por soldados, até ações estratégicas empreendidas por países.

A 1ª Batalha de Guararapes (abril de 1648) é um exemplo histórico do emprego do ardil.

Ao clarear do dia dezoito, o exército holandês iniciou a sua marcha



Esboço A — A manobra do Piquiciri

na direção Olinda-Afogados-Barreta-Guararapes, com 6300 homens.

Ao atingir Afogados, executou uma finta, tentando demonstrar que sua intenção era um ataque decisivo ao Arraial Novo, para aí fixar os patriotas.

Antonio Dias Cardoso, enviado para esclarecer a situação, descobriu o verdadeiro propósito holandês.

Em conselho de guerra, os luso-brasileiros decidiram: iniciar o retardamento do inimigo a partir da região de Barreta; travar o combate o mais distante possível do Recife; e defender o Arraial Novo contra a finta.

Em cumprimento à decisão, o exército patriota, composto de 2200 homens, iniciou o seu deslocamento para o local selecionado para o combate decisivo: o Boqueirão dos Guararapes.

Na manhã do dia dezenove, no momento em que os holandeses se aproximavam do Boqueirão, passagem estreita, mas longa, entre os montes e os alagados em sua base, saiu-lhes ao encontro Dias Cardoso, no comando de 200 homens.

Dias Cardoso, profundo conhecedor do

terreno, decidiu adotar um dispositivo que o auxiliasse a projetar uma força com poder de combate muitas vezes superior ao real. Todo o restante do exército permaneceu escondido.

Oardil foi bem-sucedido. Os holandeses desenvolveram-se no terreno e, com imprudência e entusiasmo, lançaram-se na direção de Dias Cardoso, único inimigo que esperavam encontrar. Este retraiu pelo interior do Boqueirão, buscando envolver, através dos alagados e montes, a vanguarda holandesa.

No momento em que o invasor progredia nos alagados e, em grande número, no interior do Boqueirão, com drástica redução de frente, teve enorme surpresa: haviam sido atraídos para uma grande emboscada.

Aproveitando-se da surpresa, os patriotas atacaram resolutamente e derrotaram os holandeses, impondo-lhes a retirada e perdas de 1038 homens.

A judiciosa utilização do terreno, aliada à correta aplicação da dissimulação, foram os fatores preponderantes para uma tropa, com inferioridade numérica e de armas de fogo, obter o êxito.



Esboço B—A 1ª Batalha de Guararapes

Outras ações

Sob este título podem ser incluídos a incursão, a simulação e o disfarce.

A *incursão* é uma ação ofensiva, normalmente de pequena escala, compreendendo uma rápida penetração em área sob o controle inimigo, a fim de obter informações, confundi-lo ou destruir suas instalações, terminando com um retraimento planejado, após o cumprimento da missão.

A *simulação* é uma projeção, para os órgãos de busca do inimigo, de objetos, sistemas de tropas que não existem ou, se existentes, de tipo e/ou natureza diferentes da realidade.

O *disfarce* é a alteração de um objeto, de modo a torná-lo semelhante a outro. É particularmente aplicável quando aquele objeto for de difícil camuflagem ou ocultação.

Um exemplo histórico de simulação é apresentado a seguir.

Em setembro de 1944, o 43º Regimento de Cavalaria de Reconhecimento ocupou uma frente de trinta e sete quilômetros no

teatro-de-operações europeu, durante a 2ª Guerra Mundial.

O Regimento pertencia ao XX Corpo, Grande Comando do exército norte-americano, e estava reforçado com elementos de carros-de-combate.

Essa unidade simulou uma divisão blindada por várias semanas, e foi tão bem-sucedida no cumprimento de sua missão, que a Carta de Situação alemã, que continha a Ordem de Batalha norte-americana, representava a 14ª Divisão Blindada atuando na área.

Naquela época, todavia, a 14ª Divisão Blindada não estava na Europa.

Na figura 2, temos um bom exemplo de disfarce de um reservatório de combustível.

Para implementar todas as atividades, é essencial que sejam acionados os instrumentos adequados, ou seja, os intitulados *meios de dissimulação*, apresentados a seguir.

Os meios empregados

No campo-de-batalha, os informes são captados pelos órgãos dos sentidos, potencializados pelos meios de detecção e vigilância.

Os meios de dissimulação, portanto, são classificados como *visuais, auditivos, olfativos e eletrônicos*.

Para obter maior eficácia, o seu emprego deve ser integrado, pois o que o inimigo intercepta e localiza eletronicamente, deve ser coerente com o que ele vê, ouve e com o

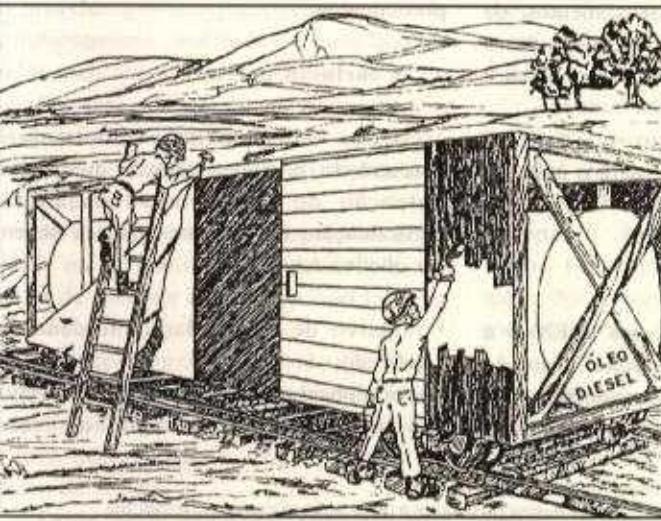
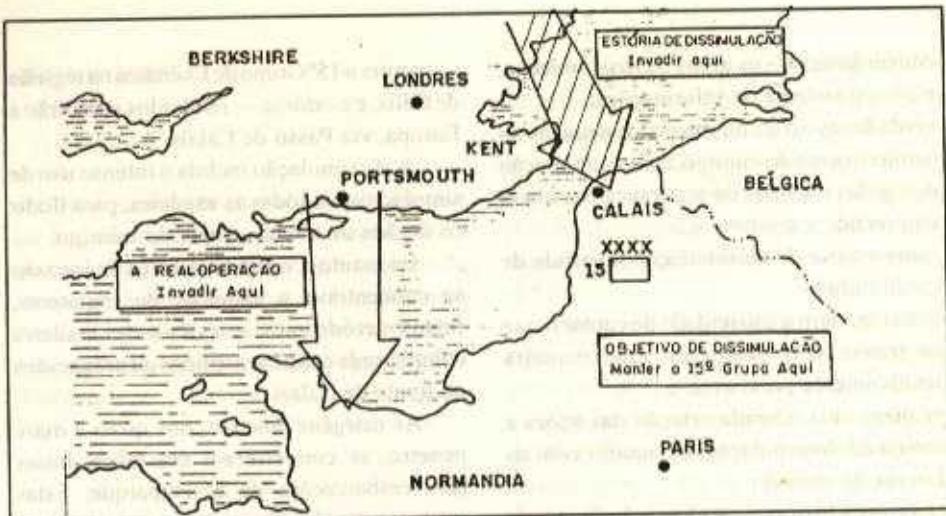


Figura 2 - Disfarce de um reservatório de combustível



Esboço C — Emprego de dissimulação, Operação Fortitude

Desta forma, os grandes-comandos da falsa força de assalto foram simulados por falsas redes-rádio. Todas as principais redes de comunicações foram transferidas do real quartel-general (QG) dos aliados, em Porthmouth, para o falso QG, em Kent.

A dissimulação foi tão bem sucedida que, quando a maior força de invasão da história desembarcou na Europa, os alemães ainda acreditavam que era somente uma ação diversionária. Coerentes com essa convicção, mantiveram a maioria de suas reservas, por mais seis semanas, a trezentos e trinta quilômetros do local da invasão, esperando pela ação principal, que ainda estaria para ser desencadeada.

Essa era exatamente a reação desejada pelo alto-comando aliado, pois a inação das reservas germânicas facilitou sobremaneira a progressão na Normandia.

A dissimulação contribuiu decisivamente para o êxito da operação.

OPLANEJAMENTO

A tarefa de converter uma visualização

de fundamentos, ações e meios em um planejamento ordenado, é de suma importância. Dela resultarão as diretrizes específicas para cada elemento envolvido na operação.

Merecem destaque os seguintes aspectos relativos ao planejamento:

— seu início deve ocorrer com a expedição da diretriz de planejamento, ao final da análise da missão, realizada pelo comandante da operação em proveito da qual planejar-se-á a dissimulação;

— deve ser simultâneo e cerradamente coordenado com o planejamento da operação abrangente;

— dentre os fatores que interferem no planejamento, assume maior relevância o tempo. Sua disponibilidade e a oportunidade para o desencadeamento das ações, para ambos os contendores, é um aspecto crítico para o êxito das operações.

Com os principais fundamentos já definidos, o EM inicia a elaboração do *Plano de Dissimulação*, documento que consubstancia o planejamento realizado. Suas diversas etapas de preparação podem

ser cumpridas através das respostas às seguintes perguntas, apresentadas em uma seqüência lógica de raciocínio:

- Qual deve ser a composição de meios de nossas tropas? (vale dizer: a falsa ordem de batalha)?
- Que esquemas padronizados, seqüência de atividades ou NGA operacionais devem ser adotadas?
- Qual(ais) a(s) ação(es) de dissimulação mais adequada(s) à operação?
- Que elementos executarão as ações?
- Que atividades da real operação não podem ser reveladas ao inimigo?
- Qual deve ser a situação tática ao final da dissimulação?
- Que elementos devem ser científicos do plano?

O Plano de Dissimulação é, normalmente, distribuído em anexo a um Plano ou Ordem de Operações.

Com este trabalho, são apresentados, ao final, extratos de um Plano de Dissimulação, referentes à hipotética execução de um ataque coordenado por uma divisão-de-exército, contendo os seus apêndices mais tradicionais: a *Falsa Ordem de Batalha*, o *Quadro de Eventos* e o *Calco de Dissimulação*.

O EMPREGO

A criatividade dos planejadores e a guerra eletrônica potencializam quase ao infinito as possibilidades de conferir credibilidade a uma idéia, o "fazer crer".

Nesse contexto, a dissimulação pode ser aplicada em praticamente todos os tipos de operações, atividades ou instalações; no trabalho que deu origem a este artigo, para uma melhor caracterização, são descritas mais de cem idéias e técnicas para o seu emprego.

O exemplo histórico narrado a seguir

traduz a atualidade e a importância do emprego da dissimulação.

Embora o registro histórico definitivo da recente Guerra do Golfo ainda não tenha sido estabelecido, algumas evidências atestam que a dissimulação foi eficazmente empregada pelos contendores.

Emprego pelas forças iraquianas

Conforme admitiu o comando da Força Multinacional, foram empregados, pelos iraquianos:

— Proteção dos blindados contra os ataques aéreos.

A análise das fotos de avaliação de danos de bombardeios concluiu que pilotos foram iludidos pelos seguintes artifícios:

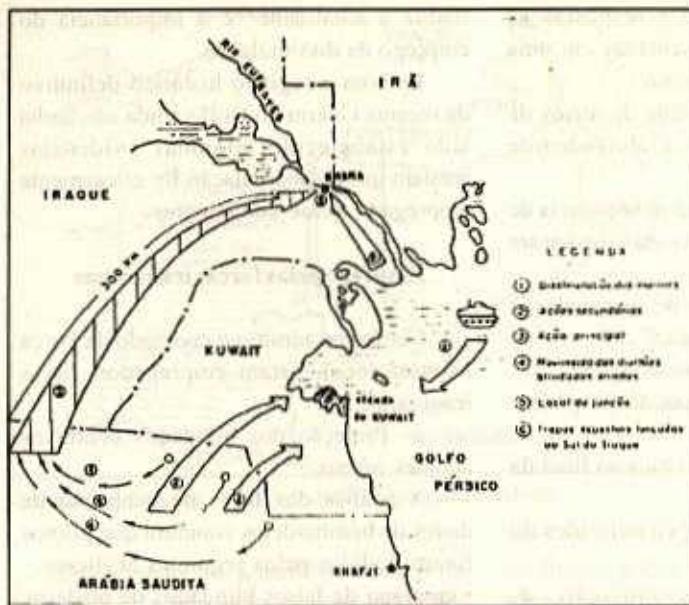
- emprego de falsos blindados de madeira, cobertos com folhas de estanho, de maneira a afetar o radar das aeronaves;
- ao perceber o ataque de um grupo de aviões, as tripulações ateavam fogo em latas com petróleo, colocadas sobre os próprios blindados. As nuvens de fumaça da queima do óleo levavam os pilotos a acreditar que tinham acertado seus alvos.

— Simulação de instalações ou objetos, construídos à base de materiais descartáveis ou simulacros, tais como: viaturas blindadas; postos de suprimento; material de artilharia de campanha e antiaérea; rampas de lançamento de vetores, que atraíram mísseis de elevado custo, disparados pela Força Multinacional.

Emprego pela força multinacional

De acordo com as declarações de seu Cmt, General norte-americano Norman Schwarzkopf, em relação à ofensiva terrestre na Guerra do Golfo (1991):

A operação concebida previa,



Esboço D—
Ofensiva terrestre
na Guerra do Golfo,
visualização das
operações dos
Aliados.

inicialmente, o cerco das principais forças iraquianas. A ação principal do cerco seria um envolvimento dessas forças pelo norte, através do território iraquiano, realizando a junção com tropas aliadas lançadas pelo sul, na região de Basra.

O objetivo de dissimulação dos aliados era atrair parcela considerável do poder de combate iraquiano para a região do Kwait ocupado, desviando forças que guarneciam o território do Iraque.

A estória de dissimulação projetava a ação principal terrestre ao sul e sudoeste do Kwait, coordenada com um maciço desembarque anfíbio na costa leste do Kwait.

Para projetar a estória, foram acionadas, dentre outras, as seguintes ações e meios de dissimulação:

- execução de inúmeras incursões, através da fronteira do Kwait com a Arábia Saudita;
- intensificação dos reconhecimentos terrestres e aéreos ao longo da fronteira com o Kwait, a partir da Arábia Saudita;

- concentração ostensiva e fornecimento de inúmeros indícios de emprego iminente de uma força anfibia, constituída de mais de 18.000 fuzileiros navais — os marines, no litoral leste do Kwait;
- concentração de meios de apoio ao combate e de apoio administrativo junto à fronteira com o Kwait; e
- intenso uso da DEInt que, associada à interferência, ocasionaram um sensível desequilíbrio na conduta das operações.

Para assegurar maior credibilidade à estória, a guerra psicológica e as atividades de contra-informação foram largamente utilizadas, procurando enfatizar que as ações aliadas se restringiriam ao território do Kwait ocupado, pois a maioria dos países componentes da Força Multinacional não concordava em invadir o Iraque.

Paralelamente às atividades de dissimulação, foram executados os reconhecimentos e preparativos para a real operação. As rigorosas medidas de

segurança adotadas e os sofisticados meios empregados, dentre outros fatores, permitiram que o sigilo fosse mantido.

No período de 20 a 23 de fevereiro, os iraquianos deslocaram uma expressiva parcela de suas forças para o leste, posicionando-as ao longo da fronteira de seu território com o Kwait.

A dissimulação surtira o efeito desejado. Os aliados rapidamente aproveitaram a vantagem da surpresa alcançada, empregando várias divisões blindadas pelo norte, na noite de 23 de fevereiro.

No primeiro dia de combate, os aliados lograram penetrar 75 km no território iraquiano. Ao final das primeiras 100 horas, a junção havia sido estabelecida em Basra, a mais de 300 km do local da invasão.

O episódio narrado ocorreu, vale lembrar, em um cenário com características típicas dos combates modernos, com a aplicação de técnicas e táticas até então não testadas no campo de batalha, e emprego, em larga escala, de tecnologia de ponta em apoio às operações militares.

O emprego da dissimulação, uma vez mais, foi decisivo para a obtenção da vitória final.

A DISSIMULAÇÃO NO ENSINO PROFISSIONAL DO EXÉRCITO BRASILEIRO

A dissimulação, consoante o que foi exposto, pode desequilibrar o poder de combate em favor de um dos contendores.

Esta assertiva fortalece a convicção de que o Exército Brasileiro deve atribuir ênfase ao seu estudo e aplicação.

A partir de minucioso levantamento do que é ministrado e praticado a respeito do assunto, será apresentada uma síntese das propostas formuladas para implementar e/ou

- dinamizar o tema na Força Terrestre.

a. A instrução nos corpos de tropa

Os objetivos da instrução de dissimulação são:

- executar corretamente, em todos os escalões, os procedimentos relacionados com a dissimulação, tais como: camuflagem, disciplina de movimento e medidas de segurança em todas as operações;
- adestrar todos os escalões no cumprimento de ações de dissimulação;
- desenvolver a capacidade de detectar o emprego da dissimulação por parte do oponente; e
- desenvolver a capacidade de visualizar a oportunidade, selecionar, planejar e executar eficazmente uma dissimulação em apoio a uma operação tática.

No período de instrução individual, todos os militares devem ser conscientizados de que são responsáveis por suas próprias medidas de dissimulação, com ênfase na instrução tática individual. As habilidades adquiridas, particularmente no campo psicomotor, serão as desejáveis para que os mesmos participem de uma operação de dissimulação. O assunto deve ser também incluído no Programa de Instrução de Quadros da Unidade.

No período de adestramento, o princípio fundamental do adestramento — o *treinamento pela imitação do combate* —, confere pleno respaldo à prática das atividades de dissimulação nos exercícios táticos.

As seguintes proposições orientam o adestramento sobre dissimulação: integrar as atividades de dissimulação com os exercícios de campanha (ExcCmp) das U e GU; atribuir ênfase ao assunto, na Instrução Preliminar dos ExcCamp; incluir um sistema

de avaliação da eficácia da dissimulação.

O Ensino nas escolas militares

A dissimulação é estudada apenas superficialmente. Sua implantação, com maior vigor, deve processar-se através de um sistema modular. Esse sistema, de forma progressiva e metodológica, aprofunda o estudo do assunto.

SÍNTSE

Este artigo destacou, inicialmente, a universalidade e a atualidade da concepção e do valor da dissimulação, registrados pela primeira vez por Sun Tzu, e ratificados por inúmeros outros líderes e tratadistas militares, no decorrer desses vinte e quatro séculos de guerra.

A inserção de casos históricos, ao longo da narrativa, teve como escopo a constatação dessa imutabilidade da dissimulação como fundamento da arte militar, além de permitir uma melhor caracterização das idéias apresentadas.

A aplicação dos princípios da dissimulação, de maneira empírica, por insignes chefes militares brasileiros, nada

teve de cópia de doutrinas ou experiências estrangeiras; antes disso, foi uma maneira autóctone de resolver as complexas situações que a guerra apresenta.

As batalhas travadas na Insurreição Pernambucana, marco da formação da nacionalidade brasileira, e verdadeira gênese do Exército Brasileiro, bem como aquelas conduzidas por Caxias na Guerra da Tríplice Aliança, dentre outros exemplos, constituem prova irrefutável da potencialidade do homem brasileiro com relação à aplicação da dissimulação.

Fica evidenciada, portanto, a importância da dissimulação para o Exército Brasileiro, dentre outros fatores, pelo potencial dos recursos humanos de que dispõe, pela capacidade advinda da criação do CIGE, e pela possibilidade de economizar forças e de reverter uma situação desvantajosa, utilizando um poderoso elemento multiplicador do poder de combate.

Deduz-se, finalmente, que, além dos conhecimentos da área cognitiva aqui propostos, urge que se adote uma atitude receptiva ao debate das novas idéias expostas e a criação de uma mentalidade favorável ao desenvolvimento da doutrina neste campo do conhecimento militar.

BIBLIOGRAFIA

- BARBOSA, Ten Cel Roberto. *Operações contra forças irregulares em ambiente rural. Observações e comentários*. Rio de Janeiro, 1990.
- BENTO, Cel Cláudio Moreira. *Aplicações do Princípio da Surpresa na História Militar do Brasil. Observações e Comentários*. Resende, 1990 e *Batalhas dos Guararapes*. Recife, UFPE, 1971, 2v.
- BRAGA, Teodomiro. *Iraque tem superbases subterrâneas*. O Globo. Rio de Janeiro, 14 fev. 1991. OMundo/Guerra no Golfo, p.19.
- BRASIL. Ministério do Exército. Comando Militar

- do Leste. 1ª Divisão de Exército. 9ª Brigada de Infantaria Motorizada (Escola). 57º Batalhão de Infantaria Motorizado (Escola) — Regimento Escola de Infantaria (REs). Histórico da Unidade — A participação no FAIBRAS. Rio de Janeiro, 1966.
- Ministério do Exército. Departamento de Ensino e Pesquisa. Diretoria de Formação e Aperfeiçoamento. Plano de matérias (PLAMA) — Curso de Formação de Sargentos de Infantaria da Escola de Sargentos das Armas (EsSA). Três Corações, 1991.

- Curso de Aperfeiçoamento de Sargentos de Infantaria (CAS/Inf). Três Corações, 1991.
- Curso de Infantaria do Centro de Preparação de Oficiais de reserva (CPOR). Rio de Janeiro, 1991.
- Curso Básico (CBas) da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Resende, 1991.
- Curso Avançado (CAvçd) da AMAN. Resende, 1991.
- Curso de Infantaria (CInf) da AMAN. Resende, 1991.
- Curso de Infantaria da Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO). Rio de Janeiro, 1991.
- Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM) da Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME). Rio de Janeiro, 1991.
- Ministério do Exército. Estado-Maior do Exército. CI21-5/2 - *Como preparar e orientar a instrução militar na tropa (2ª parte - adestramento)*. Brasília, 1980.
- C 21-30 - *Abreviaturas, Símbolos e Convenções Cartográficas*. 2ª Ed. Brasília, 1973.
- História do Exército Brasileiro. Perfil militar de um povo*. Brasília, 1972. 3v.
- PPB/1 - *Planejamento, execução e controle da instrução militar*. Brasília, 1981.
- PPB/2 - *A preparação do combatente básico*. 2ª ed. Brasília, 1985.
- PPQ-07/2 - *Formação de Cabo de Infantaria*. Brasília, 1979.
- PPQ-07/3 - *Formação de Sargento Temporário de Infantaria*. Brasília, 1986.
- PPA-ART/1 - *Adestramento Básico nas Unidades de Artilharia-GAC*. Brasília, 1982.
- PPE-02/3 - *Estágio de Habilitação a Capitão (EHC)*. Brasília, 1986.
- CARDOSO, Ten Cel. Alberto Mendes. *Os Treze Momentos*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1987. 158p.
- CARONE, Edgard. *Revolução do Brasil contemporâneo 1922/1938*. 4ª ed. São Paulo, Ática, 1989. 125p.
- CARTIER, Raymond. *A Segunda Guerra Mundial*. 1ª ed. Rio de Janeiro, Primor, 1975. 2v.
- CHALLITA, Mansour. *Saddam e Calila e Dimma*. O Globo. Rio de Janeiro, 08Fev. 1991. 1º Caderno, p.2.
- CLAUSEWITZ, Carl Von. *Da Guerra*. 1ª ed. Brasília, Martins Fontes, 1979. 787p.
- CONRADO, 1º Ten Pedro Wood. *A Batalha de Pirajá: ponto de inflexão nas lutas pela independência da Bahia*. Revista "A Defesa Nacional". Rio de Janeiro, (744): 44-63, Jul./Ago. 1989.
- DAMACENO, Cel Filadelfo Reis. *Caxias e as operações psicológicas*. Revista "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, (732): 7-29, Jul/Ago. 1987.
- ECEME. Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. C31-60- (Anteprojeto) - *Operações de Transposição de Curso de Aguia*. Rio de Janeiro, 1985.
- C57-35 (Anteprojeto) - *Operações Aeromóveis*. Rio de Janeiro, 1981.
- C100-5 (Anteprojeto) - *Operações*. Rio de Janeiro, 1985.
- C100-10 (Anteprojeto) - *Apoio Administrativo*. Rio de Janeiro, 1986.
- C101-5 (Anteprojeto) - *Estado-Maior e Ordens*. Rio de Janeiro, 1987. 2v.
- ME 1-20- (Anteprojeto) - *O Batalhão de Helicópteros*. Rio de Janeiro, 1990.
- ME 11-61- (Anteprojeto) - *Comunicações e Eletrônica da Divisão de Exército*. Rio de Janeiro, 1989.
- ME 21-253- *Monografias e estudos de estado-maior*. Rio de Janeiro, 1989.
- ME 135-1- (Anteprojeto) - *Guerra Eletrônica*. Rio de Janeiro, 1987.
- ME 320-5- *Vocabulário da ECEME*. Rio de Janeiro, 1986.
- EDITORIA ABRIL. *História Geral*. In: Almanaque Abril- 1988. São Paulo, 1988, p.487-552.
- EXÉRCITO DO SEU. *Ação das pequenas unidades alemãs na campanha da Rússia*. Tradução de Celso dos Santos Meyer. 2ª ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1987. 289p.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1986. 1838p.
- FIGUEIREDO, Gen Ex Diogo de Oliveira. *A visão estratégica de Caxias*. Revista "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, (727): 140-46, Set/Out. 1986.
- FIGUEIREDO, Osório Santana. *São Gabriel cidade — O combate do Cerro do Ouro*. In: São Gabriel desde o princípio. 2ª ed. Rio Grande do Sul, Pallotti, 1980. cap. VII, p. 118-21.
- FREITAS, Gerson Menandro Garcia de. *Relatório de Curso no Exterior - Fort Benning - EUA*. Rio de Janeiro, 1989. 128p.
- Nota Complementar - *Idéias sobre a dissimulação tática no escalão unidade*. Curso de Infantaria da EsAO. Rio de Janeiro, 1988. 8p.

- JANSEN, Cel Carlos Eduardo. *Operações de dissimulação. Observações e comentários*. Rio de Janeiro, 1990.
- JOMINI, Antoine Henri. *A arte da guerra*. 1^a ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1949. 151p.
- JORNAL *O GLOBO*. *O Mundo/Guerra no Golfo. As novas armadilhas para os aviões*. Rio de Janeiro, 17 de Fev. 1991. p.20.
- *Americanos usaram ardil para enganar os iraquianos*. Rio de Janeiro, 27 Fev. 1991. p.20.
- *A cronologia da crise no Golfo*. Rio de Janeiro, 28 Fev. 1991. p.2.
- LIDDELL HART, Basil Henry. *Estratégia*. 1^a ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1966. 508p.
- LINEBERGER, Paul M.A. *Guerra Psicológica*. 1^a ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1959. 541p.
- OLIVEIRA, Cel Humberto José Corrêa de. *Uma visão panorâmica da CME nas operações terrestres*. Revista "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, (742): 142-64, Mar./Abr. 1989.
- *IECom — suas origens e a batalha eletrônica*. Revista "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, (744): 117-33, Jul/Ago. 1989.
- *Reflexões — Guerra Eletrônica e C3I*. Revista "A Defesa Nacional", Rio de Janeiro, (746): 117-42, Nov/Dez. 1989.
- RIBEIRO, Maj Jayme. *Reflexões sobre a guerra moderna*. 1^a ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1946. 173p.
- ROMMEL, Mar Erwin. *Attacks*. 1^a ed. Vienna, Virginia - USA, Athena Press, 1979. 325p.
- SANT'ANNA, Affonso Romano de. *Saddam e o livro das astúcias*. O Globo. Rio de Janeiro, 24 Fev 1991. 1º Caderno. p.2.
- SANTA ROSA, Cel Maynard Marques de. *O pensamento militar de Clausewitz. Observações e comentários*. Rio de Janeiro, 1990.
- SELEÇÕES DO READER'S DIGEST. *Grande Atlas Mundial*. 1^a ed. Porto - Portugal, Lisgráfica, 1978. 200p.
- SUVOROV, Viktor. *O exército soviético por dentro*. 1^a ed. Rio de Janeiro, Record, 1982. 183p.
- TÁVORA, Mar Juarez. *Uma vida e muitas histórias*. 1^a ed. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 1974. 3v.
- TESSLER, Eduardo. *Imitações enganam caças aliados*. O Globo. Rio de Janeiro, 13 Fev 1991. *O Mundo/Guerra no Golfo*. p.20.
- TZU, Sun. *A arte da guerra*. 3^a ed. Rio de Janeiro, Record, 1983. 114p.
- USA. Department of the Army. *FM 34-1-Intelligence and Electronic Warfare Operations*. Washington, DC, 1986.
- *FM 90-2-Tactical Deception*. Washington, DC, 1978.
- *FM 100-5-Operations*. Washington, DC, 1986.
- *IAG- 13-1-78 - Soviet Army Operations*. Washington, DC, 1978



Tenente-Coronel de Infantaria, GERSON MENANDRO GARCIA DE FREITAS é da turma de 1975 da AMAN. Possui os cursos Básico Pára-quedista, Mestre de Salto, da EsAO, Avançando de Infantaria, em Fort Benning - EUA, e da ECEME. Serviu no 5º BI, 27º BIPqdt, 47º BI e 28º BC. Exerceu as funções de instrutor da AMAN e da EsAO. Atualmente, serve no Cmdo da 15ª Bda Inf Mtz, tendo sido selecionado e designado para lecionar Português na Academia Militar de West Point, EUA.



Ainda Sobre a Amazônia

Osmar José de Barros Ribeiro

A matéria enfoca o pseudomassacre dos índios ianomâmis em agosto de 1993 e sua exploração pela imprensa e entidades indigenistas e defensoras dos direitos humanos.

Um dos mais lúcidos analistas políticos dos nossos dias, o jornalista Carlos Chagas, em crônica semanal publicada na revista *Manchete*,¹ escreveu: "Não será preciso reler o 'Pêndulo de Foucault', de Umberto Eco, para começar a acreditar na existência de um plano destinado a controlar os destinos do planeta, esotérico ou comercial. Paranóias à parte, é evidente que, no nosso caso, as engrenagens estão em marcha... Haverá necessidade de comentar recente visita feita ao Brasil pelo Secretário de Defesa dos Estados Unidos, sugerindo, se não a dissolução ao menos a redução drástica de nossas Forças Armadas, agora que acabou a bipolaridade, que o muro de Berlim caiu e que não há mais comunistas para justificar sandices?... Além da soberania, agride-se o bom senso, a lógica e a natureza das coisas, não faltando nessa equação os inocentes úteis, os bobos e os malandros, sempre sequiosos de levar vantagem em tudo."

Na verdade, sempre que se alerta para o interesse estrangeiro sobre a Amazônia, interesse velho de séculos, não faltam aque-

les, principalmente pela imprensa, que buscam ridicularizar tal preocupação. Os que assim atuam, esquecem ou fingem esquecer fatos importantes da nossa História. Não há necessidade de buscar exemplos no tempo da Colônia ou do Império ou nas lutas empreendidas pelo Barão do Rio Branco para manter os estrangeiros longe da área. São dos nossos dias teses exdrúxulas como as de ocupá-la com os *nisei* filhos de norte-americanos com japoneses, após a 2ª Grande Guerra; nela colocar os excedentes populacionais de Porto Rico ou os refugiados árabes da Palestina. Mais recentemente, tivemos a proposta de criação do Grande Lago Amazônico, idéia gestada no Hudson Institute, além do retorno da tese da Internacionalização, desta feita defendida em Haia pelo Presidente francês François Mitterrand e seu então primeiro-ministro, Michel Rocart.

Isto para não falar de uma organização religiosa de caráter global, o Conselho Mundial de Igrejas (CMI) que, dispondo de uma vasta gama de recursos, vem influindo de forma acentuada no Terceiro Mundo, orientando, de certa maneira, a própria

1. Edição de 14.8.93

conduta da ala católica dita "progressista" nos países em desenvolvimento. No Brasil, cabe ao antigo Instituto Superior de Estudos Religiosos (ISER), com suas publicações e organizações, total ou parcialmente apoiadas por ele,² ser o portavoz do CMI.

Mas, qual a razão de aqui ser citada uma organização religiosa? Muito simples: desde a década de 70, o CMI vem lutando no sentido de criar, na área ocupada pelos índios ianomâmis e que abrange terras da Venezuela e do Brasil, uma "nação indígena" a qual, obviamente, não estaria sujeita ao Poder Nacional de um ou de outro dos referidos países. A ação do CMI é anterior à das Organizações Não Governamentais (ONGs) e, sem grande margem para dúvidas, as inspira em suas ações, juntamente com parcelas ponderáveis de governos e conglomerados econômicos estrangeiros.

Aqui, é de se perguntar: que poderosas razões teriam levado o Pentágono a financiar, ao custo de 7.7 milhões de dólares, pesquisa destinada a encontrar compostos químicos potencialmente úteis contra a malária e a esquistossomose?

A resposta, vamos encontrá-la na leitura do jornal *O Globo*, de 01.6.93: "A preocupação do Pentágono está relacionada ao fato de os EUA enviarem tropas para a região onde ocorrem as duas doenças..." Ainda segundo aquele jornal, dos 600 mil casos registrados no País, 98% ocorreram na Amazônia.

O segundo semestre de 1993 foi marcado, entre outras tragédias, pelo assassinato de um grupo de índios ianomâmis. O que se

viu então foi o desabar de uma tempestade de críticas e de ameaças sobre o nosso País. Algumas notícias, em ordem cronológica, darão uma noção melhor do desenrolar dos fatos, no que respeita ao tema "índios".

• 30 de julho de 1993: "ONU planeja dar independência a tribos indígenas" (GL).

Trata-se de um texto escrito por cinco "peritos" (as aspas são justificadas pelo fato de os mesmos serem oriundos da Grécia, de Cuba, do Japão, da Nigéria e da Ucrânia, países os quais, conforme todos sabemos, possuem vastos contingentes indígenas em seus territórios), a partir do qual pretende-se "dar às comunidades indígenas do mundo inteiro o direito à autodeterminação".

Segundo a correspondente local do *O Globo*, o texto "é uma espécie de primeiro rascunho da futura Declaração Universal dos Direitos Indígenas que a ONU pretende aprovar nos próximos anos...".

• 15 de agosto de 1993: Religiosa baseada num posto da Fundação Nacional de Saúde, na localidade de Xidéa/RR, foi procurada por um grupo de ianomâmis os quais, muito assustados, denunciavam o assassinato de companheiros seus por garimpeiros atuantes na região. No dia seguinte, em carta dirigida ao administrador do Distrito Sanitário Iantomâmi, a referida religiosa transmitia a denúncia e informava da existência de 14 mortos, todos indígenas.

• 17 de agosto de 1993: Um delegado da Polícia Federal que investigava a morte de cinco índios em um ataque anterior feito

2. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs (CONIC) é um deles.

pelos garimpeiros, tomou conhecimento do fato pelo rádio do Posto onde se encontrava e voou para Xidéa. Ali, somando as mortes que apurava com os números apresentados pela freira, concluiu que teriam sido assassinados 19 índios e esse número ele transmitiu, via *fac-símile*, para a sede da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em Brasília. Três dias após, o número de mortes chegava a 30. Um sertanista, enviado ao local, após ouvir os ianomâmis, chegou à cifra de 70 e, pouco depois, de 120 mortos.

A grande verdade é que foi esse último número o transmitido para o exterior, muito embora não houvessem provas do alegado massacre. Por quem e com que objetivos, talvez conste do relatório do inquérito instaurado pela Polícia Federal, para apurar o acontecido e apontar os responsáveis. As consequências, contudo, não poderiam ter sido mais desagradáveis: nota do Secretário-Geral da ONU lamentando a chacina e editorial do *New York Times* criticando a impunidade quanto à matança de índios no Brasil.

Para ter-se uma idéia da forma pela qual aliou-se, ao sensacionalismo da imprensa a irresponsabilidade da FUNAI e das nossas autoridades no trato do problema, basta transcrever o contido em alguns jornais nos dias que se seguiram.

• 25 de agosto de 1993: "PF não encontra provas da chacina".

O delegado da Polícia Federal responsável pelas investigações, a OAB/RR, o bispo Aldo Mobiano (conhecido defensor dos ianomâmis), têm dúvidas quanto à ocorrência de uma chacina. O antropólogo Bruce Albert, que vive com os índios há 20 anos, acredita que a FUNAI foi precipitada na

divulgação do número de mortos. Aparentemente, apenas a FUNAI, líderes indígenas e o procurador-geral da República não guardam dúvidas quanto à realização de um massacre.

O jornal *O Fluminense* no mesmo dia, publicou matéria sob o título "ONU pode enviar missão à Amazônia", bastante ilustrativa quanto ao interesse do governo francês (socialista, diga-se de passagem) em conseguir uma ação internacional naquela Região. Os principais trechos, são os seguintes:

"As Nações Unidas não descartam a possibilidade de uma iniciativa concreta na Amazônia, através do envio de uma missão de observadores na região onde ocorreu o massacre dos índios ianomâmis, segundo revelou ontem uma fonte diplomática do Quai D'Orsay, em Paris... O envio de observadores se situaria na área da defesa dos direitos humanos, uma das três missões principais da organização internacional. Essa missão poderia ser decidida pela própria Secretaria-Geral, desde que solicitada por alguns dos países-membros, mas também pelas organizações não-governamentais (ONG'S) reconhecidas pela ONU. O governo francês, até agora, não manifestou nenhum interesse em solicitar o envio de tal missão às Nações Unidas, evitando assim um desgaste político, preferindo que as ONGs assumam a paternidade da iniciativa. A mesma fonte considera também muito difícil a retomada da proposta do Presidente François Mitterrand e seu primeiro-ministro da época, Michel Rocard, de criar uma autoridade supranacional para a Amazônica.... Uma estrutura supranacional custaria muito caro e sua implantação, do ponto de vista jurídico, seria quase impossível.....

• 26 de agosto de 1993: "Brasil evita cobrança da ONU por chacina".³ Os diplomatas brasileiros sediados em Genebra conseguiram abortar uma declaração da subcomissão de Direitos Humanos da ONU pedindo que o governo brasileiro prestasse contas sobre o massacre dos índios ianomâmis. Contudo, no plenário, houve "estrondoso protesto" das organizações de direitos humanos, num recinto lotado por representantes de governos e ativistas do mundo inteiro. Na ocasião, a Federação Internacional Terra dos Homens acusou os militares e políticos brasileiros de terem sido "fonte de inspiração" para o massacre dos índios, ao praticarem "um genocídio verbal" com o propósito de criar um clima antiíndio às vésperas da revisão da Constituição Brasileira. Em continuação, o presidente do Conselho Nacional dos Índios Americanos afirmou que o massacre é "mais um exemplo do racismo, violência e ódio que ameaçam os índios". No inicio da sessão, a relatora da 1ª versão da Declaração Universal do Direito do Índio defendeu o direito de autodeterminação dos povos indígenas.

Em Nova Iorque e em São Francisco, nos EUA, "dezenas de manifestantes fizeram uma vigília silenciosa... em protesto contra o massacre dos índios ianomâmis em Roraima" no dia 25 de agosto e, no dia seguinte, 50 entidades ecológicas e de direitos humanos, deveriam fazê-lo em frente à embaixada brasileira em Washington.

• 26 de agosto de 1993: "Massacre pode ter ocorrido na Venezuela".⁴

Surgem indícios claros de que a morte dos índios pode ter ocorrido em território da Venezuela, cujo governo afirma desconhecer tal versão.

Nos EUA, o Subsecretário de Estado para assuntos interamericanos afirma esperar punição para os responsáveis pelo massacre dos ianomâmis, como forma de evitar a ocorrência de casos semelhantes. Isto, no dia 25 de agosto, mesma data em que o embaixador norte-americano distribuiu nota afiançando não haver, por parte dos EUA, intenção de internacionalizar ou de militarizar a região.

Da sucursal de Brasília vem a notícia de que "ninguém no governo garantia, até ontem de manhã, que tenha havido um massacre de índios ianomâmis em Roraima" e o próprio Ministro da Justiça, que na semana anterior garantia, em Boa Vista/RR, que "tinha certeza da chacina", passava a admitir a ocorrência de "vandalismo".

A imprensa tornou pública a reação do governo brasileiro⁵ contra o rascunho da Declaração Universal dos Direitos Indígenas. São desses diários, as frases entre aspas contidas no texto. A futura declaração contém, "segundo avaliação do Ministério das Relações Exteriores, diversas incoerências, entre elas a referência à autodeterminação dos povos indígenas. Do ponto de vista do governo, a tese fere a Constituição Brasileira, que não identifica os índios como povos, mas apenas como populações" (JB). A primeira versão à qual vimos nos referindo, "poderia levar os índios a reivindicar independência", posto que, "segundo o

3. O Globo

4. Folha de São Paulo

5. O Globo, de 26.8.93, e Jornal do Brasil, de 27.8.93

Art. 4º, têm o direito de manter e fortalecer suas características políticas, econômicas, sociais e culturais, além de ter seu próprio sistema legal"; assinala ainda, no Art. 26, "que os índios têm o direito de controlar totalmente suas terras e territórios (água, ar, costa, flora, fauna e outros recursos); no Art. 32, "estabelece que os índios têm o direito de escolher sua própria cidadania" (GL).

Nos dias seguintes, vão sendo confirmados os indícios de que a morte dos índios ocorreu na Venezuela e o jornal *O Globo* acrescenta: "Se confirmado o relatório de Albert,⁶ a FUNAI terá que explicar porque índios foram apresentados como testemunhas se, na verdade, não viram a chacina".

• 01 de setembro de 1993: *O Globo*, transcrevendo despacho da sua correspondente em Genebra, Suíça: "SOS Tortura pede o fim da impunidade no Brasil"; "O conflito social no Brasil está estourando e só há uma forma de evitar o pior: acabar com a impunidade, sobretudo da Polícia, disseram ontem em Genebra membros do SOS Tortura, a maior entidade internacional contra tortura, que representa 170 organizações de direitos humanos no mundo inteiro". A correspondente assevera que pela terceira vez, em 30 dias, "o Brasil entrou na 'central de alarme' do SOS Tortura por violação grave dos direitos humanos: chacina sistemática e organizada de pessoas. A primeira foi após o assassinato de oito meninos de rua na Candelária; a segunda, o massacre dos ianomâmis". A terceira vez foi por ocasião "da chacina de 21 pessoas na Favela de Vigário Geral".

Jornal do Brasil: "FUNAI sabia que Haximu ficava na Venezuela". "Câmara cobra explicações a Romero".

• 06 de setembro de 1993: "Chacina de índios é gafe de autoridade em terra estranha".⁷

Vale a pena transcrever, embora parcialmente, o texto da notícia:

"Há 15 dias a FUNAI anunciou ao mundo o assassinato de 73 índios ianomâmis, por garimpeiros, na aldeia de Haximu, que estaria situada em Roraima. O comando de Operações Táticas da Polícia Federal... concluiu, no início da semana, que os índios mortos eram 16 e que o conflito ocorreu a 11 quilômetros da fronteira brasileira, em território venezuelano (para o qual se haviam deslocado, apressados e sem desconfiar da gafe, o Ministro da Justiça, Maurício Corrêa, e o Procurador-geral da República, Aristides Junqueira). ... Quarta-feira, Cláudio Romero, naquele dia ainda presidente da FUNAI, tentou explicar na Câmara dos Deputados a razão de sua precipitação no anúncio da chacina, mas não convenceu".

É bem provável que o trato de um assunto tão comentado, qual seja o da existência de interesses estrangeiros na Amazônia, já tenha cansado a maioria, se não a totalidade dos leitores. Contudo, hoje, a ele deve ser acrescentado um novo enfoque: a utilização de ativistas indígenas fazendo coro com conhecidas ONG's, buscando, sob os mais variados pretextos, a inserção de cunhas étnicas no nosso território, particularmente aquele situado no norte do Rio Amazonas, o que seria inviabilizado

6. Trata-se do antropólogo Bruce Albert, segundo o qual a aldeia onde ocorreram as mortes fica na Venezuela.

7. *Jornal do Brasil*.

pela concretização, em todos os aspectos, do Projeto Calha Norte. Porém, a atenção dos brasileiros não pode deter-se aí: há que estarmos atentos para os termos de uma futura Declaração Universal dos Direitos Indígenas a qual, se não for profundamente modificada, poderá abrir o caminho a uma intervenção externa destinada a assegurar "a autodeterminação e a soberania das nações indígenas". E em que medida não estaria a própria FUNAI envolvida em tal problema? Ainda, dos textos transcritos, sobreleva o apoio do atual governo francês, mesmo que por formas indiretas, a uma intervenção na Amazônia. Tal apoio faz soar um sinal de alarme: tradicionalmente, a ação da França tem sido exercida na África e não na América Latina, de longa data área de influência norte-americana.

Além de mais, qual a razão desta preocupação com o Brasil, partilhada tanto por governos estrangeiros quanto por ONG's quando a mesma poderia ser dirigida, com muito mais razão, para o que acontece no Sudão, por exemplo? Quem ainda fala na Somália? Quem pensou em pedir a intervenção da ONU nos EUA quando, para desalojar fanáticos religiosos entrincheirados em uma fazenda, o FBI empregou carros de combate e munição incendiária, com trágico saldo de 80 mortos, em boa parte mulheres e crianças? E o massacre que vem tendo lugar na Bósnia-Herzegovina, malgrado a presença de forças da ONU? Realmente, é bem mais fácil flexionar os músculos invadindo Granada ou o Panamá."



Tel-Cel Inf. (R1) OSMAR JOSÉ DE BARROS RIBEIRO. Pertence à Turma Aspirante Mega (Fev 55). Possui os seguintes cursos: Guerra Química (EsIE, 1957); EsAO (1964); ECEME (1969); EsNI (Curso A, 1974); ESG (CAEPE, 1988). Foi Auxiliar de Instrutor no Curso de Infantaria (AMAN), Instrutor no NPOR/3º RI e Comandante do Curso Básico/AMAN. Serviu na Força Interamericana de Paz, em São Domingos, como Comandante de Companhia.



As Grandes Crises Nacionais Portuguesas

Henrique Manuel Lages Ribeiro

Reprodução de matéria publicada na Revista de Artilharia, do exército português (1984, nº 711/712, Nov/Dez e 1985, nº 713/714, Jan/Fev). Estuda as crises da história lusa de 1383, 1578 e 1820. Revela a origem de alguns aspectos da mentalidade do brasileiro ou do caráter nacional.*

"... porque creio que a vantagem que nos pode dar a História é a de não sermos tentados a repeti-la. (Antônio Sérgio, *Breve Interpretação da História de Portugal*).

"... Mas, se não reconhecermos e confessarmos francamente os nossos erros passados, como poderemos aspirar a uma emenda sincera e definitiva. (Antero de Quental, *Causas da decadência dos povos peninsulares nos últimos três séculos*).

CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS

Antes de comerçarmos a desenvolver este tema parece útil tecer algumas breves considerações prévias sobre alguns dos termos usados no seu enunciado e levantar, quando conveniente, alguns pressupostos.

A primeira consideração aconselhável diz respeito a "crises nacionais"; esta expressão pressupõe a existência de Nação. Ora, desde quando é que esta existe? É uma discussão já clássica na qual não vamos entrar. Mas historiadores há que defendem que o "espírito nacional" é muito posterior à Independência e que talvez só surja nos fins do Séc. XIV. Se tal for aceito, uma crise

anterior a essa época (e muitas houve) poderia ter sido uma crise "estatal", mas não "nacional". Para ultrapassar essa dificuldade, este trabalho assenta no pressuposto que são crises nacionais as que surgiram em Portugal após a Independência.

Em segundo lugar, umas considerações sobre a palavra "causas". As causas históricas de um qualquer acontecimento são um termo muito usado, mas que "encobre, geralmente, uma visão fisicista do desenrolar da ação humana";¹ isto é, existe, de certo modo, uma analogia com o que se passa na Física, em que um fato acarreta um efeito e, como tal, um efeito foi "por causa" de um qualquer fato ou situação. Ora, a

* O Estudo da Crise de 1820 será publicado na próxima edição.

1. SARAIVA, Antônio José, *Da Causa em História*, Revista História, no. 39, Jan 82, pág. 24.

relação de causalidade dos fatos históricos — porque culturais — não é linear. Os fatos históricos têm, na sua base, projetos que correspondem a certas motivações. "O modelo da causalidade inspirada na Física não vale mais do que o modelo da causalidade inspirado na Teologia. Ambos procuram subtrair o acontecer histórico à atividade humana, uns supondo que a História é um capítulo da Física, outros que ele é o resultado da Providência Divina. Ambos são totalitários, querendo reduzir a realidade a um princípio único de explicação".² As próprias "causas econômicas" — que pela sua importância neste trabalho se procurarão salientar — têm que ser encaradas, também, por esta mesma ótica: as condições econômicas influenciam, condicionam, mas não "determinam".³

Resumindo: a "causa histórica" tem que ser vista nesta perspectiva. Não é por "causa" disto que sucede aquilo; apenas para um determinado fato histórico existiram determinadas motivações (e quantas outras que escaparam, até agora, aos historiadores) que concorreram para a sua ocorrência.⁴

Um terceiro ponto relacionado ao tema: o que diz respeito ao "vetor militar". A que nos estamos a referir quando falamos em "militares" quando o nosso horizonte histórico é de oito séculos? Logicamente há coisas muito diferentes. No Séc. XIV, por exemplo, "a fidalguia era então o exército".⁵ Não vamos, pois considerar, no final desse mesmo século, como vetor militar

toda a luta dos "ventres ao Sol", aparentemente "descomandada" em relação ao poder? Mas dada a importância, e conhecendo os efeitos desse mesmo movimento, poderá algum trabalho histórico ignorá-lo? Para ultrapassar esse problema e porque não é fácil, num trabalho desta índole, procurar definir o que se entende por tal vetor, achou-se vantajoso, nas épocas de crise selecionadas, sumariamente descrever o que tal pode ser considerado.

Por fim, atualmente "vivemos provavelmente a maior crise da nossa História"⁶ e se, como dizia Alfred Sauvy, a independência de um país se mede pela sua balança de pagamentos, nós estamos mergulhados numa grande crise nacional. Não a incluir neste trabalho não é ignorá-la. É reconhecer que nos falta a "distância focal histórica" para que se tornem nitidas as imagens que, de tão perto estarem, surjam desfocadas.

Com razão poder-se-á criticar o fato de identificarmos cada uma das crises analisadas apenas indicando um ano: 1383, 1578 e 1820. Foi um defeito intencional. Reconhece-se que não seria a forma mais correta de o fazer. Simplesmente o descobrir as datas de "nascimento" e de "óbitos" de uma crise não é tarefa fácil precisamente porque não são, regra geral, acontecimentos destacáveis os que a balisam; antes é um conjunto de indicadores negativos de natureza diversa que, em dado período, se começam a revelar (súbita ou progressivamente); que atingem, depois, níveis de

2. Idem.

3. "Procurar saber se as causas (dos Descobrimentos nesta passagem) foram econômicas ou espirituais é como discutir se o arco-íris é azul ou amarelo". José Hermano Saraiva, in *Expresso*, 25 Jun 83.

4. Antônio Sérgio, *Ensaios VI*, Obras Completas, Clássicos Sá da Costa, 197, pág. 124: "a situação social que tornou possível... É a acentuação do possibilismo."

5. MARTINS, Oliveira. *História de Portugal*, Obras Completas, Guimarães Editora, 1951, Pág. 185.

6. FAFES, José Fernandes. *Caderno Diário (Fragmentos)* - A questão, *Diário de Notícias*, 20 Jun 83.

ruptura; e que, numa fase de recuperação, inflitem e percorrem um itinerário, de certo modo, simétrico do anterior. Ora, uma investigação capaz de fazer uma análise desse tipo transcende o caráter deste trabalho. Optou-se, assim, por indicar uma única referência (um ano), cuja escolha é discutível, mas que, talvez, represente o período mais significativo de cada uma das crises.

"Há em nós todos uma voz íntima que protesta em favor do passado, quando alguém o ataca; a razão pode condená-lo; o coração tenta ainda absolvê-lo." (Antero de Quental)

INTRODUÇÃO

As crises nacionais não são erupções súbitas que nascem de geração espontânea. As crises são, normalmente, situações extremas derivadas de processos que têm raízes, por vezes muito mais recuadas e profundas do que possa parecer à primeira vista. Seria enganador, pois, abordar as crises históricas portuguesas individualmente sem procurar primeiro encontrar no subsolo histórico essa raiz subterrânea de que as crises não seriam mais do que "afloramentos". Há pois que procurar, numa rápida panorâmica, os "males históricos nacionais" porque é a partir dessa base que as crises irrompem. E se, talvez com um maior rigor, pudéssemos concluir que nem todos os "nossos males" surgiram sincronicamente e nos acompanharam ao longo de todo o nosso caminho histórico, parece razoável, num trabalho desta natureza, aceitar como constantes históricas aquelas que, embora diacronicamente

surgidas, já permanecem conosco há muito tempo.

Esta a razão do capítulo que se segue.

OS MALES DA NAÇÃO

Antônio Sérgio, no seu ensaio "As duas Políticas Nacionais" (1925)⁷ defendeu que "aparecem na nossa história duas teorias políticas nacionais. Uma é a escola da precedência da faina de elevar o povo no território europeu em Portugal; a outra é a escola da precedência da atividade de transporte, do tráfego, da exploração comercial dos produtos do Ultramar". A primeira política é a característica dos primeiros reis da 1^a Dinastia que apostaram na colonização interna. A segunda é a que nasce quando a burguesia do Séc. XIV se salienta, tendo como figura de proa o Infante D. Henrique. Denominou, Sérgio, "Políticas de Fixação e de Transporte".

Elas poderiam não ter sido antagônicas mas complementares: bastaria que, para isso, a atividade comercial marítima corresse para a criação de uma sólida base econômica metropolitana. Por outras palavras: que os benefícios daquele tráfego fossem investidos nas duas fontes geradoras de riqueza: a agricultura e a indústria. Mas, geralmente, tal não aconteceu.

Além disso, era necessário que esse próprio comércio fosse realizado de uma forma diferente: não nos limitássemos a trazer a Portugal as especiarias, esperando que os povos europeus cá as viessem comprar, fazendo eles a distribuição por toda a Europa.⁸ Ao maior custo (risco) não

7. ANTÔNIO SÉRGIO. "Ensaio II", Obras Completas, Clássicos Sá da Costa, 1972, Pág. 69.

8. "Toda a riqueza do Oriente passava apenas por Portugal e a fomentar o trabalho estrangeiro, que nos fornecia todas as coisas". ANTÔNIO SÉRGIO, "Breve interpretação da História de Portugal", Obras Completas, Clássicos Sá da Costa, 1972, pág. 69.

correspondia o maior benefício. Os que menos arriscavam guardavam a parte de leão. Chegou-se até ao círculo de, em dada época, considerarmos a indústria (a fixação) uma perigosa rival do comércio da Índia! Portugal importava muito mais do que exportava, e esse fluxo de importação ia arruinando as já poucas indústrias existentes. Como resumia Antero, com algum exagero, "havia então uma única indústria nacional... a Índia!": "Não só deixamos de exportar, mas passamos a importar: do reinado de D. Manuel em diante somos sustentados pelo estrangeiro"... "Não se fabrica, não se cria: basta o ouro do Oriente para pagar a indústria dos outros".⁹ A situação de desequilíbrio crônico da balança comercial não podia continuar e havia a necessidade imperiosa de reverter essa tendência, desenvolvendo a nossa indústria, deixando de ser meros "caixeiros viajantes marítimos".

O descobrimento das minas do Brasil, em fins do Séc. XVIII, permitiu adiar essa viragem política. Mais tarde a independência do Brasil (em 1822) é um rude golpe; mas é também, uma nova oportunidade para vir ao de cima a necessidade de desenvolver uma Política de Fixação, o que foi tentado por Mouzinho da Silveira, no princípio do Séc. XIX. Dois sucedâneos, desta vez, se encontraram: a exploração da África que, até aí, estava resumida a uma faixa litoral de uns 200 km, e o recurso aos empréstimos externos do Fontismo. Era

uma sociedade "vivendo de recursos estranhos ou anormais e não do fruto do seu trabalho e economia".¹¹ ... "Outrora vinham quintos do Brasil para o tesouro; hoje vêm saques para particulares".¹²

A exploração sucessiva do Ouro da Mina (Séc. XV), das especiarias (Séc. XVI), dos engenhos do açúcar (Séc. XVII) e, mais tarde, o ouro e diamantes do Brasil (Séc. XVIII), a exploração do interior da África (Séc. XIX) foram ações que quase nos absorveram exclusivamente. E porque os recursos não abundavam, ou eram improdutivamente despendidos, o desenvolvimento da Metrópole foi quase sempre adiado. Foi uma ação centrífuga a que nos mobilizou, contrariamente à oposta política centripeta que outros Estados — o caso mais evidente foi o da Inglaterra — privilegiaram. Nestes Estados, toda a sua atividade externa estava condicionada ao fomento da Metrópole. Não havia antagonismo mas complementaridade ou, talvez mesmo, subordinação.

Por Antero de Quental este tema é também desenvolvido¹³ na célebre conferência inaugural do Casino (1871). Mas a sua perspectiva é mais limitada: não é tanto a predominância do Transporte o que ele entende ter sido um mal. Para ele foi a transformação do comércio marítimo em conquista longínqua. "O capital adquirido pelo comércio e pela guerra só se torna real e produtivo quando se fixa na cultura da terra e nas outras indústrias". E remata

9. "Se introduzirmos as artes (leia-se indústria), não terão saída as nossas drogas (leia-se matérias-primas) que aqui buscam os estrangeiros a troco das suas manufaturas," in *Discurso sobre a Introdução das Artes Neste Reino*, Duarte Ribeiro de Macedo, 1675.

10. GUSMÃO, Alexandre de, *Memória histórica sobre a agricultura portuguesa*.

11. MARTINS, Oliveira, citado por António Sérgio, em *Breve Interpretação da História de Portugal*, pág. 138.

12. O quinto era um imposto correspondente à quinta parte do que se produziu. Está relacionado com a exploração do ouro.

13. QUENTAL, Antero de, *Causas das decadências dos povos peninsulares nos últimos três séculos*, in *Prosas Escolhidas*, Edições Livros de Portugal, Rio de Janeiro, 1942, págs. 131 e 132.

mais à frente: "... que destino demos às prodigiosas riquezas extorquidas aos povos estrangeiros? Respondam a nossa indústria perdida, o comércio arruinado, a população diminuída, a agricultura decadente..." ... "É que o proprietário, o agricultor deixam a charrua e fazem-se soldados, aventureiros, atravessam o oceano, à procura de glória, de posição mais brilhante ou mais rendosa".¹⁴ Foi uma política deslocada no tempo. "Quisemos refazer os tempos heróicos na Idade Moderna; enganámo-nos; não era possível: caímos. Qual é, com efeito, o espírito da Idade Moderna? É o espírito do trabalho e da Indústria".¹⁵

Além disso, parece ter havido nesta política um desajustamento entre os objetivos e os meios. Não foi esse o espírito dos ingleses e holandeses, pelo menos inicialmente. A Companhia da Índia é, por assim dizer, a versão anglo-saxônica, da visão imperial ibérica. A diferença entre elas é reconhecível nos seus efeitos.

Mas outros dois fenômenos capitais estão, segundo Antero, na origem da decadência dos povos peninsulares: a transformação do catolicismo resultante do Concílio de Trento (1545-49 e 1551-52) e o estabelecimento do absolutismo com a correspondente ruína das liberdades locais, que eram uma tradição portuguesa. Como contraprova apresenta o oposto dessas tendências que outros Estados seguiram e que

concorreram para o seu desenvolvimento: a liberdade moral, conquistada pela Reforma; e a elevação da classe média, instrumento do progresso nas sociedades modernas. "Assim, enquanto as outras nações subiam, nós baixávamos. Subiam elas pelas virtudes modernas; nós desciamos pelos vícios antigos, concentrados, levados ao sumo grau do desenvolvimento e aplicação".¹⁶

A religião torna-se, com o Concílio de Trento, muito mais intolerante. É, por assim dizer, o remate da transformação do sentimento cristão na instituição católica. Pergunta Antero: "Quem pode negar que é, em grande parte, à Reforma que os povos 'reformados' devem os progressos morais que os colocaram à frente da civilização"? E aponta a Alemanha, a Holanda, a Inglaterra, os Estados Unidos e a Suíça para concluir que as nações mais decadentes são exatamente as mais católicas.

Qual, em sua opinião, os fatores que, no campo religioso, contribuíram para esse retrocesso? Selecionei da sua lista exaustiva apenas os mais significativos dos quais, à cabeça, surge a Inquisição que deixou profundas marcas (a hipocrisia como forma de sobrevivência; a expulsão dos moíros e judeus, raças inteligentes, que trouxe consequências dramáticas não só nas finanças, como na agricultura; a sua extensão ao Ultramar, impedindo a fusão de conquista-

14. O tema das conquistas nessa conferência era extremamente melindroso. Daí a necessidade de que Antero sentiu de uma prévia explicação: "esse brilhante poema em ação foi uma das maiores causas da nossa decadência. É necessário dizê-lo, em que pese os nossos sentimentos mais caros de patriotismo tradicional. Tanto mais que um erro econômico não é, necessariamente, uma vergonha nacional. No ponto de vista heróico, quem pode negá-lo? Foi esse movimento de conquistas... um relâmpago brilhante, e por certos lados sublimes, da alma intrépida peninsular". Idem, Pág. 130.

15. Um pensamento semelhante pode ler-se em Alexandre Herculano: A glória adquirida nessa época foi das maiores que o Mundo tem visto; mas compramo-la com a desgraça futura, com a morte de toda a esperança, com o tragar gole a gole, por séculos, um cálice imundo de males e afrontas". Alexandre Herculano, *Opúsculos*, T. VI, pág. 35.

16. QUENTAL, Antero de, obra cit.

dores e conquistados, etc.) Outro fator considera ter sido a exagerada importância dos jesuítas e toda a esterilização no ensino de que foram os principais responsáveis, alheando-o do grande movimento da ciência moderna. "O espírito da Idade Média, quando comparado com o moderno espírito, pode esboçar-se, do seguinte modo: apego ao Dogma e à Autoridade, e portanto, como é óbvio — limitação do espírito crítico, ausência do método experimental" que estava, no dizer de Sérgio, excluído por definição.¹⁷ "Das influências deletérias nenhuma foi tão universal, nenhuma lançou tão profundas raízes. Feriu o homem no que há de mais íntimo, nos pontos essenciais da vida moral, no crer, no sentir — no ser; envenenou a vida nas suas fontes mais secretas. Essa transformação da alma peninsular faz-se lá em tão íntimas profundidades, que tem escapado às maiores revoluções; passam por cima dessa região quase inacessível, superficialmente, e deixam-na na sua inércia secular."¹⁸

O último fenômeno capital referido por Antero e que se nos afigura como um dos elementos constitutivos dessa plataforma subterrânea donde, em determinadas condições, as crises irrompem, foi o caráter absolutista da Monarquia. Esse caráter acentuou-se bastante no Séc. XVI provocando a ruína das instituições locais. O caráter aristocrático da Monarquia opõe-se ao desenvolvimento da burguesia que é, por natureza, a classe moderna vocacionada para a indústria, o comércio, as ciências. "Acostumado o povo a servir, habituando-

o à inércia de quem espera tudo de cima, obliterou o sentimento instintivo de liberdade, quebrou a energia das vontades, adormeceu a iniciativa; quando mais tarde lhe deram a liberdade, não a compreendeu."¹⁹

"Creio que o problema da História Portuguesa está nisto: por razões puramente históricas, nós obtivemos uma independência política numa península que, naturalmente, tendia à unidade. Mas a essa vocação política para a independência não correspondiam condições econômicas para viver independentemente". (José Hermano Saraiva).²⁰

AS GRANDES CRISES

Embora sumariamente e socorrendo-nos de dois dos mais importantes pensadores portugueses — um do Séc. XIX e outro do Séc. XX — enunciamos alguns fatores que terão contribuído, de uma ou outra forma profunda — e quase constante — para criar condições para que sucessivas crises irrompessem ao longo da nossa História.

Consideramos grande crise nacional a situação em que éposta em causa da sobrevivência nacional, ou seja, a continuidade de Portugal como país independente e soberano.

A metodologia que se adaptou neste trabalho teve em atenção que:

- só se pode compreender completamente o que se passou em Portugal se enquadrarmos os acontecimentos numa perspectiva mais vasta — europeia, ou mes-

17. ANTÔNIO SÉRGIO, *Ensaios II*, obras completas, Clássicos Sá da Costa, 1972, pág. 28. A inteligência concebida como árvore genealógica de palavras vacias, pág. 40.

18. QUENTAL, Antero de, obra cit., pág. 126.

19. Idem, pág. 129.

20. Entrevista ao Jornal Sete, em 26 Out 78.

mo mundial;²¹

• há necessidade de procurar no passado de cada crise as raízes desses afloramentos.

Procurar-se-á assim, em cada época de crise: relacioná-la com a situação mundial enquadrante; encontrar os seus antecedentes; descrever os fatos mais significativos que fazem deflagrar a crise; detectar as suas consequências (ou soluções adotadas); o papel do vetor militar nesse processo.

A CRISE DE 1383

"A crise, que temos vindo historiando — parece ter, para a vida nacional portuguesa, a importância que a natureza dá às crises que determinam a passagem de uns para os outros dos seus tipos orgânicos." (Oliveira Martins).²²

A situação envolvente

A partir do fim do Séc. XIII, a sedentarização dos povos normandos e as cruzadas (que obrigaram o turco e o muçulmano a recuar) vieram aumentar a segurança do comerciante europeu. Afastado o perigo da pirataria normanda ou mourisca, respectivamente a Norte e a Sul, o comércio internacional floresceu; três pólos principais se destacaram: no Norte, a Flandres e a Liga Hanseática, e no Sul as cidades italianas com destaque para

Veneza.

Entre os portos do Norte e do Sul, o comércio marítimo intensificava-se. Estando a costa portuguesa na sua rota obrigatória, não é de estranhar a influência que esse tráfego teve na crescente importância da nossa burguesia litoral.

A enorme atividade da burguesia europeia influenciou a circulação monetária que se ia aperfeiçoando, assim como as formas de crédito.

Por outro lado, o desenvolvimento da economia medieval tinha atingido o seu limite, no começo do Séc. XIV; a libertação sucessiva das classes rurais era a consequência do desbravamento, secagem e povoamento das regiões incultas que aquelas encetaram.

Todos esses elementos e um substancial aumento da população tipificam uma saudável situação social generalizada na Europa.

O Séc. XIV veio a contrastar com o anterior: crises demográfica, econômica, financeira, social, política e cultural. Muitos foram os fatores que estão na sua gênese. Apontaremos os que parecem ser mais importantes.

O comércio ressentiu-se da falta da moeda; faltavam o ouro e a prata para a cunhar. Daqui resultou a emissão de moedas de valor inferior. Com o mesmo número de moedas comprava-se menos mercadoria, o que ocasionou diminuição nas vendas.²³

A Europa era ainda predominantemente agrícola. A colonização de terras incultas

21. "A evolução de um povo, seja ele qual for, não se processa em separado do que o envolve nem sequer do que parece mais afastado. Os acontecimentos propagam-se como as ondas nas áreas paradas de um laguinho: a ondulação chega a todos os cantos e cruza-se com as ondas que vêm de outros lados. O que se vai passando na Europa e no mundo de então não deixa de repercutir no pequeno retângulo". TORRES, Flausino Portugal. *Uma perspectiva da sua História*, Edições Afrontamento, Porto, 3a. edição, pág. 99.

22. In *História de Portugal, Obras Completas*, Guimarães Editores, 1951, pág. 191.

23. PACAUT, Marcel. *Histoire, Le Moyen Age*, Fernand Nathan, Paris, 1958, pág. 322.

tinha contribuído para uma menor sujeição dos rurais aos senhores feudais. Mas essas terras já rareavam. Por sua vez, o fluxo emigratório para os burgos começava a não ser absorvido, do que resultou uma onda de desocupados.

Várias calamidades vieram ainda agravar mais este quadro: as más colheitas, freqüentes entre 1315 e 1370; as grandes fomes de 1340 a 1350; as pestes, particularmente a peste negra (de 1347 a 1350) que assolou a Europa, espalhando-se do Mediterrâneo até ao Norte e à Península Ibérica (as consequências sociais da peste foram de tal ordem que há quem considere a peste negra o marco que assinalou o fim da Idade Média e o início da Idade Moderna);²⁴ e, finalmente, a Guerra dos Cem Anos, de início anglo-francesa, mas que acabou por envolver o ocidente europeu, incluindo Portugal, embora como comparsa menor.²⁵

Gera-se assim uma espiral em que as más colheitas, as fomes, as pestes, a guerra, a crise financeira, a crise industrial e comercial são, sucessivamente, efeito e origem de fases sucessivas desse processo, que irá ter uma influência decisiva no período que se lhes seguiu.

O proprietário das terras — cujos encargos resultantes das guerras aumentavam —, defendia-se com o aumento das rendas aos que as exploravam. O rural, que tinha vivido todo o processo de libertação da sua

anterior condição de servo, sente que a sua situação retrocede.

Ora, todos os fatores são propiciadores de levantamentos sociais a partir do Séc. XIII; são às dezenas as lutas das cidades contra o senhor, e a vitória daquelas com a consequente autonomia política e administrativa.²⁶ Na Inglaterra, nomeadamente, a burguesia já tinha conseguido que as suas vozes fossem ouvidas, em 1215, na Câmara dos Comuns. Nas cidades comerciais da Flandres e da Itália, dirigidas há muito pela nobreza, os problemas sociais alteraram profundamente a situação política. Com o apoio popular, os membros da média burguesia, por vezes, tomaram conta do poder. Homens de negócios, ricos e hábeis, tomando a defesa das classes mais modernas colocaram-se no poder graças a elas.²⁷ Ora, esses acontecimentos não podiam ser ignorados pelos burgueses portugueses, cujos portos das cidades onde estavam estabelecidos eram visitados por inúmeras embarcações oriundas dessas paragens.

Antecedentes da crise em Portugal

Uma característica negativa da sociedade portuguesa nos Séculos XIII e XIV foi a de a nobreza nunca se ter empenhado na exploração da terra. Duas tendências daí resultam: ou a de procurar obter proveitos à custa daqueles que a exploravam ou a de

24. Sabe-se que na 1ª metade do séc. XIV a população europeia passa de 73 para 51 milhões de habitantes, in SERRÃO, Joel. *O Caráter Social da Revolução de 1383*, Livros Horizonte, 4a. edição 1981, pág. 68.

25. O domínio de Castela pelos ingleses seria um fator decisivo nessa guerra e daí o aparecimento dum pretendente inglês ao trono daquele Reino, que o rei de Portugal apoiou.

26. No Anexo para a cronologia dos levantamentos populares nos fins da Idade Média, in *O Caráter Social da Revolução de SERRÃO*, Joel, pág. 145, estão listados 34 grandes levantamentos entre 1274 e 1383 em Gant, Dieppe, Veneza, Génova, Bruges, Flandres, Paris, Liège, Siena, Dinamarca, Florença, Barcelona, Maiorca, Roma, Zurique e Lubech.

27. O caso mais exemplar foi o dos Médicis, banqueiros em Florença.

viver parasitariamente encostada ao poder central, fonte dos benefícios.

Já D. Dinis (1279-1325) tinha procurado convencer a nobreza da dignidade do trabalho agrícola, mas sem grandes resultados.

Os encargos excessivos e crescentes impostos pelos nobres à posse e cultura do solo contribuiram para afugentar para as cidades e vilas grande número de camponeses. Daí uma tendência para o aumento do solo inculto. Desde Afonso IV (1325-57), que surgiram as crises de alimentação.

Há que relacionar a tendência de fuga do interior com a influência que o comércio marítimo internacional teve na prosperidade e na internacionalização da burguesia litoral portuguesa, que vimos anteriormente.

É nesta época também (Século XIII e XIV) que o comércio interno e externo se desenvolve e se dá a articulação da atividade comercial com a agricultura. O número de feiras aumentou extraordinariamente. Ali se fazia a troca entre os produtos da terra por dinheiro, ao mesmo tempo que se comprava o que a terra não podia produzir. Passa a verificar-se uma pressão crescente dos mercadores da cidade, que percorriam as feiras para comprar os gêneros que necessitavam exportar, principalmente, o vinho e o azeite. Esta procura veio a prejudicar a cultura dos cereais, produto básico do consumo interno. O produto agrícola começa, assim, a perder o caráter de meio de sobrevivência para passar a ser mais o de instrumento de comércio. Mas a aceitação no mercado internacional depende de um baixo preço concorrencial. A exigência de uma produção barata propicia a compressão do preço do agricultor com reflexos imediatos nos salários. É, de certo modo, a economia monetária que passa a dirigir a economia

agrícola.

As consequências sociais das transformações econômicas foram importantes: os nobres empobreciam, os burgueses enriqueceram, os homens bons que exploravam as herdades (entre dois fogos) viviam num conflito permanente, não só com os nobres proprietários (a quem eram devidas as rendas), como com os trabalhadores. A ambos procuravam pagar menos. A reação usual da camada mais frágil era mover-se para outras áreas, aparentemente mais promissoras. Ora essa tendência repulsiva da lavoura conjugava-se com o "eldorado" do litoral.

Para conservar os trabalhadores, os proprietários nobres tiveram que oferecer, pelo menos, condições semelhantes às que lhes davam os vilões; um processo foi o de passar ao trabalhador o domínio da terra, deixando de ter interferência na sua exploração, ficando a receber perpetuamente, uma fração fixa do rendimento. Era a *enslaveuse*. Constando com a natural tendência da subida geral dos preços surgia, assim, o rendimento fixo do nobre. Uma nova classe rica ia assim surgindo: a do mercador da cidade e dos grandes lavradores das regiões rurais. Alguns fatores vieram a acentuar essas tendências, como se verá seguidamente.

Os elementos prevalecentes na Europa no período tratado, e que contribuiram para a grande crise europeia, também chegaram a Portugal. "O País não só sofreu os efeitos devastadores da peste negra e de outras epidemias, mas também se encontrou desprotegido em relação às crises de subsistência, as quais dos meados do Séc. XIV aos finais do Séc. XV excederam, pelo menos, duas dezenas".²⁸ Além desses dois flagelos

28. MARQUES, Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, Lisboa, 2a. edição, 1968, pág. 281.

outro se juntou: o das guerras.

A guerra não era uma desconhecida no território português além da que constituiu a reconquista — e que se prolongou até ao reinado de D. Afonso III —, toda a primeira metade do Séc. XIII foi palco de conflitos violentos, quase ininterruptamente. O Séc. XIV não foi muito diferente.²⁹ No quadro da Guerra dos Cem Anos, já referida, o conflito com a Espanha vai ser uma constante no reinado de D. Fernando (1367-83), prolongando-se até inicio do Séc. XV. Não entrando em detalhes, apenas realçar que, no seu reinado, envolvêmo-nos em guerra com Castela por três vezes³⁰ e por razões diferentes. Foi um período desastroso em que parte do país foi devastada e pilhada, não só pelos castelhanos como, também, pelos aliados ingleses.

O decréscimo da população, resultante desses malefícios, teve importantes repercuções negativas na produção.³¹

Um ótimo indicador que integra os efeitos dos fatores referidos anteriormente é a moeda: "a partir da década de 1350 a desvalorização do numerário jamais parou,

até 1435"... "a inflação galopante só começou por volta de 1369, sendo em parte causada pelas aventuras militares de D. Fernando...".³² De 1384 a 1398, a moeda desvalorizou-se entre 1000 a 1200 %.³³

A legislação que D. Fernando publica — a Lei das Sesmarias e as Leis Protetoras do Comércio Marítimo — é radicalmente contraditória, isto é, procura fomentar duas atividades que se opunham: pela primeira lei procurou fazer regressar às terras abandonadas, por uma forma coerciva, os que as tinham abandonado, em condições favoráveis aos proprietários das terras;³⁴ na segunda lei, resultante das pressões da burguesia lisboeta, oferecem-se grandes benefícios, não só à construção naval como à exportação. Os efeitos dessas leis são também opostos: a situação da agricultura não vai melhorar, em parte devido à natureza já caracterizada da nobreza; contrariamente, o comércio marítimo e a exportação vão progredir. Esta evolução é mais um fator que vem favorecer a crescente importância de uma burguesia cosmopolita litoral oposta, na mentalidade e nos interes-

29. Apontam-se seguidamente os conflitos mais significativos: 1211-1216 - Guerra civil que teve origem no testamento de D. Sancho I; 1223 - D. Sancho II, anarquia, guerras privadas; 1245-47 - Guerra civil entre D. Sancho II - D. Afonso III; 1320-24 - Guerra civil entre D. Dinis e seu filho; 1333-38 - Guerra de D. Afonso IV com Castela; 1355 - Revolta de D. Pedro contra D. Afonso após a morte de Inês de Castro. 30. 1369-71; 1372-73 e 1381-83.

31. O mecanismo económico teria funcionado do modo seguinte: o decréscimo da população provocou uma queda na procura de cereais; havendo uma produção excedente em relação às necessidades, os preços desceram; a menor oferta de mão-de-obra propiciou um aumento dos salários dos trabalhadores agrícolas. Esses dois fatores conjugaram-se para uma redução da produção e do abandono dos campos pelos pequenos agricultores aumentando o fluxo emigratório para o litoral para colmatar as perdas também a ocasionadas pelas pestes. Vide SERRÃO, Joel, obra citada, pág. 88. 32. MARQUES, Oliveira. *História de Portugal*, pág. 161.

33. MARQUES, Oliveira. *Introdução à História da Agricultura em Portugal*, pág. 286.

34. "Que os que haviam sido lavradores, assim como seus filhos e seus netos, e todos que não usassem de outro ofício útil ao bem comum, deveriam ser obrigados ao tráfego da laboura, e, não possuindo propriedades, fossem compilados a servir nas outras, por soldada taxada por lei ou nas posturas municipais; que os que não exercessem ofício sabido fossem presos (embora se dissessem servos dos infantes, dos nobres ou dos prelados), e, não provando ocupação útil, os coagisse a autoridade ao serviço da laboura". *Breve Interpretação da História de Portugal*, Antônio Sérgio, pág. 29.

ses, à nobreza rural do interior. Outro elemento a reter é o excesso de "desempregados" urbanos, da "arraia miúda", particularmente em Lisboa, desenraizada e ansiosa por uma mudança que lhe permitisse uma melhoria de situação.

Todas essas tensões econômico-sociais são potenciadas em 1383 por alguns fatos políticos; para compreensão da crise de 1383 há que juntar alguns dados que, porque bem conhecidos, ficam aqui apenas sumariamente recordados. Primeiro a impopularidade da Rainha D. Leonor Teles, mulher forte, com enorme influência em D. Fernando, grande aliada da nobreza. O anúncio do seu casamento com o Rei já tinha originado, em 1372, tumultos populares³⁵. Segundo, o papel ativo do Conde de Andeiro, fidalgo galego, "personalidade saliente do Governo, responsável pelas guerras de D. Fernando e, particularmente, do flagelo que foi a vinda a Portugal das tropas inglesas"³⁶. Terceiro, as diversas combinações matrimoniais de que D. Beatriz, filha única de D. Fernando, foi objeto, integradas nas sucessivas e desorientadas intrigas da política externa do seu pai, que culminaram com o seu casamento com D. João I, de Castela, quando aquela tinha 10 anos de idade.³⁷

A deflagração da crise

Em 1383, "logo que a tampa caiu sobre o caixão"³⁸ de D. Fernando estalou a revolução. No contrato de casamento de D. Beatriz com D. João I, de Castela, cabia-lhe a ela o trono, conservando Leonor Teles a regência, até que D. Beatriz tivesse um filho varão, maior de catorze anos. O trono de Castela caberia aos filhos do primeiro matrimônio de D. João.

A aclamação de D. Beatriz provocou forte reação: grande parte do povo, a burguesia das cidades e alguns nobres não a aceitavam; preferiam que o trono fosse dado ao meio-irmão de D. Fernando, o Infante D. João (filho de D. Pedro e Inês de Castro). É em Lisboa que estala a revolta.

A regência de D. Leonor, acolitada pelo Andeiro e pelos nobres poderosos, cria desconfiança ao povo que suspeita que ela procurará defender os interesses da classe a que aqueles pertenciam.

O cérebro da conspiração é Álvaro Pais, ex-Vedor da Fazenda. O que se planeava era o assassinato do Conde, autêntico "golpe de Estado", destinado a travar a aproximação com Castela e a impedir que a nobreza tradicional reforçasse o seu acesso às alavancas do poder.³⁹

35. "Juntaram-se um dia três mil mesteirais de todos os ofícios e besteiros e homens de pé, e todos com armas foram aos paços onde el-rei estava, fazendo grande tumulto, enquanto falvam nesta causa". Fernão Lopes.

36. SARAIVA, Antônio José. Introdução às Crônicas de Fernão Lopes, Portugália, Antologias Universais, pág. IX.

37. O primeiro acordo de casamento foi celebrado quando D. Beatriz tinha poucos meses de idade. Uma nota curiosa sobre o casamento com D. João I: A consumação do matrimônio estava prevista para quando a infanta atingisse os 12 anos de idade e o ratificasse. Mas o Cardeal Pedro de Luna (...) declarou-a "apta a consumar o matrimônio por estar muito próxima a puberdade e ser corpulenta, discreta e industriosa". In CAETANO, Marcelo. História do Direito Português (1140-1495), Verbo, Lisboa, pág. 437.

38. MARTINS, Oliveira, Obra cit., pág. 178

39. SERRÃO, Joel, Obra. cit., pág. 143

A execução do golpe pelo Mestre de Aviz, foi apoiada por uma verdadeira operação psicológica, desencadeada por Álvaro Pais, que subleva a "arraia-miúda" contra D. Leonor e contra os nobres. Foi o Mestre proclamado "Regedor e Defensor do Reino", o que equivalia, de fato, a Regente. Era um novo direito que emergia: a substituição do sucessor legítimo por outro eleito. Como diz A. J. Saraiva "a questão dinástica não foi a causa da revolução mas o resultado dela."⁴⁰ E com esta dinastia dá-se uma mudança não só na importância das classes sociais como também nas atividades econômicas.

O levantamento popular planeado escapa ao controle dos seus instigadores, devido às tensões sociais já referidas. A revolução alastrava muitas cidades e vilas, especialmente no Alentejo.⁴¹ A sucessão dos acontecimentos quase que está padronizada: o castelo proclamava a rainha legítima, a vila não a aceitava, cercava o castelo, tomava-o e, por vezes, destruía-o. Era o choque entre a "legitimidade nacional e territorial", de raiz popular, e a "legitimidade dinástica" que a nobreza, regra geral, respeitava.⁴²

D. Leonor pede apoio ao Rei de Castela que invade Portugal, em 1384, cercando Lisboa. Sem conseguir a sua tomada, a peste fez-o abandonar a operação e regressar ao seu país. D. Nuno Álvares Pereira, nas batalhas dos Atoleiros e Aljubarrota, já como Condestável,⁴³ desenvolve uma tática muito

ajustada à predominância dos meios apeados — característicos da burguesia e das classes baixas — e, vencendo os castelhanos, corre decisivamente para a resolução da crise.

O vetor militar

Há que fazer algumas "focagens" históricas para entender melhor esta crise. Duas áreas necessitam de algum desenvolvimento: primeiro — quem eram os militares nesta época; e, segundo — por que valores lutavam, nomeadamente, qual o lugar do patriotismo nessa escala de valores.

Desde o Séc. XIII que os forais dos concelhos estipulavam obrigações militares, sendo muito variável as obrigações impostas, que dependiam de vários fatores tais como os recursos, a localização, o tipo de operações, etc. D. Fernando, em 1373, nas suas Ordens, organiza um censo em que atenua essas diferenças estabelecendo deveres militares normalizados de acordo com as rendas e a população existentes em cada Conselho. Os fidalgos eram obrigados a servir com um certo número de lanças que era, de certo modo, a unidade táctica: cada cavaleiro levava consigo um ou dois besteiros, um escudeiro e um pagem. A hoste real consistia na concentração de todos esses meios dispersos, sem qualquer coesão, disciplina ou unidade.

Outro elemento importante a conside-

40. SARAIVA, Antônio José. Obra cit., pág. 9.

41. "O Alentejo quase em peso abraça a causa da independência nacional. Menos da terça parte das vilas alentejanas, e sempre acasteladas, se alcançaram por Castela". CORTESÃO, Jaime. Os Fatos Demográficos na Formação de Portugal, Lisboa, 1974, pág. 146

42. SARAIVA, Antônio José. Portugal, 1250-1480: O Mundo dos Cavaleiros, in Revista História, nº. 17, Mar 80, pág. 5.

43. Condestável era o mais alto posto da hoste cumprindo-lhe dirigir na guerra todas as operações militares. Foi criado nas reformas militares de D. Fernando. Vide SELVAGEM, Carlos. Portugal Militar, Imprensa Nacional, 1931, pág. 152.

rar é o que respeita ao "espírito nacional". Nessa época as relações humanas assentavam no princípio que cada homem tem um senhor. É mais importante o elo pessoal que qualquer elo territorial, e aquele podia ultrapassar a fronteira.⁴⁴ Este princípio é necessário ter presente para entender a reação da nobreza à sucessão. O contrato matrimonial, referido anteriormente, foi jurado "pelos principais nobres do Reino, estipulando inclusive que, caso o rei (D. Fernando) o não cumprisse, eles ficariam autorizados a desnaturalarem-se e tomarem o partido do Rei de Castela para lhe fazerem guerra".⁴⁵ Ou seja: é o próprio D. Fernando quem reconhece aos fidalgos portugueses o direito de combaterem nas hostes castelhanas contra o Rei de Portugal, se este faltasse ao cumprimento do contrato.

É, sem dúvida, uma hierarquia de valores bem diferente da que vigorará posteriormente, em que o patriotismo passa a um lugar cimeiro. E é isto que explica o alinhamento quase generalizado da nobreza pela "legitima" herdeira.

Alguns exemplos são vantajosos para nos apercebermos da profunda diferença na escala de valores, quando aferida pelos padrões atuais.

Os irmãos de D. Fernando — D. Dinis

e D. João — foram por ele nomeados fronteiros para o Alentejo, quando nas guerras com Castela. Durante a crise dinástica comandaram tropas castelhanas, respectivamente, no primeiro e segundo cercos de Lisboa. Contudo, nas cortes de Coimbra, esse mesmo Infante D. João foi quem mais apoio recebeu da nobreza como pretendente ao trono.

Também D. Pedro Álvares Pereira, Prior do Hospital, irmão do Condestável, tendo sido naquelas guerras nomeado fronteiro, veio a ser morto nos Atoleiros, quando comandava uma hoste de 5000 castelhanos. E, também, D. Diogo Álvares, outro irmão, opta por D. Beatriz.⁴⁶

O povo, pelas razões expostas anteriormente, vivia num estado de tensão com a nobreza. A revolta de Lisboa, fomentada pela burguesia, expraiava-se por todo o território. A fidelidade legitimista da nobreza é contrariada pela plebe, principalmente no Sul, onde estava menos enraizada a nobreza feudal, em virtude da reconquista ter sido alcançada um século depois da independência.

O papel genial de Nuno Álvares foi ter sido "o dissuasor das revoltas camponesas do Alentejo",⁴⁷ fazendo convergir todo esse impeto contra Castela ao mesmo tempo que

44. "A idéia de defender uma terra porque é a terra pátria, onde a pessoa nasceu, se criou e trabalha e há de ser enterrada... é coisa que não passa pela cabeça de um fidalgo. A verdadeira terra do fidalgo era a casa do seu senhor onde quer que ele estivesse, em Portugal, Castela, França ou Aragança". António Saraiva, *Introdução às Crônicas de Fernão Lopes*, pág. VIII.

45. CAETANO, Marcelo. Obra cit., pág. 438.

46. Um insuspeito JOEL SERRÃO, afirma: "... cada um dos partidos em luta é patriota a seu modo: temos dificuldades em admitir que os nobres que seguiram o partido castelhano fossem menos patriotas, menos interessados pelos problemas da sua terra que os sediciosos", Obra cit., pág. 58.

47. REIS, Romeu Costa e RENDEIRO JÚNIOR, Manuel. *Da Revolução Mercantil à Regeneração Burguesa*, in *Revista Histórica*, n.º 8, Jun79, pág. 46.

ia recuperando, progressivamente, a nobreza para o lado português.⁴⁸

Outro ponto que interessa realçar é o do substancial auxílio militar inglês a Portugal que, nas guerras de D. Fernando e D. João I, se mostrou decisivo. Contudo o preço deste auxílio não foi pequeno. Diz Fernão Lopes: "Estas gentes dos Ingleses como forão apresentados em Lisboa, não como homens que vinham para ajudar a defender a terra, mas como se fossem chamados para a destruir", ... "mostrando tal senhorio e desprezo contra todos, como se fossem mortaes inimigos..."

Sem dúvida que o papel do vetor militar nesta crise foi importante, quer no concurso que deu para a sua deflagração (efeitos econômico-sociais das guerras de D. Fernando) quer no que contribuiu para a sua resolução (vitória nas guerras com Castela).

As consequências

Sem dúvida nenhuma que a mais importante consequência desta crise foi a consolidação da independência e a melhor definição do espírito nacional que dela resultou. É que, como dizia Oliveira Martins, "a dinastia de Borgonha trazia

consigo o pecado original da doação primitiva, segundo o direito feudal; o reino era um senhorio sublevado, como tantas vezes e por tão longos tempos o tinham sido na própria Espanha e Galiza e a Biscaia".⁴⁹ Esta crise e a dinastia eleita resultante removeram aquele pecado original; foram como que o batismo da independência.

Outra consequência foi a vitória da burguesia marítima e o aparecimento de uma nova nobreza, embora funcionalmente idêntica à outra. E como a crise nacional era, fundamentalmente, uma crise de insuficiência de recursos locais para responder às necessidades da população e às exigências das classes mais elevadas foi necessária a procura da ampliação desses recursos pela navegação. Os antagonismos existentes foram assim, momentaneamente, superados. Em resumo, no dizer do Sérgio, "é a vitória da classe que havia de inspirar os descobrimentos".⁵⁰

Outra consequência ainda é a queda da cavalaria, por um tempo, e de todo um espírito a que estava ligada.

E se dizemos por um tempo é porque a crise que vamos tratar a seguir é precisamente, em nosso ver, a consequência dum renascimento desse espírito, não no que ele tinha de mais genuíno mas, precisamente, do

48. Algumas dificuldades tinha o Mestre de Aviz em arregimentar para a sua causa a nobreza. Um bom indício é o "sábio" Conselho de Álvaro Pais ao futuro Rei. Assim o registrou Fernão Lopes: "dai aquilo que não é vosso, e prometei o que não tendes, e perdoai a quem vos não errou. Isto ser-vos-á de grande ajuda para um negócio tal como o em que estais metido". E o Mestre assim o fez. De tal modo que não escapou a este comentário do cronista: "de guisa que mais parecia que fora eleito para largo distribuidor de bens e das terras do reino que para ser defensor dele". Veja-se o caso referido no Cap. LVIII da Crônica de D. João I em que se relata a forma como vários cavaleiros portugueses se arrependeram e passaram do campo castelhano para o português: "El-Rei (de Castela) era homem de poucas palavras, e não muito ledo, e eles haviam usado el-rei D. Fernando, que era de grandes gasalhados", além de que lhes pagava menos do que eles esperavam. O Conselho de Álvaro Pais foi seguido pois: perdoou mortes e malefícios "com a condição de em certos dias virem a Lisboa para servir à custa dele enquanto durasse a guerra", Crônicas de D. João I, comentadas por A.J. Saraiva, pág. 217.

49. Obra cit., pág. 190.

50. *Interpretação da História de Portugal*, pág. 33.

que ele possuia de mais superficial, aparente e menos racional.

A CRISE DE 1578

"Tudo convergia para arrastar a nação a essa data infeliz de 1580. Os sintomas mórbidos anteriormente expostos diagnosticam a doença, e explicam a necessidade da catástrofe. Eram um despedaçar de todos os tecidos vitais, uma febre que destruía o sangue, um veneno que irritava todos os vasos do organismo nacional. Era uma doença lenta, mortal, mas cujo termo foi precipitado por uma crise. Então se exarcebaram todos os males; e o moribundo, erguendo-se no catre, bracejando em delírio, caiu como uma pedra, morta instantaneamente." (Oliveira Martins, "História de Portugal").⁵¹

A situação envolvente

Os nacionalistas religiosos — que apareceram nos tempos modernos — e, principalmente, o movimento da Reforma foram passos significativos do processo de desgaste que o centralismo da Igreja de Roma vinha sofrendo (lembre-se a rotura da Igreja ortodoxa, no Séc. XIII, e o cisma de Avinhão, no século seguinte). Mas são aqueles nacionalismos e a Reforma as principais referências para melhor entender a crise nacional que agora vamos tratar.

A doutrina de Lutero expandia-se e teria contribuído para a sua expansão o fato de agradar aos camponeses que, pouco passando, eram sensíveis ao apelo da

comunidade de bens, apregoada pelos "reformadores"; e, simultaneamente, aos nobres porque a apologia de uma Igreja pobre era uma hipótese de conseguirem mais terras. Ora essa hipótese contrariava a política de concentração de poderes do Imperador Carlos V, da casa de Áustria. Assim, este alinha ao lado do Papa, nas guerras religiosas da Alemanha, em que Francisco I, de França, também se envolve: a Europa fica, pois, dividida entre o bloco do catolicismo Romano e a França, intérprete dum movimento autônomo das igrejas nacionais.⁵²

Quando Carlos V abdica, dá-se a cisão na unidade do Império ficando, de um lado, a Alemanha e, do outro, a Espanha de Filipe II, enriquecida, com os Países Baixos, o Reino das Duas Sicílias, as Índias Ocidentais, etc. Nesta segunda metade do Séc. XVI, o Império espanhol é das mais poderosas potências do Mundo e atinge o seu apogeu quando, em 1580, Filipe II conquista a coroa do Império português que, nesse período, lutava com dificuldades crescentes. Foi o remate de um sonho de unificação-obsessão dos governantes ibéricos desde o século anterior, que se acentuou ainda mais no Séc. XVI.⁵³

Contudo, o poder desse Império começa a sofrer alguma corrosão e novo bloco burguês nórdico (Inglaterra, França e Países Baixos) opõe-se à Casa de Áustria — o Papado. A perda de Tunis pela Espanha faz aumentar o domínio turco do Mediterrâneo, o que representou um revés para Filipe.

Mas é a guerra dos Trinta Anos que vem dar o golpe decisivo no Império: em

51. MARTINS, Oliveira, Obra cit., II vol., pág. 52.

52. TORRES, Flausiano, obra cit., págs. 210-212.

53. "Durante o Séc. XVI, continuaram os laços dinásticos entre as famílias reais portuguesa e castelhana. Com tal insistência e proximidade que haveriam de resultar em união final", MARQUES, Oliveira. *História de Portugal*, vol. I, pág. 416.

1619, um conflito interno num dos seus estados (revolta da Boémia, defenestração de Praga, repressão subsequente) transforma-se num conflito internacional; a intervenção da França, aliada dos protestantes, vem assegurar-lhes a vitória. O Tratado de Vestfália (1648) consagra o desmembramento do Sacro Império em centenas de pequenos estados e fez emergir o papel hegemônico da França, a partir dessa altura.

Ora, é contra esse fundo internacional de decadência do Império espanhol que se deve estudar a nossa crise de 1580, que só se resolve em 1668, quando a independência portuguesa é de novo reconhecida pela Espanha, finda a guerra. É um caso bem evidente em que Portugal se vem a aproveitar dum conjuntura internacional, beneficiando-se do auxílio dos inimigos da Espanha como, também, da atenção que esta teve que dedicar à revolta catalã.

Antecedentes da crise

Alguns autores já encontram no reinado de D. Manuel os primeiros indícios da nossa decadência. Mas é em meados do Séc. XVI (D. João III) que a crise está instalada.⁵⁴

O problema de fundo já foi descrito, mas podemos resumir assim: a classe nobre tem o monopólio da terra e dos lucros da atividade ultramarina (estes repartidos

com a burguesia litoral). As doações régias aos nobres aumentam no Séc. XVI. As rendas são agravadas. Ressalta daqui um quadro paradoxal: apesar da expansão ultramarina e das epidemias,⁵⁵ a população cresce durante o Séc. XVI⁵⁶ e, contudo, a maior parte do território continua inculto e há desemprego. A carência de cereais foi de tal ordem que D. João III isentou-a de direitos de importação.⁵⁷

Os lucros com o comércio de além-mar elevaram-se a cifras enormes; no entanto os beneficiários eram em número reduzido: o rei (o principal), senhores feudais e alguns mercadores, dos quais, a maioria estrangeira.⁵⁸ Não é, contudo, nesta oligárquica distribuição de lucros que se pode radicar a crise econômica emergente mas no gasto sumptuário e, como tal, improdutivo, que aqueles tiveram⁵⁹.

Por outro lado, as receitas cobradas tinham que fazer face a despesas volumosas com a guerra para a manutenção do Império, com os dotes matrimoniais da família real (uma das armas diplomáticas da política de alianças) e com o crescente número de tenças à nobreza. É que se, com D. João II, o poder das principais famílias nobres foi bastante reduzido (em proveito da Coroa) essa tendência inverte-se com os seus sucessores. Num ponto, contudo, se mantém: na subordinação ao poder absoluto do rei e da sua dependência para nomeação e subsídios

54. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, *História de Portugal*, vol. V, págs. 12/13.

55. Todo o século fora açoitado por epidemias: em 1506, em 1530 e a peste grande de 1569. Oliveira Martins, obra cit., pág. 53. Só em Lisboa morreu, desta última, mais de um terço da população. Id., pág. 54.

56. MARQUES, Oliveira, obra cit., pág. 233.

57. Id., pág. 240.

58. Id., págs. 241/42.

59. "Na embriaguez de tantas riquezas... quem se atreveria a afirmar que a nação se arruinava? Que os campos se despovoavam? Que a miséria crescia? E que o rei de Portugal tão opulento, era de fato um pobre pedinte?". Oliveira Martins, obra cit., pág. 30.

que na Corte se tramavam. Daí a atração que esta exercia sobre a nobreza que para aí emigrava, abandonando as suas terras.⁶⁰

A construção do Império, para um país com menos de 2 milhões de pessoas, era uma tarefa colossal. Os problemas financeiros agravam-se de tal modo que, em 1500 são criados os primeiros "padrões de juro" (dívida interna) e, em 1522, começam a contrair-se empréstimos na Feira de Antuérpia.⁶¹

"O abandono de Alcácer Ceguer e Argila, a falência dos sistemas de donatarias do Brasil, o abalo que representou o segundo cerco de Diu para o domínio do Oriente são "sintomas de fraqueza" e de cansaço do organismo português".⁶² O número de navios portugueses no tráfego diminuía. Não era mais possível manter o comércio do Ultramar com a Feitoria de Flandres. No fim de 1548, é encerrada a Feitoria de Antuérpia, por ordem de D. João III.

Um antecedente que importa salientar é o da evolução das nossas possessões no Norte de África, dado que essa área irá ser palco do ato que precipita a crise: a conquista de praças marroquinas, iniciada em Ceuta, em 1415, foi continuada por D. Afonso V, interrompida por D. João II e prosseguida por D. Manuel I, reinado em que atingiu o auge. A costa marroquina estava totalmente

controlada por Portugal, erradicando-se assim os malefícios da pirataria. No princípio do Séc. XVI chegamos a manter nove praças. Mas o assédio dos mouros tornava o seu sustento muito dispendioso. Foi ainda no reinado de D. Manuel que Mogador foi abandonada; mas é com D. João III que todas as outras foram perdidas. Depois de 1550 restavam só Ceuta, Tânger e Magazão.

Outro aspecto importante relaciona-se com a atitude religiosa. A tolerância que D. João III demonstrou no inicio do seu reinado foi sendo substituída por um fanatismo dominado pelos jesuítas que o fez alinhar na política da contra-Reforma prosseguida pela Casa de Áustria. Ora, é nesse ambiente que nasce D. Sebastião.

A Inquisição, que já tinha sido um projeto de D. Manuel, só foi autorizada depois de muitas diligências junto ao Papa, que mostrava uma certa resistência na autorização e, quando satisfeita a pretensão, o foi com grandes limitações de jurisdição. Foi a rogo do monarca que se conseguiu a liberdade de ação que a veio tristemente caracterizar.⁶³ É caso para dizer que D. João III foi mais papista que o Papa.

Ora, um elemento importante que contribuiu para agravar a crise foi, precisamente, a falta de mão-de-obra qualificada que se fez sentir na segunda metade do Séc. XVI.

60. Os que viviam na Corte recebiam a "moradia", uma espécie de "subsídio de deslocamento". O número de moradias passou do reinado de D. Afonso V (1438-81) para D. João II (1521-57) de 1092 para 2493. Vide Oliveira Marques, obra cit., pág. 254.

61. A dívida interna passa entre 1534 e 1557 de 1.620.500 cruzados para 1.881.720 (um aumento de 16%) e a dívida externa, no mesmo período, sobe de 400.000 para 2.000.000 de cruzados (um aumento de 400%). "Já em 1534 D. João III devia "por juros vencidos" dívidas das casas da Índia e câmbios da Flandres quatro anos das receitas do Reino. Nove anos depois, com a acumulação dos juros, a dívida duplicou. Vd. Oliveira Martins, obra cit., pág. 30. "Foi o déficit do monopólio oriental gravado até aos limites insuportáveis do último quartel do séc. XVI que nos levou à perda da independência, em 1580". José H. Saraiva, *Fatores de Coesão e Dissociação da Nação Portuguesa*, conferência no ISEM, em 25 Nov 80, pág. 10.

62. GODINHO, Vitorino Magalhães. *Flutuações económicas e dever estrutural do séc. XV ao séc. XVIII*, in *Ensaios*, T. II, Lisboa, 1968, pág. 189.

63. MARQUES, Oliveira, obra cit., pág. 300.

para o que muito contribuiu a emigração forçada a que foi sujeita grande parte da população por razões políticas e religiosas. A ida dos judeus portugueses para a Flandres e para a Alemanha, por exemplo, foi decisiva para o progresso daqueles locais e, concomitantemente, contribuiu para a decadência do país donde, forçadamente, emigraram.

Nesta conjuntura verificou-se uma aproximação com a Espanha por motivações várias. Primeiro, o comércio com o Oriente absorvia cada vez mais prata e, com o declínio da prata européia, o seu fornecimento era assegurado pelo reino vizinho onde aquele metal abundava, oriundo do México e do Peru. A ligação de Lisboa com Antuérpia é substituída por laços mais fortes com Sevilha.⁶⁴ Segundo, as economias marítimas portuguesa e espanhola estavam cada vez mais interdependentes e enfrentavam inimigos comuns.⁶⁵ Para a grande burguesia a União Ibérica representava um Estado mais forte e, como tal, uma proteção mais eficaz das rotas. Além disso, significava o alargamento do mercado interno, com o desaparecimento das alfândegas. Finalmente, um outro tipo de economia, do tipo agrícola, de subsistência, das populações do interior, estava, em grande parte, ligado à Espanha.⁶⁶

A circunstância de, entre 1496 e 1578, terem sucedido no trono português quatro princesas espanholas foi, também, um fator importante para a influência cultural do país vizinho que se reflete bem no bilingüismo dos nossos escritores da época.

Ora, é um fato que uma larga percenta-

gem da população entendeu a união com a Espanha como uma saída para a crise.

A perda de independência não pode, assim, ser encarada como "uma faísca histórica" que fulminou Portugal. É mais um remate de um processo lento que, de fato, se precipitou com a morte de D. João III, como se verá a seguir.

A deflagração da crise

Todos os nove filhos de D. João III morreram antes de atingir os 19 anos de idade. Cinco dos seus irmãos morrem também.

Uma das suas filhas, D. Maria, casa em 1543, com Filipe II de Espanha, mas morre dois anos depois. Apenas um filho de D. João III, D. João (que pouco tempo antes casara com uma filha de D. Carlos V) teve um descendente: — D. Sebastião — que nasce já depois da morte do pai.

Quando D. João III morre, em 1557, era este príncipe de 3 anos o descendente que, subindo ao trono com 14 anos de idade, ia revelar-se um doente, tanto físico como mental. Quase com horror a mulheres, todas as tentativas para um comprometimento matrimonial foram pelo rei evitadas.

Não pensava senão em guerras e "fazia gala de uma temeridade que a loucura do seu gênio confundia com a coragem".⁶⁷ Conquistar Marrocos é o seu objetivo principal. Pouco dado a planejamentos toda a sua ação se baseava na valentia. O seu caráter pessoal e o estilo absolutista da época inspiravam-lhe uma tal autoconfiança nos seus juízos que se recusava a ouvir os

64. GODINHO, Vitorino Magalhães, obra cit., pág. 609.

65. MARQUES, Oliveira, obra cit., págs. 417/418.

66. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, obra cit., pág. 332.

67. MARTINS, Oliveira, obra cit., pág. 57.

mais idosos — que, de um modo geral, o contrariavam. Rodeava-se, permanentemente, de um enxame de fidalgos tão jovens e insensatos como ele.

Um dos problemas que tinha que fazer face era a falta de dinheiro para a sua empresa marroquina, mas que foi ultrapassado, não só pela contribuição da Igreja como com impostos. Além disso contraiu empréstimos junto de comerciantes estrangeiros.⁶⁸

Depois de uma breve expedição a Marrocos (em 1574) sem qualquer encontro com os mouros, em 1578 embarca naquela que haveria de ser a sua derradeira aventura: Alcácer Quibir. A sua incapacidade estratégica associada à forma precipitada como esse exército desorganizado e indisciplinado se formou estão na origem do desastre que essa batalha representou para Portugal.⁶⁹ Mas os aspectos militares focaremos no capítulo seguinte.

O vetor militar

Embora as considerações incluídas no capítulo "Os Males da Nação" sejam uma referência — que julgamos constante — em cada crise, talvez em nenhuma outra altura como esta, se tornem tão

sálientes. É que D. Sebastião é o produto mais doentamente acabado das tendências que atrás referimos: o espírito da cavalaria — da luta pela luta — elevado a um ponto tal que se sobrepõe à visão estratégica e, por vezes até, ao comportamento tático; uma intolerância religiosa extrema que afetava a visão política para a qual muito terá contribuído a educação jesuítica que recebeu;⁷⁰ e, finalmente, o caráter absolutista da Monarquia que, muito radicalizada no seu reinado, varreu do seu campo de ação qualquer tentativa para modificar ou modelar decisões altamente lesivas dos interesses nacionais e que empurrou Portugal para a crise que culminou com a perda da sua independência.⁷¹

É ao vetor militar — que levou ao desastre de Alcácer Quibir — que se deve atribuir a maior dose de responsabilidade na crise em que Portugal mergulhou. Vale a pena desenvolver um pouco este ponto.

Quando D. Sebastião se tornou rei de Portugal já tinha sido abandonada a maior parte das nossas possessões do Norte da África: restavam-nos Ceuta, Tânger e, mais o Sul, Mazagão,⁷² como se viu. A união política de Marrocos — com a dinastia dos Xerifes — tornava o seu sustento incomportável. No entanto, há que salientar que a opinião pública, expressada pelos

68. MARQUES, Oliveira, obra cit., pág. 421.

69. "Calcula-se que a aventura custou ao todo mais de um milhão de cruzados, cerca de metade das receitas anuais do Estado". Id., pág. 422.

70. VELOSO, Queirós. *D. Sebastião*, 3a. ed., pág. 84. "O jesuíta contribuiu ainda para o seu forte pendor religioso, no espírito da militância da contra-Reforma, que se traduziu para o régio discípulo na busca de um ideal do tipo heróico, assente na força das armas como meio de impor a cristandade". SERRÃO, Verissimo, obra cit., pág. 64.

71. "Tanto pode a vontade de hum rei, que abala huma república, aprovando os homens muitas vezes com palavras, e outras com obras, cousas que o entendimento condena". Frei Bernardo da Cruz - *Cronica d'El Rei D. Sebastião*, Bibl. dos Clássicos Portugueses, vol. XXXVII, II, 1903, pág 13.

72. Azamor, Safim e Sta. Cruz do Cabo do Oué, em 1541; Alcácer Ceguer e Arzila, em 1550; Mogador já havia sido perdido no reinado de D. Manuel, em 1510.

votos dos procuradores dos concelhos, não concordava com o seu abandono.⁷³

Também a educação que o espírito desequilibrado do jovem rei recebeu é muito influenciada por algum saudosismo de certos fidalgos que aí batalharam e que elogiam os seus antepassados guerreiros, principalmente, D. João I e D. Afonso V.⁷⁴

A conquista do Norte da África passou a ser uma idéia fixa, que se tornou extremamente perigosa porque alojada numa cabeça louca (mas coroada) que condicionava ou dominava todas as vontades. Aliás, quando melhor analisados os fatos históricos, pode verificar-se que nem era a conquista o seu objetivo mas, tão só, a luta em campo aberto com aquele que elegeu seu inimigo. Era, por assim dizer, um gigantesco torneio o que ele ambicionava e, dramaticamente, aquilo para que empurrou todos os que reuniu. Aten-

dendo à crise financeira existente, o interesse nacional aconselhava mais uma política defensiva — que implicasse a defesa das três praças acima referidas — e não a política ofensiva de D. Sebastião, imiscuindo-se na política interna de Marrocos. Aliás foi essa posição expectante em relação ao turco a que seu tio Filipe II escolheu⁷⁵ e que, honra lhe seja feita, baldadamente aconselhou o nosso monarca a seguir.

O capricho da sua primeira expedição ao Norte da África, em agosto de 1574, é um bom exemplo da sua personalidade: um repentista, incapaz de analisar um problema com profundidade e de encontrar, com os seus órgãos de conselho, a solução mais ajustada.⁷⁶

Mas, apesar de inglória e improdutiva, a sua primeira aventura marroquina a obcecação de voltar à África e de dar batalha ao Xerife não esmoreceu.

73. Achavam "mais justa e mais conveniente a conquista da África do que a da Índia"... esta estava muito longe e não rendia causa que com ela se não tornasse a gastar, e aquela estava perto, e era muito prejudicial à Espanha a sua vizinhança e convinha domá-la e estender nela o Império Lusitano". P. J. P. Baião, *Portugal cuidadoso e lastimado*, Liv. I, Cap. VIII.

74. Quando em 1569, por motivo da peste, D. Sebastião vai para Alcobaça hospeda-se no Mosteiro. Ali manda abrir as sepulturas dos reis e a estatura do esqueleto de D. Afonso III impressionou e teceu-lhe os maiores elogios pela conquista do Algarve; no ano seguinte, na Batalha, manda abrir a sepultura de D. João II encontrando o cadáver incorrupto. Ordena que o ergam e oponham ao alto. Enfia-lhe a espada na mão e ordena ao Duque de Aveiro que beije a mão do seu bisavô. Queirós Veloso, obra cit., págs. 126 e 130.

75. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, obra cit., págs. 70 e 74/75.

76. Estando em Sintra ordenou que três galeões se aprestem em Cascais e, dois dias depois, embarca com um pequeno séquito, anunciando que se dirigia ao Algarve. De Lagos envia uma carta ao Cardeal D. Henrique incumbindo-o da regência do Reino e centenas de outras para as vilas do Reino comunicando: "assentey irme à cidade de Ceuta, e della á de Tangere, tanto que chegar gente com que me pareço que o devo fazer; pelo que vos encomendo muito, e vos mando, que logo tanto que esta vindes, vos tenhaes a Tavira com todos os cavalos, que pretendas ajuntar..."... "e querendo-vos embarcar em outra parte para dahi res a Tangere o podereis fazer (*). Resumindo: dá ordem para que todos se preparem e vão ter com ele a Tanger para lutarem contra a poderosa força do xerife. E muitos para lá seguiram, à pressa, arregimentando e armado o que puderam. Por sorte o xerife não se empenhou em dar-lhe batalha. Foi precisamente a intervenção de Filipe II de Castela que, a pedido de D. Catarina (viúva de D. João III e avó de D. Sebastião) o ameaçou com a proibição de exportação de trigo e cavalos para a expedição, para que D. Sebastião desistisse. As críticas a esta dispendiosa aventura foram tão intensas que o Rei se viu obrigado a justificá-la. O estilo característico da sua escrita é bem a imagem da sua desarumação mental: a redação que escreveu é uma extensa exposição de 53 páginas apenas dividida em quatro parágrafos! (**)

(*) Barbosa Machado *Memórias del Rey D. Sebastião*, P. III, Livro II, Cap. XXVII.

(**) *Memórias del Rey D. Sebastião - Redação da primeira jornada que fez a África no ano de 1574 o rey D. Sebastião, escrita pelo mesmo príncipe*.

Para isso, procurou a ajuda de Filipe II, com quem se encontrou em Guadalupe. Argumentava, o soberano português, que era necessária uma ação comum, visto que, se Abde Almélisque conquistasse Marrocos, os turcos ficariam a dominar, por terem sido aliados deste na disputa do trono que ocorreu. Daí disporiam de uma base para o assalto às costas e à navegação. Filipe II, em oposição, argumentava que o grande objetivo de Almélisque era manter o reino independente e coeso. Se o atacássemos, isso talvez o lançasse nas mãos do Sultão. Contudo, Filipe II aceceu, a custo, em fornecer algum auxílio, mas o Duque de Alba exigiu a participação de contingentes estrangeiros mercenários, pois os portugueses tinham uma larga experiência de ataques e assaltos ribeirinhos mas havia mais de um século que não combatiam em campo aberto.⁷⁷

Quando as receitas ordinárias já não davam para pagar as despesas com as armadas e a manutenção do restante Império, a obtenção dos fundos necessários para a empresa da África passou a ser a principal preocupação de D. Sebastião, e todos os recursos utilizou para alcançar este objetivo.⁷⁸

E com que tropa portuguesa contava para tal empresa? O Regimento das Ordenanças de 1570, embora obrigasse a determinado treino militar ao pessoal re-

censeado, não era cumprido. Havia também um conflito entre os donatários das respectivas terras e os capitães e oficiais das ordenanças que, embora vassalos, não lhes deviam obediência.

Além desta tropa inexperiente, conseguiu contratar mercenários, principalmente ingleses e espanhóis.

A preparação da expedição, por falta de planejamento, estava atrasadíssima. Não querendo repartir a glória que esperava em África com qualquer outro, D. Sebastião nomeia (e como tal afasta de Portugal), pela segunda vez, Vice-Rei da Índia, D. Luís de Ataíde, o mais experimentado militar português do seu tempo. Se a expedição fosse comandada por outro, mais valia não ir. Isto é confessado por ele em correspondência.⁷⁹

A sua obcecação não cede às insistências do próprio Filipe II para desistir da expedição que lhe chega a enviar um relatório do Duque de Alba, o primeiro general do seu tempo, sobre as dificuldades e os consequentes riscos da operação; o seu interesse no confronto com Abde Almélisque era tão grande, que não responde a uma proposta feita pelo alcaide mouro de Larache — adversário do Xerife — de lhe entregar a praça sem resistência alguma. Como concluiu Queirós de Veloso “a ocupação rápida e pacífica desse posto equivalia, porém, a destruir a razão essencial da expedição: já não poderia D. Sebastião argumentar com

77. VELOSO, Queirós, obra cit., pág. 232.

78. Conseguiu uma Boda do Papa para uma cruzada aos infiéis e foi à custa de todos os expedientes, empréstimos, dádiva de monopólios que conseguiu arrecadar umas centenas de milhares de cruzados. Vai ao ponto de, em 1576, recomendar a Lourenço Távora, novo vice-rei da Índia, que obtivesse dos soberanos indianos um empréstimo (*). Mais significativo ainda é o fato de, sendo tão avesso ao matrimônio, prometer casar não só com uma filha de Filipe II (para pagamento do auxílio militar) como promete o mesmo a uma filha dos Médicis, em Florença, desde que existisse um “muy grande dote”. Aos cristãos novos consegue extorquir-lhes larga quantia, suspendendo por dez anos a pena de confisco de bens do Santo Ofício.

(*) Barbosa Machado, Obra cit., P.IV, Liv.I, Cap. XI, citado por Queirós Veloso, obra cit., pág. 238.

79. Carta a Luís Silva, 22 Nov. 1577 (citado em Barbosa Machado; Vd. Queirós Veloso, obra cit., pág. 250).

os perigos que, para Portugal e Espanha, adviriam dos navios turcos e berberes, partidos de Larache, perigos que ele exagerava, na esperança de estimular o rei católico.⁸⁰ E remata: "o que o monarca português queria era ir a Marrocos. Larache, os turcos, eram simples pretextos para justificar a jornada".

E esse inconfessado objetivo do monarca emerge em vários passos ao longo desse hitórico processo, que culmina em Alcácer Quibir.⁸¹

Mas não era só o objetivo escolhido o que viria a ser maléfico. Era também o estilo de comando que adotava: não delegava a autoridade; imiscuia-se nos mais pequenos pormenores; com receio de que algum dos seus homens o ultrapassasse em heroísmo, minava a iniciativa individual.

Rodeava-se apenas de gente moça que o adulava; afastava, por vezes de uma forma cruel, os mais velhos e experientes que o desaconselhavam dessa empresa. Quanto mais o contradiziam mais se agarrava ao seu objetivo: "Os conselhos por mais prudentes em vez de o convencerem irritavam-no".⁸² No entanto havia quem, mais aberta ou veladamente, se lhe opusesse.⁸³ A forma como o recrutamento foi feito

e a corrupção que os seus métodos envolveu levaram a que aquele tivesse baixado 25% em relação ao normal e, especialmente, fosse de uma qualidade indigente nada recomendável. Só os miseráveis foram arrolados. A contrastar com esse fundo de tropa compelida, o luxo dos fidalgos armados à sua custa que se emulavam na ostentação.⁸⁴

Na derrocada de Alcácer Quibir, morre sem descendentes D. Sebastião. Abre-se assim a crise dinástica, apenas adiada pelos dois anos em que o velho Cardeal D. Henrique reinou. Com a sua morte, em 1580, fica o caminho quase livre para Filipe II, apenas simbolicamente estorvado pelas forças encabeçadas por D. Antônio Prior do Crato, filho ilegítimo dum irmão do Cardeal, mas que este hostilizou levando-o, inclusive, ao exílio.

Já anteriormente adordamos a questão da motivação que favorecia a causa filipina. Também no vetor militar essa tendência se fazia notar: dos nomes dos 31 capitães de foralezas colocados em 1580, pode concluir-se que 16 eram, ou vieram a ser, adeptos da União Ibérica, enquanto os outros 15 foram partidários de D. Antônio. Curiosamente a localização daqueles coinci-

80. VELOSO, Queirós, obra cit., pág. 253.

81. Muitos indícios concorrem para esta conclusão: argumentando sempre pela oportunidade da intervenção dado o processo de desintegração do poder do Xerife, despreza todas as notícias que indicam que o seu inimigo está a consolidar o poder, recusa as tentativas que o Xerife fez, mesmo por escrito, para que o deixasse em paz propondo-lhe negociações para, inclusive, ceder parte do território; argumenta com o exiguo número de galés para não permitir o desembarque em Laracha — fácil de conquistar — para justificar o desembarque em Argila e o percurso por terra para o objetivo, única possibilidade de travar batalha em campo aberto; por último, recusa qualquer protelamento no momento do ataque que permitisse que a morte do chefe inimigo — já moribundo — ocorresse. A vantagem psicológica para as nossas forças, retirava ao rei, por outro lado, a glória de vencer o inimigo. E foi esse fator que prevaleceu.

82. VELOSO, Queirós, Obra cit., págs. 263/64 e 269. Oliveira Martins, obra cit., pág. 61: a D. João de Mascarenhas — o defensor de Diu — que lhe ousou dizer que se decidisse a conquista do Norte de África, levasse a mortalha, chamou-lhe velho, tonto e covarde.

83. Martim Afonso de Sousa, que fora Governador da Índia, dizia pelos corredores do Palácio que "se atavam os loucos perigosos, não sabia porque se havia de deixar soite este".

84. Embora limitado a seis o quantitativo dos criados por fidalgo, houve quem levasse para a expedição 50 com librê.

de com os principais eixos de aproximação, isto é: "o dispositivo militar estava preparado no Reino para assegurar o êxito de uma futura invasão pelas tropas do rei de Espanha".⁸⁵

A nobreza foi dizimada em Alcácer Quibir. Da que sobrou grande parte era favorável a Filipe. D. Antônio recebia apoio dum plebe desvairada que procurou ocupar os cargos vazios, exercendo toda a espécie de violência para conseguir os meios de que necessitava. Mas a desordem, a indisciplina, a miséria iam-se confrontar com um exército disciplinado e poderoso comandado pelo prestigiado Duque de Alba.

A batalha de Alcântara não foi mais, no dizer de Oliveira Martins, do que "um encontro de uma onda fatal com um viveiro de formigas tontas".⁸⁶

Foi pois a conquista militar que impôs o regime político subsequente que os Duques de Bragança (um dos pretendentes à coroa) foram os primeiros a reconhecer.

"Yo lo heredé, yo lo compré — yo lo conquisté, para quitar dudas", teria sido o dito de Filipe I, de Portugal, para sintetizar o processo histórico que assim culminava:⁸⁷ primeiro o seu vínculo hereditário, depois o suborno que largamente espalhou e, finalmente, como estes não chegassem, a conquista militar.

Conseqüências

A perda da independência trouxe conseqüências importantes para o Império português. Os inimigos de Espanha passaram a ser nossos também.

A guerra em que Portugal se vê envolvido com a Inglaterra levou à destruição da invencível Armada que tinha uma importante participação de navios portugueses.

As nossas colônias passaram a ser alvo dos ataques da Holanda e da Inglaterra. Para a ida dos holandeses à Ásia, em muito teria contribuído o ser-lhes vedado por Filipe o porto de Lisboa, em 1574.

Toda a política diplomática que seguimos depois da Restauração, a que já aludimos, de passarmos de um bloco para outro foi conseguida à custa de posições orientais e de importantes concessões econômicas que tivemos que ceder para alcançar esse apoio.

Parece importante salientar que a solução desta crise — em grande parte conseguida à custa de uma inserção no bloco vencedor europeu — terá trazido a semente do período crítico que trataremos a seguir, que se radicou, precisamente, na hegemonia estrangeira em Portugal, que teve, senão a gênese, pelo menos, recebeu um grande impulso no período que acabamos de tratar.

85. Vd. Dicionário da História de Portugal. "Independência", pág. 502.

86. MARTINS, Oliveira, obra cit., págs. 83/84.

87. Id., pág. 123.

HENRIQUE MANUEL LAGES RIBEIRO é Brigadeiro do Exército português e Sócio correspondente do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil (IGHMB)



O Empreendimento Hidrelétrico Brasileiro-Paraguaio: A Itaipu

Nilton Freixinho

O artigo apresenta uma apreciação global e abrangente sobre concepção, ações desencadeadas e resultados alcançados, nos aspectos políticos, diplomáticos, econômico-térmico-energéticos, e técnico-ambientais, da associação entre o Brasil e o Paraguai para a construção da hidrelétrica de Itaipu.

A central hidrelétrica de Itaipu entrou em operação progressivamente a partir de 1984. Hoje encontra-se totalmente implantada, com uma capacidade instalada de 12.600 MW, o que a classifica como o maior empreendimento hidrelétrico em operação no mundo.

Com suas dezoito unidades geradoras de 700 MW cada em pleno funcionamento, está contribuindo, de forma expressiva, para o suprimento dos mercados paraguaio e brasileiro. Em 1991 gerou cerca de 57 milhões de MWh, dos quais 55 milhões foram entregues ao sistema elétrico brasileiro, e cerca de 2 milhões ao sistema elétrico paraguaio. Para o Brasil, essa contribuição representou, naquele ano, praticamente 28% de toda energia consumida nas regiões sul e sudeste, onde se encontra cerca de 78% do potencial sócio-econômico do País. Em relação ao Paraguai, a energia entregue por Itaipu em 1992 representou, de um modo geral, 76% do consumo total do País.

MOTIVAÇÕES QUE DERAM ORIGEM À ASSOCIAÇÃO ENTRE O BRASILEIRO E O PARAGUAI, NO SETOR ENERGÉTICO

Os rios formadores da Bacia do Prata, por sua localização, potencialidade energética e seu percurso em trechos da fronteira da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Paraguai e do Uruguai, vem constituindo um ponto focal nas relações regionais desses países e, portanto, objeto de entendimentos e de cooperação entre eles. Nesse contexto, entre 1933 e 1971, vários Tratados e Acordos foram firmados.

O espírito que presidiu todas essas iniciativas político-diplomáticas dos países da Bacia do Prata foi sempre o da cooperação em torno do aproveitamento racional dos recursos hídricos, envolvendo-se todos os esforços na busca de soluções compartilhadas, quando pertencentes em condomínio a dois países. É nesse quadro amplo que se situa a associação entre o Paraguai e o Brasil, para o aproveitamento,

em Itaipu, do potencial energético das águas do Rio Paraná, no trecho entre o Salto de Sete Quedas, ou Salto del Guairá, inclusive, e a foz do Rio Iguaçu. A rigor, no mencionado trecho o grande potencial concentrava-se no desnível existente na região dos Saltos (10.000 MW).

Desde a década de 50, as duas nações demonstraram interesse em transformar, em energia, o alto potencial hidráulico dos mencionados Saltos, em apoio aos respectivos programas de desenvolvimento sócio-econômico. O Brasil, para atender ao crescimento da demanda em eletricidade de seu parque industrial na Grande São Paulo. O Paraguai, para lastrear um esquema de produção de eletricidade, não só objetivando atender ao consumo corrente da população, como também para estabelecer as bases de infra-estrutura energética em apoio à progressiva industrialização do país.

Ultrapassada a fase de pretensão unilateral e vencida a controvérsia sobre o traçado do limites entre os dois países na região dos Saltos, os governos do Brasil e do Paraguai, em princípios de 1966, passaram a considerar, em conjunto e em maior profundidade, a hipótese de ser realizado, em caráter binacional, o aproveitamento daquele potencial.

Desses entendimentos resultou a assinatura, em 22 de junho de 1966, do acordo de princípio entre os dois países — a "Ata de Iguaçu". Esse acordo, entre outros aspectos, estabeleceu que a energia elétrica eventualmente produzida pelos desniveis do Rio Paraná, desde e inclusive o Salto de Sete Quedas, ou Salto del Guairá, até a foz do Rio Iguaçu, será dividida em partes iguais entre os dois países. Introduziu, ademais, o conceito da igualdade de direito dos dois países, sendo reconhecido a cada um deles

o direito de preferência para a aquisição da energia elétrica produzida naquele trecho e que o outro país não viesse a consumir. Dessa forma, estabelecia claramente que não haveria terceiros no uso da energia em questão, porque esta seria fruto de uma conciliação de interesses entre os dois países.

A partir da assinatura da Ata de Iguaçu, desencadeou-se uma sucessão extraordinariamente rápida de acontecimentos, visando à preparação técnica do mencionado aproveitamento bilateral, proporcionando, assim, aos governos do Brasil e do Paraguai, as bases para implementar, em termos políticos e jurídicos, os princípios acordados na mencionada Ata.

TRATADO DE ITAIPU, SUA CONCEPÇÃO E APLICAÇÃO— ASPECTOS RELEVANTES

O Tratado de Itaipu, assinado em 1973, constitui, no fundo, o instrumento político-diplomático-jurídico que busca o equilíbrio entre os dois países associados no aproveitamento dos recursos hidrelétricos pertencentes em condomínio, no Rio Paraná.

A Itaipu, por várias razões, afastou-se do modelo ideal para associações dessa natureza, tendo sido criado um modelo próprio que, a despeito das naturais dificuldades envolvidas na sua aplicação, logrou levar a efeito a construção do empreendimento e vem conseguindo conduzir a fase de exploração, ora em curso.

É preciso ter presente que a energia elétrica, como produto final, decorre do somatório de vários fatores, entre os quais cumpre citar: a energia hidráulica disponível; os recursos financeiros, técnicos, e humanos necessários. E que, outrossim, a viabilidade

empresarial da produção e da comercialização desse insumo energético, é função da capacidade do mercado de absorver, na devida oportunidade, toda a eletricidade produzida. Evidentemente esses componentes devem ser examinados e analisados à luz da realidade econômica e social de cada um dos países que se associam no empreendimento.

A raiz de toda a questão que indicou o modelo adotado pelo Tratado de Itaipu reside na impossibilidade de o Paraguai consumir, durante algum tempo, toda a metade da energia elétrica que o aproveitamento de Itaipu pode produzir, a par da capacidade do mercado brasileiro de, não só absorver integralmente a metade a que tem direito, mas ainda de consumir parte da energia que cabe ao Paraguai, não utilizada por esse.

Tendo por pano de fundo todas essas considerações, o Tratado de Itaipu e Atos Complementares estabelecem os aspectos fundamentais da associação entre os dois países, a seguir registrados sumariamente.

É criada uma instituição ou entidade binacional, de cunho até então inédito na história da América Latina, a quem os dois governos outorgam concessão para construir e explorar o empreendimento energético, segundo disposições, prescrições e normas contidas no Tratado e Atos Complementares. A entidade binacional brasileiro-paraguaia foi constituída em igualdade de direitos e de obrigações, sendo uma propriedade dos dois países, através da ELETROBRAS (Brasil) e da ANDE (Paraguai), tendo, porém, personalidade própria. A rigor, a mencionada entidade binacional é dona da energia elétrica produzida pela central de Itaipu, tendo atribuição de comercializá-la, isto é, vendê-la, aos mercados do Brasil e do Paraguai, segundo normas estabelecidas de

comum acordo entre a ELETROBRAS e a ANDE.

Considerando que o insumo principal para produção de energia elétrica — a água — pertence aos dois países, a entidade binacional para os governos do Brasil e do Paraguai, em partes iguais, "royalties" pelo uso da água na geração da energia, segundo taxas acordadas pelos dois países e constantes do Tratado e Atos Complementares. Outrossim, são pagos, pela entidade binacional, resarcimentos por encargos de administração e supervisão, à ELETROBRAS e à ANDE.

Complementarmente, levando em conta que o Paraguai cede ao Brasil a energia não consumida da parte que lhe cabe, o Tratado e Atos Complementares introduzem a figura do repasse à ANDE, de uma "compensação" financeira, pela energia a que tem direito e não consome.

Em termos organizacionais, a entidade binacional comprehende dois órgãos. Um de natureza político-deliberativo — o Conselho de Administração — e outro de natureza técnico-executivo — a Diretoria Executiva. Os dois órgãos estão constituídos por igual número de nacionais de ambos os países, nomeados pelos respectivos governos, segundo critérios estabelecidos no estatuto da entidade, parte integrante do Tratado de Itaipu.

A constituição da Diretoria Executiva vem evoluindo desde a instalação da entidade binacional, em maio de 1974. Essa evolução visa a atender às exigências gerenciais das sucessivas fases da vida de Itaipu.

A constituição inicial, objetivando fundamentalmente a fase de construção da central hidrelétrica, estabelecia a existência de um Diretor Geral (Brasil) e um Diretor Geral Adjunto (Paraguai), e de cinco diretores:

Técnico (Brasil), Financeiro (Brasil), Administrativo (Paraguai), Jurídico (Paraguai), e de Coordenação (Paraguai); a cada diretor de um parceiro correspondia um diretor adjunto, da nacionalidade do outro parceiro.

Para atender à fase intermediária entre o final da construção e o inicio da exploração do empreendimento, a constituição da entidade binacional sofreu, em 1986, uma modificação, pela qual desapareciam as figuras do Diretor Geral e do Diretor Geral Adjunto, sendo criados, em seu lugar, o Diretor Geral Paraguaio e o Diretor Geral Brasileiro, cabendo aos mesmos praticar, "solidariamente", todos os atos de administração necessários à condução e ao funcionamento da entidade.

Recentemente, em vigor desde 17 de maio de 1992, nova modificação foi introduzida na constituição da Diretoria Executiva, para melhor atender às condições gerenciais inerentes à fase da exploração, ora em curso. Mantidos os dois Diretores Gerais, foram criados: o Diretor de Engenharia e Operações (Brasil); o Diretor de Manutenção e Obras (Paraguai); o Diretor Financeiro (Brasil); o Diretor de Suprimentos (Paraguai); o Diretor Administrativo da Margem Esquerda (Brasil) e o Diretor Administrativo da Margem Direita (Paraguai).

A BINACIONALIDADE DO EMPREENDIMENTO ENCONTRA SUA EXPRESSÃO MÁXIMA NA FASE DA CONSTRUÇÃO

O requisito da binacionalidade da Itaipu, segundo o modelo adotado, atingiu sua expressão máxima na fase da construção da central hidrelétrica, no período de quinze

anos (1976-1990). Essa expressão binacional incidiu em todos os aspectos: na distribuição de responsabilidades segundo o regime da mais absoluta igualdade de direitos e de deveres, entre paraguaios e brasileiros; no planejamento e na execução do projeto detalhado de engenharia; no recrutamento da mão-de-obra; na contratação de firmas de obras civis, de fabricação e de montagem dos equipamentos eletromecânicos permanentes, e na contratação dos serviços de apoio necessários.

Em todos esses aspectos prevaleceu o critério da formação de consórcios integrados de firmas brasileiras e firmas paraguaias, numa proporção influenciada, naturalmente, pela realidade tecnológica e econômica-financeira de cada um dos países associados, prevalecendo sempre o princípio básico que preside tais atividades, constante do texto do Tratado de Itaipu. Dada a importância desse princípio, na concretização da integração Brasil-Paraguai, na área da construção, o mesmo é a seguir transcrito: "Na medida do possível e em condições comparáveis, a mão-de-obra especializada ou não, os equipamentos e materiais disponíveis nos dois países, serão utilizados de forma equitativa".

No que concerne à construção de barragens e à fabricação e montagem de equipamentos de toda a ordem, a Itaipu transferiu para o Paraguai um considerável acervo de tecnologia. Quanto ao Brasil, provocou um substancial avanço tecnológico nesses campos de atividades, colocando-o entre os mais adiantados do mundo. Tudo isso responde pelo fato de que a Itaipu, no domínio da construção civil, atingiu um índice de nacionalização praticamente de 100%, e na área da fabricação e montagem dos equipamentos, um índice de nacionalização

nunca inferior a 85%.

A diferença de ciclagem do sistema elétrico do Paraguai (50Hz) e do Brasil (60Hz), combinada com a decisão soberana da nação guarani de manter sua ciclagem original, levou a implantar, na central de Itaipu, geradores das duas ciclagens, em partes iguais: nove de 50 Hz e nove de 60 Hz. Mas isso, convém registrar, não significa a divisão da usina em duas partes distintas e independentes. Antes pelo contrário, ambos os setores, em termos de operação e acionamento, funcionam de forma integrada através de comando único centralizado de geração, operação e despacho de energia. Nesse quadro, considerando-se que, ainda por algum tempo, grande parte da energia elétrica produzida por Itaipu é destinada ao mercado brasileiro, tornou-se necessário assegurar, tecnicamente, a transformação da energia produzida em 50 Hz entregue no barramento da Usina, para corrente de 60 Hz. Com esse propósito, o setor elétrico brasileiro adotou e tomou a seu cargo, a transmissão em corrente contínua, entre Itaipu e a Grande S. Paulo (cerca de 1.200 km), onde a energia é novamente alternada, agora em 60 Hz, para, em seguida, ser distribuída ao mercado brasileiro.

Finalmente, cabe fazer uma referência ao evento que teve lugar na fase da construção da central de Itaipu, exigindo uma ação combinada e integrada da diplomacia brasileira e paraguaia junto ao governo argentino, no sentido de criar e assegurar condições para permitir o enchimento do reservatório, por oito dias, em 1982, acarretando, assim, a interrupção do fluxo do Rio Paraná para jusante, bem como, posteriormente, já na fase da operação da Itaipu, para permitir o funcionamento da Usina sem causar prejuízos à navegação fluvial do

Rio Paraná à jusante da barragem.

Os entendimentos entre os três países — Argentina, Brasil e Paraguai — concluíram com a assinatura, em 19 de outubro de 1979, do "Acordo de Cooperação Técnico-Operativo Itaipu-Corpus", em pleno vigor.

A FASE DA EXPLORAÇÃO COMO ESTÁ FUNCIONANDO A INTEGRAÇÃO ENERGÉTICA BRASIL - PARAGUAI

Embora envolvendo certa complexidade, está funcionando com êxito a mecânica do planejamento e da prestação dos serviços de eletricidade da entidade binacional, para atender com regularidade, em termos de quantidade e de qualidade, aos mercados do Paraguai e do Brasil.

Em nível de direção, funcionam dois colegiados binacionais, ambos integrados pelos diretores técnicos da Itaipu e das entidades dos sistemas elétricos paraguaio (ANDE) e brasileiro (ELETROBRAS, FURNAS e ELETROSUL), "O Comitê de Administração e Operação dos Contratos de Compra e Venda dos Serviços de Eletricidade (CADOP)" e a "Comissão Mista de Operação (CMO)".

Internamente, na central, estão implantados e em funcionamento vários sistemas digitais integrados, encarregados de controle da usina e do despacho de carga, supervisionando a operação interligada do sistema em conjunto com o despacho de carga da ANDE (Paraguai) e com o centro de operação do Sistema de FURNAS (Brasil).

O COMPROMISSO EM HARMONIZAR A GERAÇÃO DE UMA FONTE DE RIQUEZA — A ENERGIA ELÉTRICA —

Itaipu

Mapa de Localização



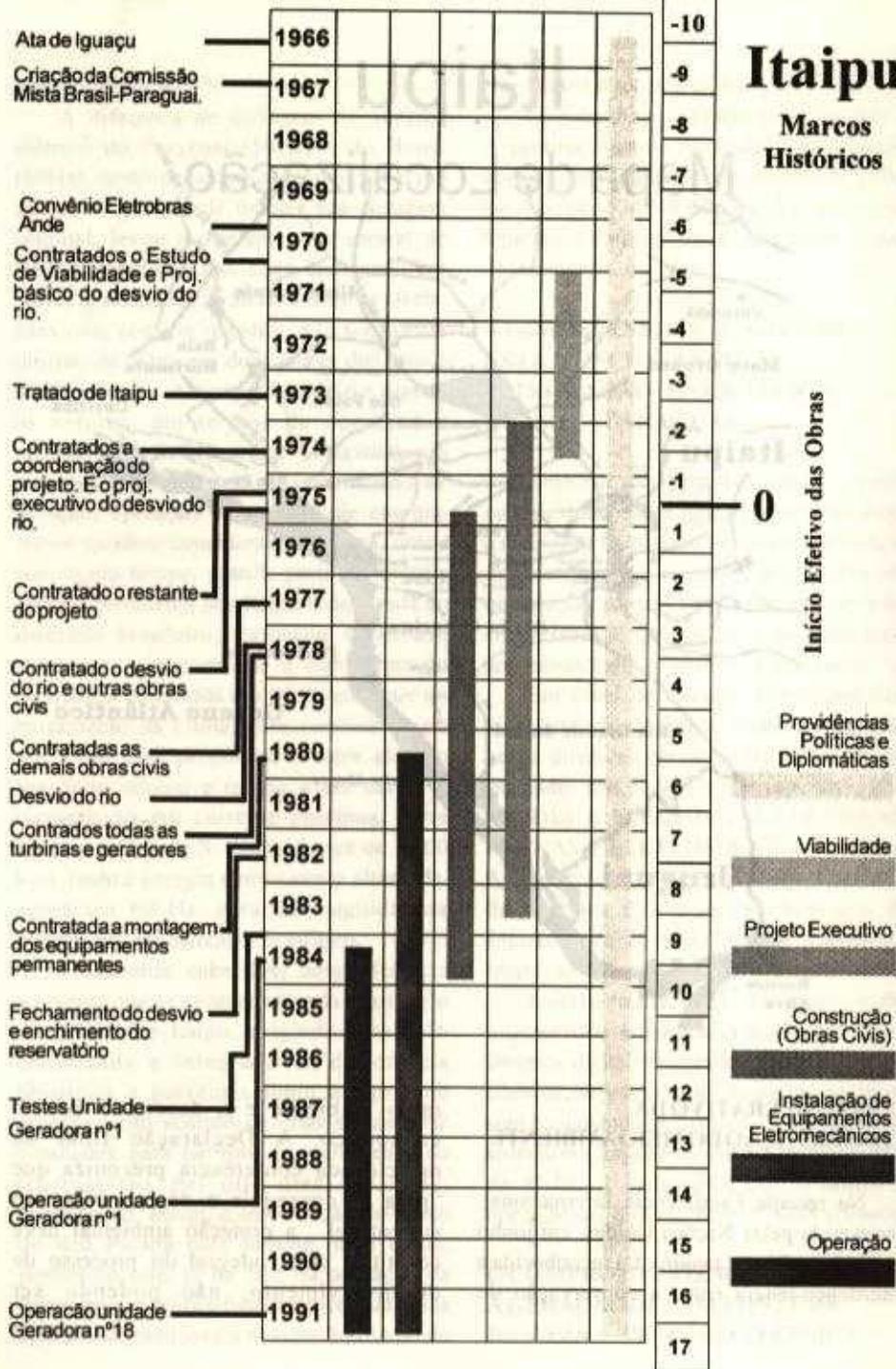
COMO IMPERATIVO DA CONSERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Na recente Conferência Internacional, promovida pelas Nações Unidas, em junho de 1992, no Rio de Janeiro, foi reconhecida a interdependência entre a conservação do

meio ambiente e o desenvolvimento econômico. A Declaração final da mencionada conferência preconiza que "para se conseguir o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integral do processo de desenvolvimento, não podendo ser

Itaipu

Marcos Históricos



considerada isoladamente deste".

O Brasil e o Paraguai, ao se associarem para a realização do empreendimento energético de Itaipu, a partir da "Ata de Iguaçu", em 1967, anteciparam-se, pelas providências tomadas desde então, por cerca de vinte e cinco anos, às recomendações finais da mencionada Conferência.

O "Relatório do Reconhecimento dos Efeitos Ecológicos do Projeto de Itaipu" (1973), a elaboração pela Itaipu Binacional do "Plano Básico para a Conservação do Meio Ambiente" (1975), e o "Plano Diretor de Conservação Ambiental da Itaipu Binacional" (1982), comprovam a permanente preocupação em harmonizar a implantação e a exploração de um instrumento para o desenvolvimento com o imperativo da conservação do meio-ambiente. Tudo isso vem permitindo diagnosticar, com a devida antecedência, os impactos ecológicos decorrentes da implantação e da operação da central hidrelétrica de Itaipu, e, em consequência, tomar as adequadas medidas acauteladoras e corretivas contra possíveis agressões ao meio físico e social.

Considerações finais

A maior hidrelétrica em operação hoje no mundo está em pleno e integral funcionamento, no limiar do novo século que se aproxima. Isso atende, de um lado, às crescentes necessidades energéticas do Brasil em seu polo mais industrializado e, de outro lado, permite ao Paraguai dispor de um excedente de energia em relação às necessidades correntes da nação, proporcionando, assim, um insumo energético básico para o grande projeto de sua industrialização, visando ao respectivo desenvolvimento sócio-econômico.

Todavia, é importante registrar que o empreendimento energético binacional Itaipu transcede à simples disponibilidade em energia para atender ao progresso e ao desenvolvimento das duas nações associadas, pois representa a vitória dos princípios de entendimento e de cooperação mútua que têm sido a tônica nas relações entre as nações integrantes da Bacia do Prata ou do Cone Sul.



NILTON FREIXINHO - Coronel da reserva do Exército, diplomou-se pela AMAN (Curso de Artilharia), ESAO, ECÉME, ESG (CEMFA e CSG) e pelo USACGSC (United States Army Command and General Staff College - Fort Leavenworth, Kansas, EUA). Membro de institutos brasileiros de estudos políticos e estratégicos, fez parte do corpo permanente da ESG, de 1965 a 1968. De 1975 a 1991 atuou na Itaipu Binacional, tendo a seu cargo o acompanhamento físico-financeiro da implantação do grande empreendimento energético brasileiro-paraguaio. É ele o autor de "O poder permanente da História - um estudo aplicado à civilização ocidental e sua interdependência com os mundos árabe e russo-islâmico".

acompahamento físico-financeiro da implantação do grande empreendimento energético brasileiro-paraguaio. É ele o autor de "O poder permanente da História - um estudo aplicado à civilização ocidental e sua interdependência com os mundos árabe e russo-islâmico".



Marginalização Social e Violência

Roberto José Moliterno, Carlos Alberto A. Gomes, Rafael A. Romano, Clarisse Regina L. B. Vieira, Dilene A.C. dos Santos, Alexandre Onofre Gripp, Fernando C. Avelar e Osmar José B. Ribeiro

Materia extraída do relatório elaborado pelo grupo R, participante do Curso de Extensão (CE-II-93) da Escola Superior de Guerra (ESG).

OS ANTAGONISMOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Não há como fugir à constatação de que o fenômeno da marginalização social é, antes, uma resultante dos antagonismos existentes na sociedade brasileira. E mais, uma consequência direta da sua formação histórico-social.

Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, destaca, de forma bastante clara, que a falta de integração entre os vários segmentos da sociedade brasileira é resultado da própria formação da nacionalidade, e somente vem espelhar o quadro das relações que, através dos tempos, marcaram o estamento social brasileiro.

No clássico *Casa Grande e Senzala*, Gilberto Freire, também refere-se a esses antagonismos, representados pelas disparidades econômicas, culturais e, so-

bretudo, sociais que estiveram presente na formação da sociedade e que marcaram as condições da marginalização social de hoje.

Não se pode esquecer que, até 1870, pelo menos dois terços da população brasileira era constituída de negros, e que historiadores e sociólogos admitem que a abolição da escravatura não representou mais do que a tendência, já dominante, de expulsar do campo uma mão-de-obra desqualificada e substituí-la por outra portadora de técnicas agrícolas relativamente avançadas.

Por isso os negros recém-libertos não receberam terras, como seria de se esperar, mas foram encaminhados para as cidades, onde passaram a constituir os segregados urbanos, Segundo Vianna Moog, foram os escravos recém-chegados do campo os primeiros moradores das favelas dos centros urbanos.

* Selecionado pelo PADECENE.

A dissolução das tropas que retornaram da Campanha de Canudos ofereceu outro espetáculo da segregação social, quando os ex-combatentes foram amontoados nos barracos infestos dos morros e dos manguezais das periferias das cidades.

É preciso também lembrar que, durante as décadas de 30 e 40, atendendo à sua vocação europeia, a sociedade culta brasileira passou a proibir, e mesmo reprimir, os costumes afros dessas populações, em nome do que Jorge Amado, em seus livros, chama de ideologia do branqueamento das tradições.

O Coronel Edson Ribeiro dos Santos, ao analisar a questão, em trabalho especial de curso, na ESG, lembra que o Brasil preferiu sempre o seu passado português, resistindo uma assimilação mais profunda das origens indígena e africana. Na sua reflexão, a convivência com negros e índios sempre representou uma lembrança do passado, algo compulsoriamente inseparável do seu destino, mas, nem por isso, aceito conscientemente.

Em resumo, as senzalas transformaram-se em mocambos, palafitas, barracos e favelas, sendo a questão da marginalização social a própria história da formação da nação brasileira e da sua dificuldade histórico-cultural de pensar seriamente numa sociedade sem preconceitos.

O FENÔMENO DA MARGINALIZAÇÃO SOCIAL

O conceito de marginalização reflete insuficiência de renda e diferença no acesso de indivíduos e famílias a serviços básicos,

como habitação, saúde, educação, transporte e lazer, os chamados serviços de infra-estrutura social.¹

Evidentemente, não é um fenômeno exclusivamente brasileiro. Previsão apresentada pelo Relatório Anual da Organização das Nações Unidas sobre a marginalização social no mundo prevê que os gigantescos bolsões de pobreza da África, Ásia e América Latina ganharão proporções até o ano 2.050. O documento põe em xeque os esforços de desenvolvimento das nações responsáveis e toca num ponto extremamente importante, ao registrar que essa marginalização está aumentando na proporção do distanciamento entre países ricos e pobres.

Artigo recente da revista *Veja* levanta uma questão angustiante: a marginalização social com a marca da fome é o problema que mais aproxima o Brasil do clube de países que vivem na fronteira entre a pobreza e a miséria absoluta. A diferença é que, ao contrário da Somália e da Etiópia, no Brasil o enorme contingente de marginalizados enfrenta suas vicissitudes de forma clandestina. São apenas números frios, num País que não os usa, nem para estatística.

Mas, afinal, quantos são, quem são e onde estão os marginalizados do Brasil?

Luiz Werneck Vianna, em artigo no *Jornal do Brasil*, denomina esse contingente de "excluídos do consumo", que ele avalia em 40 milhões de brasileiros, o qual vive abaixo do limite da pobreza e segue a trilha dos eternos desiludidos e humilhados pela sociedade. Relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, informa que dois em cada dez brasileiros

1. S. ROCHA, Caracterização das Subpopulações Pobres, in Rev Bras de Ec 1988.

estão marginalizados. Há portanto, pelo menos 32 milhões de pessoas que não participam do processo social brasileiro.

São pessoas que estão fora do mercado de trabalho legalmente constituído, têm acesso a uma renda familiar insuficiente para garantir uma alimentação sadia, dispõem de precárias condições sanitárias, estão à margem do sistema de seguridade social e, ainda, no mais das vezes, afastados do sistema de saúde e de educação do Estado. Consomem, no máximo 1300 calorias por dia, algo em torno da metade do padrão internacional de sobrevivência para adultos. Em consequência, possuem expectativa de vida entre as mais baixas.

Na esteira, a mortalidade infantil, conforme documento do Banco Mundial recentemente divulgado,² apresenta índices de 47/1000, considerado um dos mais altos do mundo.

Poder-se-ia dizer que se localizam, preferencialmente, nas regiões onde os níveis de trabalho, previdência e assistência sociais, habitação e saneamento, saúde e ensino público encontram os níveis mais baixos do Brasil. É o caso da área da seca, que compreende oito estados do nordeste, das áreas do norte ligadas à garimpagem, e do centro-oeste, onde se evidencia, com maior dimensão, a questão fundiária.

No entanto, o mais correto é dizer que eles estão em cada esquina das grandes e médias cidades brasileiras, compondo a multidão de desempregados que, só na Grande São Paulo, chega a 1,5 milhão dos sem teto,³ migrantes, forasteiros em busca de emprego, desqualificados como mão-de-obra, geralmente analfabetos e cheios de

filhos. Amontoados em barracos insalubres nas encostas dos morros periféricos, quando não debaixo dos viadutos e nas praças públicas, sua imagem é o símbolo mais eloquente do drama em que mergulhou a sociedade brasileira.

No campo ou na cidade, compõem o sopro da violência, sendo massa de manobra para as quadrilhas e para o crime organizado e, ainda, representam um perigo real à integridade do território nacional, como bem colocou Kurt Pessek, ao referir-se à ameaça do separatismo, em artigo no *Jornal do Brasil*.

O FENÔMENO DA VIOLENCIA URBANA

Miguel Reale Junior, em artigo no *O Estado de São Paulo*, oferece-nos, com nitidez impressionante, o quadro da violência urbana. Diz ele que a insegurança gerada pela baixa renda, a incerteza com relação ao futuro, a preocupação com a educação e a saúde, as frustrações, a ausência de intimidade com o ambiente promíscuo em que várias famílias são obrigadas a viver, por vezes, juntas, o trânsito de todo dia e a subnutrição são alguns dos aspectos violentos da estrutura social injusta das grandes cidades. E que, a partir daí, o estado de agressividade permanente e a violação latente da lei são consequências obrigatórias do estilo de vida das populações pobres nos grandes centros urbanos.

É de acrescentar-se que a criminalidade, por isso mesmo, encontra terra fértil nos conglomerados promíscuos da urbanização desordenada, com a formação de subculturas

2. Revista Veja, 21.04.93

3. Cálculo do IPEA

de violência, nas quais não se opera a aprendizagem dos valores sociais típicos. Reale diz que, na luta pela sobrevivência, prevalecem a valentia, a medição de forças e a agressividade, como meios seguros para a solução dos próprios problemas.

O professor Pedro de Oliveira Figueiredo ensina que a urbanização concorre para a destruição das relações de vizinhança e do espírito de comunidade, aumenta a distância entre a residência e o trabalho, afrouxando laços de família, torna gritantes os extremos de riqueza e pobreza, e intensifica os ressentimentos sociais. Todos esses aspectos geram um sentimento de insegurança, pelo sentido de amontoamento social, segregação e anonimato, concorrendo para a formação de um núcleo fático de violência que, por sua vez, só faz aumentar a criminalidade.

Nesse ambiente, o crime organizou-se e afloraram os componentes da violência — como disse o comandante da Polícia Militar de Minas Gerais, em exposição no Congresso de Direito Administrativo, em agosto de 89. O homicídio, o latrocínio, o consumo de drogas, a violência sexual, amalgamaram-se e deram origem ao profissional do crime.

Como consequência, a incidência da violência, particularmente com crimes que causam danos irremediáveis à vida social, deram origem ao fenômeno que os meios de comunicação social batizaram de "violência urbana".

MARGINALIZAÇÃO SOCIAL E VIOLÊNCIA URBANA

Parece certo que a escalada de violência nas cidades está diretamente ligada ao processo de urbanização acelerado por que passou o Brasil.

O processo desenvolvimentista da dé-

cada de 60 fez acelerar o movimento migratório do campo para as cidades, as quais acabaram por implodir sua infra-estrutura básica e de segurança.

Na verdade, país algum conseguiria suportar um movimento tão acelerado de urbanização sem o colapso das condições de vida de suas cidades. É preciso reconhecer que, nos últimos 30 anos, houve uma transformação radical na estrutura da sociedade brasileira, que passou, em tempo recorde, de agrária para industrial. Esse fato carreou grande massa humana do campo para a cidade, em velocidade sem precedentes na história recente da civilização ocidental.

Para suportar tal movimento, era necessário que as cidades respondessem com a permanente adaptação do perfil de suas infra-estruturas, o que exigiria um crescimento contínuo da economia nacional, com padrões equivalentes aos do Primeiro Mundo. Mas, a mudança das condições externas que fundamentavam o modelo da economia brasileira determinou a falência deste, com consequências desastrosas para o conjunto da sociedade.

O Brasil não teve tempo nem disposição política para mudar de rumo. De uma hora para outra, tudo modificou. As fábricas começaram as demissões. Formaram-se levas de desempregados que, não tendo mais condições de retorno ao campo, passaram a viver em barracos infectos dos morros, no lodo dos manguezais, nos terrenos baldios. Junto com os provenientes das grandes obras públicas, também paralizadas, foram disputar vaga no esquema da contravenção e do crime.

De lá para cá, o fracasso de todas as tentativas de fazer o País sair da recessão é refletido nas multidões que formam os grandes bolsões de miséria que passaram a

caracterizar o perfil das cidades brasileiras.

Nesses bolsões, onde a marca registrada é a promiscuidade e onde, até por questão de sobrevivência, o modo de vida social foi esquecido, começaram a se formar criminosos que, aos poucos, foram se agregando e submetidos a lideranças. Seu poder de fogo determinou áreas de controle, surgindo o crime organizado. Homicídio, latrocínio, consumo de drogas, violência sexual e sequestros passaram a ser a pauta de trabalho desses "profissionais".

MARGINALIZAÇÃO SOCIAL E CRIMINALIDADE

Eric Fromm nos recorda que o homem é o único animal primata que elimina, sem necessidade de motivos, membros da sua própria espécie. Essa reflexão talvez nos ajude a entender o fenômeno da criminalidade como manifestação de valor mais acentuado da violência social.

O professor Pedro de Oliveira Figueiredo, no painel sobre "Violência Urbana e suas Vítimas", na ESG, ressaltou, de forma clara, que a criminalidade possui causas preponderantemente exógenas. Entre elas, destacou a pobreza de amplos extratos da sociedade, estabelecendo vínculo entre marginalização social e violência, que serve à nossa tese.

A partir daí, mesmo ressaltando que essa vinculação não esgota o assunto, até porque boa parcela desses extratos sociais não se integram ao contexto da criminalidade, apresentou, com a Teoria de Merton, um quadro explicativo que interessa de perto à nossa questão. A premissa geral é que a sociedade vale por determinadas metas sociais que são condições de *status*. A enorme disjunção entre essas metas e o acesso aos

meios para obtê-las seria o provocador dos comportamentos criminógenos.

Ora, as parcelas marginalizadas nos grandes centros, permanentemente expostas aos meios de comunicação e ao convívio diário com as manifestações de riqueza, evidentemente, cultivam sentimentos de inconformismo e, até, de revolta, que as conduzem à criminalidade.

Mais importante ainda, é a consciência criminógena, uma espécie de subcultura. A convivência entre os marginalizados aguça a vontade de inverter valores, de criar suas próprias oportunidades, e isso se propaga como se tivesse força de irradiação. É o que Merton, de acordo com o professor Figueiredo, chama de "Teoria da Associação Diferencial", pela qual o comportamento é aprendido na interação entre as áreas marginalizadas umas com as outras. O resultado, logicamente, é uma rede de cooptação de pessoas para o crime. A subcultura repassa técnicas, exemplos, motivos, proteção e racionalização das práticas criminosas.

Não é à toa que as populações marginalizadas servem de força de manobra para as quadrilhas, para o crime organizado e para o narcotráfico.

A MARGINALIZAÇÃO SOCIAL E O DIAGNÓSTICO DA CRIMINALIDADE ORGANIZADA

É de tal ordem o crescimento do crime organizado no interior das grandes e médias cidades, que o relatório final do "I Forum Nacional de Segurança Pública, Violência e Criminalidade", apresentado pelo deputado José Augusto Curvo, perante a Câmara dos Deputados, em Brasília, revela que a situação nas maiores cidades já se aproxima

do limite suportável pela sociedade.

Anota o documento que os rendimentos dos assaltos a banco e do tráfico de drogas têm sustentado o contrabando de armas, em padrão capaz de armar um exército. Com ele estão se armando populações marginalizadas das favelas e dos núcleos de sub-habitações. Existe o receio de que, a curto prazo, o crime organizado, utilizando essas populações, venha a se constituir em criptopoder, como acontece com a máfia e outras organizações criminosas em todo mundo.

Outra preocupação levantada, no relatório, foi a onda de extorsão mediante seqüestro, indicando a existência de uma modalidade organizada desse delito, que se espalha rapidamente por todo o País, dirigida, em muitos casos, por presos em estabelecimentos penais, os quais dispõem de imensa rede de agente no meio das populações marginalizadas.

Os trabalhos desenvolvidos no "II Forum Nacional de Segurança Pública, Violência e Criminalidade," patrocinado também pela Câmara dos Deputados, realçam a expansão da vinculação do crime organizado com as populações marginalizadas e ressaltam que os líderes dessas organizações estão agora exercendo influência sobre comunidades inteiras, as quais, com eles, passam a ser coniventes.

Desse modo, a crescente expansão do crime organizado passa pelas populações marginalizadas, com esquemas de profissionalização onde já aparecem organização, serviços de informação e comunicação, e emprego de técnicas de guerrilha.

Tudo isso evidencia que o crime organizado cresce e tem aproveitado as fendas deixadas pela ausência do poder público e por sua incapacidade para prevenir o crime no seio dessas populações, permitindo que

lideranças criminosas sejam, para elas, verdadeiros benfeiteiros.

A rigor, essa estratégia de atuação é resultado do próprio processo histórico de formação da violência no Brasil. Ela recebeu a organização que hoje possui porque seus líderes foram usados pelo movimento subversivo, como frente de luta, com propósitos divisionistas. Um fato que constituiu verdadeiro marco na evolução do crime foi a convivência, na década de 60, num mesmo presídio, de criminosos comuns e presos políticos. Ali foi repassado o *know how* da guerrilha, que vem sendo utilizada cada vez com mais competência.

Marginalização social e conflito social

Não se pode restringir a análise da questão da marginalização social unicamente à violência urbana. Há que fazer-se, também, uma reflexão sobre o perigo que enseja a estabilidade social.

Sob essa ótica, a marginalização social tem provocado desigualdades que chegam a comprometer a integridade nacional. A presença do conflito vai se evidenciando na medida em que as populações marginalizadas passam a exigir condições de vida semelhantes às que, ao longo do processo histórico, foram alocadas para o restante da sociedade. Dentro do processo, essas populações vão se organizando e exercendo pressões cada vez mais intensas. Como o Estado não tem vontade política de se engajar em uma reforma social profunda e teme a implosão, passa à negociação, inclusive dos conceitos de justiça.

É o que está acontecendo com os chamados "sem terra" e "sem teto", em relação aos quais o Estado vem transformando ilegalidades em prevalências tuteladas,

desmontando, com isso, um dos pilares da sociedade nacional, que é o Estado de direito.

Evidentemente, o problema não se responde aí. Os grupos de marginalizados mais organizados vão se mobilizando e o Estado é pressionado ao atendimento a uma série de programas especiais ligados à concessão de benefícios, dentro de uma visão localizada e exclusivamente paternalista. Como, na verdade, o objetivo é unicamente manter válvulas de descompressão abertas, não há diretrizes, prioridades ou unicidades de esforços. Os resultados são diluídos e não alteram o quadro geral.

A opinião dos cientistas sociais reflete justamente a preocupação quanto ao direcionamento da crise na medida em que a manutenção desse clima de pacificação se faz ao custo de concessões cada vez maiores, beneficiando a poucos e localizados segmentos de marginalizados. A verdade é que tais benefícios servem apenas para aumentar o poder de pressão. E, como a demanda vinda desses grupos tornou-se uma espiral crescente e os resultados, obviamente, são paliativos, o conflito social já aparece no horizonte.

CAUSAS POLÍTICAS

O Estado brasileiro

Dentro da idéia de que os recursos disponíveis são insuficientes para os necessários projetos sociais, o Estado está negando investimentos capazes de oferecer um patamar aceitável à convivência social. Com isso, ele permite que a sociedade navegue por sua própria rota, com as elites virtualmente descompromissadas do problema e a massa de marginalizados aumentando dia-

a-dia.

A Constituição Federal, apesar de inelegível preocupação com a questão social, alberga aspectos negativos que afetam diretamente o esforço de modernização do Estado.

A tônica principal é que ela confere poderes ao Congresso sem atribuir-lhe responsabilidade alguma em relação à viabilidade governamental. Por outro lado, não há, no quadro político, maiorias estáveis capazes de dar sustentação a uma reforma social consistente.

O Estado abusa do poder regulador, quase sempre voltado para interesses cartoriais, porque há todo um estamento que privilegia imunidades de classe, tudo funcionando com base no velho conceito de oligarquias políticas.

Nos últimos quinze anos, o Estado transformou-se numa superestrutura com níveis tão elevados de burocacia, que a determinante de sua imagem é a amplitude desmedida de uma hipertrofia cartorial, ineficiente, paternalista com os poderosos, e significativamente corrupta. A completar, o funcionalismo público perdeu a noção da eficiência e, sentindo-se também marginalizado, usa das benesses constitucionais para reivindicar direitos e vantagens que não existem para os demais segmentos.

O cenário privilegia um quadro de descrença no governo, sentimentos de inconformismo e revolta, que só incentivam a violência.

O processo democrático

A democracia moderna impõe, ao Estado, de forma indelegável, o papel de promotor da justiça social. Esta, por sua vez, só pode ser alcançada com o desenvolvimento inte-

gral e participativo, e com a justa distribuição de rendas. Isso não está acontecendo. A democracia brasileira está abrindo mão do seu maior fator de eficiência, justamente sua capacidade de mobilizar forças e potencialidades para a obtenção de uma reforma social efetiva.

Em consequência, como apontou o professor Ricardo Velez Rodrigues, em pronunciamento na ESG, está havendo um crescente processo de desconfiança da sociedade nos pressupostos democráticos. O aspecto mais importante para nossa tese é que os valores democráticos estão deixando de sensibilizar, sobretudo, as populações marginalizadas, sem oportunidades sociais, e pelas quais o Estado só intervém com o seu poder repressor. A incapacidade, ou negligência, do Estado na promoção de seus direitos sociais faz, da polícia, a única visão disponível que elas têm do poder desse Estado.

O Coronel Jorge da Silva, da Policia Militar do Rio de Janeiro, em painel sobre a questão, na ESG, chamou a essa intervenção do Estado de violência institucional.

Pois bem, quanto maior a violência urbana provocada por grupos de marginais, tanto mais o Estado usa dessa violência institucional contra as populações urbanas marginalizadas, cujo resultado não pode ser outro senão o afastamento, cada vez maior, dessas populações do contexto social e aproximação dos líderes carismáticos, demagogos ou, principalmente, criminosos.

A Constituição Federal

No que se refere ao aspecto social, a Constituição foi inovadora. No entanto, não está sendo cumprida, por falta de regula-

mentação de inúmeros dos seus preceitos normativos. Há, inclusive, o risco de serem retirados da Constituição sem ter sido colocados na prática social.

Em relação a isso, Ministro Oscar Dias Corrêa reserva críticas à Constituição, preferindo achar que ela reflete o fisiologismo político do Congresso e que, na verdade, esses dispositivos sociais são realmente inexequíveis. Não deixa de ser uma verdade que a Constituição, embora tivesse dedicado um título para a Ordem Social, com capítulos relacionados à Seguridade Social, Educação, Família, Criança, Adolescente, Idoso e Índigena, não dotou o Estado dos instrumentos necessários para a sua operacionalização.

É também verdade que, ao mesmo tempo que privilegiou os indígenas, considerados minorias marginalizadas, não estendeu o mesmo tratamento às demais minorias.

Por outro lado, no conceito de salvaguardas dos direitos e garantias individuais, a Constituição Federal acabou inserindo dispositivos que, na verdade, têm beneficiado bandidos e delinqüentes. Preocupada com os direitos humanos, colocou sérios obstáculos a atuação da Justiça Criminal. Nesse contexto, para dar um exemplo, está a dificuldade imposta à justiça na missão da identificação criminal, algo cujos beneficiados são, via de regra, os próprios procurados pela lei.

Os partidos políticos

É uma verdade incontestável que os partidos políticos não possuem matrizes ideológicas diferenciadas por estratégias que definam projetos nacionais de desenvolvimento.

Não é difícil verificar, também, a total dissociação dos partidos com a vontade nacional. Se a organização partidária está longe das massas, está, cada vez mais próxima das élites.

Valmireh Chacon, em painel sobre o assunto, na ESG, em 1991, alertava que esse quadro revela a existência de uma rede de negociação com os centros do poder que impede a sua verticalização. Na mesma ocasião, o deputado Paes Landin afirmou que, exatamente por isso, as mudanças no poder marcam meras substituições de pessoas, não de estratégias políticas.

Verifica-se, assim, que o pluralismo partidário, única forma de a democracia chegar às massas, como ensinava José Guilherme Merquior, perdeu o sentido. Não há uma ideologia capaz de identificar e traduzir os anseios da Nação por mudanças políticas, via agremiação partidária.

Isso, evidentemente, fortalece a descrença na representatividade política, enfraquecendo a democracia. O efeito nas camadas mais pobres é demolidor, e abre caminho para outras formas de lideranças e influências, até aquelas com sentido messiânico.

CAUSAS PSICOSSOCIAIS

A questão demográfica

Interessa-nos, particularmente, verificar até que ponto a questão demográfica é fator interveniente para o estudo do quadro de marginalização social.

O que se pode constatar é que, apesar de os dados apresentarem melhor perspectiva

em relação às décadas passadas, o que, no conjunto, vem representar um alívio em relação ao perigo da explosão demográfica, essa vantagem não pode ser transferida para os núcleos de população marginais.

De acordo com *O Brasil em Dados*,⁴ o ritmo de crescimento da população brasileira diminuiu, o que tem relação com a queda detectada na taxa de fecundidade das mulheres brasileiras nas últimas décadas. Enquanto, na década de 60, a taxa média era de 6 filhos por família, na década de 70 reduziu-se para 4 e, na de 80, caiu para menos de 3 filhos. O problema é que essa média reflete o desempenho das camadas chamadas socializadas. Não reflete a realidade das camadas pobres e marginalizadas. É sabido ainda que, em determinadas regiões brasileiras, há incentivo à prática da esterilização de mulheres das camadas mais pobres. Talvez por isso a média não tenha se mostrado tão elevada.

José Maria Rabello, no artigo "Raízes da Violência", no *Jornal do Brasil*, analisa o fator demográfico nas populações marginalizadas para concluir que, realmente, ali ainda perdura a maternidade irresponsável e os estímulos culturais à procriação.

Apesar de alguns cientistas sociais condenarem os programas de contenção demográfica por parte do governo, sob a alegação da existência de vastos territórios a serem ainda ocupados, é preciso verificar que a taxa de crescimento brasileira, em torno de 1,8%, é ainda alta, para padrões europeus e norte-americanos. Além disso, não há como conceber uma política nacional para populações marginalizadas se elas continuarem com crescimento vegetativo

4. V.2/93 da IBGE.

5. Censo de 1991.

descontrolado.

O Brasil é um país de jovens, e o gerenciamento do contingente populacional não pode prejudicar o objetivo da integração do seu território. Mas um mínimo de controle é necessário para proporcionar exequibilidade aos programas sociais. A justa medida parece ser a conscientização da paternidade responsável.

A educação

A observação que nos cumpre fazer, em relação à educação, é que o modelo padronizado para a sociedade não se adapta às características e as peculiaridades dos segmentos carentes, que compõem a marginalização social.

Não chega a causar admiração o fato de, nesses núcleos, o analfabetismo e a evasão escolar atingirem níveis alarmantes em relação ao restante do País. A concepção do ensino praticado é a grande causa. Ela não atende às necessidades dos educandos. O núcleo do sistema não pode ser centrado na preocupação com o ensino fundamental, dividido em graus e séries, nem o conteúdo programático pode abordar questões genéricas. Não funciona. É preciso vinculá-lo ao local, às necessidades do grupo e à formação profissional. Pelo menos assim consideram os especialistas no problema. E mais, a concepção do ensino precisa prestigiar idéias simples e caseiras, o que não vem acontecendo.

Em relação às massas pobres, é necessário, pois, a implantação de um sistema diretamente voltado ao acesso ao mercado de trabalho, dando condições ao aproveita-

mento de crianças, a partir dos 14 anos, pelo comércio, serviços e indústrias locais.

A saúde

De acordo com dados da *Veja* (18.8.93), dos sete mil hospitais existentes no País, cinco mil são particulares, logicamente orientados pela lei de mercado. E mais, nos últimos 15 anos, as instituições filantrópicas e benfeitoras fecharam 200 leitos, enquanto as entidades particulares abriram 800.

Esse quadro dá bem a idéia da questão do acesso das populações marginalizadas ao atendimento médico e permite levantar pelo menos duas questões básicas. A primeira é a constatação de que, apesar de a Constituição Federal atribuir ao Estado o dever de garantir o direito dos brasileiros à saúde,⁶ a medicina brasileira está se privatizando e, logicamente, fechando suas portas àquelas populações. A segunda é a de que o sistema único de saúde, também prevista na Constituição Federal,⁷ ainda não saiu do papel.

Segundo um ex-ministro da Saúde, o Brasil não tem um plano de saúde, mas de doença. Parece-nos que a solução passa por esse entendimento, e consiste no deslocamento da preocupação central, dos hospitais, para os postos de serviços ambulatoriais. Sair da medicina curativa para a preventiva. Talvez esteja aí a porta para um programa de abordagem que envolvesse as populações marginalizadas.

Advoga-se, também, o retorno do clínico geral, do médico rural e da periferia. Os postos de saúde avançados, espalhados por

6. CF Art 196.

7. CF Art 198, § Único.

todas as comunidades, sobretudo as mais carentes, irão oferecer melhor proteção à saúde e barreiras salutares aos hospitais.

A metropolização da pobreza

Estatísticas recentes, revelam que o Brasil possui entre 35 a 40 milhões de pessoas, ou 10 milhões de famílias, na condição de pobreza quase absoluta. Significa dizer que, em cada 10 brasileiros, 3 são muito pobres — um dos piores desempenhos entre os países do Terceiro Mundo. E o pior é que a tendência é esse contingente continuar crescendo, porque as políticas na área social têm-se mostrado incapazes de refrear-a.

Estudos de H.C. Tolosa, do IPEA,⁸ apontam uma nova tendência para o problema, cuja análise interessa de perto ao estudo da marginalização social. Ele revela o significativo crescimento de pobres nas regiões metropolitanas. No total, as grandes cidades reúnem, hoje, quase 9 milhões de pessoas em pobreza quase absoluta, ou seja, 27% do total dos pobres urbanos e 13% do total de pobres no Brasil.

O professor Tolosa denomina esse fenômeno de "metropolização da pobreza" e diz revestir-se de grande significação política. Pela ótica das relações sociais, o residente na grande cidade depende pouco dos vínculos comunitários representados pela família, vizinhos e igreja. Nessas condições, a concentração da pobreza nas metrópoles passa a ser fator preponderante da violência, porque ali, o homem tende a ser isolado e revoltado.

O professor Hélio Jaguaribe afirma, de forma muito direta, que a pobreza de exten-

sas camadas populacionais é a causa preponderante da insegurança e da violência na sociedade brasileira.

Podemos acrescentar que a concentração da pobreza nas metrópoles é também um fator de risco de convulsões sociais, e as consequências políticas dessa situação são imprevisíveis.

O fenômeno do favelamento

Segundo dados apresentados pelo *O Estado de São Paulo* (19.8.93), somente nas 26 capitais estaduais vivem, aproximadamente, 20 milhões de brasileiros que dividem o espaço de cinco mil favelas. Representa algo próximo a 10% da população do Brasil.

Nada melhor para mostrar a realidade das causas da violência urbana. O número de favelados brasileiros é maior que a população total de 13 países europeus e é igual a seis vezes a dos Uruguai. Pior ainda, essas favelas são, na sua maioria, irremovíveis. Como, por exemplo, remover a Rocinha com mais de 300 mil habitantes?

O relatório revela que São Paulo é a capital que tem o maior número de favelados e de favelas. São 4,5 milhões de pessoas espalhadas em 1.8 mil favelas de 38 municípios de Grande São Paulo, o que representa quase 40% do total dos paulistanos. Em seguida, o relatório indica o Rio que apresenta 2,6 milhões de habitantes em 800 favelas. Em terceiro, Porto Alegre com quase 900 mil favelados em 300 favelas, seguida de Salvador com 500 mil pessoas em 300 núcleos de favelados e, depois, Belém e Goiânia, respectivamente, com 400 mil e 200 mil favelados.

(8) Resultados confirmados por recentes dados do IBGE.

Em relação à população, a capital brasileira com maior percentual de residentes em favelas é Recife com 43% de sua população favelada.

Esses dados, logicamente, demonstram a queda do poder aquisitivo da população pobre e, de maneira direta, explica também o fenômeno da metropolização da pobreza, como nos informa o professor Tolosa.

A confirmar esses dados, a geógrafa Helena Balassiano, do IBGE, informa que, no cômputo geral, 2,9% dos domicílios brasileiros estão nas favelas e que o fenômeno é estimulado pela aceleração da queda da renda per capita. Nos últimos dez anos, foi possível registrar uma queda de 5,3% na renda dessas famílias.

Pelas condições de habitabilidade dos barracos das favelas, construídos em terrenos de propriedade alheia, dispostos desordenadamente, densamente povoados e na sua esmagadora maioria carentes dos serviços públicos essenciais, é possível ter-se uma idéia do confronto que tal situação representa para a sociedade.

A questão fundiária

A situação fundiária no Brasil é o reflexo mais evidente dos descaminhos do processo de colonização. Na década de 70, estimulando o povoamento, sobretudo do norte e do centro-oeste, com incentivo à compra de terras, o governo permitiu a formação de enormes propriedades em compromisso com a exploração agrícola. Hoje, os indicadores são alarmantes. Os 100 maiores latifundiários do Brasil, todos naquela área, controlam terras equivalentes a 2,5 milhões de pequenas propriedades.

Embora o IBGE, com dados de 80, afirme que o Brasil possui 25 milhões de

hectares de terras agricultáveis abandonadas, o que representa menos de 7% do total das terras aproveitadas, várias entidades ligadas ao assunto admitem que esse total supera 150 milhões de hectares, algo que poderia aumentar a fronteira agrícola em até 40%.

A concentração de renda no campo também é grave. Segundo o Centro de Estudos e Planejamento da América Latina, existe, no Brasil, cerca de 15 milhões de trabalhadores na Agricultura, dos quais 2,2 milhões não recebem remuneração alguma e 8,2 milhões ganham até um salário mínimo.

Com essa estrutura não é difícil entender a violência.

Tem-se registro de, pelo menos, 1.300 conflitos, envolvendo aproximadamente 250 mil famílias e 15 milhões de hectares. A confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura recentemente denunciou que, nos últimos dois anos, houve 65 assassinatos, além de mais de 200 casos de agressões contra trabalhadores rurais e suas lideranças.

A luta pela terra é responsável pela violência, sob a forma de assassinatos, despejos arbitrários, ameaças, e seqüestros de trabalhadores. A impunidade dos executores e mandantes é fator preponderante dessa escalada. Mas é preciso também dizer que as invasões ensejam toda uma série de violência, praticada quase sempre por indivíduos estranhos ao meio rural, integrantes de organizações que apostam no conflito social.

Bem se vê a gravidade do problema, cuja solução é a reforma agrária, única forma de erradicar o conflito no campo. No entanto, junto com ela, três questões precisam ser analisadas. Primeiro, a incapacidade

de gerenciamento do governo, que faz com que a reforma agrária se perca num emaranhado burocrático. Segundo, a ausência de uma Justiça Agrária, com capacidade de resolver os problemas agrários com rapidez. Por último, é preciso garantir, ao assentado, condições de iniciar a produção e comercialização, assegurando-lhe créditos e assistência técnica.

A influência dos meios de comunicação social

Artigo assinado pelo Cardeal Arcebispo de Salvador, Dom Lucas Moreira Neves, sob o título "J'Accuse", alerta a sociedade que a televisão brasileira vem descumprindo, sistematicamente, as funções pelas quais obteve concessão do Governo para informar, educar, formar consciência e divertir.

O cardeal acusa a televisão de instigar à violência e diz que, ávida somente nos pontos de IBOPE e no faturamento, ela não hesita em apelar para os instintos mais baixos do homem, cometendo o pecado mais grave de deturpar a educação e criar falsos valores, descompromissados com a ética social.

Muito pouco há o que acrescentar. Na verdade, a imprensa é a grande responsável por essa síndrome de violência urbana, gerada pela divulgação maciça de crimes ocorridos nas metrópoles e que é transportada, indistintamente, para os pontos mais distantes do território nacional. Todo o Brasil passa a viver, solidariamente, o mesmo clima de insegurança vivido pelos grandes centros, sob o efeito da ilusão, da utopia, que é a sensação de estar no local onde o fato realmente aconteceu. Evidente-

mente, isso é uma constatação que pode ser atribuída a psicólogos e psiquiatras e que expressa uma verdade factual.

No entanto, o mais grave dos pontos de influência negativa, também enfatizado pelo artigo do Cardeal-Arcebispo de Salvador, refere-se ao efeito sobre os valores morais e éticos. A televisão está transformando os líderes criminosos e os chefes das quadrilhas organizadas em exemplos de sucesso. Em relação a isso, ela serve como ação de proselitismo do crime, ajudando os marginais a aliciar agentes entre as populações pobres e marginalizadas.

O líder do Governo no Senado propôs, recentemente, uma ampla discussão sobre a "Violência na TV", reconhecendo que os programas não estão obedecendo a critério algum, e que os parâmetros do Código de Ética da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão são inócuos.⁹

O problema do menor

O articulista Jânio de Freitas, da *Folha de São Paulo*, ao analisar o problema do menor de rua, lembra que ele não é diferente dos milhares que vivem nos cortiços e favelas imundas, os quais, nem por isso, têm o apoio dos movimentos de proteção ou a atenção das entidades internacionais. Não são nem mais pobres e nem menos perigosos, quando delinqüem.

Na análise, não deixa de assinalar que, com freqüência, o menino de rua, tão românticamente protegido, é o assaltante, o componente de um dentre tantos bandos de marginais que criam a insegurança nas ruas, nos carros, nas lojas, nas casas, nos edifícios, enfim na vida do cidadão de bem.

Colocada a questão sob essa dimensão, fica mais fácil analisá-la sob o enfoque da violência urbana. Não se pode esquecer, como bem anota o articulista, que o fenômeno é resultante de outro maior, a miséria do povo, mas que, nem por isso, pode deixar de ser tratado de forma individualizada. Assim, mesmo considerando esses menores como os fugitivos da fome, e que ingressam pela porta da criminalidade como a única que lhe está aberta, não se pode fugir à constatação de que representam uma ameaça à segurança dos cidadãos e precisam ser tratados, também, como integrantes do fenômeno da violência urbana.

Recolher os menores de rua, eis a solução governamental. Mas, para onde?

O Estatuto da Criança e do Adolescente foi um avanço social imensurável, mas como colocá-lo em prática se ele foi concebido para uma realidade que nada tem a ver com o Brasil de hoje. Muitos, não sem razão, o consideram "o evangelho da impunidade", ao conferir, na prática, uma irresponsabilidade total ao menor infrator, numa visão distorcida da realidade brasileira.

A juiza Conceição A. Mousnier, em painel sobre o assunto, na ESG, definiu o menor de rua como a expressão do lado *dark* da vida social, fruto das nossas próprias mazelas, resultante da triade fome, miséria e falta de saúde. O problema é que o fenômeno aparece, também, como um dos sintomas mais evidentes dessa patologia social e, independente das causas etiológicas, precisa ser atacado de frente, com soluções prontas, eficazes e imediatas.

O Estatuto simplesmente transforma a polícia no maior serviço de assistência social do País. Sua aplicação deixa claro que muito pouco existe antecendendo o trabalho

da polícia e muito menos após o atendimento, ficando esta isolada num conflito que tem, de um lado, as instituições públicas e privadas, que apresentam solidariedade pesarosa, mas tardia, e, de outro, a sociedade, que é a grande vítima da violência praticada pelas gangues de rua.

A realidade é que aproximadamente 30% das ocorrências policiais registradas nas capitais envolvem menores, e destes, pelo menos 70% são reincidentes muitas vezes.

Algo que não se pode negar é que existe o sentimento de impunidade entre os menores, que já dispõem de discernimento suficiente para avaliar seus atos e que utilizam a menoridade como escudo de proteção contra a justiça. Essa impunidade estimula-os a cometer todo o tipo de violência.

A legislação penal

Há necessidade de uma revisão apurada da legislação penal, de modo a fazê-la mais eficiente em relação ao fenômeno da violência urbana.

Pelo menos, esta é a intenção do Ministério da Justiça, que deseja fazer chegar ao Congresso Nacional, até dezembro de 1994, uma reforma da legislação na seara penal. Duas comissões integradas por especialistas e eminentes juristas foram constituídas, com o objetivo de atualizar e reformar o Código Penal e o Código de Processo Penal, a fim de adaptá-los às atuais características e particularidades da sociedade brasileira. Nessa mesma direção, vai ser instituída, no âmbito do Ministério da Justiça, outra comissão, com vistas à reforma da Lei de Execução Penal, a completar o círculo de revisão dos textos legais, indispensáveis

para a efetiva modernização do complexo criminal brasileiro.

Quanto ao Código Penal, desde o inicio de sua vigência, em 1940, segmentos do mundo jurídico reclamam a necessidade de reformá-lo, a fim de emendar-lhe erros e falhas. Hoje, essas idéias mais se justificam, com a preocupação dos estudiosos no campo da ciência penal em adaptá-lo às ideias dominantes no aspecto da criminologia, bem como, ampliar-lhe os quadros existentes, fazendo-o contemplar novas figuras delitivas trazidas à baila pela realidade da vida social.

É concebido que a nossa legislação penal precisa substituir a política de transação e conciliação, que historicamente vem adotando, por uma mais extremada, que responda com mais eficiência ao problema da violência urbana.

A revisão da Lei Processual Penal deverá dar ênfase aos ideais de uma justiça rápida, onde prevaleçam, sempre que possível, a oralidade, simplicidade, informalidade, economia processual e a celeridade.¹⁰

Dentro dessa linha, a reforma da Lei de Execução Penal deverá retirar-lhe o caráter excessivamente liberal. Uma série de institutos legais que, hoje, facilitam em demasia a iniciação do regime semi-aberto e do livramento condicional serão revistos, conforme decidiu a última reunião do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, com o Ministro da Justiça.

Evidentemente, o problema da violência a partir da marginalização social não pode ser equacionado, unicamente, com a atualização da legislação. Não basta mudar

as leis. No entanto, não se pode deixar de reconhecer que a falta de conexão da legislação penal com a realidade é uma trilha aberta para a violência, balizando a impunidade.

O sistema criminal

Hélio Janny Teixeira, da Fundação do Instituto de Administração da Universidade de São Paulo, em artigo para a *Gazeta Mercantil*, fala que, ao longo do sistema de persecução criminal, existe verdadeiro funil que retém as ações da justiça, e que isso é uma das causas da violência urbana, porque as ocorrências policiais não se transformam em inquéritos que, por sua vez, não se convertem em processos, os quais não chegam a resultar em sentenças.

Isso é uma verdade. Há distorções em cada uma das etapas que comprometem a ação da justiça como um todo.

Deparamos, diariamente, com criminosos que, se tivessem passado pelo ciclo completo, estariam sentenciados e presos.

No entanto, estão em liberdade. Do mesmo modo, sabe-se que grande parte dos crimes é cometida por indivíduos com antecedentes criminais, e que não chegam a cumprir penas.

A causa maior dessas distorções é, sem dúvida, a sobrecarga existente nas diversas etapas do sistema.

O aumento do número das ocorrências policiais atendidas pela Polícia Militar acaba congestionando os trabalhos da Polícia Civil, responsável pela feitura dos inquéritos policiais. Essa pressão sobre as agências de polícia tende a se transmitir, em cadeia,

10. Palavras do professor e reconhecido criminalista paranaense, René Ariel Dott, um dos convidados pelo Ministro da Justiça para integrar a Comissão de Revisão da Legislação.

pára as agências judiciárias, sob a forma de processos que lotam as prateleiras dos cartórios criminais.

Mas, o problema da sobrecarga não é o único responsável pelas repetidas demonstrações de ineficiência do sistema.

A falta de mais aprofundada harmonia entre as partes componentes, Polícia, Ministério Público e Justiça Criminal, cada uma delas procurando autonomia, fragmenta o sistema e instaura conflitos que só concorrem para a ineficiência geral.

Outro ponto é a excessiva formalização do processo.

O Ministro Francisco de Assis Toledo, do Superior Tribunal de Justiça, em trabalho, sob o título "O Papel de Sistema Judiciário na Prevenção do Crime", reconhece que a ação penal percorre um caminho cuja complexidade acaba por gerar uma sentença tardia e já fora de propósito. Refere-se o Ministro, não só às interrupções normais que o sistema impõe, decorrentes da passagem de um setor para outro dentro do sistema, mas, também, às interrupções legalmente previstas, sob forma de recursos, forçados por aqueles a quem interessa a procrastinação da ação judicial.

São realidades fáticas, por si só geradoras de sentimento de revolta das vítimas e ensejadora de novas violências. Afinal, justiça tardia não é justiça.

O sistema penitenciário

O sistema penitenciário brasileiro está em situação de quase falência. A escassez de recursos e a ociosidade dos detentos têm levado a direção dos estabelecimentos pe-

nais; no Brasil inteiro, a enfrentar um rosário de rebeliões.

São, aproximadamente, 130 mil presidiários, que ocupam espaços projetados para, no máximo, 50 mil, onde a promiscuidade promove toda sorte de contaminação. Com esse cenário, não chega a causar surpresa que o índice de reincidência chegue a 85%.

A completar o quadro, há, pelo menos, 345 mil mandados de prisão a serem cumpridos e, pelo menos, 250 mil pessoas sendo, hoje, processadas criminalmente.

Pelos dados apresentados pelo Ministro da Justiça, na última reunião do Conselho Nacional Penitenciário, o Brasil precisa de 250 novas penitenciárias, dentro do padrão da ONU, com um máximo de 700 detentos, a um custo unitário de 15 milhões de dólares.

Sem dúvida, a solução do problema passa pela vontade política de investir no sistema, e pela indispensável participação efetiva da sociedade.

É verdade que o Brasil, quase 200 anos após o grito humanitário de Beccaria,¹¹ amarga ainda o malogro da prisão como veículo reformador do delinquente. No entanto, a dificuldade de se construir cadeias humanizadas não pode ser motivo para a simples redução da população carcerária, com base na descriminalização e despenalização de condutas passíveis de repressão, porque seria um preço alto demais para a sociedade.

A marginalização social e o sistema criminal

A análise do conjunto do sistema crimi-

11. *Dos Delitos e das Penas*, 1764.

nal não restaria completa se não se estabelecesse o peso específico das camadas marginalizadas no sistema.

Documento do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária, recentemente divulgado, dá uma idéia clara do lado cruel da questão: 95% dos detentos são absolutamente pobres, 78% analfabetos e 70% negros.

A questão é que as camadas pobres marginalizadas são as que delinquem mais e sofrem, preponderantemente, mais condenações.

O problema da delinquência encontra, evidentemente, explicação na falta das oportunidades sociais e aos apelos à criminalidade. Quanto às condenações, têm tudo a ver com a fisionomia do próprio sistema.

Em primeiro lugar, pode-se dizer que os réus oriundos das camadas pobres são menos assistidos juridicamente. Apesar de a Constituição Federal ter instituída a Defensoria Pública,¹² na realidade ela ainda não foi implantada. Na maioria dos Estados, o juiz designa defensores dativos de uma lista preparada pela Ordem dos Advogados. Evidentemente, trata-se de defesa insípiente e absolutamente precária. O Judiciário cumpre o seu papel ao promover a designação do defensor, mas não lhe é possível supervisionar a qualidade do trabalho profissional. A responsabilidade é da Ordem dos Advogados do Brasil que, infelizmente, ainda não está preocupada com isso.

Mas o quadro não se fecha aí.

O instituto da fiança guarda aspectos discriminatórios. A absoluta maioria dos detentos não tem condições de pagar sequer a multa mínima. Na vida carcerária, o grau

de instrução do apenado vai diferenciá-lo. Os que possuem nível superior, logicamente, vão constituir uma categoria com regalias que os demais não possuem.

Dentro desse quadro, a revisão da legislação penal apresenta-se como resposta à pressão da sociedade aos delitos praticados pelas camadas marginalizadas. Segue, evidentemente, um raciocínio de proteção que atende mais aos direitos individuais das classes integradas ao processo social, que aos direitos sociais de todos.

Não sem motivo, Manuel Lopes Rey chama a atenção para esse enfoque, no seu entender, resposta das classes dominadoras para a preservação do *status* e dos valores aceitos. Aparece então a dicotomia entre os direitos individuais da sociedade e os direitos sociais das categorias menos privilegiadas.

CAUSAS ECONÔMICAS

A questão da concentração de renda

O Brasil tem despertado para uma dura realidade. O padrão de desenvolvimento, até aqui, adotado conduziu-o a um modelo que é dos mais concentradores de renda do mundo. E a tendência aponta para a continuação do processo concentrador, com todas as previsíveis consequências sociais.

O Brasil rico distancia-se do pobre na mesma proporção que separa a Suíça, a Bélgica, EUA e Japão, com renda per capita em torno de US\$25.000, da Somália, Bangladesh ou Gâmbia, com US\$25 em média. Pode-se dizer que, aqui, a situação é ainda pior. Enquanto nesses países pobres os mais pobres ficam com até 20% da renda

12. Art. 134.

nacional, no Brasil os pobres não recebem mais do que 4% dela.

E mais, os dados acima apresentados, do IBGE, guardam uma média perversa porque retratam um índice que foi atraído pelo extremo. Na verdade, encontramos na sociedade brasileira pelo menos 15% que vivem com menos de US\$50 anuais. Evidentemente, compõem famílias com carência nutricional agudas, sem condições de assumir quaisquer ônus relativos à saúde e vem engrossar os contingentes migratórios que, em sucessivas ondas, se dirigem para os centros urbanos.

A questão do desemprego

Apesar de momentaneamente estabilizado, o índice de desemprego é ainda muito alto para as condições brasileiras e aparece como um fator preponderante na formação das ondas sucessivas de marginalizados.

No contexto de uma recessão que já dura cinco anos, o índice de desemprego nas capitais, de acordo com dados da Confederação Nacional da Indústria (CNI), corresponde a 14,4% da população economicamente ativa (PEA), o que representa dizer, um enorme contingente que não está integrado no processo produtivo oficial e que parte para qualquer tipo de ocupação, inclusive a contravenção.

Dados contidos em artigo específico de

O Globo (19.1.93) nos dão conta que, somente em São Paulo, perambulam pelas ruas a procura de emprego, ou de algum tipo de ocupação, pelo menos 1 milhão de pessoas, cujo perfil revela terem entre 25 e 39 anos, serem casados, com pelo menos 03 filhos.

O problema do desemprego atinge de frente a sociedade e afeta o nível de violência, tanto pelo seu lado financeiro, como pelo seu aspecto psicológico. A psicanalista Maria da Graça Ivo,¹³ analisa esse enfoque. Diz ela que, antes de tudo, o desemprego é sentido como punição social. Representa dizer, além do fracasso de não ter conseguido se manter no emprego, ou não ser capaz de obtê-lo, o desempregado considera-se traído e cria um adversário contra o qual não pode lutar.

Muitos ainda tentam conservar o respeito e o *status* adquiridos numa sociedade que vangloria as pessoas produtivas e encara o emprego como obrigação social. Outros adquirem o sentimento de impotência e de inutilidade. Uns e outros, de acordo com a psicanalista, sentem-se solitários e abandonados.

Com esse quadro psicológico, considerado na dimensão da realidade das massas pobres, onde o problema de sobrevivência é, obviamente, muito mais urgente e até desesperador, tem-se o ingrediente da marginalidade e da violência urbana.

NOTA DA REDAÇÃO

O trabalho apresenta, ainda, uma visão prospectiva do cenário perceptivo para os próximos 5 anos, caso não haja interferência de fatos modificadores de tendências, consubstanciados em políticas e estratégias eficazes. Propõe, em seguida, estratégias para políticas de fixação do homem no campo, de melhoria da qualidade de vida das populações carentes, de contenção das populações marginalizadas, para o menor carente, para o ensino e para a segurança pública, consideradas à luz da análise realizada. Conclui realçando a gravidade do problema da violência, afirmando que a presença das populações marginalizadas alimenta com força e vigor imbatíveis, e que a solução existe e passa, necessariamente, pela parceria entre o Governo e a sociedade.

13. Citada por Pascale Pfann, no artigo *Desemprego Gera Conflito de Emoções* (*Jornal do Brasil*, 23/04/91).



LIVROS

As Controvérsias sobre a Revolução Federalista de 1893 no Rio Grande do Sul

A República no Rio Grande detonou uma disputa radical e feroz pelo poder que desaguou na Revolução de 1893, entre civis maragatos (federalistas), partidários de Silveira Martins e republicanos (pica-paus), partidários de Júlio de Castilhos. Ela vem sendo consagrada como a *Revolução de Bárbaros, Maldita e da Degola*, pela violência que a caracterizou e que foi extremada nos massacres federalista, de Rio Negro, e republicano, de Boi Preto. Liderados, respectivamente, pelos civis General honrário Joca Tavares e Coronel Firmino de Paula, nos quais foram fuzilados ou degolados, inermes, cerca de 300 homens em cada massacre.

Após 25 anos da Paz de Pelotas, a Livraria do Globo, em Porto Alegre publicou o trabalho *Apontamentos sobre a Revolução Rio Grandense de 1893* e a resposta a ele *O Coronel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar*, da lavra respectiva do Dr. Wenceslau Escobar, ex-militante federalista, e do Marechal João Cézar Sampaio, que na revolução cumpriu diversas missões de guerra pelo Exército, inclusive a organização e comando da Divisão do Sul que libertou Bagé, em 8 de janeiro de 1894, após 46 dias de sitiamento por federalistas ao comando do General

Joca Tavares.

São dois importantes depoimentos sobre o período em tela, semelhantes a dois irmão xifópagos que não podem ser lidos separados pelo leitor e historiador contemporâneos interessados em procurar a verdade, sobre tão cruel guerra civil, como instrumento da justiça na voz da História.

Não é porém o que vem acontecendo. A obra do Dr. Wenceslau é fácil de encontrarse, depois de reeditada, isoladamente, por uma Universidade da República, a de Brasília. O mesmo não ocorreu com aquela de quem na época, defendeu de armas na mão a República então consolidada.

O Marechal Sampaio assim justificou sua resposta ao Dr. Wenceslau:

"Aos federalistas e ex-revolucionários entre os quais conto com afeiçoados e amigos, antecipadamente peço desculpas pelas desagradáveis referências que eu venha a fazer. Atentem que a isto fui arrastado por essa inopauta, inconvenienteíssima antipatriótica, inepta e torpemente caluniosa publicação."

Olivro do Marechal Sampaio é raríssimo. Não é encontrado em nenhum sebo em Porto Alegre, ao contrário dos *Apontamentos*. Atualmente no Exército é raro. Só existe um exemplar velho e solitário, na Biblioteca do Exército, ao lado dos *Apontamentos*, em cuja margem o reorganizador da instituição, General Valetim Benício, fez coro às restrições a obra que assim chamou, no seu exemplar doado

áquela casa: *Apontamentos (falsos) sobre a revolução rio-grandense de 1893.*

Penso na tristeza do Marechal Sampaio, lá no alto. Após bem cumprir missões constitucionais por ordem superior, no comando de forças do Exército, por ausência, desconhecimento e desinteresse de seu livro por quem deveria promovê-lo, ver o livro que rebateu ser usado como bíblia, sem a devida crítica histórica quanto a fidedignidade, e servir de instrumento para perpetuar injustiças contra ele e outros chefes do Exército, por manipulação da História.

Deve lamentar, igualmente, o soldado Sampaio, que seu livro não esteja disponível em nossas escolas militares para que seus alunos colham nele as amargas lições de seu comando da Divisão do Sul, que libertou Bagé do rigoroso sítio federalista há um século atrás, em de janeiro de 1894 — lições preciosas e reais de Segurança Interna, conforme ele registra com minúcias e que possuem grande atualidade e valor. Como definiu o marechal Foch :

"Para alimentar o cérebro de um exército na paz para melhor prepará-lo para a eventualidade indesejável de uma guerra, não existe livro mais fecundo em meditações do que o da História Militar." *O Coronel Sampaio e os apontamentos do Dr. Wenceslau Escobar* (esgotado) enquadra-se nesse pensamento como uma luva. Constatar o seu valor profissional militar e os valiosos ensinamentos táticos que sua obra contém pode ser facilmente verificado pelos soldados do Exército de hoje. Durante a revolução, o Coronel Sampaio comandou o 29º BI, de Pelotas e as guarnições de Pelotas e Rio Grande. Após, participou da 4ª Expedição a Canudos, ao lado dos grandes chefes de Infantaria do Exército que haviam combatido a Revolução de 1893, como Arthur Oscar e seu irmão Carlos Eugênio, Carlos Telles, Claudio

Savaget, Thompson Flores e outros bravos.

Cel Cláudio Moreira Bento

Sócio efetivo do IHGB e sócio benemerito do IGHMB

Os Soldados Mercenários do Imperador D. Pedro I (1824-31)

O Coronel Juvêncio S. Lemos, fruto de um grande esforço de pesquisa, de cerca de 15 anos, vem de lançar *Os Mercenários do Imperador* (P. Alegre, Liv. Panorâmica, 1993). A obra focaliza os 4 Batalhões de Estrangeiros que atuaram no Brasil, de 1824 a 1831, com as denominações de 2º a 3º de Granadeiros e 27º e 28º de Caçadores, à base de mercenários irlandeses e alemães contratados por D. Pedro I, para compensar a falta das tropas de Portugal, após a Independência.

O autor acompanhou, com detalhes, a vida dessas unidades no Brasil e se deteve minuciosamente e, pela primeira vez, no resgate da história da sangrenta Revolta dos Granadeiros, no Rio, de 9 a 13 de junho de 1828, quando a cidade se encontrava desguarnecida de suas tropas tradicionais, que operavam então no Sul do País, no final da Guerra Cisplatina. Revoltou-se o 2º de Granadeiros no seu quartel, em São Cristóvão, seguido do 3º, no atual Palácio Duque de Caxias (PDC), desde então quartel general (QG) também da atual 1ª Região Militar, ao comando do Brigadeiro Thomaz Joaquim Pereira Valente, Conde do Rio Pardo. Não os acompanhou o 28º de Caçadores alemães, aquartelado na Praia Vermelha. A rebelião foi contida a duras penas pelo Conde do Rio Pardo, com auxílio do povo, de escravos e da

pequena tropa do Exército disponível.

O estopim da revolta foi o castigo que o Major Drago, brasileiro, subcomandante do 2º de Granadeiros impôs, injustamente, a um mercenário alemão, na forma de chibatadas em público.

O Conde do Rio Pardo comandou pessoalmente a ação, em 13 de junho, a qual confinou os Granadeiros do 3º no atual PDC, também o seu QG, e de onde conseguira sair espetacularmente para liderar a reação à revolta. Esse combate, que teve por cenário a Praça da República, custou a vida de 4 atacantes, além de 10 feridos, a de 23 revoltosos, além de 50 feridos.

Os revoltosos foram presos sob a atenta supervisão do Brigadeiro Lima e Silva, pai de Caxias. Os oficiais foram recolhidos à fortaleza de Santa Cruz e as praças a presigangas, prisões em embarcações velhas, na Baía de Guanabara.

Os irlandeses, em número de 1358, inclusive mulheres e crianças, sob proteção inglesa, deixaram o Brasil, impunes com destino a Cork.

Os demais corpos foram sendo dissolvidos e, no inicio de 1831, não restava nenhum mercenário no Exército. Desmobilizados cri-

aram problemas em diversos locais, à semelhança do que aconteceu nos EUA com veteranos do Vietnã pela dificuldade de reintegração a atividades de paz.

O 27º de Caçadores se destacou em Passo do Rosário, em 1827, e nele serviram soldados alemães mercenários, pais do Marechal Bernardino Bormman, ex-chefe do Estado-Maior do Exército e biógrafo de Caxias e do Barão de Tefé, herói naval da Batalha do Riachuelo.

A tradição do Batalhão de Polícia do Exército de, por algum tempo, recrutar soldados de origem alemã, em Santa Catarina, possui suas raízes nos mercenários alemães que naquela época guardavam o Imperador.

O Coronel Lemos deu uma expressiva e inédita contribuição à História da Imigração e à História Militar do Brasil, ao resgatar e preservar a História dos Granadeiros e Caçadores estrangeiros em nosso Exército, cujos nomes relacionou, ao final de sua obra:

Cel Cláudio Moreira Bento
Sócio efetivo do IHGB e sócio benemérito
do ICGBM



INFORMAÇÕES

1994—Ano do Jubileu da AMAN em Resende

O ano de 1994 está sendo dedicado às comemorações do jubileu de ouro da AMAN, assinalado, entre outras, pelas seguintes efemérides: 1º de março, instalação da Academia; 20 de março, inicio das atividades de ensino militar; e 10 de novembro, sua inauguração oficial, que contou com tocante participação da comunidade resedense. Na ocasião, as senhoras de Resende lhe ofereceram um artístico Estandarte do Corpo de Cadetes (CC) enquanto a indústria, o comércio e a agropecuária local ofereceram-lhe uma belíssima Bandeira do Brasil, com a qual foi inaugurado o grande mastro, na praça fronteira à Academia.

Ao doarem o Estandarte do CC as senhoras resedenses reeditaram gesto de suas bisavós, 90 anos atrás, no ato de entrega da Bandeira do Brasil ao contingente de 250 resedenses Voluntários da Pátria, por ocasião de sua despedida para lutar na guerra contra o Paraguai.

O Coronel Mário Travassos, ao instalar a AMAN, assim registrou no Boletim Interno nº 1, de 1º de março de 1944: "É preciso que as massas de concreto armado e revestimento de mármore da (Academia) criem alma e falem hoje e sempre do grande momento em que, definitivamente, a filosofia de formação dos oficiais do Exército foi consolidada de forma a marcar época."

O sonho da AMAN

Vitoriosa a Revolução de 30, colocado no comando da Escola Militar, no Rio, o Coronel José Pessoa, oficial de escolta que, com tenente, combatera na Iª Guerra Mundial, na cavalaria francesa, onde foi promovido por bravura. Foi ele o idealizador da AMAN, o maior sonho de sua vida, conforme declarou ao passar seu último dia no serviço ativo em convívio com os cadetes de Resende.

Em 1931, a revista *Granja*, comemorativa dos 130 anos de Resende, noticiou o projeto do Coronel Pessoa e a escolha de Resende para sediar a AMAN.

Em artigo na revista *ACIAR*, "Profecia do General José Pessoa sobre o turismo em Resende", Frederico Carvalho reproduziu o pensamento daquele ilustre chefe sobre as razões da escolha de Resende para sediar a AMAN: "Resende está situada em região privilegiada, com excelente clima, abundância de água, presença do Paraíba, sem endemias, meio social modesto, mas muito bem constituído, variedade topográfica (planicie e montanha), facilidades de comunicação entre as duas principais capitais do Brasil, Rio e São Paulo, os dois pólos da civilização nacional, além de servida pela Central do Brasil... Sobre seu clima, uma comissão de médicos a alcunhou de Suíça brasileira... Nem mesmo lhe falta um símbolo, as Agulhas Negras, no Itatiaia."

Em 1932, na estação ferroviária local, QG das forças federais que combatiam a Revolução de 1932 no vale do Paraíba, o Presidente Getúlio

Vargas prometeu concretizar o projeto AMAN. E vários estudos foram feitos pelo Coronel Pessoa, auxiliado pelo arquiteto Raul Pena Firme, oficiais e cadetes, no Realengo.

Após longo período de espera, em 29 de julho de 1938, aniversário da morte do Marechal Floriano Peixoto, em Floriano (atual), presente o Presidente Getúlio Vargas, foi lançada a pedra fundamental da Academia.

Em expressivo discurso, que interpretava o sentimento geral no Exército, o orador oficial assim se expressou: "Que nestas plagas por onde passaram bandeiras, possua AMAN tornar-se um templo que forme sacerdotes que tenham fé nos altos destinos do Brasil. Agora, bandeirantes de uma bandeira libertadora dos que sofrem, morejando esquecidos nos rincões do Brasil, analfabetos, sem esperanças e descrentes, disciplinando-os, educando-os e incorporando-os a uma bandeira única — a do Brasil".

Era o ideal de Olavo Bilac, ao lutar pelo Serviço Militar Obrigatório.

Por cinco anos e meio, sob a liderança do consagrado engenheiro militar, General Luiz Sá Affonsoeca, a área cedida para a construção da AMAN transformou-se num imenso e movimentado canteiro de obras, que injetou energias econômicas e sociais na debilitada Resende, bastante ressentida, ainda, das consequências da crise do café do século passado, conforme depoimento do Dr. Nilo Gomes Jardim estabelecido no município, como médico, desde 1931.

Em 1944, a AMAN deu início a sua relevante missão. Já formou 50 turmas, que injetaram no Exército cerca de 25.000 oficiais. A turma de 1990 foi denominada Cidade de Resende. 30 ilustres chefes militares a comandaram, incluindo-se o atual comandante, General Max Hoertel.

O General Ramiro Monteiro de Castro foi o primeiro general formado integralmente pela

AMAN a comandá-la. Foi seu ex-comandante o futuro Presidente Médici. Atualmente, todos os oficiais-generais no serviço ativo do Exército foram formados pela AMAN. Entre eles, conta-se o primeiro e único general nascido em Resende, Alvaro Henrique Vianna de Moraes, da turma de 1961.

Resende na História Militar

Resende foi fundada em 1744, com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Campo Alegre de Paraíba Nova, pela bandeira do Tenente-Coronel do RI de Ordenanças de Mogi-Jacareí, Simão da Cunha Gago.

De 1778 a 1782, o local foi invadido por índios ferozes de Minas Gerais. Mandado pelo vice-Rei, o Capitão de Infantaria Joaquim Xavier Curado foi encarregado de expulsá-los. Ele organizou uma tropa com fazendeiros e moradores, cumpriu a missão e aldeou os Puris (gente tímida ou miúda) em Fumaça (atual). Mais tarde, comandou a Escola Militar e consagrou-se como herói da Independência, ao liderar as tropas brasileiras que respaldaram a recusa do Príncipe D. Pedro, que passou à história como o Dia do Fico.

Em 25 de setembro de 1801, a cidade de Resende foi instalada, após criada, por ato do 13º vice-Rei, Capitão-General-de-Mar-e-Terra do Estado do Brasil, Tenente-General Luiz de Castro, 2º Conde de Resende. O local tomou seu nome como homenagem do povo local, quando ele viajou para Portugal. O donatário de Resende, presente em sua instalação foi o Coronel Fernando Dias Paes Leme, veterano das guerras do sul do País.

Em 1842, Resende, sob a liderança do Coronel Fabiano Pereira Barreto, presidente da Câmara, à frente da Guarda Nacional, deu marcante contribuição a Caxias, na pacificação da Revolução de 1842, em São Paulo e Minas.

Em 1865, os 250 Voluntários da Pátria de Resende que lutaram no Paraguai, foram adestrados no Campo do Manejo de Tropas, que deu origem ao bairro do Manejo, na época sinônimo de Campo de Instrução para manobrar, ou manejar, tropas.

A AMAN — uma cidade dentro de Resende

A grande família acadêmica que gira em torno da AMAN, como militares e funcionários civis (ativos e inativos e pensionistas), está em torno de 12.000, segundo a Revista *ACIAR*.

Assim ela se constituiu numa verdadeira cidade, dispondo, para administrá-la, de um prefeito militar.

Hoje, pelos diversos bairros de Resende encontram-se residindo centenas de militares inativos que formam autênticas vilas militares. Igualmente são incontáveis os casamentos de militares com ressendenses, gerando ressendenses filhos de militares, neste meio século.

É uma integração crescente entre as comunidades ressendense e acadêmica, que se espera seja dinamizada pela Sociedade Resendense de Amigos da AMAN (SORAAMAN), integrada por membros das duas comunidades. Ela foi criada em 14 de julho, sob o estímulo do Ministério do Exército, e implementada pelo General Rubem Augusto Taveira, grande entusiasta da idéia e que já havia ajudado a implantar entidade similar em Campinas-SP.

ASORAAMAN acabou de contribuir para o objetivo de integração das duas comunidades, com livro de nossa autoria 1994 - *AMAN — Jubileu de Ouro em Resende*, o qual teve seu pré-lançamento na AMAN, em 2 de fevereiro, no jantar de despedida do General Taveira oferecido pela SORAAMAN, constituindo-se

no marco inicial das comemorações do Jubileu de Ouro da Academia.

O livro baliza, fundamentalmente, a História da AMAN nestes 50 anos e a do ensino militar acadêmico no Brasil, fundado em 1792 pelo também fundador de Resende — o Conde de Resende, conforme abordamos nesta Revista e mais amplamente na *RHGB* nº 375 Abr/Jun 1992 v.153.

Cel R1 Cláudio Moreira Bento

Sócio-efetivo do IHGB e

Sócio-benemerito do IGHMB

Presença do IGHMB no XVIII Congresso de História Militar

No período de 30 de agosto a 5 de setembro de 1992, realizou-se em Turim, na Itália, o XVIII Congresso Internacional de História Militar, patrocinado pela Comissão Internacional de História Militar Comparada (CIHMC).

O CIHMC nasceu em 1938, sob a égide do Comitê Internacional das Ciências Históricas, durante o Congresso Internacional das Ciências Históricas, realizado em Zurich, Suíça. Inicialmente com 15 países afiliados, hoje esse número ascende a 33, entre eles o Brasil, através do IGHMB.

O Brasil foi convidado oficialmente a participar do Congresso por correspondência endereçada ao IGHMB e dois dos seus sócios efetivos foram propostos delegados do nosso País ao evento: Coronel R/1 Luiz Paulo Macedo Carvalho e Capitão-de-Mar-e-Guerra FN(RRM) Dino Willy Cozza. Eles submeteram trabalhos escritos ao CIHMC, os quais foram aprovados.

O tema do Congresso foi "A Descoberta do Novo Mundo e sua Influência na História Militar", em harmonia com a celebração do 500º aniversário do descobrimento da América, buscando realçar a influência desse evento na gradual mudança, através dos séculos, do eixo estratégico político-militar do mundo em direção ao oeste. Ele foi dividido em cinco tópicos, dentre os quais nossos representantes escolheram "Os Poderes Militares Americanos Durante a 1ª e 2ª Guerra Mundial", para nele inserir seus trabalhos: "Presença do Brasil na 2ª Guerra Mundial" (Cel Macedo) e "Participação do Brasil na 1ª Guerra Mundial" (CMG Cozza).

Representantes de 31 países foram inscritos para participar do Congresso: da América do Sul, Argentina, Brasil e Peru; da América do Norte, Canadá e Estados Unidos; da África, somente a República dos Camarões; da Ásia, China, Israel, Japão, Líbano e Turquia; da Europa, Alemanha, Áustria, Bélgica, Bulgária, Dinamarca, Espanha, Federação Russa, Finlândia, França, Grécia, Holanda, Hungria, Itália, Polônia, Portugal, Romênia, Suécia, Reino Unido (Grã-Bretanha) e Tchecoslováquia. Dos 31 países, 20 tiveram seus representantes selecionados para apresentarem, oralmente, seus trabalhos, entre os quais os dois brasileiros.

Alguns participantes do Congresso demonstraram desconhecer a presença do Brasil na 2ª Guerra Mundial e a totalidade deles nunca tinham ouvido falar da atuação da nossa Marinha na crise mundial de 1914-1918.

O IGHMB pôde, assim, colaborar para o registro e a divulgação do retorno do homem no Novo Mundo ao continente europeu, sede de uma das três raízes que deram origem à sua cultura, para auxiliar os irmãos do Norte a reconquistar a liberdade (e, nesse contexto, a presença do poder militar brasileiro),

invertendo a direção das caravelas de Colombo.

As comunicações dos nossos representantes, lidas em italiano (CMG Cozza) e inglês (Cel Macedo), foram limitadas, no tempo, a 20 minutos, por imposição imposta pelo Congresso a todos os conferencistas, e sua transcrição está sendo feita nesta edição de nossa revista (ver Sumário). Elas não divulgam fato novo para nós. Tiveram, sim, a finalidade de relembrar, ou dar a conhecer, aos representantes de dezenas de países, a presença do Brasil na Europa nas duas grandes crises em que a liberdade dos povos e a democracia estiveram ameaçadas.

O Congresso teve o apoio do Chefe do Estado-Maior da Defesa do Exército e da Marinha italiana. Os representantes do nosso Instituto arcaram com todas as despesas de viagem e de estadia na Itália.

Já existem candidatos para sediar os próximos Congressos, até 1995. Parece-nos de todo o interesse que o Brasil se candidatasse para sediá-lo no ano 2000, como parte das comemorações do 500º aniversário do seu descobrimento.

Materia extraída da Revista do IGHMB 79/93

Presença do IGHMB em dois Simpósios na Grécia

Durante a realização do XVIII Congresso Internacional de História Militar, em Turim, o General-de-Exército Ioannis Bitos, presidente do Comitê Helênico de História Militar convidou, oficialmente, os delegados do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil a comparecerem a dois simpósios que teriam lugar no período de 20

a 28 de outubro de 1992, a nível internacional, na Grécia, durante as comemorações dos oitenta anos da Primeira Guerra Balcânica. Dos dois representantes do IGHMB, compareceu o CMG Cozza.

O primeiro simpósio, denominado "Moudros-92", ocorreu na ilha de Lemnos, ponto mais próximo da entrada do Estreito de Dardanelos. Na Primeira Guerra Mundial, a baía de Moudros serviu de base para a esquadra inglesa e, num cemitério específico nessa ilha, repousam os restos mortais daqueles que tombaram no mal-sucedido desembarque de Gallipoli, inclusive indianos. O seu tópico foi: "A Primeira Guerra Balcânica no Mar (Operações Navais no Mar Egeu e Iônico — Aspectos Políticos e Estratégicos)".

Compareceram aos Simpósios mais de 130 pessoas, entre os representantes, administradores e acompanhantes. Houve um total apoio da Marinha, Exército e Força Aérea grega. O Ministro da Defesa e diversos oficiais-generais da ativa, das três forças, inclusive de quatro estrelas, estiveram presentes às sessões de trabalho. Albânia, Alemanha, Áustria, Bulgária, Dinamarca, Estados Unidos, Finlândia, França, Grécia, Inglaterra, Irlanda, Itália, Noruega, Romênia, Suíça, Turquia e Brasil tiveram representantes. Depois da Grécia, as representações que continham maior número de membros foram as dos Estados Unidos e da França. Mais uma vez, o Brasil foi o único país da América do Sul a se fazer representar. Não haviam participantes da América Central, África, Ásia e Oceania.

O segundo Simpósio, denominado "Pavlos Melas-92", ocorreu em Tessalônica (Salônica), capital da Macedônia. O seu tópico foi: "A Primeira Guerra Balcânica (Operações Terrestres na Península — Aspectos Políticos, Estratégicos e

Operacionais)". Nele foram feitas revisões históricas da "Questão Macedônica", da "República Federativa de Skopje e sua Linguagem", da "Dificuldade para os Ocidentais de Compreenderem os Problemas Balcânicos na Primeira Metade do Vigésimo Século", entre outras.

Chamou a atenção do representante do IGHMB constantes demonstrações de civismo, tanto por parte dos órgãos e membros do governo, como por parte do povo em geral, adultos e jovens. A bandeira grega teve presença permanente e em grande número, em todos os eventos locais. O sentimento religioso cristão também foi um aspecto relevante que foi notado no quotidiano. Uma forte simpatia pelo Brasil foi demonstrada por todos os gregos com que nosso representante teve oportunidade de conviver. Ainda foi verificado um respeito e carinho muito grande por parte do povo grego com suas Forças Armadas e pelos seus componentes, deixando claro que o risco de mais uma guerra, em um país que teve seu território tantas vezes cobiçado, não permite que haja nenhuma crise existencial entre os seus militares, e que nenhum civil tenha dúvida para que servem seus guerreiros.

Matéria extraída da Revista do IGHMB 79/93

O Construtor da AMAN

O ano de 1994 marca o jubileu de ouro da instalação progressiva da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende. É muito conhecida, justamente divulgada e

reverenciada, a vida e obra do idealizador da AMAN, Marechal José Pessoa — "o homem do sonho". Mas pouco, ou quase nada, se sabe da vida e obra do construtor da AMAN, General Luiz Sá Affonseca, "o homem do feijão", que foi quem preservou, respeitou e tornou realidade o sonho de José Pessoa.

O Coronel Mário Travassos, primeiro comandante da AMAN, ao receber, em cerimônia histórica comovente, as instalações da AMAN, assinalou quão relevante e importante havia sido a atuação do General Affonseca para a construção da Academia. Não obstante, exceto seu nome numa rua de Resende, numa praça da Academia e numa placa, pouco ou nada se conhecia da vida e obra deste engenheiro militar.

Luiz Sá Affonseca serviu o Exército, fundamentalmente, como engenheiro militar de escola, por mais de 49 anos. Nasceu em São Paulo, em 9 de janeiro de 1880, e aí faleceu, em 1968, aos 88 anos. Cursou a Escola da Praia Vermelha (1895-1901) e a ECEME, em 1921, no Palácio Duque de Caxias. Atuou como engenheiro nos 1º, 2º, 3º, 4º e 5º batalhões de Engenharia, nos serviços de Engenharia das 2º, 3º, e 4º Regiões Militares e na Diretoria de Engenharia. Chefiou a Comissão de Obras de Defesa do Porto de Santos (1917-19). Especialista em telegrafia, desempenhou missões no Acre, na Europa e na Comissão Técnica Mista de Telegrafia, nesta representando o ministro da guerra, Marechal Caetano de Farias, de quem foi ajudante-de-ordens (1914-17). Chefiou comissões de estradas de rodagem no Paraná e em Santa Catarina (1931-36) e a 1ª Seção da Diretoria de Engenharia, em 1936, onde, em 1937, passou a integrar a comissão para a construção da AMAN e, em 1938, a comissão da cerimônia de lançamento da sua pedra fundamental. A esta altura era engenheiro militar renomado, com mais de 25 anos de intensa vivência em

obras de engenharia rodoviárias, ferroviárias, telegráficas, de construção elétricas e de fortificações. Foi transferido para a reserva em 1939, quando coronel, e convocado para o serviço ativo, em 1940, como general-de-brigada, para dirigir a obra mais importante de sua vida: a construção da AMAN. Assim, foi nomeado para chefiar, de 1º de abril de 1940 a 15 de maio de 1944, a Comissão Especial de Obras Piquete e Resende, que executou as seguintes obras: construção da Academia Militar das Agulhas Negras; ampliação do Sanatório Militar de Itatiaia; ampliação da Fábrica de Pólvora de Piquete; construção da rodovia Piquete-Itajubá, atravessando a Mantiqueira; ampliação da hidrelétrica Bicas do Meio, destinada a acionar o complexo industrial militar constituído das fábricas de pólvora de Piquete e de armas de Itajubá, protegidas pela Mantiqueira.

O General Affonseca deu cabal desempenho a todas essas importantes missões que lhe foram confiadas, recebendo de seus superiores os melhores elogios.

Após entregar as obras da AMAN, foi reformado, em 15 de maio de 1944, retirando-se para São Paulo para um justo e merecido descanso. Ali viveu mais 24 anos.

Resende muito se beneficiou de sua ação. Ele está ligado ao 1º Plano Diretor de Resende e a dotação da primeira sala de Cirurgia da Santa Casa da cidade, além de outros benefícios. Deixou, em Resende, muitos amigos e admiradores. Seu nome está imortalizado em uma rua da cidade e numa cadeira de "sócio em trânsito", como patrono, da Academia Resendense de História.

Coronel Cláudio Moreira Bento,
Diretor Cultural da Sociedade
Resendense de Amigos da AMAN
(SORAAMAN)

A Poluição radioativa do mar

Em novembro do corrente ano, os países vinculados à Convenção de Londres sobre o alijamento de detritos no mar concordaram, depois de dez anos de estudos e discussões, em modificar a Convenção com o objetivo de proibir que resíduos radioativos de qualquer espécie sejam depositados no mar.

Desde as explosões realizadas no Atol de Bikini havia profunda preocupação com os eventuais malefícios que as mesmas poderiam provocar, muito embora os testes realizados posteriormente tivessem sido cercados de maiores precauções. É sintomático que a Convenção de Genebra de 1958 sobre o Alto Mar tenha criado para os Estados a obrigação de evitar a poluição dos mares para alijamento de resíduos radioativos e de acatar as normas e padrões adotados por uma organização internacional competente. A Declaração de Estocolmo de 1972 sobre o Meio Ambiente também espelhou a preocupação da comunidade internacional no Princípio 26, a qual salienta que o Homem e o seu meio ambiente devem ser poupados dos malefícios ocasionados pelos armamentos nucleares.

Tratava-se de uma simples recomendação, mas a Convenção para a Preservação da Poluição Marinha por Alijamento de Resíduos, assinada em Londres pouco depois da Conferência de Estocolmo, incluiu na relação dos produtos cujo alijamento é proibido os resíduos radioativos de alto teor: no tocante aos demais resíduos radioativos, o seu alijamento era permitido desde que uma autorização especial fosse emitida e desde que os parâmetros estabelecidos pela Agência Internacional de Energia Atômica fossem

obedecidos. O alijamento de resíduos de baixo teor foi praticado em mais de uma oportunidade mediante autorização da Agência Atómica Europeia numa área entre a Irlanda e a Espanha, que em mais de uma oportunidade tiveram ensejo de manifestar sua desconformidade com a prática.

Em 1983, as partes contratantes da Convenção de 1972 foram surpreendidas com uma proposta, de duas minúsculas ilhas do Pacífico — Kiribati e Nauru —, favorável a que a Convenção fosse modificada no sentido de proibir o alijamento de qualquer resíduo radioativo. Justificando o seu pedido, argumentaram que as duas ilhas dependiam dos recursos marinhos e que, em conformidade com dados científicos de que dispunham, o alijamento de resíduos nucleares tinha efeitos nocivos sobre o meio marinho e, em consequência, deveria ser proibido.

Os argumentos científicos apresentados foram, contudo, contestados pelas nações mais interessadas em manter o alijamento como uma das soluções válidas para dispor dos resíduos de baixo teor. Argumentaram não só que os dados fornecidos estavam superados e que, em consequência, não eram de molde a justificar uma modificação da Convenção. Seja como for, foi criado um grupo de peritos independentes que, de um modo geral, endossou a posição das potências nucleares. Os peritos concluíram que nenhum argumento científico ou técnico podia ser mencionado capaz de provar que a opção do alijamento marinho fosse distinta das demais opções existentes, desde que os parâmetros internacionais fossem obedecidos. Mas os países contrários ao alijamento se negaram a aceitar estes argumentos científicos e técnicos, era necessário levar em consideração argumentos políticos, legais, sociais e econômicos.

A solução encontrada para o impasse foi inicialmente a de se adotar uma moratória contrária ao alijamento, seguida pela criação de um painel intergovernamental que deveria examinar todos os argumentos apresentados, ou seja, não só os argumentos científicos e técnicos, mas também os políticos, legais, sociais e econômicos.

O grupo intergovernamental, conhecido pela sigla IGPRA, reuniu-se pela primeira vez em 1987 e apresentou o seu relatório final em meados de 1993, ou seja, dez anos depois que Nauru e Kiribati submeteram a sua proposta de proibição do alijamento. Não cabe aqui mencionar toda a evolução dos debates. Basta salientar que o IGPRA funcionou baseado em dois grupos de trabalho: o primeiro incumbido das questões políticas, legais, sociais e econômicas; o segundo das questões científicas e técnicas. Não foi possível apresentar uma visão única, visto que os dois grupos de trabalho chegaram a conclusões diferentes. Ao passo que os cientistas continuaram a defender a tese de que o alijamento praticado em conformidade aos regulamentos adotados pela Agência Internacional de Energia Atómica era uma opção aceitável, os integrantes do outro grupo salientaram que, principalmente do ponto de vista político e social, o alijamento era condenável. O relatório final, examinado pelas partes contratantes em novembro, depois de enumerar todos os argumentos, num e noutro sentido, apresentou sete opções que poderiam ser adotadas. Ao passo que a grande maioria foi favorável a que os anexos da Convenção fossem modificados no sentido de proibir o alijamento de qualquer tipo de resíduo radioativo, a Grã-Bretanha e a França concordaram com uma suspensão pelo prazo de quinze anos, findos os quais as partes contratantes deveriam reavaliar a questão. Justificando a sua

posição, que contou com o apoio da Bélgica, a Grã-Bretanha e a França argumentaram com a pequena extensão de seus territórios. É interessante assinalar a evolução verificada na posição de diversos países onde a influência dos movimentos ecológicos obviamente se fez sentir, como foi o caso dos Estados Unidos, que só modificaram a sua posição em 1993. Quanto ao Japão, que vinha se opondo à proibição, o alijamento de resíduos radioativos no Mar do Japão, pela Federação Russa, um mês antes da reunião, teve o mérito de provocar uma radical mudança de posição.

O Brasil nunca chegou a praticar o alijamento de resíduos, e note-se que os parâmetros estabelecidos pela Agência Internaciona de Energia Atómica são extremamente rigorosos, mas fica de pé o impasse sobre o destino a ser dado a todos os resíduos que vêm se acumulando em diversas regiões do País. Uma questão que não pode mais ser protelada.

(Reprodução da matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 01.01.94, e assinada por Geraldo Eulálio do Nascimento e Silva, presidente da Sociedade Brasileira de Direito Internacional)

Serra do Navio, a cidade modelo pode virar fantasma

Um exemplo de urbanização e organização em plena selva amazônica, o município de Serra do Navio está com os dias contados. Com quatro mil habitantes, Serra

tem o menor índice de analfabetismo do País e emprega todos os seus moradores em idade produtiva. Mas a exploração do manganês, finalidade da criação do município, acaba no ano de 2003, e a vila modelo poderá se transformar numa cidade "fantasma".

Na verdade, o minério já está exaurido e a Indústria e Comércio de Minérios (Icomi), que explora a jazida de manganês desde 1953 e sustenta todas as atividades do município, poderá se retirar de Serra antes mesmo do fim do ano de 2000.

Serra do Navio tem perfil de uma cidade de primeiro mundo. O índice de analfabetismo é de apenas 5%. O hospital funciona, e com bons equipamentos. Desde a sua criação, no fim da década de 50, nenhum crime de morte foi registrado na cidade. Todas as ruas são pavimentadas. Com poucos carros particulares rodando pelo município, as crianças podem brincar livremente pelas ruas ou no moderníssimo ginásio de esportes local. No clube "Serra do Navio", três piscinas refrescam a população da cidade.

Todo esse conforto e desenvolvimento econômico e social são mantidos pela mineradora. Como a autorização para exploração do manganês acaba em dez anos e o minério já está praticamente exaurido, a empresa deverá se retirar da cidade que ela própria criou, tornando incerto o futuro de Serra do Navio. O prefeito da cidade, José Maria Amaral Lobato, já começa a pensar em soluções para a população.

— A economia da cidade é baseada na extração do manganês. Como isso acaba em dez anos, estamos tentando arrumar uma alternativa para manter tudo como está — diz Lobato, um ex-técnico em contabilidade da Icomi, que foi eleito, no ano passado, com 612 votos pelo Partido dos Trabalhadores (PT).

A Prefeitura também é exemplar. Tem apenas 45 funcionários, que ganham em média dois salários-mínimos, acrescidos de seguro de vida. Os gastos do prefeito Lobato com a folha de pagamento é de apenas 22% do orçamento do município. A saúde financeira da Prefeitura é tão boa que Lobato pagou o décimo-terceiro salário dos servidores com mais de um mês de antecedência. Não há delegacia nem Polícia Militar na cidade, onde o policiamento é feito por guardas de segurança da Icomi.

— Não sabemos o que vamos fazermos nos próximos dez anos, mas temos que começar a pesquisar. Talvez a solução seja o turismo, a pesquisa científica, mas o certo é que estamos temendo o pior com o fim da extração do minério — lamenta o prefeito, um homem baixo, de bigode fino e que jamais tira seu chapéu de boiadeiro.

O sonho de Serra do Navio começou quando o Presidente Getúlio Vargas assinou a concessão para a extração do manganês, em 1953, estabelecendo um prazo de exploração de 50 anos. A construção da cidade, após a assinatura da autorização de lavra, durou cerca de sete anos. Serra do Navio foi dotada de toda a infra-estrutura de uma cidade grande, com estações de tratamento de água e esgoto, além de uma ferrovia que liga o município a Macapá, capital do Amapá.

A cidade está localizada no centro do Amapá, a 240 quilômetros de Macapá. As vias para extração do manganês também servem à população de Serra do Navio. Para chegar e sair da cidade há estrada de terra, ferrovia, um pequeno aeroporto e uma via fluvial ligando Serra do Navio a Macapá. A mineradora ainda presta assistência em outras áreas, como no combate contra as endemias naturais da Amazônia.

— Nós erradicamos a malária em Serra do

Navio e estamos sempre realizando pesquisas voltadas para o setor de saúde — diz o vice-presidente da Icomi, Mário Frering, assegurando que a empresa também faz investimentos no setor ambiental, principalmente nas áreas onde foi explorado o manganês, que estão sendo reflorestadas.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 27.11.93, e assinada por Wilson Martins, enviado especial da empresa a Serra do Navio, AP)

França combate inglês Lei pode banir língua "invasora" da vida cotidiana

Anunciar a venda de um *car* ou a contratação para um *job* pode dar multa ou possivelmente cadeia na França, se o Parlamento aprovar um projeto de lei anunciado ontem pelo governo. O projeto estabelece normas rigorosas para deter a agressiva invasão da língua francesa por palavras estrangeiras e aplicar sanções da lei aos infratores. Proíbe o uso dessas palavras em avisos públicos, contratos de trabalho, anúncios no rádio e na televisão — exceto em programas de língua estrangeira.

A lei será aplicada pela polícia, tão logo seja aprovada. As sanções, a serem definidas posteriormente, incluirão multas e talvez condenações à prisão. Embora não mencione a língua invasora, a lei tem como objetivo claro o inglês, que muitos intelectuais acusam de adulterar o francês, transformando-o

em *franglês*.

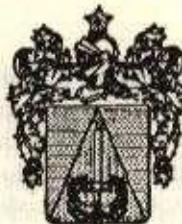
"Acreditamos muitas vezes que abandonar o francês era o preço a pagar para entrar no mundo moderno, negociar e permitir conhecimentos científicos", declarou o ministro da Cultura, Jacques Toulon, ao jornal *Le Monde*. Toulon, que defenderá o projeto no Parlamento, disse que chegou o momento de frear a agressiva expansão do inglês no campo do comércio e da cultura. "O governo está transformando em causa nacional a política da língua francesa", afirmou.

Preocupada com a crescente participação de filmes americanos e de livros traduzidos do inglês no mercado francês, a França lutou muito para conquistar uma "isenção cultural" que mantivesse esses bens fora do pacto de liberação do comércio mundial do Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio), assinado no ano passado.

Segundo a lei, para proteger o direito dos franceses de serem abordados em sua própria língua, avisos e letreiros em locais públicos não devem incluir nenhuma palavra estrangeira — exceto se não tiver equivalente em francês, mas acompanhada de uma tradução, se necessário.

Todos os anúncios e transmissões no rádio e na TV devem ser em francês, exceto programas educacionais ou de línguas estrangeiras, como filmes transmitidos no original. Os contratos envolvendo órgãos estatais serão redigidos em francês, com tradução, se uma das partes for estrangeira — caso contrário, o Estado pode se recusar a dar subsídios.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 24.02.94, assinada por François Raithberger, da Reuter.)



RESUMOS DE MONOGRAFIAS

Anualmente, como exigência curricular de fim de curso, os conchuentes de todos os cursos existentes na ECEME elaboram Monografias sobre assuntos que obedecem a um planejamento voltado aos interesses da Força Terrestre.

A partir deste número, a ADN intensifica a divulgação destes trabalhos, apresentando um resumo das Monografias selecionadas como as melhores do ano anterior.

Os trabalhos aqui apresentados e outros, num total anual de aproximadamente 140 Monografias e Ensaios poderão ser consultados diretamente na Biblioteca TÁSSO FRAGOSO, da ECEME (Pça Gen Tibúrcio, 125 - Praia Vermelha - Rio de Janeiro - RJ), ou solicitados por via postal, mediante indenização das despesas de cópia e remessa.

Obs.: Os Noticiários do Exército nº 7727, de 21 Abr 89; 7728, de 22 Abr 89; 7729, de 24 Abr 89; 7967, de 17 Abr 90; 8157, de 20 Fev 91; 8352, de 18 Fev 92; 8559, de 12 Jan 93 e 8727, de 04 Dez 93, publicaram a relação das Monografias existentes em arquivo na ECEME.

O FENÔMENO DO TERRORISMO NA COLÔMBIA.

Síntese da evolução até o estado atual.

Presença da população civil e ação das Forças Armadas.

Autor: Ten-Cel Carlos Alberto Frácica Naranjo (Exército da Colômbia).

Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993.

O fenômeno do terrorismo na Colômbia é sinônimo de violência, terror, insegurança, intimidação. Sua análise obriga à elaboração, primeiramente, de uma narrativa a respeito dos responsáveis pelas tragédias, desventuras e desgraças que durante as duas últimas décadas têm arrazado a Colômbia; que objetivo procuram alcançar com ações; como atentar contra o principal

oleoduto por sessenta e duas vezes durante o ano de mil novecentos e noventa e dois; colocar bombas, carros-bomba que vêm acabando com milhares de vidas ou destruindo instalações oficiais ou privadas; seqüestrar mais de três mil pessoas, causando, com esses fatos, perdas econômicas tão grandes que impedem o normal desenvolvimento do país, submetendo a população a um clima de insegurança com a perda de sua tranquilidade.

Depois desta análise, é importante interpretar as expressões do presidente da República: "O narcoterrorismo é um grande desafio" e "há que se arrancar o terrorismo pela raiz", para se entender como um governo, com apoio da grande parte de seu povo e suas Forças Armadas, tem tomado medidas de toda ordem para enfrentar com êxito essa agressão terrorista; concluindo que o fenômeno do terrorismo pode ameaçar qualquer sociedade democrática, e não há outro lugar correndo mais perigo que a América Latina.

O DESEMBARQUE ANFÍBIO EM SALERNO (ITÁLIA - 1943) E SUAS INFLUÊNCIAS NAS OPERAÇÕES NO TERRITÓRIO ITALIANO.

Autor: Ten-Cel Waldir José Rabuske
Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993

No estudo, é abordada incialmente a evolução da estratégia dos Aliados para a derrota dos integrantes do Eixo europeu na Segunda Guerra Mundial, focalizando: as diferenças de opinião entre ingleses e americanos sobre a melhor maneira de se atingir aquele objetivo, caracterizadas pela discussão

são "Overlord ou o Mediterrâneo"; o caminho tortuoso seguido pelos planejadores aliados na busca de um consenso sobre cada passo que foi dado no Mediterrâneo, a influência da queda de Mussolini na decisão sobre o rumo a ser seguido — Itália ou Sardenha — após a conquista da Sicília; e as condicionantes da escolha da região onde se efetivaria a invasão principal do continente Italiano.

A seguir, é apresentada a visão estratégica dos alemães para o Mediterrâneo e para a Itália e o modo como esta foi se adaptando à evolução da guerra naqueles Teatros de Operações, culminando na elaboração do Plano Achse (Eixo).

Na sequência, durante o estudo do desembarque propriamente dito, são apresentadas incialmente: as condicionantes que influíram no planejamento e na escolha da área de Salerno; a constituição do V Exército para a operação de desembarque; e os objetivos designados para cada divisão. A seguir, é apresentada a visão alemã dos acontecimentos; quando nas primeiras levas de rangers desembarcaram no extremo norte da zona de ação, até a conquista do objetivo final — o porto de Nápoles e as fases críticas da operação, como o contra-ataque de Vietinghoff.

As operações posteriores são explana-das no capítulo seguinte; como a mudança de orientação dos planos alemães, com a decisão de Hitler de defender ao sul de Roma e o modo como esta mudança influiu na condução das futuras operações dos Aliados na Itália, para depois ser apresentada a evolução dos acontecimentos até o rompimento do dispositivo defensivo da Linha Gótica.

Na conclusão final são citados os aspectos do planejamento e da execução do desembarque aliado que influenciaram nas

futuras operações dos Aliados na Itália, onde fica evidenciada a convicção do autor de que o desembarque executado em Salerno foi extremamente prejudicial aos Exércitos aliados que continuaram operando naquele Teatro de Operações.

UMA ESTRUTURA DE OPERAÇÕES PSICOLÓGICAS PARA O EXÉRCITO BRASILEIRO.

Autor: *Ten.-Cel Art Djair Braga*

Maranhôto

Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993.

O presente trabalho justifica a necessidade da Força Terrestre atuar no campo psicológico como forma de obter liberdade de ação para sua atividade-fim, por intermédio do respaldo da opinião pública. Além disto, argumenta a subordinação das Operações Psicológicas à Comunicação Social e assinala técnicas de Comunicação Social imprescindíveis ao desenvolvimento das Operações Psicológicas, tornando estas dependentes daquela, particularmente, a Pesquisa de Opinião, a Propaganda e o Marketing.

Apresenta, ainda, as características marcantes de uma estrutura de Operações Psicológicas, destacando a organização, as assessorias básicas e as assessorias complementares.

A seguir discrimina as principais necessidades em recursos humanos, visando à formação de uma massa crítica capaz de desenvolver o sistema, estuda óbices da formação militar diante do padrão de desempenho inerente ao profissional de Operações

Psicológicas e identifica a situação dos recursos no âmbito do Sistema de Comunicação Social do Exército — SISCOMSEX.

Ao final, sintetiza necessidades, óbices e disponibilidades e apresenta, como propostas:

- a visualização de uma estrutura de Operações Psicológicas capaz de se integrar à estrutura já existente no âmbito do SISCOMSEX; e
- uma visão sobre a mobilização de recursos humanos para as atividades de Operações Psicológicas.

A ESTRUTURA MILITAR DE PORTUGAL

As atuais exigências estratégicas e a nova organização do exército.

Autor: *Maj Artur Neves Pina Monteiro* (Exército de Portugal)

Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993.

A monografia focaliza a estrutura militar de Portugal, face às atuais exigências estratégicas, e da nova organização do Exército, como forma de resposta no âmbito militar, às mutações da conflitualidade. Analisa-se o fim da Guerra Fria, do sistema bipolar e a crescente interdependência dos estados para se identificarem as novas fronteiras de conflito, para além da fronteira de soberania. Neste contexto é ponderada a participação de Portugal em diversas organizações internacionais (ONU, OTAN, CEE, UEO, CSCE) e a necessidade de satisfazer, não só os compromissos assumidos, como também de estar preparado, para responder às novas exigências.

cias político-estratégicas que a diversificação das fronteiras coloca. As alterações no plano interno, como consequência de uma crescente integração europeia, são analisadas, conjuntamente com o novo quadro legal, como condicionantes da reorganização da estrutura militar e em particular do Exército. No atual quadro evolutivo da política de Defesa Nacional, a nova organização do Exército, apresenta-se mais reduzida, está orientada para gerar forças, garantindo uma componente operacional de menor dimensão, mas com maior flexibilidade da atuação e mobilidade estratégica. Por último é analisada a perspectiva integrada da reorganização das Forças Armadas que no Exército se traduz pela existência de diversos órgãos comuns de apoio a mais que um Ramo.

são do problema é feita à luz da Ética nas atividades de pesquisa e ensino, particularmente nos institutos militares. O aprimoramento dos recursos humanos é sugerido mediante obediência aos princípios dos programas de qualidade, tão em voga no meio industrial dos tempos atuais. O combate à acomodação é apregoado como fundamental, sendo mostrados meios eficientes para manter constante a motivação no sistema. Em conclusão, o ensino da Ética, restrita às atividades científicas e militares, é julgada de importância no aprimoramento dos recursos humanos. Este ensino é sugerido na forma de palestras e debates, levados a efeito paralelamente aos conhecimentos científicos normalmente ministrados. Nos tempos atuais, de grande valorização do vetor tecnológico nos campos de batalha, um exército só será eficiente na medida em que seja capaz de formar equipes verdadeiras, com privilégio do coletivo sobre o individual.

O ENSINO DA ÉTICA COMO INSTRUMENTO DE APRIMORAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS DIRECIONADOS PARA CIÊNCIA E TECNOLOGIA.

Autor: *Cel QEM Marco Antônio Santos Pinheiro*

Concludente do Curso de Direção para Engenheiros Militares em 1993.

Análise do sistema científico-tecnológico do Exército sob uma visão ética e de um sistema de qualidade. A motivação central do trabalho é a diminuição do distanciamento entre as áreas operacional e técnica, ainda hoje bastante acentuado. Esta distância será minimizada a partir de uma maior atenção com aspectos comportamentais de relevo no ambiente científico. A discussão

O JOGO DA GUERRA: APLICAÇÃO ESCOLAR E OPERACIONAL

Autor: *Maj Inf. Mário Lúcio Alves de Araújo*
Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993.

O Jogo de Guerra é uma das fases mais importantes do estudo de situação do comandante tático.

Dentre as principais finalidades deste trabalho, destacam-se:

- resgatar a importância da fase do jogo da guerra no processo decisório;
- elucidar o método do Jogo da Guerra,

tornando-o mais simples através de ilustrações e rotinas que facilitem a sua aplicação;

- apresentar o estágio atual da simulação de combate e dos Jogos de Guerra do Exército Brasileiro (EB); e
- justificar e incentivar a prática dos jogos de guerra, computadorizados ou manuais, nas escolas militares e nos corpos de tropa da Força Terrestre.

A importância do Jogo de Guerra, como uma das fases do estudo de situação, é evidenciada pela possibilidade de, por seu intermédio:

- permitir ao comandante selecionar os fatores preponderantes;
- levantar as vantagens e desvantagens de cada alternativa;
- aperfeiçoar as linhas de ação para posterior comparação e antever as soluções de combate, em face das dificuldades proporcionais pelo inimigo e o terreno, durante a conduta das operações.

Ao final, conclui-se que:

- a metodologia do Jogo da Guerra é indispensável à solução das questões que envolvam o confronto de duas forças, o que recomenda a sua aplicação, com grande ênfase, nas escolas militares e corpos de tropa, com a finalidade de incorporá-lo, definitivamente, na maneira de pensar da oficialidade brasileira;
- a prática dos Jogos de Guerra, computadorizados ou manuais, deve ser incentivada em todos os níveis, visando a desenvolver um sistema de treinamento dos quadros do EB a baixos custos;
- a instrumentalização do processo decisório, utilizando os jogos de guerra, é viável e de grande valia para o planejador.

O PAPEL DAS FORÇAS ESPECIAIS DOS EUA NA GUERRA DO GOLFO.

Autor: *Maj Inf Alexander D. Perwich II*
(Exército dos Estados Unidos da América)
Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993.

Mais de 9.000 membros das forças de operações especiais do Exército, Marinha e Força Aérea tomaram parte na guerra do Golfo Pérsico. Com a chegada de dois pelotões SEAL da Marinha no dia 11 de agosto, as forças de operações especiais foram algumas das primeiras unidades a chegarem ao teatro de operações. Depois, logo no início do combate aéreo, eles levaram os primeiros aviões através da fronteira iraquiana, abrindo os corredores aéreos para a campanha dos bombardeiros.

Durante as operações Escudo no Deserto e Tempestade no Deserto, as forças de operações especiais realizaram uma ampla gama de missões — desde serviços de ligação com as forças de Coalizão dos Paises Árabes até incursões de reconhecimento profundo no território iraquiano. Outras operações incluíram missões de ação direta, operações psicológicas, a reconstrução militar kuwaitiana, assuntos civis e missões de busca e resgate. Sua presença provou ser uma tremenda fonte de segurança para os comandantes da Coalizão.

O uso maciço das forças de operações especiais na guerra do Golfo Pérsico não somente confirmou que elas podem conduzir uma ampla gama de missões, mas, o que é mais importante, provaram a importância de sua capacidade na função de resposta à contingência militar.

AS AÇÕES PSICOLÓGICAS E OS TEÓRICOS DA GUERRA: UM ESTUDO COMPARATIVO DE SUN-TZU ATÉ OS DIAS DE HOJE.

Autor: *Maj Cav. Ronaldo Paz do Nascimento*
Concluinte do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993.

Interligar Ações Psicológicas e Teóricos da Guerra significa procurar, na História, maneiras eficientes e racionais de exemplificar a importância das mesmas no contexto atual do Sistema Internacional de Relacionamento entre as Nações e, ao mesmo tempo, alicerçar procedimentos a serem adotados.

Isto posto, este trabalho procura fundamentos numa análise do pensar dos mais renomados Teóricos da Arte da Guerra sobre o assunto para orientar o proceder atual no tocante ao tema proposto.

Estabelece os conceitos e significados dos temas contidos no manual C 33-1 — Operações Psicológicas e a postura quanto à definição de Teórico da Guerra, bem como uma pequena informação biográfica dos escolhidos.

Aborda a visão particular de cada teórico quanto ao seu entendimento das Ações Psicológicas, procurando respeitar a fraseologia e temporalidade dos mesmo.

Procura, ainda, encontrar semelhanças, obtendo daí uma validação das técnicas atualmente utilizadas, tecendo algumas considerações. Conclui sobre a atualidade e oportunidade do tema.

ÁREAS DE TENSÃO E DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAIS EXISTENTES OU POTENCIAIS DE INTERESSE DO BRASIL.

Autor: *Maj Cav Ricardo Martins Duarte de Aguiar*
Concluinte do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993.

A proliferação de áreas de tensão e de cooperação internacional desencadeou um processo de mudanças globais, alterando a correlação de forças entre as nações e dando uma feição diferente ao Planeta. Uma nova ordem mundial vem sendo construída, exprimindo as novas divisões do poder global. Nesse cenário em mutação, compete ao Brasil identificar as melhores oportunidades, para ampliar e consolidar seu espaço no concerto da nações e para atrair subsídios externos, que participem da retomada do impulso de desenvolvimento do País.

Entre as diversas áreas de tensão internacionais, esta monografia aborda a América Central, a África Atlântica, o Oriente Médio e o Bloco do Leste, este último formado pelos remanescentes do antigo império soviético.

Quatro áreas de cooperação foram selecionadas: a América do Norte, o Cone Sul, a Europa Ocidental e a Bacia do Pacífico.

O Brasil tem urgência em resolver alguns problemas de solução inadiável na área interna. As medidas necessárias à concretização desse objetivo muitas vezes se chocam com a estratégia de longo prazo para o desenvolvimento do País, obrigando ao estabelecimento de prioridades. Esse contexto influi, de maneira substancial, no relacionamento externo da Nação brasileira, direcionando o esforço diplomático, ora segundo as condicionantes conjunturais

domésticas, ora de acordo com as suas potencialidades futuras.

A conclusão deduz que, no campo interno, o Brasil se ressente da falta de um projeto nacional que congregue a maioria dos seus cidadãos em torno de um objetivo comum. Por sua vez, na área externa, deve ser buscada uma maior aproximação com os donos do poder político e econômico, objetivando resguardar os interesses nacionais e conseguir subsídios para o desenvolvimento do País.

EVOLUÇÃO HISTÓRICA MILITAR DO BRASIL

Autor: *Maj Inf Marcelo Cantagalo dos Santos*

Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993.

Trata-se de uma análise da Evolução Histórica do Exército Brasileiro, em critério cronológico, subdividida em Período de Formação e Evolução, correspondendo, respectivamente, ao Brasil-Colônia e ao Brasil-Independente, Monarquia e República.

Na exposição dos aspectos constitutivos do tema, usou-se uma sinopse histórica de cada período considerado. Como elementos de crítica foram analisados os cinco campos da Doutrina Militar: a organização, o equipamento, a instrução, as forças morais e o emprego. Uma apreciação geral dos períodos também faz parte do desenvolvimento.

Uma conclusão geral sintetiza o perfil atual da Força nos vários campos da Doutrina Militar.

CONFLITOS DE BAIXA INTENSIDADE: CONCEITOS E AVALIAÇÕES DA ADEQUAÇÃO E ADAPTABILIDADE DA DOUTRINA NORTE-AMERICANA ÀS CONDIÇÕES BRASILEIRAS.

Autor: *Maj Cav Luiz Felipe Kraemer Carbonell*
Concludente do Curso de Comando e Estado-Maior em 1993.

O objetivo desse trabalho é apresentar uma interpretação dos conceitos e princípios que compõem a doutrina norte-americana para conflitos de baixa intensidade, avaliando-se se é adequada para ser aplicada pelo Brasil, ou mesmo se é possível de ser adaptada às peculiaridades do emprego do poder militar brasileiro.

Para uma melhor compreensão do leitor, o texto foi dividido em duas partes:

- na primeira parte encontra-se a origem da doutrina, sua recente consolidação como doutrina militar e, consequentemente, a existência de poucas fontes de consulta sobre os conceitos que a sustentam;
- os principais conceitos que compõem a doutrina norte-americana e a base legal que a sustenta; a descrição das principais características no conflito de baixa intensidade assim como as categorias operacionais em que se divide;
- o ambiente singular de um conflito de baixa intensidade bem como os pontos que devem ser avaliados para verificar o sucesso das operações e suas implicações no processo de decisão do comandante;
- na segunda parte é apresentada uma des-

crição genérica e uma rápida avaliação sobre a forma de projeção de poder do Estado Brasileiro, sobre a base legal do emprego de seu poder militar e os princípios de emprego das Forças Armadas do Brasil;

— avalia-se o impacto da doutrina norte-americana sobre o Brasil, tanto em termos de aplicação interna quanto de aplicação global externa. Verifica-se, ainda, os pontos possíveis de serem adaptados às

peculiaridades e condições brasileiras e a importância do estudo dessa doutrina pelos pensadores militares brasileiros;

— na conclusão, baseada nas avaliações e ilações originadas nas diversas partes do trabalho, conhece-se a especificação da opinião do autor quanto à aplicabilidade global pelo Brasil da doutrina norte-americana e os aspectos que considera importantes de serem estudados ou adaptados às doutrinas brasileiras.



DESTAQUES DA IMPRENSA

O PROCESSO HISTÓRICO DE 1964

Apesar das três décadas decorridas, o Movimento de 1964 ainda não pode ser visto com inteira isenção; nestes momentos atribulados, em que o processo de normalização democrática, desde 1985, não chegou realmente a construir uma real estabilidade política e econômica. E comprimir a análise num espaço jornalístico é um *tour de force* heróico, que obriga a deixar de fora o matizamento desejável.

É preciso notar que as mais de duas décadas do regime militar constituiram todo um processo evolutivo, no qual pelo menos quatro fases podem ser identificadas: a das intenções iniciais, a recuperação do Estado e da economia (1964-67); a do êxito triunfal, o "milagre brasileiro" (1968-73); a do choque da crise mundial (1973-79); e a do esgotamento ideológico e do retorno democrático (1980-84).

Fui protagonista apenas na primeira fase, o governo Castello Branco, na condição de economista e administrador público experimentado, como "tecnocrata", digamos, e acho que contribui para que o processo ganhasse conteúdo concreto e claro, e não se confundisse com uma típica quartelada latino-americana. E devo dizer que, nessa condição, fiz apenas o que havia feito para Getúlio Vargas (o equacionamento dos problemas estruturais do País e a formulação do BNDE para financiar a longo prazo o desenvolvimento); para Juscelino

Kubitschek (para quem, juntamente com Lucas Lopes, formulei e executei o Programa de Metas); e para Jânio Quadros e o próprio João Goulart (para os quais resolvi difíceis apertos financeiros internacionais).

Agora, uma palavra sobre as causas de 64. Não se trata de fazer juízos de valor a respeito — é importante compreender o processo histórico sem declamações ginasianas a respeito —, mas de destrinchar que fatores contribuíram para quê. O movimento ocorreu no quadro geral da Guerra Fria entre a União Soviética e o Ocidente, num instante em que os soviéticos, dominantes na tecnologia dos mísseis e dos satélites, e crescendo economicamente a taxas tão elevadas, que falavam em superar os Estados Unidos até o fim do Segundo Plano Septenal (1972), aproveitando os legítimos movimentos de independência contra as potências coloniais, fomentavam as guerrilhas "antiimperialistas" em todas as partes do mundo onde pudessem criar problemas para os países ocidentais. A Tchecoslováquia fora ocupada "por dentro", em 1948, e, em Cuba, uma revolução, que vencera sob a capa da democracia, descartou-a rapidamente, eletrizando as esquerdas latino-americanas com o estabelecimento do primeiro regime socialista pela força no continente.

No Brasil, o movimento sindical, que Vargas cooptara para seus projetos políticos pessoais, inspirando-se no corporativismo fascista da *Carta del Lavoro* de Mussolini, tendo perdido, com o suicídio desse

presidente, em 54, a sua grande liderança moderadora, foi sendo em parte ocupado por novas lideranças demagógicas ou pelo "peleguismo" corrupto, e em parte infiltrado por esquerdas (e por toda a variedade de inocentes úteis) teleguiadas, em função dos interesses táticos internacionais da União Soviética. Não estava longe a crise dos mísseis em Cuba (1962), que levara o mundo à beira de uma confrontação militar de consequências imprevisíveis.

A verdade é que as classes médias estavam assustadas, e que as tentativas de minar a disciplina nas Forças Armadas, a partir de 1963, com benevolência, senão com a participação ativa do governo Goulart, pareciam a história do fósforo aceso para ver se tinha gasolina. Uma situação parecida se daria no Chile, dez anos depois. E é preciso não esquecer que uma boa parte dos grupos de esquerda, no Brasil e na América Latina, optou, nos anos 60 e no começo dos 70, pelo caminho da "luta armada", da qual só muito mais tarde faria a "autocrítica". Hoje, depois do espetacular desmoronamento do "socialismo real" e da desintegração da própria "pátria do socialismo", a ex-União Soviética, pode parecer a alguns que os fantasmas de então não passavam de lençóis no varal. E, depois da experiência da nossa "imexível" inépcia política, talvez venha alguma tentação de achar que o susto de então estava mais para samba do crioulo doido do que para Encouraçado Potemkim. Mas não façamos do tempo histórico um sanduíche rápido.

Não cabe no nosso espaço um relato do denso período de reformas e reconstrução do Estado e da economia que o governo Castello Branco empreendeu. Prefiro aproveitar para acertar alguns pontos importantes. O primeiro diz respeito aos erros cometidos. Sim, cometeram-se erros, e alguns,

infelizmente, deixaram seqüelas até hoje. O mais sério deles foi político. Castello, espírito democrático e legalista até o cerne, queria sair o mais rapidamente possível do regime de exceção. Concebeu um sistema bipartidário, governo-oposição, à maneira das maiores democracias mundiais. Mas, na realidade, o Brasil não estava assim tão longe do estágio da Velha República e das oligarquias locais (de que ainda não saiu completamente), e a planta não vingou.

Dois outros erros políticos foram cometidos depois: a tentativa de fazer a pequena mexida política eleitoral, nos anos 70, e o brusco vácuo político, por abandono do campo, na fase final. Na verdade, depois de Castello, o regime não disse a que veio, não chegou a definir alguma linha ideológica, diante da qual as pessoas pudessem situar-se, contra ou a favor. Perdeu-se a nitidez do plano castellista de construção de um "capitalismo democrático". Ficou tudo numa vaporosa noção de "segurança nacional", misturada com um nacional-desenvolvimentismo estatizante.

Assim, em 1985, o público viu-se, de certo modo, de volta à irracionalidade demagógica do princípio dos anos 60, depois de uma anestesia de duas décadas. Também por conta da imprecisão das posições, a intensidade do nacionalismo autarcizante, estimulado pelo fascismo, no contexto dos anos 30 — que se enraizara profundamente no pensamento de parte das elites intelectuais e dos militares —, levaria, quando do choque da crise mundial do petróleo, a uma leitura equivocada do cenário externo e a um descompensado exagero de substituição de importações nos setores de bens de capital e insumos básicos, empurrando o País para fora do campo competitivo.

Um último ponto diz respeito a uma

verdade parcial deliberadamente deturpada. O regime foi acusado de não haver cuidado do social e de haver priorizado a distribuição de renda. O governo Castello fez muito: o Sistema Nacional da Habitação, construindo casas populares e dando emprego; a enorme melhora dos serviços públicos; e o Estatuto da Terra, que teria feito a mais racional e eficiente das reformas agrárias, se houvesse sido aplicado de acordo com o previsto. Mas o formidável êxito do "milagre brasileiro", com taxas de crescimento de 10% e mais, trouxe um enorme aumento da renda *per capita* e dos padrões de consumo para toda a população. Dentro do pensamento "desenvolvimentista" da época, a redistribuição não era um problema, porque a "percolação" para baixo resolveria tudo a seu tempo. E não se contava com o tamanho do problema demográfico, que adicionou, até hoje, aos 51 milhões de habitantes de 1950 (dos quais apenas 18 milhões nas cidades), cerca de mais 100 milhões, quase todos nas cidades. Mas essa foi uma doença de todo o mundo em desenvolvimento, onde as taxas de mortalidade caíram, em torno da Segunda Guerra, em 20 anos, o mesmo que levava 200 nos países industrializados. O resultado foram as cidades inchadas, a favelização, a deterioração das condições de vida, a doença e o crime urbanos, situação não prevista, e nem sequer bem compreendida, até por volta dos anos 80, e de modo algum um problema específico do Brasil.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 16.03.94, e assinada pelo Senador Roberto Campos)

O EXÉRCITO NA ATUAL CONJUNTURA

O inicio de mais um ano civil apresenta-se como ocasião propícia a uma reflexão a respeito da conjuntura brasileira, bem como sobre suas consequências para a Família Militar, em particular os integrantes do Exército.

Como a maioria da Nação, estamos sujeitos a um quadro de grande restrição financeira, que se reflete na dificuldade pessoal de equilibrar o orçamento doméstico e na da instituição de investir com largueza na modernização e no reequipamento da Força.

Nossos profissionais entendem, na medida de suas posições hierárquicas, idades e experiências, o que ocorre na área internacional e no País, no campo da economia, da política e das demais relações sociais. Por outro lado, torna-se indiscutível a necessidade do exato entendimento, por todos os brasileiros, do real papel que vêm desempenhando a Instituição Exército, no apoio ao esforço nacional para o desenvolvimento socio-econômico, sem descurar-se de sua missão constitucional.

Isto facilita a compreensão da necessidade de dirigirmos nosso empenho mais para a histórica missão de presença nacional — objetivando a unidade, a coesão e a integridade territorial da Pátria — do que para a manutenção de forças voltadas para a projeção do poder militar no exterior.

Estas, no futuro e na proporção em que a Nação for crescendo em estatura geopolítica, certamente serão necessárias e, naturalmente, incrementadas. É para tê-las prontas, equipadas e adestradas, no momento adequado, que hoje priorizamos algumas organizações militares operacionais, determinados projetos tecnológicos e, principalmente, nosso sistema de ensino, responsável pela formação, pelo

aperfeiçoamento e pela especialização dos oficiais e sargentos.

Dessa forma, a concepção que devemos ter do Exército é de um conjunto de unidades, órgãos de serviço e comandos articulados em todos os quadrantes do País, dotados de efetivos e equipamentos compatíveis com os recursos financeiros disponíveis, formador de reservistas — com vistas à possível mobilização, se necessário. Compete-lhe ser capaz de atuar com eficiência em missões de defesa interna, defesa territorial e, com limitações, em ações de defesa externa, no Teatro de Operações do Continente.

Em outro patamar mais elevado de operacionalidade, é necessário manter um núcleo de forças bem adestradas, completas em pessoal e material e dotadas de meios de combate modernos. Esse embrião do Exército do futuro, formado basicamente por profissionais e voltado para a defesa externa, deve ter as variadas funções de força de pronto emprego, núcleo de tropa de manutenção da paz, laboratório para experimentação de novas técnicas e processos de combate e, ainda, escola prática para a formação e atualização dos quadros permanentes.

Essenciais para a existência da Força Terrestre acima descrita, os estabelecimentos de ensino e os órgãos de pesquisa e desenvolvimento merecem continuar recebendo a prioridade de apoio que hoje lhes é dispensada, pois homens e mulheres motivados e capazes, e meios materiais atuais e eficientes serão cada vez mais necessários à nossa Instituição, quaisquer que sejam os cenários que imaginemos para o inicio do próximo século.

As atividades complementares, por sua vez, são benéficas e recomendáveis por uma série de razões, dentre as quais avulta a integração do Exército com a Comunidade —

necessária na paz e indispensável em momentos de conflito — como têm demonstrado episódios recentes da História de vários países.

Graças à conduta exemplar do militar brasileiro ao longo de muitos anos, transitamos hoje, por nossas cidades, acompanhados pelo respeito e pela admiração dos compatriotas. O desempenho de nossas unidades na execução das referidas ações complementares credencia-nos ainda ao reconhecimento de expressivas parcelas de nossa população, desde as altas autoridades ao mais humilde dos cidadãos por nós assistidos.

O mais elementar senso comum nos indica a conveniência de persistirmos no apoio ao desenvolvimento econômico e social da Nação, prestado pelo Exército sem prejuízo do cumprimento de sua missão principal de preparar-se diuturnamente para a defesa da Pátria.

(Reprodução de matéria publicada no *Jornal do Brasil*, edição de 11.02.94, e assinada por Gilberto Serra, General-de-Brigada, chefe do CCOMSEX.)

OS MILITARES NA SOCIEDADE CIVIL

Com certa freqüência e com curiosa insistência, temos lido e ouvido a expressão sociedade civil, em flagrante contraposição a uma sociedade militar. Tal colocação é inexata e é inconveniente.

É inexata porque a raiz latina *civ* diz respeito a cidade e alcança os habitantes da mesma. Ai se englobam todos os cidadãos da cidade e, por extensão, da nação, do Estado considerado através de um processo simples de tomada do continente pelo conteúdo (como ensinou Carlos Góes, no seu *Dicionário de Raízes e Cognatos*).

A palavra civil, do latim *civilis*, refere-se naturalmente às relações dos cidadãos entre si e deles com a sociedade de que fazem parte. Essas relações são regidas por leis competentes, em todos os campos onde é cabível a ingerência legal, visando à harmonia social.

O Direito Civil compreende o corpo de leis que responde às necessidades individuais e coletivas e que é usado para regular, com justiça e habilidade, os entrecruzamentos de interesses pessoais, de natureza particular e dos indivíduos entre si.

A área civil está na jurisdição dos tribunais civis. Nela se incluem todos os cidadãos, não havendo exceção de ninguém. Em termos profissionais, sob a égide do Direito Civil, acham-se os civis, de todas as categorias, bem como os militares, no mesmo nível de direitos e obrigações.

Essa é a concepção encontrada — por sugestão, afirmação ou definição — em Montesquieu, cuja obra clássica, *O Espírito das Leis*, quase sesquicentenária, continua sendo guia seguro da correta doutrina e da boa técnica do Direito.

Nem há como questionar essa compreensão. Ela é válida para muitas locuções, consagradas ou típicas. Por exemplo: código civil, registro civil, domicílio civil, desobediência civil, escravidão civil. Os conceitos inerentes a essas locuções, e tantas outras, não fazem exclusão dos membros das Forças Armadas, mesmo enquanto no serviço ativo. Não poderiam nem deveriam ser excludentes, até porque "a ninguém é lícito distinguir, onde a lei não distingue"...

Quando se refere à sociedade civil, é absurdo e insensato atribuir-lhe um caráter discriminatório, como se fosse uma "sociedade na qual não estão presentes os militares". Aliás, também o uso de sociedade

militar só pode ser aceito em sentido limitado, até figurado, para exprimir, em determinado momento e local, a convivência constante dos militares e seus familiares. Nesse caso, prioritária para eles, sim, porém jamais proibitiva para os civis. Pelo contrário. Veja-se o funcionamento dos clubes e círculos militares, em todas as guarnições militares; eles não somente acolhem sócios civis, selecionados, como, ainda mais, comumente têm nos civis a maioria dos sócios.

Neste assunto, a inconveniência da dicotomia civil-militar, forçada e enganosa, reside sobretudo na admissão do afastamento dos militares do grande grupo social nacional, a que indubitavelmente pertencem e dedicadamente servem.

O disparate conceitual é claríssimo, conforme visto. Esse posicionamento, além de inepto e afrontoso, pois põe em xeque a própria cidadania dos militares, é no mínimo imprudente, já que contém uma pregação velada de forçado divórcio, na dinâmica sociopolítica do Brasil, entre seus nacionais, militares e civis.

Assim se promovem a desconfiança, o desentendimento, a desunião, enfim, uma gama de atitudes negativas e conflituosas, que só pode produzir malefícios.

Se estiver acontecendo por descuido ou ignorância (o que não é provável), urge seja alertado, esclarecido. Se houver má intenção, importa sejam identificados os reais motivos e os objetivos, pô-los a nu e fazer parar a torpeza, por uma atuação unânime e calorosa, partida de civis e militares, cidadãos conscientes de uma única Sociedade Civil.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 09/11/93, e assinada por Jonas Correia Neto, General-de-Exército - ex-Ministro Chefe do EMFA e presidente do IGHMB)

O BRASIL E A NOVA ORDEM MUNDIAL

Tornou-se moda nos círculos acadêmicos, em função sobretudo dos trabalhos de Francis Fukuyama, falar-se do fim da História. Mais recentemente, esta voga se tem traduzido na noção de que se criou ou estaria em vias de criar-se uma nova ordem internacional, que anunciaria uma era de paz e estabilidade.

São bem conhecidos os traços da nova estrutura de poder, que emergiu do final da Guerra Fria. Entre eles estão o fim da bipolaridade e a afirmação hegemônica de uma das superpotências, agora sem rival. A esta realidade de poder correspondeu também, com a derrocada do comunismo, importante mudança no plano das idéias políticas, de tal sorte que a hegemonia veio ungida de uma aparente legitimidade. Paradoxalmente, os mecanismos nem sempre transparentes e certamente pouco democráticos do Conselho de Segurança das Nações Unidas serviram para validar, mais uma vez, o aforismo de Pascal sobre a força e a justiça. A Guerra do Golfo pareceu ser a epítome desses processos, indicando que a "nova ordem" viera para ficar.

Na realidade, há razões para crer que estamos passando por um período de transição, por um rito de passagem entre duas estruturas, cuja duração é impossível precisar. Em primeiro lugar, à hegemonia política não corresponde tão claramente a hegemonia econômica. Ao passo que, do ponto de vista militar, não há hoje rivais à altura da superpotência remanescente (até por inapetência de alguns); no plano econômico, a evolução das últimas décadas gestou uma situação em que surge não um único centro de poder, mas pelo menos três. As dificuldades de concluir a "rodada Uruguai", pelas resistências da Comunidade

Europeia (mas também do Japão) em absorver certos aspectos de uma agenda essencialmente ditada pelos Estados Unidos ilustram essa contradição.

Por outro lado, a capacidade de gerenciar crises revelou-se limitada. Situações complexas, onde a determinação do vilão ou dos meios de combatê-lo era mais difícil, sugerem que a "nova ordem" em muitas regiões mais se assemelharia a uma grande desordem. O que se passa em algumas das ex-repúblicas da União Soviética, na Bósnia, na Somália e no Haiti, para citar alguns casos, despertou ceticismo e desfez ilusões. Assim, o tão anunciado "fim da História" e a era de paz que se lhe seguiria se viram abalados pelo ressurgimento de conflitos radicados em sentimentos particularistas que se supunham definitivamente superados. Do lado positivo, o aperto de mão entre Itzak Rabin e Yasser Arafat e a outorga do prêmio Nobel da Paz a Frederik de Klerk e Nelson Mandela têm igualmente valor emblemático deste fim de século, ao anunciar que a História está talvez começando, após uma longa, escura e turbulenta pré-História. Assim, o novo e o velho convivem em busca de uma síntese filosófica.

Do ponto de vista dos países em desenvolvimento, a nova estrutura de poder encerra elementos preocupantes. Se, por um lado, a afirmação da democracia e dos direitos humanos como valores universais deve ter seus êxitos festejados, a realidade posterior à Guerra Fria ainda não permitiu que se superassem as dicotomias que separam os mais ricos dos mais pobres. Desequilíbrios em nível mundial somam-se às disparidades internas, levando a que as diferenças entre os mais abastados e os mais miseráveis assumam proporções intoleráveis num mundo crescentemente unido pela onipresença dos meios de comunicação. O

abismo entre Mogadiscio e o Waldorf Astoria não se resolverá por barreiras à imigração e por intervenções militares, ainda que humanitárias.

O grande risco que encerra a nova estruturação de poder é o enrijecimento da dicotomia Norte-Sul, que pode ser agravada por práticas que marginalizam os países em desenvolvimento das grandes decisões. Diretórios restritos, de natureza formal (como o Conselho de Segurança) ou informal (como o Grupo dos Sete) ameaçam seriamente a legitimidade sem a qual nenhuma ordem poder ser qualificada como tal.

Como toda transição, o processo de configuração de um novo ordenamento internacional encerra riscos, mas também oportunidades. Impõe-se um esforço vigoroso para a democratização das relações internacionais, em consonância com o amplo consenso que hoje se verifica em torno da democracia representativa. A percepção quase universal da necessidade de atualizar a composição do Conselho de Segurança da ONU, dotando-o de maior representatividade e diminuindo o desequilíbrio entre países desenvolvidos e em desenvolvimento é motivo de expectativa positiva. Também constituem razão de estímulo as novas tendências do desarmamento, com o crescente papel das instâncias multilaterais de negociação e o reconhecimento, ainda que incipiente, de que garantias de não-proliferação e acesso ao comércio de bens e tecnologias necessários ao desenvolvimento são faces de uma mesma moeda. O mesmo se pode dizer do consenso que se vai formando no sentido de que, se os direitos humanos são universais e nenhuma desculpa é boa para justificar sua violação, é igualmente verdadeiro que sua vigência plena depende da concretização do direito ao desenvolvimento.

Do ponto de vista econômico, somente a inserção dinâmica dos países em desenvolvimento nos grandes fluxos de comércio e de transferência de tecnologia permitirá aumentar seu quinhão nos frutos do progresso. Nesse sentido, é de fundamental importância o fortalecimento do sistema multilateral de comércio, em moldes abertos e flexíveis, assim como uma conclusão rápida e equilibrada da Rodada Uruguai do GATT, sem discriminações ou imposições.

O fracasso da "rodada Uruguai" pode instaurar um período de conflitos e incertezas no qual os países em desenvolvimento dificilmente poderão sair ganhadores. Tal hipótese, entretanto, não pode ser descartada, e os países em desenvolvimento têm que estar preparados para "pensar o impensável". Tal desafio será tão mais importante quanto menor for a possibilidade para um país de realizar apostas únicas ou quase únicas. Este é justamente o caso do Brasil, cujo comércio exterior se distribui de forma quase homogênea pelas várias regiões e áreas econômicas e que, portanto, tem um marcado interesse no fortalecimento do sistema multilateral. Assim, os esforços que temos feito a nível regional e sub-regional são complementares e não substitutivos de nosso empenho no comércio global.

No âmbito sub-regional, estamos decididamente empenhados na consolidação do Mercosul. Recentemente, em Santiago, por ocasião da reunião de cúpula dos países do Grupo do Rio, o Presidente Itamar Franco lançou a proposta de constituição de um Espaço Econômico Sul-Americano, que congregaria o Mercosul, o Pacto Andino e a Iniciativa Amazônica, além do Chile, com a formação de uma Zona de Livre Comércio da América do Sul em dez anos.

O Mercosul e a Zona de Livre Comércio

da América do Sul são formas realistas de melhorar a competitividade de nossas indústrias. Possibilitarão, ao mesmo tempo, o aumento do poder de barganha dos países envolvidos com relação a outros grupos econômicos. Essas iniciativas, que não são contraditórias com a liberação do comércio global, podem revelar-se vitais na hipótese não desejada de colapso do sistema multilateral, que necessariamente levaria a uma multiplicidade de relacionamentos bilaterais ou plurilaterais.

Assim, o que vemos é um conjunto de tendências muitas vezes contraditórias que conformam uma realidade fluida e cambiante. Dificilmente resultará de tais tendências uma estrutura organizada em torno de um único princípio ordenador, como foram o equilíbrio de poder dos séculos 17 a 19 ou, mais recentemente, a bipolaridade. Parece certo que na nova ordem que venha a emergir deste jogo de forças múltiplas, o papel das Nações Unidas e dos organismos multilaterais terá importância crescente, assim como tenderá a aumentar o peso dos grupos econômicos regionais e sub-regionais. Trata-se, em resposta a esses desafios, de contribuir para que a nova ordem que se está forjando corresponda às nossas aspirações, tornando-a democrática, estável, desarmada, respeitosa da soberania dos Estados e comprometida com o desenvolvimento material e sustentável de todas as nações. O Brasil tem um papel a desempenhar neste processo. Para isso importa que não sejamos meramente reativos a uma agenda traçada de fora, mas que estejamos em condições de definir a nossa própria agenda internacional.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 31/10/93, e assinada por Celso N. Amorim, Ministro das Relações Exteriores).

NOVEMBRO 1935

William Waack fez com seu livro um terrível processo de desmistificação

O destino reservava para o jornalista William Waack o privilégio de escrever a pesquisa historiográfica exemplar que é *Camaradas* — história, não apenas secreta, mas autenticamente documentada, da "revolução brasileira de 1935" (São Paulo: Companhia das Letras, 1993). *Intentona*, chamou-lhe Jorge Amado na suas memórias (onde, de resto, trata a vergastadas o PCB da época): *intentona* ou quartelada de novembro — vocabulário que estávamos mais acostumados a encontrar na literatura oficial, são palavras que, lexicologicamente exatas, correspondem melhor do que a etiqueta desgastada de *revolução* à natureza exata da aventura. Em páginas de polêmica tendenciosa, Jean-Paul Sartre distinguiu da *revolução* o que depreciativamente apresentava como *revolta*, reservando-se, claro está, a pureza revolucionária para si próprio e seus aliados eventuais (e nenhum aliado lhe foi mais eventual do que o PCF), enquanto a *revolta* seria apenas a manifestação adolescente de políticos imaturos.

Assim, os esquerdistas brasileiros, fascinados até agora pela parusia ideológica, reivindicam caráter revolucionário para o golpe de 1935, negando-o, entretanto, à revolução esquerdista de 1930 (a de Getúlio Vargas, tão esquerdista que ofereceu o próprio comando a Luiz Carlos Prestes, adiantando-lhe, como prova de sinceridade, o dinheiro com que mais tarde seria financiada a conspiração contra o mesmo Getúlio Vargas). A "revolução burguesa", como a desqualificou Luiz Carlos Prestes para recusar-lhe a chefia, demonstrou competência revolucionária muito maior do

que revolução de manual programada pelos estatistas de Moscou — que sabiam como se fazem as revoluções, entregando-a, entretanto, aos discípulos brasileiros, que não souberam fazê-la. E que literalmente não sabiam o que fazer, como ficou demonstrado em numerosas ocasiões.

O livro de William Waack é um terrível processo de desmitificação, seja da sacralidade que os dirigentes soviéticos se atribuíam e que os comunistas do mundo inteiro lhes atribuíam, seja das grandes personalidades envolvidas nos acontecimentos, a começar por Luís Carlos Prestes. Não podia ser mais devastador o retrato deste último, tanto no que se refere à estratégia quanto às táticas do movimento. E até com relação às condições de caráter. Já agora é possível duvidar de que fosse homem extraordinariamente inteligente, ao contrário da mitologia que o apresenta como um intelecto de primeira grandeza. Eram, antes, a presunção e a vaidade que nele predominavam, além da excessiva idealização com que encarava a própria legenda e as que em torno dele se formaram. Como estrategista do movimento de 1935 é evidente que malogrou, malogrando, ainda, na obstinada recusa de deixar o país no último momento possível, com o que possibilitou a queda de todo o aparelho, incluindo a papelada sigilosa e os livrinhos de endereços. Isso para nada dizer dos crimes propriamente ditos, entre outros a execução de Elza Fernandes a sangue-frio e o desalmado cinismo com que condenaram o camarada Miranda.

Outra figura aqui idealizada com alguma inocência e inegável carência de informação é a de Olga Benário, revolucionária profissional e confidente das mais altas instâncias soviéticas, que a encarregaram da segurança do camarada Prestes, seu último marido. Nesse particular, comprehende-se que,

muito mais ortodoxa do que ele, haja deixado de exercer a influência moderadora que talvez os tivesse salvo. Ela e os demais sofriam de uma carência irreparável: a falta de empatia com o povo brasileiro, empatia que, no caso de Prestes, estava embotada por numerosos anos de convivência com pessoas de psicologia completamente diversa. A egolatria, a ilusão de que, pela simples presença, o seu carisma iria reverter os acontecimentos, não o acompanharam apenas após a derrota de 1935 (num processo banal de racionalização), mas pelo resto da vida, como se sabe pelo testemunho dos que o visitaram na prisão (entre outros, o insuspeito Carlos Drummond de Andrade) e até muito mais tarde, como no famoso discurso de 1947.

Surpreende pouco que, apesar das hagiografias piedosas inspiradas entre nós por Olga Benário, ele próprio não haja hesitado em aliar-se com Getúlio Vargas em troca de liberdade, numa barganha em que as razões sentimentais e o idealismo doutrinário foram postos entre parênteses. Nisso, ainda uma vez, ele acompanhou com irreprochável fidelidade o exemplo e a lição dos mestres soviéticos, a começar por Stalin, todos dispostos a mandar as próprias mulheres e os amigos mais íntimos para a Sibéria ou os pelotões de fuzilamento ao acaso dos interesses de momento. O martirologio soviético, completado pelas não menos *objetivas* reabilitações, relativiza com incontestável realismo político o trágico destino de Olga Benário, cuja memória se beneficia pela circunstância irônica de ter sido eliminada pelos inimigos e não pelos camaradas de Partido (ao contrário do que aconteceu com *todos* os seus companheiros de aventura no Rio de Janeiro que cometaram o erro de regressar a Moscou).

A falta de experiência da polícia brasileira

facilitou por algum tempo a sobrevivência do grupo revolucionário e retardou a prisão de todos eles, antes e depois do novembro fatídico. Mas, há quem pense que, informado da conspiração com grande antecedência, o governo deixou que ocorresse, a fim de preparar a opinião pública para o golpe autoritário de 1937 que certamente já existia em nebulosa no espírito dos que sentiam ameaçado o regime instituído pela revolução que o general Prestes não quis comandar. O Estado Novo de 1937 muito lhe deve, num jogo dialético que, como bom comunista, ele saberia reconhecer.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 27/11/93 - coluna do jornalista Wilson Martins)

DEMOCRACIA E JUSTIÇA

As inúmeras propostas de reforma do Poder Judiciário, apresentadas no bojo da revisão constitucional, expressam a concordância de diferentes segmentos da sociedade sobre a crise da prestação jurisdicional no Brasil, e mostram como o Poder Judiciário encontra-se em vias de ser repensado. A própria magistratura tem dado provas de que não se encontra satisfeita com os entraves, que tornam a prestação jurisdicional emperrada e deficiente. Repensar o Poder Judiciário exige, assim, o cuidado de se tratar de diferentes problemas, todos eles ligados entre si, mas que devem encontrar suas respostas num mesmo contexto conceitual. Isto significa que, no caso da reforma do Poder Judiciário, talvez seja necessário restabelecer a natureza política desse poder no Estado de direito e determinar, em consequência, quais os mecanismos institucionais para o seu controle.

O debate parece, entretanto, achar-se prejudicado por uma simplificação: a de identificar o controle democrático do Poder Judiciário com a violação da independência dos poderes. Quando se fala de controle do Poder Judiciário, em todas as democracias contemporâneas afirma-se, antes de tudo, a independência do juiz no ato de julgar. O magistrado, independentemente do controle externo do Poder Judiciário, deve ter todas as garantias (inamovibilidade, vitaliciedade e irredutibilidade de vencimentos) para que possa decidir de acordo com a lei e a sua consciência. Esse é o fundamento do Estado de direito.

Como então pode ser preservado esse espaço autônomo para o magistrado? Quando os clássicos do Estado liberal — Monstequieu à frente — mostraram a necessidade da separação dos poderes do Estado, pretendiam com isto organizar um sistema de governo, onde o poder fosse o freio do outro poder. E, assim, definiram cada poder em função de uma atividade específica. O exercício da autonomia dos poderes do Estado de direito consiste, portanto, no exercício livre de suas funções próprias. A independência dos poderes tem a ver com as condições do exercício de suas atividades próprias, que no caso do Judiciário consiste em resolver, de acordo com a lei, os conflitos sociais.

Os poderes da República são independentes em função dos seus objetivos. Não são independentes por si mesmo, mas realizam e garantem os princípios constitucionais. Por essa razão é que o regime político determina a natureza do poder, ou exemplificando, o Judiciário no autoritarismo é diferente — e a história recente do Brasil comprova essa afirmação — em gênero, número e grau do Judiciário na democracia. Tanto a liberdade do juiz no

julgar, como as garantias constitucionais, imprescindíveis para o exercício da função judicante, têm suas origens na Constituição, que no Estado democrático de direito expressa a vontade da representação popular.

Por essa razão, diferentes constituições democráticas estabelecem órgãos de controle, não do ato de julgar, mas da administração da Justiça. Esses órgãos de controle são constituídos por magistrados e não-magistrados, eleitos pelo Parlamento, ambos com mandato. Estão nesse caso a Espanha, a Itália e Portugal.

A Constituição da Espanha ao tratar o Poder Judiciário afirma que "a justiça emana do povo" e cria o Conselho Geral do Poder Judiciário, como órgão de governo desse poder. O Conselho é constituído pelo presidente do Tribunal Supremo e por 20 membros, nomeados pelo rei para um mandato de cinco anos. Desses, 12 são magistrados de diferentes níveis: quatro eleitos pela Câmara dos Deputados e outros quatro pelo Senado, todos escolhidos "entre advogados e outros juristas de reconhecida competência e com mais de 15 anos de exercício da profissão".

No mesmo sentido, a Constituição da Itália (1947) estabeleceu o Conselho Superior da Magistratura, presidido pelo presidente da República, e composto por magistrados, também de todos os níveis, e por professores de direito e advogados com mais de 15 anos de exercício da profissão. A Constituição de Portugal instituiu, também, o Conselho Superior de Magistratura, presidido pelo presidente da República, e composto por magistrados e juristas eleitos pela Assembleia da República.

O fato é que o Poder Judiciário, mesmo naquelas democracias onde não existe formalmente um órgão com a missão específica de controle, como é o caso dos Estados

Unidos, Inglaterra e Alemanha, encontra-se permeado por diferentes tipos de controle da sociedade sobre o funcionamento da Justiça: eleições de juízes, emprego da arbitragem na solução de grande número de conflitos, o júri popular com atribuições muito amplas em diferentes ramos e níveis da prestação jurisdicional. O Poder Judiciário acha-se, assim, integrado na vida da sociedade através de mecanismos democráticos de controle de seu funcionamento e não de suas decisões. Dessa forma, a sociedade pode participar do exercício do poder, como participa no Executivo e no Legislativo através do voto popular e de seus representantes.

(Reprodução de matéria publicada em O Globo, edição de 19/12/93, e assinada por Vicente Barreto, professor universitário)

UM MODELO PARA A AMAZÔNIA

A Amazônia brasileira tem concentrado a atenção dentro e fora do Brasil, ultimamente, muito mais pelo ângulo dos conflitos reais ou potenciais do que pela dimensão das suas oportunidades. Essa visão pessimista ou defensiva em parte se explica pelo desconhecimento generalizado da própria Amazônia e em parte pela insistência de isolar, em cada abordagem, as várias dimensões que identificam a Amazônia tanto do ponto de vista físico quanto do ponto de vista econômico, social e cultural.

Essas dimensões são inúmeras e fazem parte de um todo indivisível — a soberania, a qualidade de vida dos habitantes, o desenvolvimento, a proteção ambiental, os direitos das populações indígenas, a cooperação internacional, a pesquisa científica aplicada, o interesse nacional e

internacional sobre o riquíssimo patrimônio ecológico que ela abriga. Quem discute a Amazônia hoje parece concentrar a sua atenção sobre uma só dessas dimensões, aquela que lhe interessa mais de perto, e a partir desse prisma analisar todas as demais.

De fato, a Amazônia é um mosaico de solos, de climas, de vegetações, de biodiversidade, de disponibilidade de recursos naturais. É natural que essa diversidade aconselhe uma abordagem diferenciada, especialmente no que se refere às vocações dos diferentes segmentos que compõem a região. Mas essa abordagem deve ser igualmente cautelosa, para evitar generalizações que levem a distorções, erros de interpretação ou políticas equivocadas de desenvolvimento.

Um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia Legal deve portanto partir desse diagnóstico, que aponta a diversidade como elemento primordial da identidade física e humana da região. O passo seguinte deve ser reconhecer que o modelo de desenvolvimento para ela adotado nos anos 60 e 70 foi consideravelmente ultrapassado pela crise do Estado brasileiro, pela superação do modelo de desenvolvimento à base da substituição de importações e pela crescente tendência de que o tema ambiental permeie o planejamento e o desenvolvimento das atividades econômicas em todo o mundo.

Não é mais possível pensar hoje em um modelo de desenvolvimento para a Amazônia baseado na idéia de suprir apenas os distantes mercados do Sul de produtos industrializados à base de componentes importados. Tampouco poderia prolongar-se indefinidamente uma estratégia de desenvolvimento que via a região amazônica como fonte inesgotável de recursos para a agroindústria ou para a exploração predatória

de espécies animais ou vegetais e de recursos minerais.

Hoje, a abertura comercial e a própria busca de competitividade a que foram obrigados os agentes econômicos do centro-sul do país afetaram significativamente a Zona Franca de Manaus, que viu seu mercado interno diminuir sensivelmente, gerando uma grave crise de desemprego na região metropolitana de Manaus, onde se concentra imensa parcela da população amazonense. O desenvolvimento da consciência ambiental dentro e fora do país e a consolidação do desenvolvimento sustentável como conceito-chave para as estratégias de desenvolvimento e a obtenção de recursos financeiros obrigam a uma redefinição urgente das estratégias de exploração do solo, flora e fauna amazônicos, à semelhança do que ocorre em outras regiões em todo o mundo. Impõe-se uma nova racionalidade, não como resposta a pressões ou interesses difusos de natureza conservacionista, mas como um imperativo da própria retomada do desenvolvimento na região, em bases sustentáveis, e como uma condição para assegurar às populações amazônicas, urbanas ou do interior, índices adequados de qualidade de vida e garantias em relação ao futuro.

A resposta, na forma de um novo modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, deve vir de duas fontes complementares. De um lado, figura a conclusão do zoneamento econômico-ecológico, em elaboração pelo IBGE e base indispensável para a definição das vocações da região a partir de um conceito científico de racionalidade econômica ambiental. De outro, está o reforço do parque industrial já instalado na região, em especial no Distrito Industrial de Manaus, e seu direcionamento para o exterior, em complementação ao acesso aos

mercados das demais regiões do país.

De fato, o zoneamento econômico-ecológico, já em estado avançado de desenvolvimento, confirma a variedade dos perfis físicos da região amazônica e é o instrumento essencial para a definição da vocação mais adequada para cada uma das micro-regiões identificadas — mais de 120, apenas se levada em conta a variedade de solos. O zoneamento entra agora em etapa decisiva — o detalhamento — para que a região possa atrair investimentos com a dupla segurança conferida pela certeza científica quanto à vocação econômica da área em que se apliquem e pela segurança quanto ao alcance e limites dos sistemas de proteção ambiental em suas diversas modalidades. E não se trata apenas de dar atenção ao grande capital, mas também de levar em consideração os interesses dos chamados "povos da floresta" — os indígenas, os sefingueiros, os castanheiros e outros que se dedicam a formas extensivas de extrativismo e coleta vegetal.

Com o zoneamento, garante-se a exploração racional da vasta extensão de florestas e savanas da região amazônica e confere-se maior base científica para consolidar e ampliar os espaços reservados à preservação, como parques nacionais e reservas.

Na vertente industrial, a região possui já uma base instalada e uma familiaridade ampla com os processos de produção, especialmente aqueles ligados à indústria eletroeletrônica e a linhas de montagem de bens duráveis. Será preciso, contudo, para compensar a maior dificuldade no acesso a mercados no sul do país, promover o que se mostra hoje claramente como uma promissora vocação exportadora da Zona Franca de Manaus. A experiência chinesa na região vizinha a Hong Kong e ao longo de alguns rios pode ser exemplar. Identificar nichos de

competitividade e janelas de penetração em mercados dos países amazônicos, do Caribe e dos países desenvolvidos é, portanto, tarefa que se impõe aos planejadores do governo e aos diretores de marketing e de exportações das empresas que operam em Manaus e Belém e das que ali continuam a ser atraídas.

A Amazônia tem uma proximidade notável com os mercados amazônicos, especialmente o da Venezuela, país que reúne um potencial único na América do Sul em função da sua extraordinária riqueza petrolífera, agora muitas vezes aumentada pela perspectiva de exploração econômica do óleo pesado da Bacia do Orinoco. Com todos os países amazônicos, o Brasil estuda a promoção de um amplo acordo de complementação econômica, que dinamizará os fluxos comerciais especialmente com a região Norte do Brasil. Com a pavimentação da BR-174, que se impõe com urgência a um custo de apenas US\$ 70 milhões, ficará aberto, pela ligação de Manaus a Caracas, um escoadouro dinâmico em direção à Venezuela, ao Caribe e a mercados desenvolvidos, especialmente o norte-americano. A mesma estrada facilita, sem danos ao meio-ambiente, a construção de uma linha de transmissão que traria a energia elétrica da gigantesca hidrelétrica venezuelana do Guri para a própria Zona Franca e outros pólos de desenvolvimento industrial. E estaria assegurada, pela industrialização dentro de padrões ambientalmente saudáveis, a retomada do desenvolvimento industrial da Amazônia e a preservação, pela oferta de uma atraente alternativa econômica e social, de grande parte da floresta amazônica, sobre a qual diminuiriam sensivelmente as pressões de natureza social de que é expressão particularmente alarmante o garimpo descontrolado e predatório.

Como complemento indispensável desse modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia, será preciso garantir o acesso dos produtos amazônicos nos mercados aos países desenvolvidos, como contrapartida necessária e inadiável para o esforço de preservação que o país e especialmente os amazônidas estarão fazendo na região. Um sistema de "preferências amazônicas" similar à "preferências andinas" que os países produtores de coca conseguiram junto aos EUA e à CEE para garantir cultivos e atividades alternativas ao plantio da coca e à produção de cocaína, parece ser o caminho mais adequado para canalizar em termos práticos o interesse internacional pela preservação da Amazônia sem desconsiderar os interesses legítimos das populações da região. Estariamos promovendo o consumo, facilitado pelo acesso desimpedido e livre aos mercados ricos do Norte, de produtos oriundos da atividade extrativista ou de coleta extensiva ou intensiva, de atividade agrícola ou agropecuária em áreas de desflorestamento comprovadamente antigo de produção industrial limpa e ambientalmente sadia.

Eis ai uma proposta de desenvolvimento sustentável para discussão. Ela procura atender a todos os interesses legitimamente manifestos em relação à Amazônia e responder de forma integrada aos desafios apresentados por várias das dimensões que caracterizam a região, porque um modelo de desenvolvimento sustentável para a Amazônia deve ter como centro das preocupações o homem amazônico e a preservação da maior reserva de biodiversidade do mundo e de um inestimável patrimônio ambiental que pertence aos brasileiros e que desejamos desenvolver de forma harmoniosa.

(Reprodução de matéria publicada no

Jornal do Brasil, edição de 19/10/93, e assinada por Rubens Ricúpero, ex-Ministro do Meio-Ambiente e da Amazônia Legal e atual Ministro da Economia)

SOBERANIA E DIREITOS HUMANOS

Quase um século antes de Hobbes, e dois antes das revoluções americana e francesa, o grande teórico da soberania no período da formação dos estados nacionais europeus, Jean Bodin, já assinalava, em 1576, que o poder do soberano tinha limitações, sendo as mais importantes as "leis naturais e divinas". A adoção das declarações de direitos em nível nacional, iniciada na América do Norte e na França, veio confirmar a supremacia da visão bodiniana sobre a concepção absolutista hobbesiana.

Para muitos analistas do período pós-45, e malgrado as distorções do tema inerentes à Guerra Fria, a inclusão da observância dos direitos humanos entre os propósitos fundamentais das Nações Unidas e a proclamação, em 1948, da Declaração Universal dos Direitos Humanos representariam uma mudança qualitativa nas relações internacionais. Com elas, e com os instrumentos jurídicos delas decorrentes, o homem e a mulher ter-se-iam tornado sujeitos do direito internacional, ocupando, como "cidadãos do mundo", um espaço previamente reservado apenas aos estados.

É verdade que, a par dos pactos e convenções a que os Estados aderem voluntaria e soberanamente — e o Brasil não é exceção —, a ONU vem construindo, há mais de duas décadas, mecanismos para monitorar violações de direitos humanos nas jurisdições nacionais e cobrar providências dos governos. Entre tais mecanismos, sobressaem os "relatores temáticos" da

Comissão dos Direitos Humanos, que observam, em todo o mundo, os desaparecimentos forçados, as execuções sumárias, a tortura e, a partir deste ano, as detenções arbitrárias, as restrições à liberdade de expressão e as formas contemporâneas de racismo e xenofobia (neste caso, em reação ao recrudescimento do fenômeno, particularmente na Europa). Em todos esses mecanismos, inclusive quando a Comissão dos Direitos Humanos decide estabelecer relator especial para acompanhar a situação de um país determinado, a atuação internacional não ultrapassa o nível de observação e de recomendações. Resguarda-se, assim, a soberania nacional, cabendo ao discernimento dos governos as decisões de responder às indagações, acolher as recomendações e cooperar com os relatores. A sanção é de conteúdo ético: restringe-se a expressões de exortação ou crítica, cuja importância maior consiste no peso que adicionam aos clamores já veiculados na opinião pública.

Pelo entendimento generalizado de que esses mecanismos da ONU gozam de legitimidade internacional, sem ferir a soberania nacional, praticamente todos os Estados procuram responder às demandas que lhes fazem, sem recorrer ao princípio da não-intervenção, também entronizado na Carta da ONU.

Esse é o quadro existente nas Nações Unidas para o controle internacional dos direitos humanos em tempos de paz. Não deve, pois, ser confundido com outras ações, excepcionais, determinadas pelo Conselho de Segurança, seja para situações decorrentes de guerra, como a dos curdos no Iraque e a da ex-Iugoslávia, seja para casos de anomia tão virulentos que possam ameaçar a segurança internacional, como o da Somália.

Um dos conceitos abusivos que mais

têm prejudicado o trabalho das Nações Unidas em prol dos direitos humanos é o do chamado "direito de ingerência". Visualizado no contexto do direito humanitário, das vítimas de guerra e outros flagelos, sua origem remonta ao final dos anos 80, quando os *Médecins Sans Frontières* e outras organizações congêneres encontraram obstáculos governamentais para fornecer auxílio médico e alimentar a populações africanas e asiáticas em áreas conflagradas. O auxílio é, naturalmente, positivo, assim como o foi, nesses casos, a atuação da ONU. Negativo é o conceito, usado de forma propagandística por alguns setores, em países desenvolvidos, como se estes, com um "dever" auto-atribuído, tivessem o "direito" discricionário de intervir militarmente em terceiros.

À luz dos registros históricos de intervenções arbitrárias de potências militares em países fracos, a noção de "um direito de ingerência" assume conotações ameaçadoras. A insistência com que a idéia foi alardeada nos primeiros momentos do período pós-Guerra Fria teve, inclusive, efeitos prejudiciais na preparação e nas deliberações da Conferência Mundial de Direitos Humanos, recém-realizada em Viena. Sobre o pano de fundo de tal "direito", quaisquer iniciativas novas de proteção aos direitos humanos eram vistas, por estados mais vulneráveis, como possíveis brechas para intrusões forçadas em sua soberania. Foi preciso, assim, grande esforço diplomático para chegar-se ao texto consensualmente adotado da Declaração de Viena.

O chamado "direito de ingerência" inexiste juridicamente, nem está em discussão na ONU. Salvo os casos muito excepcionais, previstos na Carta das Nações Unidas, concernentes às ameaças à paz e à segurança

internacionais e de competência do Conselho de Segurança, prevalece nas decisões da Organização o princípio da não-intervenção.

Não há, pois, ameaças à soberania nacional, tal como defendida por Jean Bodin, desde o século 16, no sistema de proteção dos direitos humanos das Nações Unidas. Ele tem caráter complementar e subsidiário, reconhecendo aos estados a incumbência pela verdadeira proteção. O Brasil democrático coopera de maneira transparente com os relatores da Comissão dos Direitos Humanos, por decisão soberana e consciente. Sabemos que seus objetivos são também os nossos. E numa sociedade livre não há alternativa ao diálogo e à transparência.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 22/09/93, e assinada por José Augusto Lindgren Alves, chefe da Divisão das Nações Unidas do Ministério das Relações Exteriores)

O SETOR PÚBLICO E A TELECOMUNICAÇÃO

A imprensa internacional declara, em recente artigo, que o Brasil é hoje considerado o segundo maior mercado de telecomunicações do mundo, só perdendo para a China.

Esta mesma imprensa também afirma que a privatização da France Telecom, a estatal francesa de telecomunicações, "está fora da agenda", palavras textuais do ministro da Indústria francês, Gérard Longuet (*The Economist*, 11 de dezembro de 1993).

O periódico francês *Le Nouvel Economiste* publica, em sua edição de 10 de dezembro, que a estatal francesa não mudará seus estatutos, de forma a se privatizar,

"devido à grande reação sindical".

A mesma revista fala na futura privatização "parcial" da *Deutsch Bundespost Telekom*, a estatal alemã. Sabemos o que quer ela dizer: o partido social democrata alemão, SPD, forçou um acordo político, onde a privatização da estatal na verdade se constituirá na venda de ações especiais, não negociáveis e que não dão direito a voto.

E tudo isto se passa diante da pressão de Maastrich, diante de acordos que tentam garantir, para 1998, a privatização das telecomunicações européias, sob o argumento da criação da nova "Comunidade". Não é preciso fazer muito esforço para entender por que este setor, tornado vital para a riqueza e segurança de qualquer nação, continua a ser monopólio estatal nas principais nações do mundo.

As iniciativas no setor estratégico do acesso e do transporte da informação são extremamente importantes no mundo de hoje, que passa por uma radical transformação em todos os campos da atividade humana, onde a informação adquire uma imprecedente prioridade na dinâmica sócio-econômica, como principal fator de produtividade.

O pluralismo, decorrente das forças do mercado do mundo moderno com a diversidade de opiniões e tendências que dele decorre, leva a um debate social amplo, com a participação de um número maior de pessoas no processo político, pessoas que anteriormente não se engajariam. Isto é bom e desejável, um efeito positivo que deve ser incentivado. Mas é preciso ter em mente que aqueles que defendem um capitalismo sem controle, visando apenas ao lucro como bem maior, acabam vítimas de um regime com as mesmas inadequações econômicas e sociais dos regimes a que dizem combater.

A economia mista, onde convivem as iniciativas pública e privada, parece ser a

solução do futuro, aquela que pode levar as sociedades a estabilidade geradora do bem-estar social e do progresso econômico. Os indícios desta verdade já se fazem sentir em todo o mundo.

Nos Estados Unidos, oficialmente, o vice-presidente americano Al Gore destacou a importância do setor público na construção do futuro da América através da sua participação na construção da já tão propalada *super highway* de fibras óticas, que cortará o território americano de ponta a ponta. Gore enfatizava, então, que só assim se garantiria, a todos os americanos, os benefícios advindos de sua implantação, pois não se destinaria a atender apenas a interesses de grupos específicos, como poderia acontecer, caso a construção fosse entregue exclusivamente ao setor privado.

A construção desta via expressa de dados, constatamos hoje, contará com uma expressiva participação da iniciativa privada, que através de "mega" empreendedores, indivíduos de alta capacidade de realização, aliás isto é uma constante na história dos Estados Unidos, toma forma e se projeta como uma realidade cada vez mais próxima. No entanto, o plano preferido de Gore, da criação da *super highway* teve sua proposta de dotação orçamentária acrescida, pelo Congresso, de US\$ 45 milhões para o ano fiscal de 1994, que passará a dispor, então, de US\$ 395 milhões para esta finalidade.

Em recente pronunciamento no Brasil, em São Paulo, na COMDEX-SUCESU 93, evento marcante do setor da informática a nível mundial, Alvin Toffler nos falava do papel preponderante de um soberano e bem estruturado sistema de transporte, armazenamento e processamento da informação, como meio de garantir a riqueza, o bem-estar social e a segurança de qualquer

nação do mundo moderno, principalmente no que resultará de sua "terceira onda" de transformação, o mundo da informação, onde esta se constituirá como fator produtivo preponderante e insubstituível.

Isto para não falar da segurança militar que se apóia hoje, mas do que o fez no passado, na informação certa no momento e no local certos.

O domínio dos sistemas de informação é o poder que pode levar à construção ou ao aniquilamento de um Estado. Isto quer estejamos falando sobre a perspectiva econômica ou militar da questão.

As telecomunicações, a informática, a sua sinergia, formam, sem dúvida alguma, a interface que virá a separar as nações viáveis das que permanecerão cada vez mais como coadjuvantes miseráveis no concerto de nações, em um futuro muito próximo. Estas últimas permanecerão vítimas de sua própria falta de visão, condenadas à injustiça social mais profunda e a todas as mazelas decorrentes da subserviência aos interesses que lhes são estranhos, da probreza que joga irmãos contra irmãos, que gera violência, a descrença, e, em seu encalço, a corrupção, companheira daqueles que perderam a fé e a grandeza.

Acreditamos que a iniciativa privada tem o seu papel na construção de uma solução que atenda aos interesses da nação, mas é preciso um extremo cuidado nha hora de decidir como e o que privatizar, de modo a não comprometer aos objetivos maiores da nação brasileira.

Dai a necessidade de entender, ver com clareza, que o negócio mais importante da atualidade, o de telecomunicações, tanto em seu potencial de gerar riqueza para seus exploradores, quanto em sua capacidade de gerar riqueza nacional, tem que ser um

negócio para todos nós brasileiros e não um "negócio da China".

Os *lobbies* e as ações de toda ordem, que procuram, por oportunismo ou por pura ignorância, simplesmente quebrar o monopólio das telecomunicações, como se este fosse apenas um resquício indesejado do passado, precisam ser contrabalaçados por uma visão esclarecida, inovadora, não preconceituosa, onde a participação do Estado, como explorador majoritário e detentor da estratégia sobre o setor seja mantida e até tornada mais eficaz, através da criação de mecanismos de controle e regulação soberanos e competentes.

Assistimos hoje a uma bem orquestrada campanha de formação de opinião pública. Uma campanha que tem por objetivo desmoralizar indiscriminadamente tudo o que leva o rótulo de "estatal", sem separar o joio do trigo, que tenta denegrir o que temos de bom, de autêntico, tudo o que pertence ao Estado, como se este fosse incompetente para gerir o que quer que seja.

Bom, se é assim, então temos que abdicar ao *status* de nação, ao poder agregador e aculturante do Estado e entregar o nosso destino a quem teria competência para ditar-lhe os caminhos: fica aos estrangeiros, então, pela lógica mais primária, o privilégio de nos guiar os passos. É mesmo por absurdo que procuramos mostrar a falsidade que existe por detrás de tais argumentos.

Não se trata de negar que existam setores de nossa economia que não estão sendo bem gerenciados pelo Estado, não por sua própria competência, mas porque não lhes cabem a tutela estatal, porque não são apropriados ao empreendimento público.

Precisamos também estar atentos contra os perigos do corporativismo, que dever ser combatido porque representa o interesse de grupos específicos contra o interesse de

todos. Porque é essencialmente, antidemocrático.

O estatismo também, porque anula o equilíbrio a que nos referimos, na defesa dos direitos de todos nós brasileiros, que formamos esta nação que, apesar de tudo, ainda é rica em talentos e esperança.

É preciso que tenhamos a coragem da autocritica, que aprendamos com os erros e exageros do passado, para que então, pela concentração de forças nas áreas em que pode e deve atuar com competência, nas quais se incluem, como mostramos, as de telecomunicações, possa o setor público se recuperar e levar, por mãos seguras, nosso país ao futuro que lhe cabe, como igual entre as nações desenvolvidas.

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 10/01/94, e assinada por Hélio Daldegan, engenheiro de telecomunicações)

TV, RESPONSABILIDADE OU MUNDO CÃO

"Meus irmãos puxam fumo e saem de noite para ganhar alguns na manhã. Ai eu mandei eles verem o *Vitrine* antes de sair e foi superlegal. Aquela mulher que foi entrevistada disse a verdade. Meu irmão aprendeu a roubar na televisão. Ele só gosta de ver novela e caso de seqüestro ou estupro. As meninas aqui ele já comeu todas, até as de 8 anos. Minha mãe vive desesperada. Se alguém abrir a boca ela apaga, já falou (...). Fala mais coisas bonitas assim que eu vou pedir para meus irmãos verem, para eles saírem da rua (...). Eu fico triste minha mãe chora e meu pai garra a beber. Filme aqui é só tiro e morte e roubo. Ai eu não gosto. Eu tenho 12 anos, estou no 3º ano e muito

obrigada. L.O."

A carta, apoiada num realismo desconcertante, chegou às mãos de Roberto Muylaert, presidente da TV Cultura de São Paulo. Para além do estimulante elogio à programação daquela emissora, o texto, talvez redigido num papel para embrulhar pão, contém uma impressionante radiografia ética da televisão brasileira.

Observa-se, na linguagem sem dobrões da pequena missivista, uma patética combinação de amargura e esperança. No seu mundo, precocemente subvertido pela força da imagem, não há espaço para bonecas. Ela intui, com uma ponta de maniqueísmo infantil, que a tela mágica será responsável pela elevação ou perdição de sua família.

Na verdade, os desvios éticos da televisão brasileira são a ponta do iceberg de uma crise mais profunda: a crise moral. Quando a *Chacina da Candelária* é festejada por segmentos da sociedade como forma de prevenir a delinquência; quando a morte do feto é defendida em nome da vida; quando a miséria humana não comove e já faz parte da paisagem urbana; quando a família se converte em tediosa solidão a três (ele, ela e o *poodle*), não há passeata pela ética na política que nos salve. A coisa é muito mais profunda. Mas fiquemos na análise da ponta do iceberg: a televisão.

"A lógica da TV tem mais relação com o mercado do que com os interesses sociais." A avaliação do professor Muniz Sodré, é uma cutucada no tendão de Aquiles da televisão brasileira. Certos setores da mídia eletrônica, ofuscados pelo sucesso efêmero de algumas pesquisas de opinião e dominados por autêntico delírio mercadológico, decidiram arquivar uma das suas dimensões essenciais: a de serviço público.

Explorando o denominado "jornalismo verdade", em indisfarçável sintonia com o

sensacionalismo, arma-se um show com o que a natureza humana é capaz de produzir de mais sórdido. A dignidade da pessoa é transformada em produto descartável. Afinal, o que importa na ciranda eletrônica é o registro das oscilações do Ibope. Elevados índices de audiência são suficientes para acalmar eventuais escrúpulos éticos.

Durante mais de 20 anos os produtores de TV reclamaram que sua criatividade era tolhida pela censura ditatorial. O espectro da censura política, de triste memória, é utilizado como fator inibidor de qualquer esforço de balizamento ético. Sou contra a censura. Eu vivi, na universidade, o clima estiolante dos anos do autoritarismo.

Na verdade, o que está em jogo não é a liberdade de expressão. O problema está no necessário controle de qualidade de um veículo peculiar. Não se trata de produzir uma programação piegas e adocicada. Trata-se de evitar a gratuitade da violência e da apelação. É um problema de contexto. Com uma receita baseada na noção de que TV é entretenimento de qualidade, a TV Cultura, dirigida por Muylaert, ganha audiência nacional e dá pistas interessantes às concorrentes comerciais. É por aí. Entretenimento grosseiro, ainda que apresentado aos ingênuos como obra cultural, é fogo de palha. O telespectador, independentemente da curiosidade passageira, fará um julgamento implacável. A carta da pequena L.O. é sintomática: "Fala mais coisas bonitas assim que eu vou pedir para meus irmãos verem, para eles sairem da rua."

(Reprodução de matéria publicada no Jornal do Brasil, edição de 04/10/93, e assinada por Carlos Alberto Di Franco, chefe do Departamento de Jornalismo e professor titular de Ética Jornalística na Cásper Libero).

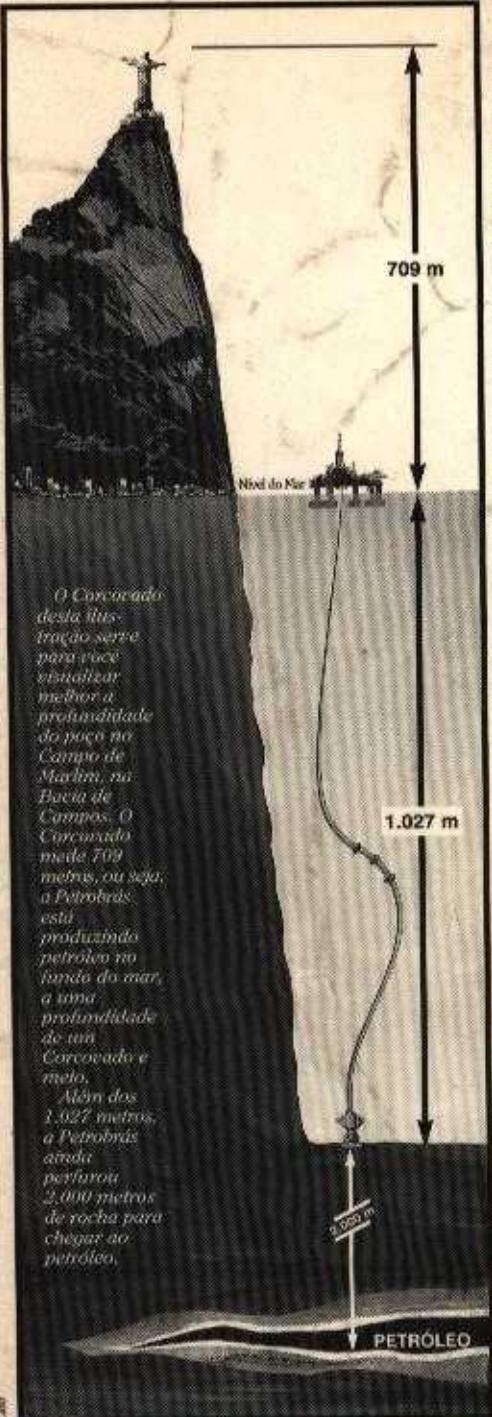
UNIKE

uma assinatura definitiva para o marketing da sua empresa

UNIKE Sistemas

Impresso na
GRAPHOS
Rio (021) 223-1272
com filmes fornecidos.

Uma iniciativa da maior competência



O Corcovado desta ilustração serve para você visualizar melhor a profundidade do poço no Campo de Marlim, na Bacia de Campos. O Corcovado mede 709 metros, ou seja, a Petrobras está produzindo petróleo no fundo do mar, a uma profundidade de um Corcovado e meio.

Além dos 1.027 metros, a Petrobras ainda perfurou 2.000 metros de rocha para chegar ao petróleo.

A Petrobras acaba de bater novo recorde mundial de produção de petróleo no mar, operando um poço a 1.027 metros sob a água, no Campo de Marlim - Bacia de Campos - que vai produzir, inicialmente, 6.300 barris por dia.

Um recorde que, aliás, já pertence a ela mesma, líder na tecnologia de exploração e produção em águas profundas.

E foi com tecnologia de ponta, desen-

volvida pelos técnicos do seu Centro de Pesquisas - CENPES - e o trabalho pesado de 24 horas por dia da sua equipe de produção nas plataformas em alto mar, que a Petrobras conquistou este marco. E o fato não é só importante para a história brasileira. É mais do que isto: é importante para a história mundial do petróleo.

Nossa vitória também significa que já temos toda tecnologia que precisamos para explorar, a custos baixos, adequados, nossas maiores reservas que estão



justamente em águas profundas. Ou seja: mais do que um recorde, chegamos a uma nova realidade. Que nos deixa mais próximos de novas conquistas.

Em benefício do Brasil e de todos os brasileiros.



**Mais um recorde mundial:
a Petrobrás foi
buscar petróleo
a 1.027 metros
debaixo d'água.**